UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBSON MUNHOZ DE OLIVEIRA

A INTEGRAÇÃO AGRICULTURA-INDÚSTRIA: UMA ANÁLISE DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA BORRACHA NATURAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

PRESIDENTE PRUDENTE
2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBSON MUNHOZ DE OLIVEIRA

A INTEGRAÇÃO AGRICULTURA-INDÚSTRIA: UMA ANÁLISE DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA BORRACHA NATURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Câmpus de Presidente Prudente-SP, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. D[a] Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

PRESIDENTE PRUDENTE
2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBSON MUNHOZ DE OLIVEIRA

A INTEGRAÇÃO AGRICULTURA-INDÚSTRIA: UMA ANÁLISE DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA BORRACHA NATURAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA

Presidente e Orientador:_____
2º Examinadora:_____
3º Examinadora:_____

PRESIDENTE PRUDENTE
2004

SUMÁRIO

Índice..... ii
Lista de Abreviaturas e Siglas..... v
Lista de Figuras..... vii
Lista de Tabelas..... x
Lista de Quadros..... xii
Resumo..... xiii
Abstract..... xiv
Introdução..... 1
CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DO OLIGOPÓLIO DAS INDÚSTRIAS DE PNEUMÁTICOS NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA PARA O SETOR DA BORRACHA..... 05
CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO: O INÍCIO DE UMA NOVA ERA PARA A INDUSTRIA DE PNEUMÁTICOS..... 28
CAPÍTULO III - O processo de abertura do mercado nacional para a importação da borracha natural..... 45
CAPÍTULO IV - Dinâmica e desenvolvimento agropecuário da Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto..... 74
CAPÍTULO V - DINÂMICA ESPACIAL DA HEVEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS..... 121
Considerações Finais..... 187
Referências Bibliográficas..... 192
Anexo I - Roteiro de entrevista aplicado junto as agroindústrias processadoras de borracha - Safra 2002/2003..... 207
Anexo II - Roteiro de entrevista aplicado junto aos engenheiros agrícolas..... 210
Anexo III - Roteiro de entrevista aplicado junto as associações de produtos – Safra 2002/2003..... 212
Anexo IV - Roteiro de entrevista aplicado junto aos produtores rurais - Safra 2002/2003..... 215
Anexo V - Tabela: Produção, importação e exportação de borracha, Brasil, 1935-1986 (em ton.)..... 220
Anexo VI - Fotografias..... 222

ÍNDICE

Introdução..... 1
CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DO OLIGOPÓLIO DAS INDÚSTRIAS DE PNEUMÁTICOS NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA PARA O SETOR DA BORRACHA..... 05
1.1 A mudança do eixo da economia pós-1930 e a gênese da indústria de artefatos de borracha no Brasil..... 05
1.2 Os planos para contenção da produção de borracha no Sudeste Asiático e o aparecimento do sintético como substituto da matéria-prima vegetal..... 13
1.3 O conflito entre o capital extrativista e o industrial pela influência política na esfera governamental..... 17
1.4 A tentativa de implementação da heveicultura no Brasil e o impasse criado pela elite amazônica 23
CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO: O INÍCIO DE UMA NOVA ERA PARA A INDUSTRIA DE PNEUMÁTICOS..... 28
2.1 O governo de Juscelino Kubistschek..... 28
2.2 A Primazia da borracha sintética na década de 1960 e a reformulação da política setorial..... 32
2.3 Os Governos Militares..... 35
2.4 Programas de Incentivo à produção de borracha natural (PROBOR I, II e III) e os fracassados investimentos em pesquisas na cultua de seringueira..... 37
2.5 A ampliação da produção dos sintéticos na década de 1970 e a crise do petróleo..... 42
CAPÍTULO III - O processo de abertura do mercado nacional para a importação da borracha natural..... 45
3.1 As pré-condições para a revogação da Lei de Contingenciamento..... 45
3.1.1 A expansão da heveicultura no Estado de São Paulo e a revogação do contingenciamento... 47
3.2 A promulgação da lei do subsídio (Lei 9.479/97): socorro aos usineiros e produtores de borracha em beneficio às indústrias de pneumáticas..... 55
3.2.1 Metodologia de cálculo previsto na Lei de Subsídio..... 59
3.2.1.1 Cálculo do subsídio..... 59
3.2.1.2 Rebate do subsídio previsto em Lei..... 61
3.2.1.3 Cálculo do Preço de Referência..... 62
3.3 Defasagem dos preços pagos aos segmentos produtivos..... 63
3.3.1 A subordinação do capital nacional ao capital monopolista internacional..... 64
3.3.2 A subordinação do segmento agrícola ao capital industrial..... 68
3.3.3 O atraso no pagamento do subsídio como fator de dupla perda aos produtores e usineiros menos capitalizados..... 70
CAPÍTULO IV - Dinâmica e desenvolvimento agropecuário da Microrregião Geográfica de São José do Rio 74

Preto.....

4. 1 O processo de ocupação da MRG de São José do Rio Preto..... 74
4.2 Dinâmica produtiva da Região de São José do Rio Preto..... 80
4.2.1 A estrutura fundiária..... 81
4.2.2 Condição do Produtor..... 84
4.2.3 Utilização das Terras..... 88
4.2.4 Principais Culturas..... 90
4.2.5 Pecuária Bovina..... 101
4.2.6 Pecuária Leiteira..... 106
4.2.7 Avicultura de Corte e de Postura..... 109
4.2.8 Composição da Força de Trabalho..... 111
CAPÍTULO V - DINÂMICA ESPACIAL DA HEVEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS..... 121
5.1 Tipologia das UPAs produtoras de borracha natural..... 126
5.1.1 Unidade de Produção Agrícola Familiar Pura..... 129
5.1.2 Unidade de Produção Agrícola Empresa Familiar..... 129
5.1.3 Unidade de Produção Agrícola Patronal..... 131
5.2 Caracterização das famílias entrevistadas..... 133
5.3 Características da UPAs pesquisadas..... 141
5.3.1 Tamanho dos seringais e das propriedades..... 141
5.3.2 Nível de capitalização e utilização das terras..... 143
5.4 Constituição da Renda Familiar.....
5.5 Organização da produção de borracha natural..... 147
5.5.1 Período de implantação dos seringais, culturas substituídas pela seringueira e origem das mudas..... 147
5.5.2 O sistema de parceria..... 150
5.5.3 Assistência técnica para a cultura de seringueira e as principais fontes de informação ao produtor sobre a dinâmica do setor da borracha..... 155
5.5.4 Consórcio da cultura de seringueira com outras lavouras..... 158
5.6 Processo de comercialização da borracha natural..... 160
5.6.1 A diferença de preço paga aos produtores pela matéria-prima..... 160
5.6.2 Avaliação dos produtores sobre a relação com a usina processadora..... 163
5.6.3 A relação agricultura-indústria..... 164
5.7 Vantagens e desvantagens da cultura de seringueira..... 169
5.8 Expansão recente da cultura de seringueira como reflexo das perspectivas favoráveis ao setor..... 171
5.9 Analise das formas de organização coletiva dos produtores e beneficiadores de borracha na

MRG de São José do Rio Preto..... 174
5.9.1 A criação da APABOR no contexto histórico regional..... 174
5.9.2 A Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região e sua atuação..... 182
5.9.3 A Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande e sua atuação..... 184
Considerações finais..... 187
Referências bibliográficas..... 192
Bibliografias consultadas..... 196
Revistas consultadas..... 204
Jornais consultados..... 205
Sites..... 206
Anexo I - Roteiro de entrevista aplicado junto as agroindústrias processadoras de borracha – Safra 2002/2003..... 207
Anexo II - Roteiro de entrevista aplicado junto aos engenheiros agrícolas..... 210
Anexo III - Roteiro de entrevista aplicado junto as associações de produtos – Safra 2002/2003..... 212
Anexo IV - Roteiro de entrevista aplicado junto aos produtores rurais – Safra 2002/2003..... 215
Anexo V - Tabela: Produção, importação e exportação de borracha, Brasil, 1935-1986 (em ton.)..... 220
Anexo VI – Fotografias..... 222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANIP	Associação Nacional da Indústria Pneumático
APABOR	Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BCB	Banco de Crédito da Borracha
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAFEALTA	Cooperativa Agropecuária Mista e Cafeicultores
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CCB	Crepe Claro Brasileiro
CEDB	Comissão Executiva de Defesa da Borracha
CNB	Conselho Nacional da Borracha
CNPSD	Centro Nacional de Pesquisa em Seringueira e Dendê
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha
CVC	Clorose Variegada dos Citros
DIRA	Divisão Regional Agrícola
DRC	Conteúdo de Borracha Seca
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FABOR	Fábrica de Borracha
FAESP	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GEB	Granulado Escuro Brasileiro
HEVEASSO	Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçú e Região
IAA	Instituto do Açúcar do Álcool
IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IAN	Instituto Agronômico do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IGP	Índice Geral de Preços
IRRA	International Rubber Regulation Agreement
ITRC	International Tripartite Rubber Cooperation
MAA	Ministério da Agricultura e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRG	Microrregião Geográfica

OMB	Ovídio Miranda Brito
OPEP	Organização do Países Exportadores de Petróleo
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PHOHEVEA	Projeto de Heveicultura na Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
PNB	Plano Nacional da Borracha
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
PROCANA	Produção de Combustível do Estado de São Paulo
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PROFEIJÃO	Programa de Feijão Irrigado
PROOESTE	Programa de Desenvolvimento do Oeste Paulista
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
RADAM	Radar da Amazônia
REBAP	Reunião de Estudos da Borracha para Aumento da Produção Vegetal
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SAI	Sistema Agroindustrial Integrado
SBR	Borrachas de Butadieno-Estireno
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SES	Serviço de Expansão da Seringueira
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDHEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Heveicultura
TORMB	Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha
UPA	Unidade Produtiva Agrícola

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Evolução da Produção e do Consumo de Borracha Natural no Brasil 1939/67..... 29

Figura 02 Índice de Consumo Industrial e Produção Nacional de Borracha Natural (em %)..... 30

Figura 03 Evolução da Área ocupada com Seringueira no Estado de São Paulo - 1978/97 (em ha)..... 49

Figura 04 Evolução da Produção de Borracha Natural no Estado de São Paulo no período de 1978 a 1996..... 50

Figura 05 Distribuição das Áreas Ocupada com o Cultivo de Seringueira por EDR no Estado de São Paulo em 1996 (em ha) 51

Figura 06 Participação das Quatro Maiores Empresas do Setor Pneumático no Mercado de Pneus Brasileiro..... 57

Figura 07 Diferença entre Preços de Referência e Preços Praticados com as Agroindústrias Processadoras (média anual) 64

Figura 08 Evolução da taxa de câmbio brasileiro no período de 1999 e 2003 (R$/US$)..... 66

Figura 09 Média Anual do Preço da borracha SMR-10 (Bolsa da Malásia) em US$..... 66

Figura 10 Diferença de preços recebidos pelas agroindústrias e heveicultores no período de 1998/03* (100% DRC) 69

Figura 11 Localização dos municípios pesquisados na MRG de São José do Rio Preto-SP..... 75

Figura 12 Evolução da utilização das terras no Setor Norte-Ocidental entre 1940 e 1960..... 79/80

Figura 13 Número de estabelecimentos por estrato de área entre 1970 e 1995/96 (em %) na MRG de São José do Rio Preto..... 81

Figura 14 Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários por estrato de área entre 1970 e 1995/96 (em %) na MRG de São José do Rio Preto..... 82

Figura 15 Evolução da área ocupada com as lavouras decadentes na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha)..... 90

Figura 16 Evolução da área ocupada com as principais lavouras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha) 91

Figura 17 Evolução da área ocupada com as principais lavouras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha) 91

Figura 18 Financiamentos aprovados para Destilarias anexas e autônomas no Estado de São Paulo entre 1975 E 1979..... 100

Figura 19 Financiamentos aprovados para Destilarias anexas e autônomas no Estado de São Paulo entre 1980 E 1983..... 100

Figura 20 Figura 20: Evolução da área com pastagens na MRG de São José do Rio Preto e São Paulo, 1970 - 1995/96 (em mil ha) 104

Figura 21 Evolução do pessoal ocupado na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970

– 1995/96 (em mil pessoas) 113
Figura 22 Evolução do pessoal ocupado por estrato de área na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (Em mil pessoas) 115
Figura 23 Evolução da área plantada com seringueira no período entre 1990 e 2002..... 125
Figura 24 Idade dos Responsáveis pelas UPAs (em %)..... 133
Figura 25 Escolaridade do Marido..... 134
Figura 26 Escolaridade da Esposa..... 135
Figura 27 Local de residência das famílias..... 137
Figura 28 Local de residência dos filhos dos produtores..... 138
Figura 29 Idade dos filhos do produtores..... 138
Figura 30 Escolaridade dos filhos que não estão estudando..... 139
Figura 31 Escolaridade dos filhos que estão estudando..... 140
Figura 32 Número de filhos por família..... 140
Figura 33 Área cultivada por estrado de área..... 142
Figura 34 Tamanho da propriedade por estrado de área (%)..... 142
Figura 35 Número total dos meios de produção disponíveis nas UPAs pesquisadas..... 143
Figura 36 Distribuição de Famílias segundo a Importância da Renda Agropecuária na composição da Renda Total..... 145
Figura 37 Participação da Renda obtida com a atividade heveícola na Renda Agropecuária..... 146
Figura 38 Período de implantação dos seringais em produção nas UPAs pesquisadas (%)..... 147
Figura 39 Atividades agropecuárias substituídas pela seringueira..... 148
Figura 40 Origem das Mudas..... 150
Figura 41 Percentual do valor da produção recebido pelos parceiros na heveicultura..... 141
Figura 42 Percentual de propriedades por número de pessoas ocupadas no seringal..... 153
Figura 43 Sazonalidade da Demanda da Força de Trabalho Agrícola no Estado de São Paulo em 1995..... 154
Figura 44 Tipo de Borracha Produzida nas Propriedades Rurais..... 157
Figura 45 Culturas Utilizadas no Sistema de Consórcio com a Seringueira..... 159
Figura 46 Empresas que Compram a Produção de Borracha..... 160
Figura 47 Preços recebidos pelos produtores por quilograma do coágulo..... 162
Figura 48 Tempo de plantio dos novos seringais..... 172
Figura 49 Estrato de área dos novos seringais..... 172
Figura 50 Cultura e atividade criatória que os produtores pretendem adotar ou aumentar a área utilizada..... 173

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Área plantada com seringueira no Brasil em 2002 (em ha)..... 55

Tabela 02 Parcela dos valores que formam o preço total da borracha seca processada (GEB-1) segundo a metodologia estipulada na Lei do Subsídio..... 60

Tabela 03 Rebate do subsídio..... 62

Tabela 04 Preços de Referência para agosto 2003 calculado pela FAESP..... 63

Tabela 05 Diferença entre os Preços de Referência e Preços Praticados com as agroindústrias processadoras de jan/98 a ago/03..... 65

Tabela 06 Diferença de preços efetivamente recebidos pelas agroindústrias e heveicultores no período de 1998/2003 (em reais)..... 69

Tabela 07 Diferença dos preços pagos ao produtor considerando a participação de 70% e o preço real praticado (R$/kg) 70

Tabela 08 Número de Estabelecimentos agropecuários na MRG de S. J. Rio Preto entre, 1970 e 1995/96..... 82

Tabela 09 Área do Estabelecimento Agropecuário na MRG de S. J. do Rio Preto entre 1970 e 1995/96..... 83

Tabela 10 Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 a 1995/96..... 85

Tabela 11 Área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 a 1995/96 (em ha)..... 85

Tabela 12 Área dos estabelecimentos segundo o estrato de área na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto – 1996 (em ha) 86

Tabela 13 Área dos estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras na MRG de São José do Rio Preto – 1996 (em ha)..... 87

Tabela 14 Evolução da utilização das terras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (em ha) 89

Tabela 15 Evolução da área ocupada com as principais lavouras temporárias e permanentes na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha) 93

Tabela 16 Efetivo bovino na MRG de S. J. do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (cabeças) 102

Tabela 17 Utilização das terras por grupos de área total na MRG de S. J. do Rio Preto-SP, 1996 (em ha) 103

Tabela 18 Área com pastagens natural e plantada na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 1995/96 (em ha) 104

Tabela 19 *Ranking* das 10 principais MRGs produtoras de leite no Estado de São Paulo em 2002 (mil litros) 107
Tabela 20 Evolução da produção de leite na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (Em mil litros) 107
Tabela 21 Evolução do nº de vacas ordenhadas na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002..... 108
Tabela 22 Produção de leite (em 1000 L) por finalidade do rebanho bovino Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto – SP, 1996..... 108
Tabela 23 Efetivo dos rebanhos de Galinhas, Galos, Frangas, Frangos e Pintos em 2002 das 14 principais MRGs produtoras do Estado de São Paulo (Cabeças)..... 109
Tabela 24 Evolução de galináceos (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos), 1970 – 2002..... 110
Tabela 25 Evolução da Produção de ovos na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (Mil Dz.) 111
Tabela 26 Pessoal ocupado por grupos de atividades econômicas na MRG de São José do Rio Preto, 1995/96..... 113
Tabela 27 Evolução do pessoal ocupado na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96..... 114
Tabela 28 Evolução do pessoal ocupado por estrato de área na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (em mil pessoas e %)..... 115
Tabela 29 Evolução do pessoal ocupado na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96..... 116
Tabela 30 Pessoal ocupado na MRG de São José do Rio Preto – 1996..... 117
Tabela 31 Composição da força de trabalho, tamanho médio da propriedade e tamanho médio do seringal nas UPAs pesquisadas..... 130
Tabela 32 Utilização das terras nas UPAs visitadas..... 144

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Previsão de rebate sobre o valor do subsídio..... 61

Quadro 02 Fatores que explicam a inserção da cultura de seringueira e a retirada da antiga cultura..... 148

Quadro 03 Problemas identificados pelos produtores na comercialização da borracha com a agroindústria processadora..... 164

Quadro 04 Vantagens e desvantagens da cultura de seringueira apontadas pelos heveicultores.... 170

RESUMO

O trabalho teve como tema central de análise a dinâmica da cultura de seringueira na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto. Para a consecução do objetivo, fez-se necessário a realização de um resgate histórico que nos ajudou a apreender as relações sociais travadas no âmbito do setor de borracha, as quais foram marcadas até meados da década de 1980 pelos interesses conflitantes entre a elite extrativista amazônica composta por seringalistas e aviadores, de um lado e, a elite industrial do setor pneumático, do outro. Com o aumento do preço da borracha natural a partir de 1973, puxada pelos alta nos preços da borracha sintética devido a crise do setor petrolífero, ocorreu uma maior expansão das plantações de seringueira na região sudeste do país, principalmente no Estado de São Paulo. Assim foi que já no inicio da década de 1990 a produção amazônica representava menos de 50% da produção nacional, perdendo sua posição protagonista como produtora de borracha natural para o Estado de São Paulo. Essa processo redundou no deslocamento do eixo do conflito da região amazônica-sudeste para o interior da região sudeste do país onde os produtores e processadores de borracha natural haviam personificado os interesse da elite extrativista. Com o aprofundamento do processo de industrialização do país a partir da década de 1950, o setor de pneumático foi ganhando envergadura e a partir de então passou a pressionar com mais vigor o Estado que concedeu a permissão para a importação de borracha natural em 1997 com a revogação da Lei de Contingenciamento ao mesmo tempo que promulgou a Lei do Subsídio, a qual apenas em partes compensou a abertura econômica do setor. Constatou-se na referida região a cultura da seringueira sempre se apresentou vantajosa ao produtor, sobretudo pelo seu baixo custo de manutenção e por ser menos susceptível ao prejuízo em caso de crise no setor. Outra constatação refere-se a escassez da matéria-prima no mercado nacional, fator o qual somado à baixa dependência do segmento agrícola de insumos e maquinários, proporciona ao setor agroindustrial da borracha algumas peculiaridades. Entre estas se destaca a menor subordinação do segmento agrícola as processadoras e, a menor diferenciação entre pequenos e grandes produtores no que se refere à produtividade e à qualidade da matéria-prima.

Palavras-chave: borracha natural, seringueira, heveicultura, Região de São José do Rio Preto, integração agroindustrial, dinâmica regional.

ABSTRACT

The work had as central subject of analysis the dynamics of the culture of rubber tree in the Geographic Microregion of is São José do Rio Preto. For the achievement of the objective, the accomplishment of a historical rescue became necessary that in helped them to apprehend the stopped social relations in the scope of the rubber sector, which had been marked until middle of the decade of 1980 for the conflicting interests between the extrativista elite Amazonian composed for seringalistas and aviators, of a side and, the industrial elite of the pneumatic sector, of the other. With the increase of the price of the natural rubber from 1973, pulled for the high one in the prices of the synthetic rubber which had the crisis of the petroliferous sector, a bigger expansion of the plantations of rubber tree in the Southeastern region of the country occurred, mainly in the State of São Paulo. Thus it was that no longer beginning of the decade of 1990 the Amazonian production represented less than 50% of the national production, losing its position natural rubber protagonist as producing for the State of São Paulo. This process resulted in the displacement of the axle of the conflict of the region Amazonian-Southeast for the interior of the Southeastern region of the country where the natural rubber producers and processors had impersonatied the interest of the extrativista elite. With the deepening of the process of industrialization of the country from the decade of 1950, the tire sector was gaining spread and from now on it started to pressure with more vigor the State that granted the permission for the natural rubber importation in 1997 with the revocation of the Law of Contingenciamento at the same time that it promulgated the Law of the Subsidy, which only in parts compensated the economic opening of the sector. The culture of the rubber tree was evidenced in the cited region always presented advantageous the producer, over all for its low cost of maintenance and for being less susceptível to the damage in case of crisis in the sector. Another constatação mentions scarcity of the raw material in the national market, factor to it which added to low the dependence of the agricultural segment of insumos and maquinários, provides to the agro-industrial sector of the rubber some peculiarities. Among these if it detaches the lesser subordination of the agricultural segment the processing and, the lesser differentiation between small e great producing in that if it relates to the productivity and the quality of the raw material.

Word-key: natural rubber, rubber tree, heveicultura, Região de José do Rio Preto, agro-industrial integration, dynamic regional.

Dedico ao meu pivete, Rafinha, concebido ao longo desse jornada.
Ao meus pais e meu sobrinho-filho Caio, de coração.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, a presente pesquisa tem como eixo central de análise a importância sócio-economica da cultura de seringueira na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto no período que compreende entre 1970 e 2003. O interesse pela temática nesta microrregião se justifica pelo fato dela se destacar tanto em âmbito estadual, como nacional na produção de borracha. Os dados da FIBGE (2001) comprovam essa importância: em 2001 a região respondia por 15,8 mil toneladas, representando 25% da produção estadual e 11% da produção nacional. No que tange a área plantada a região respondia em 2002 por 31,7% da área plantada no Estado de São Paulo.

Em outros termos, o estudo propõe analisar em que medida a cultura de seringueira se apresenta como alternativa de geração de renda e fixação do homem na terra, dado o sistemático processo de exclusão social assistido no meio rural brasileiro, em especial após a modernização do campo, a qual privilegiou a grande exploração em detrimento da pequena.

Cumpri enfatizar que no setor da borracha tem-se de um lado heveicultores e processadores de borracha natural, os quais entretanto são agentes antagônicos entre si, e de outros, representantes do capital monopolista internacional materializado na presença dos fabricantes de pneumáticos, quais seja: Firestone, Goodyear, Michelin e Pirelli, respondendo por cerca de 90% do setor.

Com o aprofundamento do processo de industrialização do país a partir da década de 1950, o setor de pneumáticos foi ganhando envergadura e a partir de então passou a pressionar com mais vigor o Estado que concedeu a permissão para a importação de borracha natural em 1997 com a revogação da Lei de Contingenciamento ao mesmo tempo que promulgou a Lei do Subsídio, a qual apenas em partes compensou a abertura econômica do setor.

Em síntese, o processo resultante do conflito de interesse destes agentes, foi constantemente permeado pela intervenção do Estado brasileiro através de políticas setoriais. Sendo assim, torna-se imprescindível no escopo do presente estudo, explicitar, através de um resgate histórico, as divergências imanentes dessas relação.

Para tanto a presente pesquisa busca apreender as relações estabelecidas entre heveicultores, processadores de borracha natural e fabricantes de pneumáticos e, a partir dessas reflexões, avaliar em que medida a heveicultura se constitui numa estratégia de reprodução social para os agricultores da Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto. Deste modo a cultura da seringueira possibilitaria a diversificação produtiva, permitindo a inserção no mercado com mais um produto comercial.

Para a consecução desses objetivos, procedeu-se realizando trabalhos de campo, nos quais foram aplicados quatro roteiros de entrevistas:

O primeiro roteiro de entrevista foi aplicado junto a 02 dirigentes de agroindústrias processadoras e junto ao proprietário de uma agroindústria processadora. O roteiro de entrevista visava a coleta de informações que proporcionasse fazer uma caracterização geral acerca da atuação das agroindústrias na região estudada (Anexo I).

O segundo roteiro de entrevista foi aplicado junto a 03 engenheiros agrônomos das Casa de Agricultura do municípios de Olímpia, Mirassol e Guapiaçú, com o objetivo de obter informações que pudessem subsidiar na caracterização e análise da dinâmica regional e municipal (Anexo II).

O terceiro roteiro de entrevista foi aplicado junto a 03 representantes das associações de produtores de borracha, quais sejam: o presidente Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR)[1], sediada em São José do Rio Preto; o Diretor Tesoureiro da HEVEASSO (Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçú e Região), situada em Guapiaçú; e, o assessor da SEBRAE, co-responsável pela criação da Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande, sediada em Olímpia. O intuito de entrevistar estas pessoas foi de identificar o grau de organização dos produtores regionais e o grau de importância e eficácia dessas associações como meio de reprodução social dos heveicultores (Anexo III).

O quarto roteiro de entrevista foi aplicado junto a 60 produtores rurais distribuídos em 06 municípios pertencentes à MRG de São José do Rio Preto. O objetivo da aplicação desse roteiro de entrevista foi levantar informações que possibilitassem identificar o perfil e fazer a caracterização geral da organização das UPAs dos produtores de borracha (Anexo IV)

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro trata da formação do oligopólio das indústrias pneumáticas no contexto do processo de industrialização brasileira e, paralelamente, o surgimento da borracha sintética como substituto da matéria-prima natural. Ademais, discutir-se-á neste capítulo, as reestruturações da política para o setor da borracha no Brasil sob a influência de dois setores conflitantes: a elite extrativista amazônica e os representantes do setor industrial de pneumáticos.

No segundo capítulo, as discussões estão centradas nas conseqüências do desenvolvimento industrial do país a partir de meados da década de 1950 sobre a configuração da política para o setor da borracha natural e sintética. Também será abordado

[1] Essa associação é integrada por produtores de borracha e usineiros (processadores da borracha crua), sobretudo do Planalto Paulista.

neste capítulo a criação dos Programas de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR I, II e III) e as transformações na política setorial de borracha natural e sintética a partir da crise do petróleo em 1973 e 1979.

No terceiro capítulo far-se-á uma análise das conseqüências da abertura do mercado nacional para a importação da borracha natural e da promulgação da Lei de Subsídio (Lei 9.479/97) sobre o setor de borracha natural e, em particular, sobre o produtores agrícolas. Para o melhor entendimento dessa nova legislação e de como ela vem sendo burlada pelo setor pneumático, procurar-se-á explicitar a metodologia que determina a aplicação da Lei.

No quarto capítulo caracterizar-se-á a dinâmica produtiva da Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, dando-se ênfase ao período que compreende entre a década de 1970 e o ano de 1995/96 e, nos casos em que haviam dados disponíveis até 2002. Para tanto, fez-se necessário inicialmente realizar um breve resgate histórico da região, mostrando como se deu sua incorporação à economia paulista e, posteriormente, a partir dos dados da FIBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2002 analisou-se: estrutura fundiária; condição do produtor; utilização das terras; principais culturas; pecuária bovina e de leite; avicultura de corte e de postura; e, composição da força de trabalho.

No quinto capítulo procurou-se analisar como todos os fatores anteriormente analisados refletiram-se sobre a região estudada, considerando que esta possui em seu âmago peculiaridades do ponto de vista organizacional. Desta forma, este capítulo foi dividido em três partes: na primeira faz-se-á uma caracterização das Unidades Produtivas Agrícolas (UPAs) pesquisadas, além de se procedera uma análise acerca do perfil dos responsáveis pelas UPAs e dos membros das famílias, pois acredita-se que essas características nos ajudam a entender as diferentes estratégias assumidas pelos produtores rurais; na segunda parte, procura-se mostrar a dinâmica do setor de borracha na Região de São José do Rio Preto e a relação que o segmento agrícola estabelece com o setor industrial processador da matéria-prima. Além disso, enfocar-se-á também as perspectivas dos produtores de borracha no que toca ao cultivo de seringueira. O último assunto abordado trata da importância de três associações de produtores de borracha existentes na região sob exame e os resultados desta forma de organização coletiva para os produtores rurais da região, procurando discernir suas particularidades.

É momento aqui de lembrar, que o desenvolvimento de uma pesquisa, demanda do pesquisador, um esforço considerável, mesmo não ficando patente tal labor. Pretendendo alertar possíveis interessados pela temática ou pela pesquisa de um modo geral, elucidaremos alguns dos problemas com os quais deparamos ao longo dessa jornada, dente os quais se destacam alguns: a dificuldade de acesso aos produtores, quando não às propriedades, por

falta de informação para localizá-lo e mesmo de indisposição por parte de alguns, tendo sido o cadastro da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 1996 nosso principal referência; inexistência de informações qualitativas e quantitativas relativas ao produtores de borracha daquela região, mesmo por parte das associações de produtores de borracha e instituições oficiais; e por fim, e sobretudo, a falta de apoio financeiro por parte das agencias de fomento e da Universidade para a realização da pesquisa.

Distante de exaurir o assunto, deseja-se contribuir para a discussão e a formulação de novas diretrizes para o setor agropecuário e, particularmente, para o setor da borracha natural na MRG de São José do Rio Preto, visto que praticamente inexistem trabalhos abordando a temática da heveicultura na referida área priorizando a dimensão social, econômica, política e espacial.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO OLIGOPÓLIO DAS INDÚSTRIAS DE PNEUMÁTICOS NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA PARA O SETOR DA BORRACHA

Nesta parte do trabalho buscaremos abordar os fatores que levaram à crise do complexo rural e a formação do complexo agroindustrial, processo responsável pela gênese da industrialização brasileira, constituindo o que se chamou de transição da economia brasileira de agroexportadora para urbano-industrial, possibilitada pela condução da política econômica pós-1930. Assim, procuraremos mostrar que a formação da industrias de artefatos de borracha não fugiu à regra, tendo firmado suas bases neste contexto da história brasileira, todavia, já na década de 1930, o setor apresentava-se fortemente representado pelo capital oligopolista internacional, o que não ocorreu em todos os setores da economia.

O desenvolvimento da indústria de artefatos de borracha no Brasil insere-se no contexto mais amplo do processo de industrialização brasileira. Porém, não se deve deixar de ressaltar que a evolução de sua trajetória apresenta características bastante peculiares.

Esta parte do trabalho busca elucidar também como os planos de contenção da oferta de borracha natural para controlar a queda desenfreada dos preços, traçados pelos maiores produtores mundiais de borracha natural localizados no sudeste asiático, não atingiram plenamente seu objetivo. Mostrara-se, ademais, como que somente com a entrada do Japão na 2º Guerra Mundial foram criados os fatores que impulsionaram os países consumidores a investir em pesquisas para desenvolver uma matéria-prima sintética. Dentro deste contexto, o Brasil perdeu terminantemente sua relevância como produtor de borracha natural.

1.1 A MUDANÇA DO EIXO DA ECONOMIA PÓS-1930 E A GÊNESE DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA NO BRASIL

A expansão da atividade cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX, criou as condições para o desenvolvimento econômico e uma incipiente industrialização na região centro-sul do país.

Segundo Silva (1996), o fator fundamental que desencadeou a crise do complexo rural[2] foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo imposto pelos capitais

[2] O complexo rural caracterizou-se pelo modo de produção artesanal, pois em seu interior produzia-se não só as mercadorias agrícolas para exportação, mas também manufaturas, meios de produção simples. Nesse complexo, a divisão social do trabalho era desprezível e as atividades agrícolas e manufatureiras estavam indissociavelmente vinculadas. Além disso, grande parte dos bens produzidos em seu interior não possuía valor de mercado, apenas de uso. Os camponeses produziam à base de enxada em "interação com a natureza" como se

internacionais, por meio da suspensão efetiva do tráfico negreiro pós 1850. Com o surgimento do complexo cafeeiro houve no país o desenvolvimento de um mercado de trabalho e, concomitantemente, a constituição de um mercado consumidor interno.

O período de 1840 a 1920 foi marcado pelo predomínio da cafeicultura na economia brasileira, que supria *pari passu* a evolução da demanda dos EUA e dos países europeus. Todavia, a exorbitante concentração de recursos produtivos fomentada pela economia exportadora do café, em face do cenário freqüentemente instável em âmbito internacional no mercado do café, induziu ao surgimento de oportunidades econômicas fora do setor cafeeiro. Assim, esse montante de capital acumulado com a economia cafeeira, ao esbarrar nos limites claros da expansão do setor, saiu em busca de novas aplicações. Foi neste contexto que aqueles setores anteriormente atendidos pelo comércio importador, passaram a ser explorados, recebendo o investimento do capital outrora envolvido no complexo rural.

Conforme observa Silva (1996), o complexo cafeeiro engendrou uma importante demanda urbana devido às necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas e a crescente necessidade de meios de transportes para viabilizar o escoamento da produção de café do Oeste Paulista. Também se fez necessário novas máquinas, equipamentos de beneficiamento, insumos como sacos de juta, entre outros. Isso fez com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda, atividades complementares como bancos, portos, ferrovias, fábricas têxteis, serviços de iluminação, transportes urbano, etc., as quais foram financiadas, em grande medida, pelos excedentes acumulados pelos barões do café.

Silva (1996) ao abordar a questão da formação do complexo cafeeiro levanta o seguinte questionamento: Mas, por que isso não ocorreu no âmbito do complexo rural que também dispunha de excedentes? Fundamentando-se em Rangel, Silva (1996, p.9) responde:

> Porque apenas com o surgimento do complexo cafeeiro paulista criaram-se as novas oportunidades de investimento resultantes da ampliação da divisão social do trabalho – ou, da separação cidade/campo – no bojo da qual se implementou um processo de substituição de importações. Aproveitou-se assim uma ‘oportunidade histórica’ - conjugando a disponibilidade de excedentes com a oportunidade de novas inversões que o complexo cafeeiro gerou [...]. [Somente ocorreu] ‘um aumento da divisão social do trabalho quando, no ato de se tentar a substituição de importações, a economia suscitou a procura de fatores liberados pelo setor exportador e, em conseqüência, retira fatores antes empregados em âmbito natural’.

---

esta fosse o seu “laboratório natural”, pois este trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, na maioria das vezes produzida por ele mesmo. Deste modo, produzindo apenas bens de consumo final (Kageyama *et al*, 1990). Faz-se importante destacar também, segundo Paim (1957) apud Silva (1996) que durante o período em que prevaleceu a lógica do chamado Complexo Rural somente existia o mercado externo, visto que as atividades que deveriam resultar na formação de um mercado nacional estavam internalizadas no âmbito do próprio complexo.

Isso porque, a expansão das atividades cafeeiras não podia mais se suprir na esfera da própria fazenda, dando margem assim para um aprofundamento da divisão do trabalho. Da soma destes fatores, resultou a incipiente industria nacional.

Não se deve perder de vista, entretanto, que o processo de industrialização brasileira apresentou forte dependência da economia agro-exportadora de café e sua vicissitude, sobretudo, para a disponibilidade de capitais e bens de produção.

Podemos dizer que este processo, que foi impulsionado a partir de 1850, acelera-se após a profunda crise de 1929, quando apresentou tendências nítidas no sentido da industrialização.

O período de 1890 a 1930,

> [...] constitui a fase de auge do complexo cafeeiro até a grande crise. Amplia-se as atividades tipicamente urbanas e outros setores começam a emergir do seio do complexo cafeeiro; cria-se um segmento de produção artesanal de máquinas e equipamentos agrícolas fora das fazendas de café para produção de secadores, deslocadoras, enxadas, arados etc.; [...] estabelecem-se as primeiras agroindústrias [...] consolida-se a indústria têxtil como a primeira grande indústria nacional; e se inicia a substituição de importação de uma ampla gama de bens de consumo 'leves'. (KAGEYAMA et al., 1990, p. 118)

Não é demais lembrar que foi com a Revolução de 1930 que a oligarquia rural perdeu sua hegemonia política e o setor primário-exportador esfacelou-se face ao processo de industrialização. Ao longo da década de 1930, o surgimento de um incipiente parque industrial - que a princípio "pegou uma carona" com o complexo cafeeiro - aufere nova base com as possibilidades que surgem com a substituição de importações, deslocando o setor agrícola como mola propulsora da economia.

Como observa Kageyama *et al* (1990, p.18) *"[...] o setor agrícola – e particularmente o complexo cafeeiro – continua desempenhando um papel fundamental, quer através de transferências financeiras quer viabilizando a importação de bens de capital e insumos para a indústria em expansão"*.

Hespanhol (1999, p. 25) assim descreve esta fase que caracterizou a transição da economia brasileira de agroexportador para urbano-industrial:

> [...] no período agroexportador, o Estado, sob domínio da aristocracia cafeeira, protegia o setor cafeeiro, garantindo a rentabilidade dos produtores através da definição de políticas macroeconomias (monetária e cambial), que favorecia a exportação e os exportadores.
> A crise da economia exportadora consubstanciada no café e as mudanças políticas ocorridas no país, a partir da década de 1930, levaram ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial. Houve, a partir deste período, o estímulo à diversificação da produção agrícola (algodão, amendoim, alimento básicos), e a política cambial passou a ser estabelecida com o intuito de favorecer à importação de equipamentos e máquinas para o setor industrial emergente, a despeito do setor agroexportador, vinculado ao café, continuar sendo a principal fonte geradora de divisa para o país, recebendo em função disso tratamento diferenciado.

De acordo com o que nos revela Sorj (1986, p. 21), a partir de 1930 a situação que se configura

> [...] é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não-efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural.

A condição de subordinação que caracterizava os grandes produtores de café após 1930, na verdade, se exprime na transferência dos excedentes do setor agrícola-exportador para o setor urbano-industrial, condição a qual estava consubstanciada na política de câmbio favorável à indústria. No que concerne a esta questão, Sorj (1986) observa que a exploração em alto grau da mão-de-obra no setor rural praticamente compensava os grandes proprietários da desapropriação de parte do valor gerado pela agricultura.

Para Müller (1989, p 29), o período que compreende de 1920/30 a 1955/60

> [...] caracteriza-se pela diversificação do investimento e pela transição para uma economia industrial, que se completaria por volta de meados dos anos 50. Tem-se, então, um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação como de contribuição para o crescimento do PIB.

Havendo, segundo Suzigan apud Müller (1989) uma clara ruptura na década de 1920 em relação aos períodos anteriores. Por conseguinte, descreve Müller (1989, p.29 e 30),

> não há dúvida de que a acumulação de capital industrial passa a revolucionar o comércio e as comunicações, acelerando a dependência da agricultura [...] Grosso modo, este período industrial corresponde à desagregação do predomínio do complexo latifúndio-minifundio na agricultura de importantes áreas do Sul e do Sudeste, sua persistência na região Nordeste e a recriação da agricultura atrasada nas fronteiras agrícolas.

A importação de alguns produtos finais cedeu lugar à importação de matérias-primas e meios de produção demandados pelo setor manufatureiro nascente. A expansão do setor industrial no Brasil coincidiu com a extraordinária centralização de capital e a formação dos grandes trustes que marcam a economia mundial no final do século XIX e início do XX.

> No Brasil, a diversificação da economia nacional com o surgimento de um setor manufatureiro, fez-se acompanhar da instalação de diversos representantes dos grandes grupos industriais norte-americanos e europeus. As dimensões do mercado nacional começavam a justificar o estabelecimento de escritórios de vendas dos próprios fabricantes estrangeiros e em alguns casos, da transferência para o país de determinadas etapas do seu processo de produção. [...] (PINTO, 1984, p.74).

Foi assim que o setor industrial produtor de artefatos de borracha no Brasil surgiu inicialmente sob a forma de pequenos estabelecimentos fabris, localizados próximos aos grandes centros consumidores, como Rio de Janeiro e São Paulo.

> A inexpressividade do setor gomífero [industrial] era compensada pela importação crescente dos artefatos de borracha necessários ao processo de industrialização (corrente, tubos, válvulas, vedações, cabos, etc...) bem como dos produtos de

> consumo final – pneus para bicicleta, botas, impermeáveis, etc...[...] (PINTO, 1984 p.75).

De acordo com Pinto (1984), as médias de importações de artigos de borracha em 1919/20 cresceu 500% em relação a 1900, ao passo que a importação, de forma geral, cresceu apenas 50%. No mesmo período, o peso do setor da borracha na pauta de importações passou de 0,41% para 0,97%. Vale destacar, no que concerne ao item "material de transporte" que se observou um aumento substancial de sua participação nas importações: de 0,69% em 1900 passou para 6,16% em 1920.

Os dados do Censo Industrial de 1940 revelam, segundo Pinto (1984), que a participação do setor da borracha no conjunto da produção industrial saltou de 0,1% (1920) para 0,6% (1940), num período que se caracterizou pelo acentuado crescimento da indústria nacional. Ainda é interessante ressaltar que, a indústria de transformação em geral, passou a representar em 1940, 43% do produto interno, contra 21% em 1919. Os censos industriais de São Paulo de 1929 permitem constar que, *"[...] o setor gomífero da indústria paulista produzia calçados, filamentos e disco de borracha, tubos, bolas, brinquedos,'brakes' para máquinas de arroz, artefatos de ebonite, artigos para estrada de ferro e higiênicos, etc...[...]"* (PINTO, 1984, p.76). Excetuando as fábricas de pneumáticos e câmaras de ar, foi entre 1920 e 1935, que um segmento industrial de artefatos de borracha considerado importante implantou suas bases no país.

Conforme se pronuncia Pinto (1984 p.83), se

> [...] o alto grau de concentração de renda nacional foi responsável pelo desenvolvimento precoce de um apreciável mercado consumidor de pneumáticos e câmaras de ar, outra característica, igualmente nefasta, do processo de industrialização – o agravamento dos desequilíbrios regionais – resultou na fixação em São Paulo, do principal centro produtor de indústria de artefatos de borracha. Economias externas tais como energia, transporte, serviços financeiros, disponibilidade de mão-de-obra, vizinhança do mercado consumidor no sul do País, prevaleceram sobre a eventual conveniência de se industrializar a borracha próxima de suas principais fontes de abastecimento (Belém e Manaus).

Segundo o Censo Industrial de 1940, o Estado do Pará era responsável por 24,7% do valor da produção da indústria de artefatos de borracha. Tal importância reduz-se, para 1,6% em 1950, índice considerado irrisório. Por seu turno, o Censo de 1950 apontava o setor de pneumáticos e o de câmaras de ar localizado no Estado de São Paulo como responsável por 68% do valor da produção industrial de artefatos de borracha nacional. Se fossem acrescidos os outros setores como o de calçados, filamentos e disco de borracha, tubos, bolas, etc, São Paulo teria uma participação de 84,4% do valor da produção industrial gomífera do País.

Concomitantemente à incipiente formação da indústria gomífera brasileira, nos E.U.A. e na Inglaterra a produção de artefatos de borracha era crescentemente dominada pelas grandes companhias produtoras de pneumáticos e câmaras. Esse setor, que tem sua origem

por volta de 1890, acompanhou a vertiginosa difusão do transporte automotivo no mundo, mostrando-se, já na década de 1920, o segmento hegemônico neste setor da economia.

Segundo Pinto (1984), o período de 1920 a 1935 caracterizou-se pela reorganização e consolidação das quatro grandes companhias que dominavam o mercado norte-americano de pneumáticos e câmaras de ar. Na década de 1910 uma guerra de preços e de patentes resultou em significativa redução das margens de lucro e na aniquilação de inúmeras empresas de pequeno e médio porte. Para conter a crise foi fundado neste período uma associação dos industriais de artefatos de borracha, com o objetivo de substituir a "prosperidade sem lucro" pela "cooperação competitiva". Também data desse período a ampliação da Cable Maker's Association, que em 1928 congregava 15 cartéis, com cerca de 90 membros produtores na Inglaterra.

À época, também ocorreu a aproximação entre produtores e distribuidores, isso porque a dominação oligopólica do setor exigia uma distribuição igualmente concentrada. Apenas a título de exemplo, Pinto (1984) menciona três acordos especiais que ocorreram neste período. O acordo entre Goodyear e Sears Roebuck (cadeia de lojas de departamentos), entre a Goodrich e a Montgomery Ward (outra cadeia de lojas de departamentos); e, entre a U. S. Rubber e Standard Oil (distribuição e derivados de petróleo).

A concentração no setor pneumático se fez acompanhada da territorialização de seus representantes, através das suas unidades produtivas, em quase todos os países em que havia o transporte rodoviário. No caso brasileiro, a economia extrativista amazônica exportadora de borracha, constituía-se num fator atrativo para algumas grandes companhias estrangeiras como foi o caso da U. S. Rubber e da Goodyear em 1912 e da Dunlop em 1913. Estas, num primeiro momento, foram atraídas pela expressiva oferta de borracha natural, não obstante, mais tarde, se voltando para o suprimento do mercado interno de artefatos de borracha. Isso porque, a economia extrativista amazônica enfraquecia-se paulatinamente, ao mesmo tempo em que, o complexo cafeeiro, conforme já foi descrito, engendrou um plausível mercado consumidor interno destes artefatos. Vale lembrar ainda, que simultâneo a esse processo, assistia-se à dinamização do transporte rodoviário no país.

Segundo Villela e Suzigan (1973, p. 405) é "[...]*realmente na década de 1920 que se pode considerar iniciada a era rodoviária brasileira [...] no final dos anos vinte, a extensão total das rodovias brasileira já chegava a cerca de quatro vezes a extensão total da rede ferroviária"*. Em verdade, a chancela pelo transporte rodoviário foi oficializada com o Plano Geral de Viação Nacional em 1934.

Já neste período a dimensão do mercado consumidor interno era suficientemente atrativa para as grandes companhias européias e norte-americanas. Tanto foi que, durante a

década de 1920, instalou-se em território nacional, representantes da Firestone (1923), B. F. Goodrich (1928), General Tire (1929) e Pirelli (1929).

Em outros termos, ao iniciar a década de 1930, encontravam-se instaladas no país, as principais companhias norte-americanas e européias de pneumáticos. Tal movimento apresentava-se como resultado de um duplo processo: de um lado, as transformações que se operavam na economia nacional, em conseqüência da formação do complexo cafeeiro e, de outro, a expansão, em nível mundial, da indústria de pneumáticos e câmaras de ar, além de fios e cabos.

Ademais, o governo de Getulio Vargas esforçou-se enormemente com vistas à integrar a economia brasileira. Na era Vargas foi extraordinário o estímulo à expansão da fronteira, assim como a abertura de vias de circulação, visando à incorporar novas áreas ao processo produtivo e integrar as diferentes regiões do país que se encontravam até então desarticuladas, formando um arquipélago econômico (HESPANHOL, 1999). Paralelamente, se multiplicavam no país, os veículos automotores, chegando em 1930 com uma frota de 129 mil unidades. No decênio que transcorreu entre 1926 e 1935, essa frota cresceu a uma taxa média anual de 5,15%.

Em resumo, desenhava-se no Brasil, um quadro que revelava um tímido desenvolvimento do setor pneumático fundado no capital nacional, ao mesmo tempo em que rapidamente as companhias multinacionais de capital oligopolista dominavam o mercado brasileiro.

Cabe destacar que este quadro, no qual prevalece o peso das companhias multinacionais, perdura até hoje, com pequenas variações, refletindo o processo de acomodação do capital oligopólio produtor de pneumáticos em nível mundial.

O setor produtor de artefatos de borracha fundado no capital oligopolista internacional, que se instalou no país durante as décadas de 1930 e 1940 cresceu num ritmo bastante acelerado, absorvendo 60% da produção de borracha natural em 1946. Por conseqüência, podia se vislumbrar, para os primeiros anos da década de 1950, um consumo nacional de borracha vegetal que excederia a produção amazônica. E, foi exatamente o que aconteceu, pois como resultado do processo de industrialização ocorrido no Brasil, as empresas nacionais foram obrigadas a efetuarem sua primeira importação de borracha natural já no ano de 1951, quando estas demandavam uma quantidade que excedia à oferta interna. É neste momento que se acirra a oposição de interesses entre o capital extrativista e industrial no Brasil, como se verá no próximo item.

O surgimento da indústria de artefatos de borracha no Estado de São Paulo não teve maiores conseqüências sobre o poder político da elite extrativista amazônica, composta por

seringalistas e aviadores[3]. Porém, é inegável que as transformações econômicas que ocorreram no país, a partir do início do século XX e, particularmente, após a formação de uma burguesia ligada ao setor industrial, com forte representação na esfera pública, alteraram profundamente o quadro político nacional. Assim, na medida em que o dinamismo do setor agrícola-exportador era substituído pela atividade industrial, sobretudo após a implantação do Plano de Metas[4], *rearticulavam-se as alianças políticas,* crescentemente influenciadas pelos interesses industriais.

As palavras de Oliveira (1981) apud Müller (1989, p.31 e 32) são ilustrativas para expressar a rearticulação política a qual nos referimos:

> Entre 1930 e 60 [...] a burguesia industrial paulista, vale dizer, o Sudeste industrial, alcançara a hegemonia econômica do país e o comando da política econômica ao submeter o Estado aos interesses industrializantes, opondo-se, assim, claramente, às oligarquias agrárias tanto do Nordeste como do Extremo Sul e, até mesmo, do Sudeste cafeeiro. Neste sentido, ela criou a economia nacional ao avançar com o processo de industrialização e destruir os espaços específicos de reprodução dos capitais regionais do Nordeste açucareiro-algodoeiro, do Sudeste cafeicultor e do extremo Sul pecuário.

A análise do autor supra citado, embora ilustrativa para corroborar a metamorfose das alianças políticas no país, deixa de mencionar o caso da Região Norte do Brasil. A burguesia extrativista do norte passou a partir desse período a deparar-se com os interesse conflitantes da elite industrial do sudeste. Todavia, embora a elite industrial tenha demonstrado grande influência na esfera política após 1930, a elite extrativista permanece forte até o início da década de 1980. Deste modo, somente a partir de então, a convergência de alguns fatores tais como o aumento do consumo de borracha natural pós-1950 e a expansão da cultura de borracha fora da Região Amazônica impulsionada pela crise do petróleo, acabou culminando no enfraquecimento dos interesses amazônicos, como será visto mais adiante.

Entretanto, para se compreender a permanência dos interesses retrógrados da elite extrativista da Região Norte até o início da década de 1980 e sua constante disputa pelo poder com a elite industrial em formação no país, faz-se necessário entender a dinâmica do setor da borracha no contexto mundial, redundando na criação do principal substituto da borracha natural – a borracha sintética – que desempenhou, sem dúvida alguma, papel importantíssimo neste processo, já que se constituiu numa matéria-prima compensatória para a indústria.

---

[3] Os seringalistas eram os proprietários dos seringais, *"[...] o patrão, o chefe, o responsável por tudo e a ele estavam subordinados todos os indivíduos que ali residiam."* O aviadores eram proprietários das casas aviadoras, *"[...] estabelecimentos comerciais que abasteciam o seringal, dele recebendo a borracha ali produzida. Realizavam, também, as operações de venda ao exterior."* Além disso, tiveram também a função de financiar a borracha, desde a instalação do seringal até sua posterior manutenção. Estas eram formadas maioritariamente por capital estrangeiro (Capelato e Prado, 1989, p.293 e 294).

[4] Plano de Metas é como ficou denominado o projeto de industrialização do país implementado durante o governo JK (1956-1960).

1.2 Os planos para contenção da produção de borracha no Sudeste Asiático e o aparecimento do sintético como substituto da matéria-prima vegetal

A Região Amazônica deteve o monopólio de borracha natural até a primeira década do século XX. Os seringais silvestres amazônicos atingiram seu ápice de produção em 1912, com 44 mil ton. No ano seguinte, reduziram a produção para 38 mil, chegando a 18 mil ton. em 1923. O fator responsável pela perca do monopólio amazônico reside na inviabilidade econômica do extrativismo gomífero devido ao caráter espacialmente disperso das seringueiras, acarretando alto custo de manutenção, já que a cultura da seringueira, plantada em áreas concentradas, tinha custo sensivelmente inferior.

Neste contexto, ingleses, franceses e holandeses resolveram investir nesta atividade dada a sua grande aplicabilidade no setor industrial. Possuidores de colônias no Sudeste Asiático, região apta do ponto de vista edafoclimático para a heveicultura, estes países obtiveram surpreendente êxito. Dessa forma, a produção asiática cresceu rapidamente, alcançando em 1920 um total de 304 816 ton., ou seja, 93% do mercado mundial, dominando-o (Capelato e Prado, 1989). Como conseqüência, o preço da borracha natural no mercado internacional aviltou-se a um patamar jamais visto.

Para conter a queda desenfreada dos preços, em 1918 tentou-se colocar em prática mecanismos que restringissem a produção da borracha natural no sudeste asiático. O principal obstáculo residia na não adesão do Ceilão e das Índias Holandesas (atual Indonésia).

Em 1920 uma nova tentativa foi levada a cabo, desta vez com a adesão da Malásia e das Índias Holandesas. O plano era reduzir as exportações, o que foi realizado de forma insuficiente, uma vez que os preços continuaram declinando. Em 1921 esse plano foi abandonado por completo.

Em 1922 foi colocado em prática, sem a adesão das Índias Holandesas, o Plano Stevenson, o qual restringia de forma compulsória a produção, através do estabelecimento de quotas para exportação. Todavia, a alta do preços da borracha natural, em 1925 e 1926, constituiu-se num forte estímulo à produção fora dos domínios ingleses. Em virtude disso, em novembro de 1928, o plano foi desativado por se mostrar ineficaz, na restrição à produção natural.

Essa considerável elevação dos preços acirrou os ânimos dos industriais norte-americanos, levando um grande número de empresas a realizarem investimentos próprios no cultivo de borracha. Todavia, as novas perspectivas criadas pela borracha sintética (como se verá mais adiante), aliada à vultosa soma de recursos necessários ao investimento na produção

de borracha natural, não justificavam sua manutenção. Estima-se que nos anos que antecederam à II Guerra Mundial, apenas 6% do total de borracha vegetal importado pelos E.U.A. eram de seringais próprios das indústrias pneumáticos. *"A persistência dos baixos preços que a borracha alcançou durante a década de 1930 [...] foram suficientes para moderar o ritmo das inversões norte-americanas em heveicultura"* (PINTO, 1984, p.63).

Em razão da persistência dos baixos preços, em 1934 reuniram-se os principais produtores do Sudeste Asiático, cujo resultado foi a criação da *International Rubber Regulation Agreement* (IRRA). Esse acordo estabelecia quotas de produção para cada um dos países membros. Uma comissão central ficou encarregada de fixar periodicamente o percentual exportável da cota padrão. Foram signatários do IRRA 98,7% dos exportadores mundiais de borracha natural. Tal acordo que deveria vigorar até 1938 foi prorrogado até 1943. O plano, apesar de sua envergadura, não conseguiu elevar significativamente o preço da borracha natural.

Neste contexto, segundo Pinto (1989), os estímulos para desenvolver uma indústria de borracha sintética nos E.U.A. eram pouco intensos. No entanto, na Alemanha, grandes esforços eram realizados pela auto-suficiência nacional. Entre 1934 e 1939, foram construídas cinco grandes fábricas de borracha sintética, com capacidade de produzir 175 mil ton. anuais. A Rússia, com desejo similar, desenvolveu uma indústria que alcançou 90 mil toneladas em 1939.[5]

> Nos E.U.A. que em 1935, absorviam 58,7% do total de borracha [natural] no mundo, a questão de suprimento desta matéria-prima permanecia à margem das considerações governamentais. Tanto assim que, até 1940, quando se iniciaram as discussões sobre a conveniência de implementar um programa oficial de apoio à borracha sintética, a produção desta matéria-prima nos E.U.A. era de apenas 2,9 mil toneladas, para um consumo total de borracha equivalente a 766,9 mil t, nestes mesmos anos. (PINTO, 1984, p. 64)

O envolvimento japonês na Segunda Guerra Mundial, principalmente após o controle das principais fontes de borracha natural no Sudeste Asiático, marcou uma mudança radical da atitude do governo norte-americano em relação ao setor gomífero. (PINTO, 1984)

Até 1942, a produção norte-americana de borracha sintética era de 10 mil ton. ao ano. Assim, em meados de 1942, os E.U.A. e o Canadá decidiram colocar em prática um projeto para desenvolver a produção de borracha sintética em larga escala. Neste ano, estes dois países produziram juntos 30 mil ton. de borracha sintética, aumentando para 700 mil em 1945[6].

Entretanto, o gradativo ressurgimento da borracha natural com a extinção do plano de contenção (IRRA) em 1943, ocorreu com um cenário mundial do mercado da borracha

[5] Atualidades do Conselho Nacional de Petróleo, 1974, p. 27.
[6] Atualidades do Conselho Nacional de Petróleo, 1974, p. 28.

totalmente transformado. A borracha natural, diferentemente do que se esperava, não reassumiu seu lugar como principal produto consumido pelas pneumáticas. Isso porque, além do aparecimento do sintético, os movimentos populares anticolonialistas no sudeste asiático, que ocorreram ao final da II Guerra Mundial, causaram apreensão aos interesses econômicos dependentes da heveicultura naquela região[7].

Assim, o fato dos consumidores de origem norte-americana não serem mais fortemente dependentes da borracha natural britânica ou holandesa, permitia-lhes ditar condições ao mercado internacional de borracha, uma vez que ele poderia alterar a estrutura de consumo, combinando borracha vegetal e sintética, não tendo assim que se submeter às determinações da oferta asiática.

Apesar da qualidade inferior dos pneus produzidos a partir da borracha sintética e da artificialidade de seu preço, em virtude do fato do governo estadosunidense ter subsidiado fortemente o setor sintético durante o período da guerra, o produto era estratégico para o país, face ao cenário internacional permeado pelas incertezas da Guerra Fria. Assim, o governo norte-americano resolveu manter a produção, além de estabelecer algumas medidas que tornava compulsório o consumo da matéria-prima sintética.

A convergência de uma série de fatores no início da década de 1950 foi decisiva para a expansão da produção e do consumo de borracha sintética nos E.U.A. Na área política, a Guerra da Coréia em 1951 e a crise do canal de Suez em 1956, associados à problemas prementes do dólar cambial, levaram a uma decisão quase simultânea da construir novas fábricas no mundo[8].

Deve-se considerar ainda, o fato da formação de estoques de borracha natural, que fez sua cotação aumentar, tornando-a menos atrativa que a borracha sintética. Somava-se a isso, o desenvolvimento de uma nova borracha sintética do tipo de SBR (ex-Buna S). Esse novo tipo de borracha, embora longe de ser um substituto perfeito da borracha natural, seus preços e suas características eram aceitáveis para as finalidades da indústria de pneumáticos. Assim sendo, o sintético constituiu-se em alternativa para a indústria gomífera nos E.U.A. em todo o resto do mundo.

Novas fábricas de borracha sintética foram construídas na Alemanha Ocidental, Inglaterra, França, Holanda, Itália, Espanha, Bélgica e outros países da Europa, as quais entraram em produção nas décadas de 1950 e 1960, logo seguidas por unidades produtoras no Japão, Austrália, Brasil, Argentina e México[9].

---

[7] Em 1947 e 1948 as rebeliões contra ingleses na Malásia, contra os franceses na Indochina associado ao movimento pela independência da Indonésia e a emancipação da Índia, do Paquistão, da Birmânia e do Ceilão tornavam instáveis a situação vigente na região.

[8] Atualidades do Conselho Nacional de Petróleo, 1974, p.28.

[9] Atualidades do Conselho Nacional de Petróleo, 1974, p.28.

Desde então, houve um grande crescimento, não só no número de fábricas e na tonelagem total produzida, mas também nas variedades de borracha sintética, as quais foram desenvolvidas para suprir os diferentes tipos de aplicações industriais. Neste contexto, a indústria de borracha sintética consolidou suas bases, tornando-se produtora de grande relevância.

> Os reflexos desta nova orientação do setor gomífero não se restringiram aos centros mais industrializados. Mesmo naquelas economias que não dispunham de um setor petroquímico desenvolvido, a borracha vegetal foi gradualmente cedendo lugar aos elastômeros sintéticos.[...] (PINTO, 1984, p. 69)

Este, como se verá, foi o caso do Brasil, onde a borracha sintética como alternativa ao setor industrial permitiu a manutenção dos elevados preços da borracha natural, o que se coadunava com os propósitos da elite amazônica, além de suprir a lacuna deixada pela borracha natural mais cara para a indústria. Para se apreender com mais clareza esse processo, torna-se imprescindível mostrar como os sucessivos governos conduziram a política da borracha natural e sintética no Brasil.

1.3 O CONFLITO ENTRE O CAPITAL EXTRATIVISTA E O INDUSTRIAL PELA INFLUÊNCIA POLÍTICA NA ESFERA GOVERNAMENTAL

Como é sabido mesmo pelos menos entendidos no assunto, as relações sócio-políticas são permeadas, na maior parte das vezes, por interesses e desinteresses de grande poder decisório, geralmente exercido por segmentos econômicos nacionais ou internacionais. O resgate histórico, que ora se apresenta, busca mostrar como esse processo se dá na trama das relações sócio-políticas inerentes ao setor da borracha no Brasil, tendo como principais atores a elite extrativista de um lado e, a elite industrial produtora de pneumáticos, do outro.

Desta maneira, procuraremos mostrar que as reivindicações da elite extrativista se inicia nas primeiras décadas do século XX, com a perda do monopólio sobre a produção de borracha natural ocasionada pelo advento da produção asiática no mercado internacional. Por seu turno, as reivindicações da elite industrial iniciam-se com o aumento do consumo de borracha natural após a instalação de grandes indústrias pneumáticas no país a partir da segunda metade da década de 1930.

Destarte, procuramos mostrar como esse conflito resultou até meados da década de 1985 num saldo positivo para a elite extrativista que, em um primeiro momento, em decorrência da 2º Grande Guerra e, posteriormente, por estar mais bem representada na esfera governamental, conseguiu aprovar políticas de garantia de preços, assegurando assim alta remuneração ao seu produto. Por outro lado, os industriais do sudeste do país ligados ao setor

produtor de pneumáticos, garantiram um ritmo acelerado de crescimento com a possibilidade de importação do produto sintético e, mais tarde, com a produção nacional de sintético.

A instabilidade na cotação da borracha natural ocorrida já nas primeiras décadas do século XX, concomitante aos rumores de que no Sudeste Asiático se realizava com sucesso a cultura de seringueira, foram razões suficientes para as primeiras reivindicações de natureza política-econômica por parte do setor extrativista.

> Com o término da guerra e o restabelecimento do fluxo de borracha asiática os preços do produto brasileiro caíram a níveis baixíssimos, entrando novamente em declínio. A participação do Brasil nesse mercado, sofreu queda violentíssima. Se em 1906, as florestas naturais tinham fornecido 99% da produção mundial, em 1920 esse índice baixou para 11%, e em 1950 ficou em apenas 2%. (Fadell 1997; Costa Filho 1995; Cavalcante 1993 apud Batista, 2000)

Contudo, os primeiros projetos encaminhados não conseguiram parecer favorável da Comissão de Finanças. Isso porque, estavam se fazendo representar na esfera federal, à época da Primeira República, a elite cafeeira. A elite do norte era, no entanto, um setor politicamente modesto frente aos poderosos capitais agrários e comerciais do sudeste do País.

Argumentava um deputado representante da elite do Norte que a União fazia-se mãe para o Sul e madrasta para o Norte (Prado e Capelato, 1989). Isso porque, o café, à época, de acordo com Prado e Capelato (1989, p. 305): *"[...] representa o núcleo da economia brasileira e atraía para si todas as atenções; aos representantes dos Estados cafeeiros era fácil fazer com que os favores da União para eles convergissem, deixando de lado as necessidades dos distantes inexpressivos Estados do Norte."* Por essa razão, entre 1912 e 1941, nada foi feito para salvaguardar a economia gomífera amazônica.

No que se refere à extração de borracha na região Amazônica, as rudimentares técnicas empregadas nos seringais nativos e a distancia entre as seringueiras acarretavam alto custo de manutenção, tornando a atividade pouco lucrativa. Por seu turno, a reprodução do capital comprometido na região amazônica buscava explicitamente a manutenção dos grupos regionais dominantes.

É válido lembrar ainda, que a formação de um incipiente parque industrial de artefatos de borracha no sul do País, não repercutiu, nesse primeiro momento, sobre a produção extrativista, uma vez que não elevou significativamente sua demanda. Isso porque, conforme sublinha Pinto (1984, p.85), aos *"preços então vigentes, a venda da borracha crua para o mercado interno (de proporções mínimas) não apresentava qualquer vantagem em relação à exportação."*

O arcaísmo extrativista na Amazônia contrastava com o acelerado desenvolvimento do setor produtor de artefatos, intensificado após a instalação das grandes indústrias de

pneumáticos a partir da segunda metade da década de 1930. Tal fato culminando em relações políticas conflitantes entre estes dois setores econômicos.

Nesse contexto, o aumento do consumo de borracha no país era incompatível com a exportação desta matéria-prima como vinha ocorrendo até então. Em face desse problema, iniciram-se as pressões das indústrias de artefatos de borracha localizadas no sul do país. A conseqüência imediata foi a criação do Decreto-Lei n.º 3.359 em 20 de junho de 1941, o qual estabelecia o controle do Estado sobre a produção e a comercialização da borracha Amazônica.

"Embora relevante, por indicar de forma inequívoca, o sentido das preocupações governamentais, esse decreto logo perdeu sua razão de ser face à nova realidade política imposta pela Segunda Guerra Mundial." (PINTO, 1984, .93) A II Guerra mundial significou para o Brasil, um marco na história da borracha. Isso porque,

> [...] Para atender ao consumo multiplicado pela guerra, os países aliados viram-se obrigados a recorrer a Amazônia, visto que as plantações no Oriente, já então os principais produtores mundiais, haviam caído em mãos dos japoneses. Foram então assinados vários acordos entre o Brasil e os Estados Unidos objetivando [...] aumentar a produção. Um desses acordos criava o Banco da Borracha, atual Banco da Amazônia, para financiar a produção. [...] (OLIVEIRA, 1975, p.72)

O envolvimento dos E.U.A. na Segunda Guerra Mundial levou-o a definir sua política visando ao abastecimento de matérias-primas estratégicas. Neste contexto, o Brasil aliou-se diplomaticamente aos E.U.A.

> Os "Acordos de Washington" – como ficaram conhecidos mais tarde, abrangiam o período de 1942 a 1946, durante o qual, no que dizia respeito à borracha [natural], sua produção, comercialização, industrialização e exportação passaram a ser controlados diretamente pelo governo federal. Os objetivos básicos de tais acordos eram os de estimular ao máximo a produção extrativista amazônica, de forma a aumentar os excedentes exportáveis, [os quais seriam direcionados com exclusividade] para os E.U.A. ao mesmo tempo em que se racionava o consumo interno de borracha vegetal, substituindo-a por elastômeros sintéticos ou regenerados, quanto possível. (PINTO, 1984, p. 94)

Os Acordos de Washington estabeleciam para a borracha brasileira, um preço que chegava quase duas vezes ao praticado no mercado internacional em 1941.

Constata-se que os esforços governamentais brasileiros visavam explicitamente favorecer os E.U.A., porém a elite extrativista amazônica aproveitou-se dessas circunstâncias para conseguir o espaço almejado para participar das decisões do governo.

Naquela época, a visão que se tinha era de que o problema de escassez só poderia ser resolvido pela substituição da borracha extraída dos seringais por outro material. Uma alternativa encontrada pelas empresas que tinham a borracha como principal matéria-prima foi substituí-la, quando possível, pela borracha sintética, produzida a partir do petróleo, o que além de resolver o problema da falta do produto natural, reduzia o custo de produção. E foi

isso o que aconteceu. Conforme já foi explicitado, foi neste cenário instável que os E.U.A. formularam um ambicioso programa de produção de borracha sintética.

O capital industrial da região sudeste não ficou prejudicado com as políticas do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), uma vez que foi recompensado com a *liberação para importar o produto sintético.* Tal fato demonstra que o capital industrial do setor pneumático, ainda que com peso modesto, participava do governo, uma vez que o programa de substituição da borracha vegetal pela sintética (importada dos E.U.A.) permitiu que se mantivesse um ritmo de produção em elevação, reduzindo deste modo o conflito de interesses com a elite do norte.

Todavia, as medidas intervencionistas do governo brasileiro tiveram resultados no mínimo discutíveis do ponto de vista da dinâmica da economia gomífera da região amazônica. Do ponto de vista quantitativo, o sucesso da produção extrativista pode ser considerado modesto, visto que a produção passou das 16,8 mil toneladas produzidas em 1942, para 24,6 mil toneladas em 1947.

Com relação à adoção de inovações técnicas nos seringais nativos, Paula (1982) observa que nem uma medida foi tomada, sendo que a economia do seringal nativo tinha como forma de aumentar a produção apenas com a exploração de novas seringueiras.

Segundo Paula (1982, p. 79) a *"presença do Estado, [...] não alterou, mas sim reforçou os traços característicos da economia do seringal nativo, [qual seja] a hegemonia do capital mercantil [...]"*

Dessa forma, a nova política implementada pelo governo federal trouxe consigo a cristalização de um vínculo de dependência direta entre o extrativismo gomífero e a intervenção governamental.

Objetivando amenizar o conflito inerente ao setor da borracha, o governo brasileiro de cunho mais democrático instalado a partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas, através do governo de São Paulo, convocou a I Conferência Nacional da Borracha, a qual foi precedida pela consulta de todos os órgãos e associações ligados às atividades como produção, financiamento, exportação, industrialização e comercialização da borracha. No tocante à produção de borracha natural, os debates da I Conferência Nacional da Borracha, encabeçados pelos representante da elite extrativista, davam ênfase à manutenção de um preço de garantia, alegando ser a única forma de sobrevivência da atividade na Amazônia.

De acordo com Pinto (1984, p.104) nesse momento histórico,

> O extrativismo gomífero havia se desvinculado do setor exportador para rearticular-se ao desenvolvimento industrial do sul do País. Desta maneira, qualquer política que pretendesse manter o preço da borracha vegetal amazônica acima da cotação internacional refletir-se-ia na indústria nacional de artefatos de borracha.

As indústrias de artefatos de borracha consumiam em 1946 cerca de 60% da produção nacional de matéria-prima vegetal. Dessa forma, após intensas discussões no Congresso Nacional foi aprovada a Lei n.º 86 de 1947, a qual determinava a prorrogação do monopólio do governo sobre as operações de compra e venda de borracha natural até o dia 31 de dezembro de 1950; a continuação da exploração dos seringais nativos financiados pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB); a criação da Comissão Executiva de Defesa da Borracha (CEDB), formada por representantes do BCB, dos produtores de borracha e da indústria de manufaturados[10]; entre outros. Nessa legislação, a questão do cultivo da seringueira ficou relegada a um plano secundário.

Apesar de todos os esforços, entre 1947 e 1950, a produção extrativista caiu de 24,6 mil ton. para 18,6 mil ton., em virtude do declínio dos preços e da insegurança dos financiamentos governamentais por meio do BCB.

Ao mesmo tempo, na região sudeste do país, ocorria a expansão acelerada da indústria de artefatos de borracha, de forma que em 1950, o consumo de borracha ficou aquém da produção. Assim sendo, em 1951 o Brasil fez sua primeira importação de borracha natural.

Os interesses amazônicos não se mantiveram impassíveis frente às dificuldades relacionadas ao financiamento da exploração dos seringais nativos, visto que estava previsto para 31 dezembro de 1950 a extinção da garantia governamental de compra de borracha. Face às incertezas relativas ao futuro da borracha, as associações comerciais ligadas ao setor extrativista organizaram, em 1949, a II e III Conferência Nacional da Borracha. Desta vez, segundo Dean (1989), sem a presença de representantes dos setores industriais.

Isso porque,

> [...] a eventual liberação do mercado nacional [para a importação de borracha natural] significaria a extinção da produção amazônica[11]. [...]. Os argumentos centrais desse clamor apelavam para o sentido 'social' de tal medida (manutenção do emprego), além da economia de divisas que a produção nacional de borracha significava. E, a despeito da ampla evidência contrária ao extrativismo amazônico – tanto social quanto econômico -, prevaleceram, [...] as pressões reacionárias do grupo dominante naquela atividade. (PINTO, 1987, p.111)

Dean (1989) ressalta que os comerciantes do setor extrativista clamavam pelo permanente monopólio governamental estabelecido pela Lei nº 86 de 1947. Na ocasião, intensificaram-se os ataques ao cultivo de seringueira (heveicultura), exigindo-se que fosse proibida a canalização de mais recursos do Banco de Crédito da Borracha (BCB) para o Instituto Agronômico do Norte (IAN) e para as atividades que pudessem concorrer com o

[10] Essa comissão se transforma, a partir da Lei nº 5,227/67 no Conselho Nacional da Borracha.
[11] Enquanto o preço pago pela borracha amazônica era de Cr$18,00 por quilograma, a média vigente no mercado internacional, durante os últimos seis meses de 1948, não passou de Cr$ 7,00 o quilograma (C.E., 1949, n.º 2 p, 11).

extrativismo. Além disso, reivindicava-se que Belterra[12] fosse dividida em lotes para serem vendidos, uma vez que, à época, sua plantação de seringueira ainda era capaz de alcançar uma produção considerada significativa. Os representantes do extrativismo também se opuseram à plantação de seringais fora da Amazônia (Dean, 1989).

A elite extrativista ainda alegava que se o comércio extrativista recebesse um volume maior de recursos em forma de incentivo governamental, seria possível aumentar a produção de borracha. Com exceção da reivindicação feita em relação ao IAN que, no entanto, teve as verbas para os viveiros vetadas, todas as demais foram acatadas. (Dean, 1989).

Conforme Dean (1989), tal era o poder decisório do grupo amazônico no governo, que em 1951, 95% dos 526 milhões de cruzeiros de recursos do Banco de Crédito da Amazônia[13], foram destinados a financiar a borracha silvestre, enquanto que os demais 5% foram destinados a qualquer tipo de lavoura.

Por fim, uma "nova" legislação foi escrita em prol do segmento extrativista amazônico, nada alterando o monopólio estatal de comercialização da borracha (vegetal e sintética, de procedência nacional ou estrangeira). Ficou mantida também as atribuições da Comissão Executiva de Defesa da Borracha (CEDB), com a fixação de preços e o controle sobre as operações de compra e venda de borracha natural, delegadas pela Lei n.º 86 de 1947.

Embora o grande beneficiado tenha sido o segmento extrativista, o setor heveícola desfrutou dessas vantagens. Isso porque, a borracha plantada era vendida ao mesmo preço subsidiado da borracha extrativa. Além disso, os preços elevados da borracha natural em relação aos preços internacionais, estimulavam a produção e a importação do similar sintético.

A avaliação que pode ser feita a partir do que foi exposto até aqui é que, para a sociedade brasileira e, em particular para a heveicultura, a criação de todo esse aparato oficial, não trouxe benefício algum. Isso porque, o setor pneumático seguia por um caminho incerto na medida em que se tornava dependente de uma matéria-prima importada e, apesar da alta cotação da borracha natural, efetivamente não se registrou a ampliação da produção de borracha oriunda de seringais plantados no país.

Para se compreender melhor o aprofundamento deste quadro, ou seja, o paulatino aumento da dependência do setor pneumático da borracha importada e dos impasses para o desenvolvimento da heveicultura no país, abordaremos no próximo item a continuidade dos

[12] Belterra é como foi denominado o projeto de Henry Ford (dono da Companhia Ford) que tinha como objetivo transformar a área na maior produtora de borracha natural do mundo. Belterra, que significava, Bela Terra, viveu seu período áureo entre 1938 e 1940. No entanto, o final da Segunda Guerra Mundial, a morte do filho de Henry Ford, a grande incidência de doenças (mal-das-folhas) nos seringais e, principalmente, o desenvolvimento de um substituto sintético, levaram o projeto a decadência. Com isso, a plantação foi vendida para o governo brasileiro.
[13] Em 1950, o Banco de Crédito da Borracha (BCB) passou a ser denominado de Banco de Crédito da Amazônia (BCA).

conflitos entre os extrativistas da região norte e os industriais da região sul do país e suas implicações.

1.4 A TENTATIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DA HEVEICULTURA NO BRASIL E O IMPASSE CRIADO PELA ELITE AMAZÔNICA

O que se segue constitui-se na tentativa de demonstrar que os obstáculos criados pela elite da região Norte do país obtiveram êxito não permitindo uma maior disseminação da heveicultura no país e, em particular no Estado de São Paulo, em um momento em que os patamares entre demanda e oferta se distanciavam rapidamente. O governo de Getúlio Vargas transferiu a responsabilidade de disseminar a heveicultura para as empresas pneumáticos, todavia sem sucesso. Ainda com intuito de ampliar a oferta de borracha natural foi criado o I Plano Qüinqüenal da SPVA (Projeto Borracha) que teve um encaminhamento inadequado frustrando seus idealizadores, isto é os representante das indústrias consumidoras de borracha.

No ano de 1951 a produção nacional de borracha natural deixava um *déficit* de 4.993 ton., sendo necessária a importação para abastecer o mercado interno. No ano seguinte houve um grande distanciamento entre os patamares de consumo e de produção, devido ao processo de industrialização do país.

> [...] Vale dizer que preços excessivamente altos – em relação ao mercado internacional – estimulariam a importação e produção de elastômeros sintéticos bem como o desenvolvimento da heveicultura no País. Neste sentido, as dificuldades de infra-estrutura da Amazônia acabariam por canalizar esse impulso para outra região. [...] A esse quadro somava-se a escassez e o encarecimento da borracha importada, como conseqüência do clima de apreensão desencadeada pela Guerra da Coréia[14]. No Brasil, a confluência destes fatores [...] resultou numa crescente preocupação com a expansão da heveicultura. (PINTO, 1984. p 112 e 113)

De acordo com Dean (1989), a primeira importação de borracha foi responsável por impulsionar esforços de plantio experimental no Estado de São Paulo. Assim, a partir das seringueiras plantadas em 1915 em Gavião Peixoto, perto de Araraquara, implantou-se alguns seringais na região litorânea e no Instituto Agronômico de Campinas (IAC).

Em 1940 extensionistas federais souberam dos seringais em Gavião Peixoto e plantaram suas sementes em vários pontos do Estado de São Paulo. As forças do comércio extrativo amazônico, no entanto, mais uma vez não permitiram que tal iniciativa lograsse êxito. Não obstante, a essa altura, as sementes já haviam sido difundidas por diversos centros

[14] Em *"[...] nível mundial, essa situação se fez acompanhar da decisão norte-americana de estimular a substituição do consumo de borracha vegetal pela sintética, já referida anteriormente."* O mesmo ocorreu em outras partes do mundo, de forma que "*[...] no início da década de 1960, a borracha sintética era responsável por mais 50% do consumo mundial de elastômeros."*

de experimentos em Ribeirão Preto e Pindorama, na região de Catanduva. Em 1950, essas seringueiras encontravam-se aptas a fornecerem sementes para centenas de milhares de mudas para enxerto.

A subestação experimental do IAC em Ubatuba, no litoral paulista, possuía mais de 70 clones de origens diversas. Contudo, a disseminação da heveicultura a partir desses clones não logrou êxito.

Foi somente em 1956, com a ascensão de Jânio Quadros a governador do Estado de São Paulo, que esses esforços recebem novo impulso, sendo criados o Serviço de Expansão da Seringueira (SES) e o Fundo de Fomento à Cultura de Seringueira. À época, acreditava-se que a seringueira se adaptaria melhor na região litorânea. Contudo, na década de 1960, o primeiro foco do *Microcyclus* (mal-das-folhas), fungo que vinha se mostrando até então o mais vigoroso inimigo da *hévea*, foi identificado ao longo da costa e se alastrou por todo o litoral. Antes mesmo desse fato, o SES foi extinto e, em 1960, foi abolido o Fundo de Fomento à Cultura de Seringueira.

Os defensores da produção de borracha além das fronteiras da floresta amazônica ligados ao setor de pneumáticos, alegavam que os programas de expansão da heveicultura eram invariavelmente subfinanciados ou mal administrados, quando não se frustravam pela aplicação indevida dos recursos. Deve-se ressaltar ainda que políticos representantes do comércio extrativista na Amazônia combateram os programas iniciados em São Paulo e na Bahia, sob a alegação de que a produção de borracha era seu direito e tradição, sobretudo pelo fato da heveicultura ser um instrumento que permitiria a recuperação da economia regional.

Na esfera federal, o governo de Getúlio Vargas (1951-1954) elaborou um projeto de industrialização para o país, no qual a questão gomífera estava contemplada. Tal medida, entretanto, não conseguiu alavancar o desenvolvimento da cultura da seringueira.

Ainda em 1952, o governo federal promulgou o Decreto nº 30. 694 determinando que as empresas produtoras de artefatos de borracha deveriam provar perante a Comissão Executiva de Defesa da Borracha ter investido 20% dos seus lucros líquidos anuais na atividade heveícola como única condição para que não perdessem o direito de adquirir borracha de qualquer natureza, nacional ou estrangeira.

Esse decreto vigoraria até que, pelo Ministério da Agricultura e pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, fosse reconhecido que o consumo das empresas nacionais estava assegurado com a oferta proveniente das plantações realizadas em virtude da aplicação da lei.

O ônus do Decreto nº 30. 694 de 1952, o qual em 1954 foi complementado pelo Decreto nº 35.371, fez com que suas determinações recaíssem quase exclusivamente sobre as

grandes companhias estrangeiras produtoras de pneumáticos, uma vez que este decreto complementar determinava que eram consideradas empresas produtoras de artefatos de borracha, aquelas cujo consumo anual fosse de no mínimo 120 toneladas de borracha (peso seco). Isso isentava o chamado "setor leve" (predominantemente nacional) da responsabilidade do abastecimento interno de borracha natural através do investimento na atividade heveícola.

Desse modo, verificou-se que no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), as multinacionais do setor de pneumáticos não exerciam grande influência sobre as políticas governamentais. A promulgação destes decretos, por sua vez, também não agradavam a elite extrativista, haja vista a possibilidade dos industriais do setor pneumático monopolizarem as fontes de abastecimento de borracha natural.

Não é demais lembrar o caráter eminentemente nacionalista do governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, foram notórios os exemplos da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952; da Petrobrás em 1953; a elaboração do Plano Nacional Rodoviário; do Fundo Federal de Eletrificação, dentre uma série de outras medidas que revelavam explicitamente suas tendências ideológicas.

As medidas governamentais tomadas em relação ao setor de borracha ntural enfrentaram forte oposição por parte das companhias produtoras de pneumáticos, que as consideravam inconstitucionais. A verdade é que a conjuntura, ou seja, o advento dos sintéticos e os reduzidos preços da borracha vegetal no mercado internacional não tornavam atrativas as margens de lucro resultantes da atividade heveícola. Convêm assinalar que as inversões de recursos pelas companhias estrangeiras determinadas pelos decretos em questão foram efetuadas, embora o espírito da legislação tenha sido burlado. Isso porque, teria sido necessário investir um volume de recursos muito maior que os 20% do lucro líquido das grandes empresas, para o desenvolvimento da heveicultura. E o fato era que essas empresas não investiram nada a mais além do exigido pela Lei, isso porque, o Brasil não fazia parte das estratégias em termos de heveicultura desenvolvido por estas empresas, já que elas poderiam ser desenvolvidas em condições mais apropriadas em outros países, como Malásia, Guatemala, Libéria, Filipinas, Indonésia, etc.

Em verdade, a heveicultura nunca se desenvolveu em escala apreciável devido à oposição dos interesses extrativistas e da presença do mal-das-folhas[15].

> Nesta mesma época [1953], foi também, finalmente, sancionado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia [...] ficando criada (pelo artigo 22.º...) a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA. Logo no ano subseqüente, este órgão elaborou um Plano de Emergência [...] que incluía um capítulo sobre a questão gomífera na Amazônia. Essa preocupação com a

[15] Essa doença endêmica é causada por um fungo que acomete as plantas das regiões quentes e úmidas.

> borracha dizia respeito a dois aspectos principais: a melhoria das técnicas de produção empregadas nos seringais silvestres e a introdução, na área amazônica, da heveicultura em grande escala. Embora sem maior expressão prática devido a limitações financeiras e técnicas do plano, que foi elaborado em prazo curtíssimo, esse mesmo enfoque foi retomado, em caráter definitivo, dentre do I Plano Qüinqüenal da SPVEA naquilo a que se chamou o *Projeto Borracha*. (PINTO, 1984, p.118) (Grifo do autor)

De princípio, o I Plano Qüinqüenal da SPVEA (Projeto Borracha) defendia a não continuidade da atividade extrativista em função da impossibilidade de convertê-la em uma atividade econômica de alto rendimento. A SPVEA defendia, no entanto, que alguma coisa deveria ser feita para a melhoria das condições de trabalho e das pessoas que se dedicavam à extração da borracha na Amazônia.

Dean (1989) destaca que 127 milhões de cruzeiros foram colocados à disposição para o Projeto Borracha (1955 a 1959) pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA), além de propor que os governos estaduais da Região Amazônica destinassem 146 milhões de cruzeiros (1,9 milhões de dólares) aos viveiros. Porém, os investimentos efetivos ficaram muito aquém do previsto. Em 1957 foram aplicados apenas 8 milhões de cruzeiros dos fundos da SPVEA e do BCA. Também os estados não cumpriram com sua parte. Ocorreu que, os recursos disponíveis para o Projeto Borracha não foram suficientes para um programa mais ambicioso, deixando-se à indústria de artefatos de borracha a tarefa de complementar esse esforço no cumprimento dos dispositivos legais de 1952 e 1954, que as obrigava a investir no setor heveícola.

A crise de escassez de matéria-prima se acentuou nos anos de 1956, 1957 e 1958, afetando o setor pneumático, tendo este que trabalhar com considerável capacidade ociosa. No plano internacional, a cotação do sintético apresentava-se favorável ao consumo, ao mesmo tempo em que grande parte do controle da produção dessa matéria-prima passara para as companhias fabricantes de pneumáticos.

Tal situação colocava o país num caminho que o levou invariavelmente à dependência da importação. Isso porque, as duas matérias-primas alternativas para a fabricação de pneumáticos (o petróleo ou o sintético, assim como a borracha natural) vinham sendo importadas.

Por seu turno, o processo de industrialização do país avançava em ritmo acelerado, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubistschek com a implementação do Plano de Metas que favoreceu explicitamente o setor produtor de pneumático com a entrada das multinacionais do setor automobilístico no país.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO: O INÍCIO DE UMA NOVA ERA PARA A INDUSTRIA DE PNEUMÁTICOS

2.1 O GOVERNO DE JUSCELINO KUBISTSCHEK

O projeto de industrialização implementado a partir do Governo Kubistschek (1956-1960) pode ser considerado um marco, pois elevou o consumo de borracha natural em função da entrada de empresas automobilísticas no país, agravando ainda mais o *déficit* na oferta dessa matéria-prima e a elevação da importação. Objetivando suprir essa lacuna foi criado com a participação do Escritório Técnico de Agricultura do Brasil e dos E.U.A. o ETA Projeto-54, que tinha como meta ampliar a área cultivada. Esse projeto esbarrou nos interesses reacionários da elite amazônica de modo que apenas foi ampliada a oferta de borracha sintética devido à criação de um fabrica estatal.

No Brasil, a partir de meados da década de 1950, ocorreu a explícita abertura da economia nacional ao capital estrangeiro pelo governo de Juscelino Kubistschek (1956-1960). Esse governo foi extremamente favorável ao setor pneumático em razão da crescente demanda por pneus e artefatos de borracha em virtude da ampliação da produção de automóveis.

Com o Plano de Metas foi engendrado diversos mecanismos que se constituíram em atrativos para o capital oligopolista internacional. Esse Plano criou condições para que o país consolidasse as bases da industrialização consubstanciada no setor pesado (aço e equipamentos) e de bens de consumos duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores, etc.). As empresas destes setores instalaram-se principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fortalecendo o papel dessas duas cidades como metrópoles nacionais (HESPANHOL, 1999).

Assim, o setor industrial voltado para a produção de bens de consumo duráveis tornou-se de maior peso na economia brasileira, com destaque para as indústrias de equipamentos de transportes voltadas para a fabricação de automóveis, cujo valor da produção industrial elevou-se de 1,6 milhão de cruzeiros em 1958; 6 milhões em 1959; 16,4 milhões em 1960 e 22,7 milhões em 1961 (VESENTINE, 1986).

Faz-se importante destacar também que, com a intensificação do processo de industrialização do país a partir de meados da década de 1950, a situação em termos da oferta interna de borracha agravou-se significativamente. A produção industrial chegou a crescer 80% neste período, com taxas mais elevadas para as indústrias de equipamentos de transportes, as quais se expandiram cerca de 600% (VESENTINE, 1986).

Embora o Plano de Metas tenha incluído em seus objetivos a implementação de 70

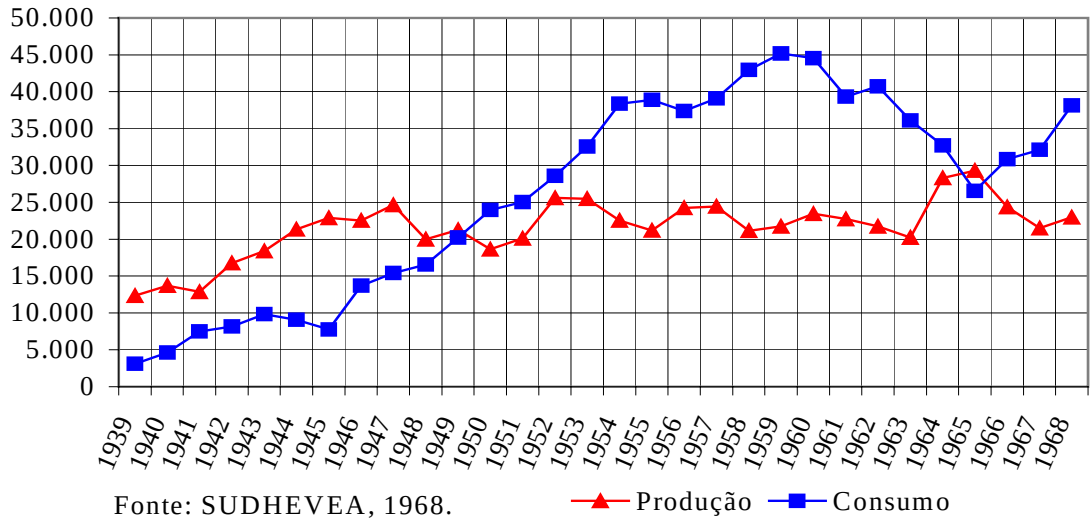
mil ha de seringueira, não houve esforço em efetivá-la. Não apenas no que toca à heveicultura, mas o setor agrícola como um todo ficou relegado, face à maior primazia desse governo pelo setor industrial (Dean, 1989).

Como pode se observar na Figura 01, em 1951 a produção interna de borracha natural foi de 20.095 toneladas, frente a um consumo de 25.028 toneladas, representando um *déficit* de 4.993 ton., forçando a importação do produto para abastecer o mercado interno (BAHIANA, 1989).

A partir de 1952 observa-se que houve um grande distanciamento entre os patamares de consumo e de produção, pois enquanto o consumo aumentava em grande proporção, a produção de borracha natural oscilava, não conseguindo atingir os níveis de consumo interno, em virtude da implantação de novas indústrias no país.

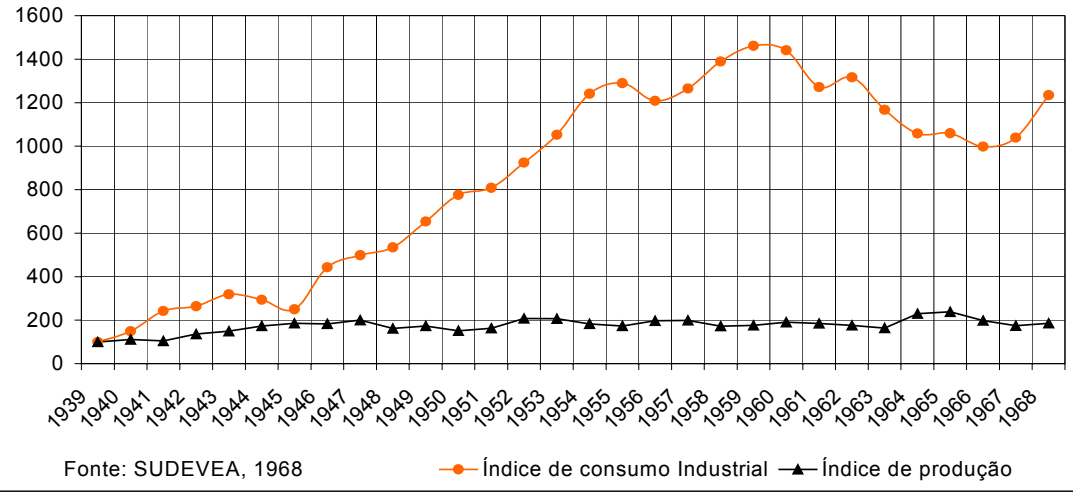
Como conseqüência da elevação da demanda industrial, no ano de 1959 verificou-se um déficit de 23,5 mil toneladas na oferta nacional de borracha natural em relação à demanda, pois enquanto a produção interna atingia 21,5 mil toneladas, o consumo era de cerca de 45 mil toneladas, o que representava um índice negativo de mais de 52% (ver Figuras 01 e 02).

Figura 01: Evolução da Produção e do Consumo de Borracha Natural no Brasil 1939/67



Fonte: SUDHEVEA, 1968.

Figura 02: Índice de Consumo Industrial e Produção Nacional de Borracha Natural (em %)



Fonte: SUDEVEA, 1968

Ademais, *"[...] o governo militar de abril de 1964 veio acentuar o sentido do processo de industrialização delineado durante o governo de Juscelino Kubitschek."* (PINTO, 1984, p.132)

Nesse processo ganhou expressividade o significativo crescimento da produção de veículos automotores. Entretanto, foram em especial os automóveis de passeio que apresentaram maior elevação, representando 12,4% da produção nacional de autoveículos (11,9 mil de 96 mil unidades produzidas) em 1959, tendo sua participação relativa aumentada para 56,4% em 1975, isto é, 531 mil unidades numa produção de 929 mil autoveículos. A indústria de pneumáticos cresceu neste mesmo período em ritmo igualmente acelerado.

A contrapartida inevitável dessa expansão foi a vertiginosa elevação do consumo de borracha natural, sintética, regenerados e látices. O consumo total passou de 53,5 mil toneladas em 1958, para 263,5 mil toneladas em 1975, segundo Pinto (1984).

Nessa nova conjuntura, o monopólio de comercialização da borracha até então exercido pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA), foi revogado no ano de 1958, pelo Decreto nº 44. 728, complementado pelo Decreto 47. 167 de 1959. Na prática ocorreu que,

> [...] fixadas as proporções globais de borracha nacional e estrangeira a serem utilizadas durante o ano (tarefa que cabia à CEDB [Comissão Executiva de Defesa da Borracha]), facultava-se [...] ao setor pesado, a importação direta, com redução de direitos aduaneiros, da parcela suplementar ao seu consumo de borracha nacional. (PINTO, 1984, p.122)

Em decorrência dessas medidas, no ano de 1958 das 43,1 mil ton. de borrachas consumidas no país, quase 50% foram importadas.

Para o aumento da produção de borracha natural foi solicitado pelo Ministério da Agricultura em 1958 a Reunião de Estudos da Borracha para Aumento da Produção Vegetal

(REBAP). Objetivava-se por meio dessa reunião esboçar as diretrizes para uma política de envergadura nacional para o setor da borracha natural. Tal medida resultou em 1958 num ambicioso projeto de heveicultura: o ETA-Projeto 54, que contava com a participação do Escritório Técnico de Agricultura do Brasil e dos E.U.A. O ETA – Projeto 54 tratava-se, segundo Dean (1989), de uma continuidade da proposta do SPVEA feita em 1955.

De acordo com Pinto (1984), o ETA – 54 tinha por objetivo implantar até 1963, 10 milhões de seringueiras cultivadas, em 20 mil hectares. Deste total, 50% por entidades governamentais e 50% por organizações particulares. O cumprimento de tal objetivo demandaria um investimento de 2,3 milhões de dólares. Contudo, já em 1958, ficava clara a carência de recursos para a exeqüibilidade dos objetivos propostos. Diante disso, a iniciativa privada também não se sentiu estimulada para executar sua parte. Assim, o programa chegou ao seu fim com 116 trabalhadores em campo e 160 ha de viveiros, não tendo sido plantado mais de 2.200 ha.

Neves (1978) assinala que o ETA não cumpriu com seus objetivos uma vez que não despertou interesse por agricultores fora da região amazônica em investir na heveicultura e, por isso, milhões de enxertos foram perdidos.

Segundo Dean (1989), o Ministério da Agricultura teve grande responsabilidade no insucesso do plano ao insistir que a maior parte do esforço de extensão fosse voltada aos seringais nativos, onde se ensinaria aos seringueiros os métodos de extração do Sudeste Asiático.

Apesar de todos os esforços, os programas de heveicultura propostos na REBAP, que defendia a inclusão de seringais cultivados, esbarraram na oposição exercida pelo interesses comerciais envolvidos no extrativismo amazônico.

A única medida realmente levada a cabo foi à construção de uma fábrica estatal de borracha sintética. Embora não sendo prioritária, esta acabou sendo concretizada porque não feria qualquer grupo de interesse privado e, dependia, exclusivamente, da determinação governamental, todavia a favor do setor industrial[16]. Além do mais, a produção nacional de borracha sintética economizava divisas com a importação, tanto desta mesma natureza, como naturais, tendo reduzido a importação de borracha natural para 2 mil ton. em 1965. Convêm lembrar, que em 1958 o Brasil consumia cerca de 20 mil ton. de borracha.

[16] Assim, no ano de 1958, o governo federal autorizou a PETROBRÁS a construção de uma planta com capacidade de 40 mil ton. de butadieno-estireno. A Fábrica de Borracha (FABOR) financiada, em grande medida, pela Goodyear e Firestone, ficou anexada à Refinaria Duque de Caxias (RJ) e entrou em produção em 1962. Ainda em 1959 foi criada a Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO), que entrou em produção em 1965.

De acordo com Pinto (1984), o oligopólio do setor pneumático à época era formado fundamentalmente pelas companhias Firestone, Goodyear, Pirelli, Dunlop, Goodrich (instaladas em 1958) e General (cujas operações no País se encerraram em 1965),

> [...] só poderiam ver com bons olhos a opção rodoviária do projeto de industrialização do período de 1956 a 1960. A implantação do Plano de Metas durante o governo do Presidente Juscelino Kubistschek, o franco favorecimento ao capital estrangeiro [...] e a prioridade concedida à industria automobilística vieram de encontro a um novo surto de internacionalização do capital em geral e do oligopólio produtor de pneumático em particular. (PINTO,1984, p.127)

E, acrescenta que,

> A concretização das intenções da legislação de 1952 e 1954, [que determinava o investimento de 20% do lucro líquido das pneumáticos no setor heveícola], ficava cada vez mais distante, consagrando-se a noção de que cabia ao Estado garantir o abastecimento e a rentabilidade dos capitais estrangeiros dedicados à fabricação de pneumáticos, quer através do fornecimento de divisas para a importação de elastômeros ou da produção nacional de borracha sintética. (PINTO,1984, p.128)

Fazendo-se um balanço, é possível afirmar que para o setor produtor de artefatos, em especial para os pneumáticos, a década de 1950 foi extremamente favorável do ponto de vista da criação das condições para a elevação da demanda de pneus e do suprimento de matéria-prima sintética. Corrobora essa afirmativa o fato da fabricação de pneumáticos ter crescido de 1,3 milhões em 1950 para 3,3 milhões em 1960. Todavia, a década de 1950 foi encerrada sem perspectivas para a solução da heveicultura brasileira, mas com tendência clara no sentido de compensar a carência da matéria-prima natural com a utilização da sintética.

2.2 A PRIMAZIA DA BORRACHA SINTÉTICA NA DÉCADA DE 1960 E A REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O início da década de 1960 caracterizou-se pelo crescente consumo nacional de borracha. Esta demanda foi suprida pela produção nacional e pela importação de borracha sintética. Entretanto, as políticas de estímulo à substituição da borracha natural pela sintética, como não poderiam deixar de ser, não foram vistas com bons olhos pelos extrativistas amazônicos. Isso porque, em decorrência dessa substituição, assistia-se a uma redução no consumo de borracha natural, tanto em termos absolutos, como relativos.

Embora em 1959 tivesse mercado garantido o consumo das 21,7 mil ton. de borracha natural nacional devido ao controle da Comissão Executiva de Defesa da Borracha sobre os processos de importações, a velocidade com que se dava o consumo de borracha sintética causava inquietação aos extrativistas. Entre 1956 e 1965, enquanto o consumo total nacional de borracha cresceu 62,3%, o percentual ocupado pelos sintéticos aumentou de cerca de 1% para 50% do total no mesmo período.

Segundo Bernardes et al (1986), em nível mundial, a taxa de crescimento do consumo de borracha no período entre 1948 e 1973 foi de 6,3% a. a, sendo que a da borracha natural foi de 2,8% a. a., o que comprova que a borracha natural perdeu sua posição monopólica, ficando a expansão da oferta sustentada pela borracha sintética. Contudo, a expansão da produção de borracha sintética se processou em bases oligopólicas, enquanto que a borracha natural encontrava-se geograficamente concentrada no sudeste asiático.

Deste modo, assistia-se a um aparente paradoxo: de um lado, o estímulo ao consumo de borracha sintética e, do outro, a manutenção de um elevado preço para a borracha natural.

Nesse contexto, tanto os industriais consumidores de borracha, como os produtores de borracha natural, tinham seus interesses defendidos, contudo cada um afetando diretamente o outro. Assim, durante o governo de JK (1956-1960), os pneumáticos tiveram parcialmente seus interesses defendidos em oposição aos interesses da elite extrativista. Essa situação se inverteu nos governos posteriores de Jânio Quadros (março a agosto de 1961) e João Goulart (1961-1964). Isso porque, principalmente a elite extrativista teve seus reclames atendidos em detrimento do setor de pneumáticos, que encontrou como saída o produto sintético. Não obstante, em nenhum momento, qualquer um dos lados teve seu poder de influência na esfera governamental totalmente dissipado.

Para João Goulart, a questão heveícola era de menos prioridade face à manutenção de seu poder, dada à instabilidade política. Seus seguidores nacionalistas, por sua vez, mostravam-se indignados com o monopólio estrangeiro do setor pneumático, possibilitado pelas relações clientelistas no âmbito governamental. Essa situação apresentava-se favorável aos interesses dos extrativistas que se colocaram como defensores das fronteiras brasileiras contra a cobiça imperialista.

Bernardes et al (1986) assinala que o declínio dos preços da borracha sintética em nível mundial no período entre o pós-guerra e a crise do petróleo, determinou uma tendência também declinante para o preço da borracha natural. Entretanto, diante da política de proteção ao preço da borracha natural amazônica, a borracha sintética mostrou-se mais atraente, aumentando ainda mais sua participação relativa[17].Tanto foi que, em função da garantia de preços (que chegava a 3,4 vezes o da borracha asiática), no ano de 1965, a produção nacional atingiu 29,3 mil ton. a maior produção dos últimos cinqüenta anos, enquanto que o consumo de borracha vegetal (e látex) reduziu-se sensivelmente para 26,5 mil ton.[18]

[17] A taxa de inflação no ano de 1963 atingiu 81,3%, enquanto que o preços da borracha natural chegou a ser reajustada em mais de 150%.

[18] Cabe destacar que permaneciam as condições precarizadas de trabalho e vida nos seringais nativos para aos seringueiros. Cerca de 99% da produção de borracha natural provinha dos precários seringais da região amazônica. Sobre as condições indignas de trabalho e vida na região ver: Pinto (1984); Reis (1953); Paula (1982) e Capelato Prado (1989).

Vale lembrar que a borracha plantada também acabou por ser contemplada pelo favoritismo concedido à elite extrativista, uma vez que era vendida pelo mesmo preço subsidiado da borracha extrativa. Esse estímulo favoreceu a implantação de alguns seringais em áreas fora da região amazônica. Porém, isso não foi suficiente para alavancar o cultivo de seringueiras no país.

Em 1965, o consumo de borracha sintética foi de 36,8 mil ton., das quais 27,4 mil ton. foram produzidas no país pela FABOR e COPERBO, enquanto que 9,4 mil toneladas foram importadas.

Segundo Oliveira (1975), a produção de borracha sintética evoluiu significativamente desde que entrou em atividade produtiva a Fábrica de Borracha (FABOR) da Petroquisa em 1962 e a Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO) em 1965. Verificou, que a evolução da produção total de borracha (natural e sintética), no período entre 1962/74, foi de 37.731 ton. para 174.703 ton. Considerando-se apenas a borracha sintética neste mesmo período, a evolução foi de 15.990 ton. para 155.844 ton. em 1974.

Neste particular, Oliveira (1975, p.75) alertava que:

> Esses números, que traduzem o acompanhamento de uma tendência mundial, representam também paradoxalmente o ponto de estrangulamento do setor. Ao negligenciar a produção vegetal pela ênfase dada a uma utilização cada vez maior do produto sintético, involuntária e inapercebidamente caminhamos para uma situação de impasse.

O autor supra citado referia-se à crise do petróleo de 1973, que obrigaria as indústrias consumidoras a reverem suas estratégias em função da extraordinária elevação da cotação da borracha sintética. Porém, face à realidade brasileira em termos de oferta de borracha natural, a única alternativa foi a importação do Sudeste Asiático.

Durante os governos militares, cuja política econômica estava substanciada na continuidade do processo de industrialização do país, a política setorial da borracha natural sofreu novas alterações, seguindo um rumo sem precedente na medida em que se vinculava estritamente aos interesses do capital industrial, em detrimento a elite do norte.

2.3 OS GOVERNOS MILITARES

Durante os governos militares, que alcançaram o poder a partir de 1964, a política para o setor da borracha tive duas fases bastante distintas: a primeira, que se estendeu até 1967, caracterizada pelo favoritismo às indústrias de pneumáticos e, a Segunda, a partir de 1968, com as políticas setoriais seguindo o rumo oposto, culminando com a aprovação do PROBOR

I em 1972. Diante desse cenário, a elite pneumática foi compensada com um crescente incremento na produção e importação de borracha sintética.

E importante sublinhar que os governos militares sempre tiveram seus interesses claramente atrelados aos do capital internacional. Portanto, o projeto de continuidade do processo de industrialização do país foi inequivocamente ao encontro com os interesses das industrias pneumáticas, a exemplo do que ocorreu no período JK.

> [...] A opção rodoviária e o desenvolvimento da indústria automobilística foram acelerados, promovendo-se sob a égide da repressão política, o aprofundamento da concentração de renda que permitiu a continuidade daquele processo. Após a desaceleração do crescimento econômico que marcou os anos de 1962 a 1967, retomou-se uma notável taxa de expansão da produção interna, entre 1968 e 1973, estimulada pela confluência dos favores concedidos ao capital estrangeiro, das reformas efetivadas pelo governo do General Castelo Branco e da extraordinária liquidez internacional que prevaleceu durante aquele período. Neste processo, destacou-se o acentuado crescimento da produção de veículos automotores e mais especialmente de automóveis de passeio. Esses últimos, que representavam 12,4% da produção nacional de autoveículos (11,9 mil de um total de 96 mil unidades) em 1959, passaram a significar 56,4% em 1975 (531 mil unidades numa produção de 929 mil autoveículos). Vale ressaltar que o número de automóveis para passageiros produzidos entre 1969 e 1973 cresceu pouco mais do que 180% (uma taxa média anual de 23%). (PINTO, 1984, p.132-133)

Para acompanhar o ritmo crescente da produção de automóveis, a indústria de pneumáticos cresceu a taxas igualmente vertiginosas. Enquanto que entre 1958 e 1975, a frota de veículos cresceu, em média, 12,1% ao ano, a produção de pneumáticos cresceu 12,8% ao ano. Por conseguinte, o aumento do consumo total de borracha passou de 53,5 mil em 1958, para 263,5 mil ton.em 1975 (PINTO, 1984).

Em face dessa realidade, o governo federal reajustou o preço da borracha natural a uma taxa menor que a da inflação corrente. Objetivando a equiparação dos produtos nacionais aos importados, o preço de garantia pago pela borracha amazônica não foi reajustado em 1965, embora o Índice Geral de Preços (IGP) tenha aumentado 34,5%. Em 1966, o preço da borracha elevou-se apenas 6,1%, contra 38,3% do IGP e, em 1967, a borracha teve alta de 16,1%, enquanto que o IGP foi de 25% (PINTO, 1984).

A tendência favorável ao setor pneumático, de modo que em 1967 foi aprovada a Lei 5.227 que revogou os Decretos nº 30.694 de 1952 e 35.271 de 1954, desobrigando empresários do setor de pneumáticos de investirem no setor heveícola.

Essa nova política econômica lançou o Projeto de Heveicultura na Amazônia (PHOHEVEA) com o objetivo de estimular o plantio de 10 milhões de seringueiras, dos quais pelo menos 8 milhões estariam a cargo da iniciativa privada.

> A Lei 5.227 também determinou que o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) se transformasse no Banco da Amazônia (BASA) e a Comissão de Defesa da Borracha (CDB) foi rebatizada como Conselho Nacional da Borracha (CNB) com a incumbência de supervisionar os preços da borracha e a SPVEA foi substituída pela Superintendência [do Desenvolvimento] da Amazônia (SUDAM) incumbida, entre outras coisas, de planejar a diversificação e aumentar a

> produtividade da economia amazônica. Ademais, foi criada a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) a qual tinha como algumas de suas atribuições, cuidar do estoque estratégico do produto e cobrar uma taxa de 5% (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha - TORMB) sobre o consumo de borracha natural e sintética. Parte dos recursos angariados com esse instrumento deveria ser repassado ao BASA para empréstimos aos heveicultores priorizando a região tradicional [de cultivo]. (DEAN, 1989, p.184-185)

Cabe lembrar que, permanecia em vigor a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado de Borracha (TORMB) e que por isso estavam garantidos a captação dos recursos necessários para financiar as atividades da Superintendência de Desenvolvimento da Heveicultura e do Conselho Nacional da Borracha (CNB). Isso porque, na medida em que aumentasse o volume das importações de borracha, aumentava proporcionalmente os recursos à disposição daquele órgão.

A eliminação dos favores à elite do norte pela Lei 5.227/67, gerou intensos conflitos entre estes e a indústria de pneumáticos. Nesta queda de braços, sucumbiram os industriais. Em 1968 o Congresso brasileiro aprovou a Lei 5.459 que subvertia a essência da Lei 5.227/67. Agora, ao contrário do que se pretendia antes, a TORMB deveria elevar, de modo a igualar, os preços da borracha importada ao custo da produção da borracha nacional.

Além disso, *"[...] o nivelamento dos preços pagos pela borracha consumida no País passava a ser feito de acordo com os custos locais e não segundo os padrões internacionais, como propugnava a Lei 5,227.*(PINTO, 1984, p.138) Assim, em 1968, o preço de garantia para a borracha natural sofreu reajuste de 36% contra uma elevação no IGP de 25,5%, de modo que sua cotação no mercado interno eqüivalia a pouco mais do que 2,5 vezes o preço asiático.

Em abril de 1968, o Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha enviou ao governo federal um documento que, em resumo, reivindicava a efetiva aplicação da Lei nº. 5. 227/67, com ligeiras modificações na política de importações e a progressiva expansão da produção de borracha sintética.

As empresas de pneumáticos nos momentos em que estavam mais bem representadas na esfera política tentaram a implementação de alguns programas que visavam à heveicultura, como por exemplo o Plano Nacional da Borracha (PNB) em 1971, apresentada pela SUDHEVEA. O PNB propunha a expansão da heveicultura em todo o território nacional como meio de enfrentar o crescente *déficit* da produção interna de borracha vegetal. Tais propostas chocavam-se com o crescente poder decisório da elite amazônica no Conselho Nacional da Borracha.

Este confronto culminou na exoneração de Cássio Fonseca, servidor público ligado à questão gomífera há mais de 25 anos[19]. Sua posição era incompatível com os interesses da elite extrativista e explicitamente favorável ao capital industrial. Sua exoneração como Superintendente da Borracha resultou na aprovação do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR I) em 1972 e o afastamento (durante aquela conjuntura) de suas sugestões contidas em dois de seus principais estudos do início da década de 1970. Este programa tinha como objetivo claro o atendimento dos interesses mais reacionários do extrativismo amazônico. Posteriormente, o PROBOR II também se limitou à região amazônica, influenciado pela elite daquela região, mas seu sucessor (PROBOR III) acabou por incluir outras unidades da federação.

2.4 PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL (PROBOR I, II E III) E OS FRACASSADOS INVESTIMENTOS EM PESQUISAS NA CULTUA DE SERINGUEIRA

O PROBOR I, II e III criados em 1972, 1977 e 1982, respectivamente, tiveram seus objetivos claramente norteados pelos interesses da elite extrativista amazônica. Em face disso, era de se esperar que qualquer tentativa de contemplar os estados da federação fora da região amazônica, com recursos desse programa, sofreria veemente criticas daquele segmento produtor. Foi assim que, mesmo sendo comprovado, através de pesquisas, o potencial de outros estados da federação para a produção de borracha natural, de um modo geral, os programas não obtiveram os resultados esperados.

A crise do petróleo em 1973 motivou o governo a canalizar recursos ao PROBOR I em razão do *déficit* da balança de pagamentos, causado pela importação de petróleo.

O PROBOR I criado em 1972 oferecia financiamento de 7% ao ano com oito anos de carência e doze anos de prazo para o pagamento - o que era considerado extremamente generoso - para o plantio de 18 mil ha de seringueira. Se, por motivos alheios à vontade do produtor, ele não obtivesse êxito, sua dívida seria anistiada. O programa incluía ainda um vasto plano de abertura de novos seringais na Amazônia, o que demandaria mão-de-obra em larga escala. Apesar das condições subumanas dos trabalhadores nos seringais nativos, o PROBOR I visava ampliar o número destes e, para isso, abriu uma linha de crédito com quatro anos de prazo e um de carência, com juros de 7% ao ano.

[19] Os estudos realizados sob a coordenação de Cássio da Fonseca recomendavam em 1969 a necessidade de maior investimento em pesquisas e assinalava que além da Região Amazônica e do Estado da Bahia, o Planalto Paulista também se apresentava em condições favoráveis à heveicultura.

Não obstante as explícitas facilidades oferecidas pelo programa devido à abundância de recursos, seus objetivos não foram atingidos. Apesar do consentimento financeiro para 18 mil hectares, apenas 13,5 mil ha foram efetivamente plantados e, ainda pior, após 12 anos do início do programa, apenas 1,8 mil ha estavam produzindo.

O PROBOR I previa, a partir dos subprogramas de recuperação de seringais nativos e de cultivo, um incremento de 23 mil ton. na produção nacional no período entre 1973 e 1980. Faz-se digno de nota a disparidade entre essa previsão e o efetivo incremento da produção neste período, a qual foi de apenas 4,4 mil ton.

Segundo Pinto (1984), efetivamente a produção nacional de borracha natural oriunda dos seringais nativos sofreu ligeira redução durante o PROBOR I, passando de 25,8 mil ton. em 1972 para 24,9 mil ton. em 1979. O crescimento da produção de borracha natural entre 1972 e 1979 se deu predominantemente fora da área tradicional de produção, sobretudo no sul do Estado da Bahia, cuja área plantada com seringueira cresceu de 15.200 ha em 1973 para 26. 500 ha em 1981[20]. A recuperação de seringais de cultivo foi o único subprograma que obteve êxito na década de 1970.

É muito provável ainda que grande parte dos recursos recebidos pelos beneficiários desta programa (PROBOR I) tenha sido utilizado em outros empreendimentos e não na cultura de seringueira.

Como se pode constatar, a elite extrativista não perdeu seu vigor político com o avanço da industrialização, ao contrário, não raro, demonstrou sólida representatividade através de um forte *lobby*. Por seu turno, é correto afirmar que embora constituindo uma coalizão de interesses opostos, o setor pneumático obteve também diversos benefícios. Dentre este destacou-se aquele concernente à ampliação da produção de borracha sintética no país, o que se fez num contexto de elevada demanda, em que tal iniciativa por parte do Estado parecia inevitável.

Convêm ressaltar que este período correspondeu também a uma intensificação da preocupação governamental com a ocupação física da Região Amazônica. Foram dessa época o Programa de Integração Nacional (PIN) – cujo elemento central era a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá –; o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA); o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA); e o Projeto RADAM Brasil (Radar da Amazônia).

Passou-se a privilegiar a noção de complementaridade entre a Amazônia e o Nordeste do País. Assim, uma região nordestina árida e superpovoada forneceria a mão-de-obra

[20] No Estado de São Paulo a produção de borracha cresceu de 338 ton. para 348 ton. no período compreendido entre 1975 e 1979 e o Estado do Espírito Santo reduziu sua produção de 29 ton. para 25 ton. entre 1976 a 1979

necessária para o crescimento econômico de uma Amazônia “fértil” e de baixa densidade demográfica. Dentro dessa perspectiva, o seringueiro seria responsável pela segurança das fronteiras.

Os resultados negativos dos projetos de colonização desenvolvidos ao longo das chamadas “rodovias de integração nacional” deixaram evidentes o quanto era absurda tal iniciativa.

Com objetivo de atingir a auto-suficiência de borracha natural, o governo brasileiro através da SUDHEVEA, iniciou em 1977 o **PROBOR II**, um programa com propósitos ainda mais amplos que o PROBOR I e, que se estendeu até 1982. O PROBOR II foi subvencionado com recursos da monta de US$ 266 milhões, com taxa de juros de 7% ao ano e financiamento integral para até 100 ha. Seu objetivo era o plantio de 120 mil ha com seringueiras em cinco anos. Ademais, seriam recuperados 10 mil ha de seringais plantados e 10 mil ha de seringais nativos. À época, em razão da elevada cotação da borracha sintética, havia um maior interesse das industrias de pneumáticos pelo cultivo de *hévea* no Brasil, conforme observa Pinto (1984).

Todavia, os resultados do referido programa deixaram a desejar na medida em que, dos 100 mil ha, efetivamente foram implantados 83,3 mil ha. Em face da crescente taxa de inflação do período, superior à 20% ao ano, os juros de 7% ao ano oferecidos pelo PROBOR II, constituíam-se num presente, o que induzia os beneficiários a investirem em setores estranhos à heveicultura. Ademais, a fiscalização realizada pelos funcionários do BASA eram, na melhor das hipóteses, mal feitas. Além do que, os recursos liberados, tornaram-se incompatíveis com o custo de manutenção dos seringais devido às altas taxas de inflação.

Os gastos previstos com o PROBOR I e com o PROBOR II, captado pela TORMB estavam garantidos. Isso porque, entre 1967 e 1980 assistiu-se a um crescente *déficit* no suprimento interno da matéria-prima natural, o qual era suprido através das importações de borracha sintética e, sobretudo natural. Dessa maneira, quanto maior fosse o volume das importações, tanto maior seriam as reservas para financiar os programas. Além disso, o investimento dos recursos capitados pela TORMB, que até então não tinham onde ser aplicados, asseguraria a permanência da legislação que lhes deu origem (Lei nº 5.227/67 e da Lei n 5.459/68).

Em 1979, a eclosão da Guerra Civil no Irã, país que na época era responsável por 12% das exportações de petróleo para o Ocidente, serviu de pretexto para um novo aumento do preço internacional do produto. Até então, apesar dos aumentos no preço do barril de petróleo, a demanda global continuava a ascender aceleradamente (Leite, 1990).

Foi assim que em 1982 a SUDHEVEA implantou o **PROBOR III**, com o intuito de plantar 250 mil ha, projeto ainda mais ambicioso que seus antecessores. O cumprimento de tal meta deveria proporcionar produção excedente para a exportação. Para isso, ofereceu-se empréstimos para viveiros comerciais, recuperação de mais de 6 mil ha de seringais já plantados e a manutenção do cultivo de 5 mil ha dos plantios do PROBOR I. Apesar do dispendioso recurso destinado ao programa, apenas 20,8 mil ha de seringueira foram plantados.

As causas da não consecução das metas dos PROBORs residem no desvio de recursos destinados aos programas e a resistência da elite extrativista em permitir que outros estados da federação fossem contemplados.

É bem verdade, segundo ressalta Dean (1989), que os PROBORs destinaram vultuosos recursos captados pela TORMB para superar os problemas do mal-das-folhas. Tanto que em 1976 foi criado o Centro Nacional de Pesquisa em Seringueira e Dendê (CNPSD), o qual era subordinado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A pesquisa na cultura de seringueira também recebeu recursos do Banco Mundial, porém a inexistência de pessoal capacitado na área, constituiu-se em um fator para o insucesso dos PROBORs. Como conseqüência disso, era extremamente exíguo o número de interessados em investir na heveicultura.

Os resultados experimentais obtidos pelo Instituto Agronômico de Campinas nos seringais do planalto e litoral paulista apresentavam resultados, em termo de produtividade, amplamente superiores aos dos seringais comerciais em área tradicional. Pois, nas terras altas, o mal-das-folhas era de pouca monta e no litoral a doença poderia ser controlada. Em 1975 houve um pedido dos pesquisadores paulistas para a inclusão do Estado de São Paulo no PROBOR I, entretanto o pedido foi negado.

A inclusão do Estado de São Paulo para empréstimos só foi permitida pela SUDHEVEA no PROBOR II. Contudo, essa possibilidade desencadeou uma forte reação do *lobby* Amazônico alegando que já havia perdido para São Paulo o café e para a Bahia o cacau. Foi assim que, quando da análise pela SUDHEVEA acerca dos resultados da produtividade deste Estado, ele ficou de fora sob o pretexto de que sua produtividade era da monta de 265 kg/ha não atingindo os 1500 kg/ha, conforme alegava os pesquisadores do IAC.

Foi somente no PROBOR III que a SUDHEVEA permitiu estender os recursos da TORMB às áreas não tradicionais de produção de borracha. Assim, foram aprovados projetos no Estado de Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, quando isso ocorreu, o programa encontrava-se financeiramente debilitado. Isso porque, a partir de 1984, o PROBOR III sofreu cortes radicais de verbas e, em 1986 a

própria SUDHEVA sofreu cortes no orçamento, em função da crise pela qual passava o Estado brasileiro.

Em termos gerais, poderíamos apontar dois fatores que levaram os PROBORs a redundar em fracasso: a) primeiro, de ordem fitossanitária, devido à incapacidade de superar o problema do mal-das-folhas, o que redundou na falta de crença na atividade por parte dos produtores, levando-os a não tomarem crédito emprestado ou, quando o fizeram, canalizaram os recursos para fins outros que não aqueles estabelecidos pelos programas; b) segundo que era uma conseqüência do primeiro; as forças de oposição da elite extrativista que se constituiu em entrave para a pesquisa e a incorporação de São Paulo nos Programas, Estado que mais tarde iria se destacar na produção de borracha natural.

Depois de dispendiosos recursos terem sido gastos para estimular a produção de borracha natural dentro e fora da área tradicional, em 1988 apenas 30% da produção demandada no país era oriunda de seringais plantados. Contudo, esse número não se apresentava como resultado do sucesso das políticas públicas para o setor, mas do insucesso dos seringais nativos. Os dados da SUDHEVEA (1988) ratificam tal conclusão: a produção de borracha oriunda dos seringais plantados passaram de 3,6 mil ton. para 11 mil ton. no período de 1972 a 1988 e dos seringais nativos de 22,2 mil ton. para 19 mil ton.

Efetivamente o que estimulou a produção de borracha natural fora da área tradicional foi a crise do petróleo em 1973 e 1979 e, a conseqüente elevação do preço deste produto no mercado mundial, com efeitos diretos e indiretos na economia brasileira e, em particular no setor da borracha sintética e natural. Isso se deu porque, com a elevação do preço da borracha sintética fabricada a partir do petróleo, a borracha natural teve sua demanda elevada, o que estimulou sua plantação. Para uma melhor compreensão desse processo, cabe tecer algumas considerações acerca de como o Brasil se tornou dependente da borracha sintética.

2.5 A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS SINTÉTICOS NA DÉCADA DE 1970 E A CRISE DO PETRÓLEO

Com foi mostrado, em razão da manutenção de preços elevados para a borracha natural silvestre, o setor industrial dependente dessa matéria-prima supriu essa lacuna com a borracha sintética importada e nacional. Entretanto, os rumos tomados pelo setor petrolífero a partir de 1973 criaram um ponto de estrangulamento na continuidade do consumo da matéria-prima sintética, obrigando os produtores de pneumáticos a rever sua estratégia, de forma que estas transformações redundaram em uma maior demanda pelo produto natural.

As companhias pneumáticas estrangeiras optaram, no caso dos produtos em que era exeqüível, substituir a matéria-prima natural pela sintética[21]. Para suprir a demanda, a PETROBRÁS e a iniciativa privada realizaram vultuosos investimentos na produção de sintéticos. A produção de Borrachas de Butadieno-Estireno (SBR) pela PETROFLEX passou 78,5 mil ton. para 148,0 mil ton. entre 1972 e 1978. Por sua vez, a produção de Polibutadieno pela COPERBO aumentou, neste mesmo período, de 16,0 mil ton. para 42,0 mil ton. A produção total desses dois tipos de borracha sintética passou de 94,58 mil ton. em 1972 para 190,18 mil ton. em 1978. Destarte, diversificou-se a oferta nacional de sintéticos, com a construção das unidades fabris da Dow Química S. A., pertencente à Bayer do Brasil S.A. em 1974, da BASF Brasileira S.A. em 1975 e da NITRIFLEX S.A. em 1975. Como fruto dessa investida, o Brasil se transformou no segundo maior consumidor mundial de borracha de origem sintética.

Todavia, a Guerra de Yom Kipur desencadeada no ano de 1973, entre, de um lado, Israel e de outro, Egito e Síria, redundou numa enorme crise no setor petrolífero (Leite, 1990). Com a subseqüente quadruplicação de seu preço (que passou de US$ 3 para US$ 12), a economia mundial da borracha sofreu um grande impacto, o que incidiu mais pesadamente sobre as indústrias que dependiam da borracha sintética em larga escala para a fabricação de seus artefatos. A referida elevação na cotação do óleo cru representou uma mudança estrutural no custo e, por conseguinte, na produção da borracha sintética (ARRUDA, 1986). Com isso, conforme ressalta Arruda (1986, p.67), os "[...] *investimentos no setor de borracha sintética tiveram, virtualmente, uma parada.*".

Nas palavras de Paula (1982, p.84-85) a borracha natural apresentava um grande paradoxo na medida em que era:

> [...] material indispensável à indústria automobilística e a uma série de indústrias; por outro lado, atrasado e pobre, áspero e insensível ao novo, encontra-se [...] o extrativismo, que readquiriu sua antiga importância com a elevação dos preços do petróleo e conseqüentemente da borracha sintética.

Desse modo, a formação de um cartel internacional no setor do petróleo (no caso a Organização do Países Exportadores de Petróleo - OPEP) no ano de 1973, coincidia com o Brasil excessivamente dependente da borracha sintética, e esta do petróleo importado. Neste particular, a opção feita pelo Brasil anos atrás pela borracha sintética, apresentava-se mais inadequada que nunca. Tais circunstâncias redundaram num intenso esforço governamental na tentativa de estimular a heveicultura. Para tal fim, um vasto programa de pesquisa e crédito rural foi destinado para o setor. O Brasil parecia estar decididamente disposto a eliminar o

[21] Alguns produtos permite a substituição da matéria-prima natural pela sintética, com perda pequena de qualidade, enquanto que em outros, a substituição é inexeqüível.

mal-das-folhas – fungos que atacavam as seringueiras - após décadas de idas e vindas, permeadas por relações de interesses conflitantes.

Na década de 1970, a borracha natural era responsável por cerca de 33% da demanda mundial e era indispensável para determinadas aplicações, nas quais o sintético não se prestava como substituto. Os pneus radiais e de aeronaves são exemplos de artefatos de borracha que não podem conter elevado percentual de borracha sintética.

Segundo Oliveira (1975), em 1975, o Brasil empregava uma das mais elevadas taxas de utilização de borracha sintética do mundo, isto é, cerca de 73% do consumo total de borracha.

No Brasil, segundo Pinto (1984, p.),

> conseguiu-se a indiscutível façanha de preservar o extrativismo gomífero, uma atividade moral e economicamente condenada desde os primeiros anos deste século." Por outro lado, não "faltavam [por parte do seringalista] as habituais promessas quanto à 'melhoria das condições de trabalho e o caráter 'transitório' da manutenção do extrativismo gomífero.

Apesar dos incentivos governamentais destinados à expansão da extração da borracha natural na região amazônica, não se auferiu bons resultados devido a diversos motivos, dentre os quais se destacam: os problemas de solo; de ordem fitossanitária; qualidade de clones; e, de falta de infra-estrutura, conforme enfatizam Arruda; Martin (1992) e Virgem Filho (1999). Acrescenta-se a isso a aplicação inadequada dos recursos dos PROBORs. Todavia, até 1985, a citada região respondia por 83,4% da produção do país, embora mantivesse um sistema de sangria bastante arcaico, não mostrando nenhuma perspectiva de elevação da produtividade ou mesmo da produção.

Entretanto, a partir do ano de 1990, a Região Amazônica perdeu sua supremacia na produção de borracha natural, passando a haver o predomínio crescente da produção dos seringais cultivados[22]. A Amazônia que em 1989 era responsável por 55,3% da produção nacional, em 1990 reduz sua participação para 46,7%. A conseqüência inevitável desse processo foi o enfraquecimento político da elite do norte em razão da queda relativa e absoluta de sua produção.

A produção brasileira de borracha natural oriunda dos seringais nativos passou de 18,9 mil ton. para 5,5 mil ton. entre 1973 e 1996, ao passo que a borracha natural, oriunda de plantações, passou de 4,5 mil ton. para 48,1 mil ton., sendo a totalidade dessa produção consumida internamente.

[22] Em 1990 o Estado de São Paulo respondia por 13,3% da produção, o Estado da Bahia por 26,1, o Estado do Mato Grosso por 13,1 e o Estado do Espírito Santos por 0,8.

Já no ano de 1985 a produção brasileira de borracha natural havia crescido, atingindo 40,3 mil toneladas, enquanto que o consumo interno elevou-se para 102 mil toneladas, havendo ainda um *déficit* de 60,7 mil toneladas, o que representava um índice negativo de 59,5%, o qual vinha sendo suprido através da importação. Essa situação era considerada bastante crítica ao país, devido principalmente às restrições impostas pelo governo às importações, com o objetivo de melhorar o perfil da balança externa de pagamentos.

O capítulo que se segue procura mostrar as transformações ocorridas na economia brasileira com a adoção da política neoliberal, que redundou em novas articulações políticas no setor da borracha, culminando na criação da Lei do Subsídio.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE ABERTURA DO MERCADO NACIONAL PARA A IMPORTAÇÃO DA BORRACHA NATURAL

3.1 As pré-condições para a revogação da Lei de Contingenciamento

Apesar do *déficit* na oferta da borracha natural no país, o Estado deixou de atuar como regulador do setor a partir do segundo qüinqüênio da década de 1980, em virtude da crise que se encontrava naquele momento. Isso resultaria, em 1988, na extinção da Superintendência de Desenvolviemento da Heveicultura (SUDHEVEA), ocasionando mudanças no direcionamento da política interna de preços para a borracha natural. Essas alterações resultaram do enfraquecimento da elite extrativista e sinalizaram para a adoção de uma política de abertura do mercado interno à favor da setor industrial.

Apesar da restrição às importações no período entre 1970 e 1996, a importação de borracha natural evoluiu de 14 para 82 mil toneladas.

De acordo com Mazzali (2000, p. 33-34)

> As transformações que se operaram no âmbito da estrutura do gasto público e do aparelho estatal, a partir do inicio dos anos 80 e com mais vigor no final da década, puseram dois pontos em evidência: de um lado, um ajuste de natureza convencional assentado na ótica da indisciplina fiscal e na ideologia neoliberal com ênfase no 'Estado mínimo' e, de outro, a incapacidade de atacar de frente a dívida e a insuficiência de poupança. A esses pontos adiciona-se o viés político imanente à nova regulamentação tributária oriunda do texto constitucional de 1988.

Nesse contexto, o que se verificou foi o enfraquecimento da capacidade intervencionista do Estado brasileiro. No que tange especificamente ao segmento agrícola, Mazzali (2000, p.34) faz referência a Delgado (1993b, p. 15), o qual destaca que nessa esfera ocorreu *"um processo rápido e algo caótico de demolição dos aparatos de Estado constituído desde 1930 em distintas instâncias da política agrícola; as instituições por produto e os subsistemas de regulação funcional do setor rural"*.

As instituições por produto como o Instituto do Açúcar do Álcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o monopólio do trigo e a Superintendência da Heveicultura (SUDHEVEA) quando não foram definitivamente extintas, seus sistemas de regulação comercial e produtivo foram transferidos a outros organismos.

No que diz respeito particularmente às mudanças ocorridas na administração da política nacional para o setor de borracha natural, a partir de 1988, a extinção da SUDHEVEA e a transferência de suas atribuições ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), redundaram em profunda alteração na política interna de preços para a borracha natural.

Em verdade, tal mudança expressava a efetiva consolidação do poder político por parte dos representantes do capital monopolista internacional ligados ao setor pneumático, que definitivamente se mostrava suprema, ao passo que a elite extrativista, perdeu força devido à queda da produção extrativista de borracha natural.

É importante registrar que, com a expansão da produção fora da região amazônica, ocorreu a personificação dos interesses da elite extrativista, pelos agentes ligados ao segmento produtor de borracha cultivada na região Centro-Sul, sobretudo no Estado de São Paulo, passando estes a confrontar-se com o setor industrial pneumático no que se refere à tentativa de influenciar a esfera governamental.

Segundo Arruda e Martin (1992, p. 37)

> [...] os produtores de borracha que durante a década de 80 recebiam um preço por quilograma de borracha seca entre US$ 2,00 e US$ 3,00/kg, passaram a receber a partir de 1989, entre US$ 0,90 e US$ 1,70/kg, em média, variando em torno de US$ 1,30 /kg. Essa brusca alteração na política de preços e o programa de alteração nas tarifas de importação de borracha natural, que de 40% em 1990 será reduzido para 10% em 1994, associada à exposição da indústria de artefatos de borracha à competição internacional, têm levado produtores, beneficiadores e indústrias da borracha a procurar definir uma nova política nacional para o setor.

Segundo Mazzali (2000, p. 34)

> Considerando que o Estado situava-se no centro do padrão de desenvolvimento agroindustrial, inaugurado em meados dos anos 60, como patrocinador, legitimador e financiador das articulações entre os diferentes agentes econômicos, a desarticulação do seu aparato de regulação, sem que se defina um novo papel, representou uma desorganização dos interesses rurais e, mais significativamente, uma queda na orientação e sentido do comportamento desses agentes.

Delgado (2001), ao tratar da política comercial voltada para eliminar o desequilíbrio da balança comercial, lembra das possíveis conseqüências danosas para os setores agrícolas nacionais. O autor destaca que uma política de liberalização comercial unilateral, indiscriminada e parcial, em que a redução protecionista seja mais acentuada internamente para os produtos agrícolas do que para os manufaturados e não tenha sido devidamente acompanhada nos países centrais por uma liberalização da mesma envergadura, refletiria negativamente no setor agrícola.

> No caso do Brasil, a reforma tarifária de 1990, no governo Collor, reduziu as tarifas agroindustriais de 62% para 12% em 1994 (abaixo da alíquota média para os produtos industriais de 14%) e os produtos agrícolas ‘in natura’ ficaram com tarifas uniformes de 10%, embora para alguns produtos, como o feijão e o algodão, entre outros, as tarifas tenham sido zeradas. Essa discriminação contra o setor rural no processo de abertura da economia levou a uma queda da proteção efetiva da agricultura, que ficou abaixo da nominal. Como conseqüência da abertura comercial, da desregulamentação dos mercados e dos consideráveis cortes nos gastos públicos com o setor, o Brasil alcançou em 1993 uma nova posição de grande importador de cereais, grãos e fibras. Nesse processo, a área plantada com trigo reduziu-se 40%, o mesmo ocorrendo com o algodão – para o qual o país passou de quarto exportador mundial ao segundo maior importador - e estima-se que os estados produtores desses dois produtos perderam cerca de 350 mil empregos na agricultura a partir de 1992 (também houve aumento crescente nas

> importações de arroz e de milho). [...] (DELGADO, 2001, p.45)

Sendo assim, o processo de abertura do mercado brasileiro para a borracha natural importada só pode ser compreendido no bojo do processo de globalização acelerada a partir da década de 1990, com o predomínio dos interesses do capital monopolista internacional. A apreensão desse processo é fundamental para se compreender, de forma mais consistente, o processo de subordinação do campo pelo capital, tal como se verifica no segmento produtor de borracha natural.

No caso específico do setor de borracha, esse processo resulta da formação do oligopsônio constituído por quatro multinacionais: Firestone, Goodyear, Michelin e Pirelli, as quais perfazem 90% do setor pneumático nacional. Assim, para a melhor compreensão dessa situação, cabe resgatar sinteticamente alguns dos fatos que nos ajudaram a entender a conjuntura mais recente do setor de borracha que culminou com a revogação da Lei de Contingenciamento (Lei nº 5.459/68).

Dentre estes fatos, a expansão da produção de borracha natural no Estado de São Paulo foi fundamental, pois havendo um volume considerável de borracha no mercado interno, tornava-se oneroso ao capital pneumático a importação com base na regulamentação estabelecida pela Lei de Contingenciamento. Essa legislação estabelecia que a importação só deveria ocorrer após o produto interno ter sido totalmente consumido. Além disso, a alíquota da TORMB deveria ser reajustada de forma a igualar o preço do produto importado ao do nacional, cuja cotação era bastante elevada.

Em síntese, essa nova realidade marcada pelo que se convencionou chamar de “Estado mínimo” justificou a constituição de *lobbies* pelos produtores de artefatos de borracha para definitivamente eliminar o contingenciamento das importações.

3.1.1 A EXPANSÃO DA HEVEICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A REVOGAÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO

A promulgação da Lei 5.459 de 1968 tornou os preços da borracha natural um estímulo à adoção da seringueira fora da área tradicional de cultivo. Na prática, essa política estabelecia, entre outras coisas, o contingenciamento da importação e o tabelamento do preço da borracha natural, fazendo com que seu preço no mercado nacional ficasse muito superior ao praticado internacionalmente. Embora importante, esse fator por si só é insuficiente para explicar a expansão da produção de borracha fora da área tradicional a partir do final da década de 1970. O efetivo estímulo à produção de borracha natural, além das fronteiras

amazônicas, se deu também em função da crise do petróleo, que por ser matéria-prima para a borracha sintética, teve seu preço elevado, tornando a borracha natural mais atraente para os fabricantes de artefatos de borracha.

De igual importância para a disseminação da heveicultura, foi o melhoramento genético propiciado pelo grande empenho em pesquisas, inclusive com apoio do setor industrial de pneumáticos e do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A melhoria genética possibilitou a inserção e expansão da cultura de borracha fora do domínio extrativista, com especial intensidade na região Noroeste do Estado de São Paulo.

A elevação do preço da borracha sintética e, por conseguinte, o da borracha natural, acabou por resultar numa verdadeira euforia nos países produtores. Assim, o investimento foi relativamente alto no cultivo da *hévea*, estimulado pela alta rentabilidade que poderia ser obtida. No Brasil, os preços do produto natural passaram a apresentar aumentos superiores aos índices inflacionários.

A partir do final da década de 1970, os proprietários de terras que já cultivavam seringueira, mas que não as exploravam comercialmente, passaram a fazê-lo, de início timidamente, devido principalmente à escassez de mão-de-obra treinada para executar a tarefa de sangria das árvores. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com vistas à superar os entraves que eventualmente pudessem surgir, colocou técnicos à disposição dos produtores.

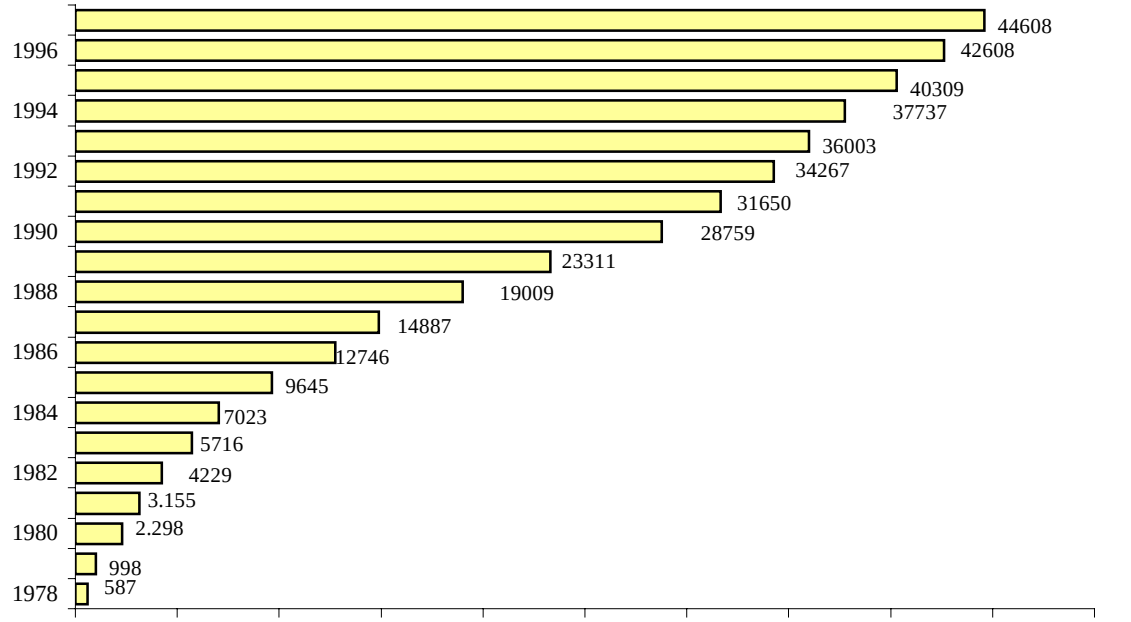
A conseqüência inevitável dessa mudança foi o enfraquecimento progressivo do poder político da elite amazônica. Esse enfraquecimento foi acompanhado da redução da produção oriunda daquela região, a qual no ano de 1996, era responsável por apenas 10% da produção nacional, ao passo que o Estado de São Paulo respondia por 50,4%, o Mato Grosso por 16,3%, a Bahia por 18,5%, o Espírito Santo por 3,2% e os demais estados brasileiro juntos, por 1,7% do total de 53.438 toneladas de borracha cultivada (Cortez, 1999)

Deste modo, com o enfraquecimento da elite extrativista e a elevação da produção de borracha entra em cena um novo ator: o produtor de borracha natural cultivada na Região Centro-Sul, sobretudo no Estado de São Paulo.

Vale enfatizar que a atuação do Estado através dos Programas de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR I, II e III) não teve influência efetiva no incremento da área cultivada no Estado de São Paulo, apesar da coincidência de sua promulgação com a expansão da seringueira neste estado. Dos 15,1 mil hectares ocupados com a seringueira até 1985, os PROBORs foram responsáveis pelo financiamento de apenas 1,1 mil hectares (ARRUDA, 1986). Pode-se afirmar que a expansão da heveicultura no Estado de São Paulo está substancialmente ligada à possibilidade de alta lucratividade com a

produção da borracha natural, que por sua vez é conseqüência principalmente do aumento nos preços do petróleo no cenário internacional e pelos preços assegurados pelo Estado, através da política de preços e do contingenciamento. A evolução da área cultivada com seringueira no Estado de São Paulo no período de 1978-1997 pode ser visualizada na Figura 03.

Figura 03: Evolução da Área ocupada com Seringueira no Estado de São Paulo - 1978/97 (em ha)



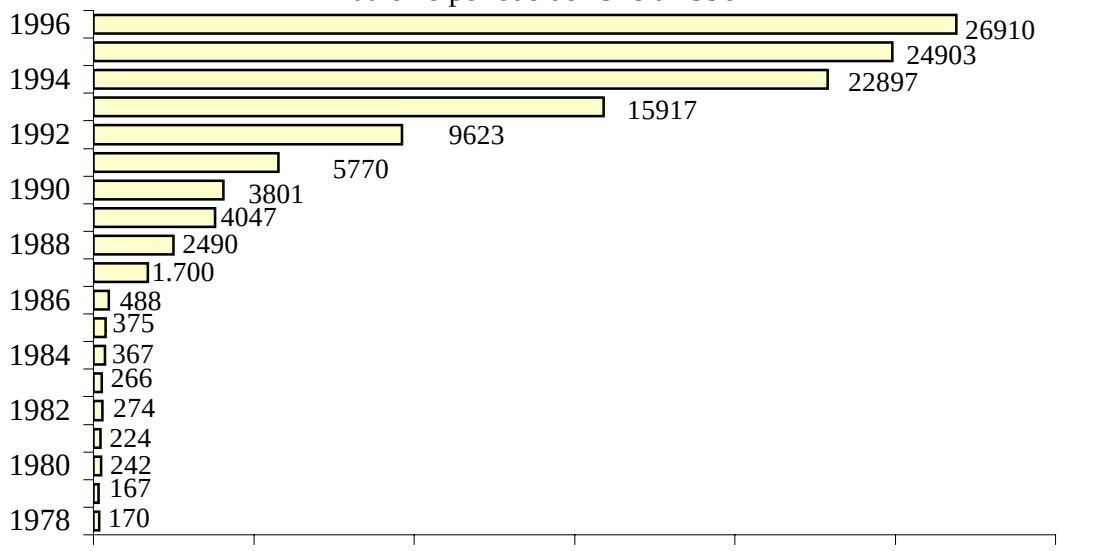
Fonte: CORTEZ, 1999, 71

Observa-se na Figura 03 que a grande expansão da cultura no Estado de São Paulo se deu a partir do final da década de 1970, sendo que estas plantas entraram em produção 7 anos mais tarde, de modo que a oferta cresceu expressivamente a partir de 1987, conforme mostra a Figura 04. Com isso, os seringais nativos da Amazônia perderam sua hegemonia para os seringais cultivados no Estado de São Paulo.

Os seringais nativos que em 1976 participaram com 87,4% (17.626 ton.) da produção nacional, em 1996 participaram com apenas 10% (5.338 ton.), perdendo, portanto, participação tanto em termos absolutos como relativos, enquanto que a produção paulista cresceu entre 1976 e 1996 de 0,6% (142 ton.) para 50,4% (26.910 ton.).

Vale lembrar ainda, que o aumento da área cultivada com seringueira no Estado de São Paulo estimulou investimentos em pesquisas visando à desenvolver clones mais produtivos e técnicas mais eficientes para a manutenção dos seringais.

Figura 04: Evolução da Produção de Borracha Natural no Estado de São Paulo no período de 1978 a 1996



Fonte: Cortez, 1999

Dentro do que se denomina noroeste paulista, a região que constitui o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de São José de Rio Preto, somada aos EDRs de General Salgado, Votuporanga, Fernandópolis e Jales são considerados como um pólo de expressividade nacional no segmento produtor de borracha natural, sendo que o EDR de São José de Rio Preto ocupa o primeiro lugar no Estado de São Paulo em área plantada (CATI, 1996).

É interessante notar que o pólo heveícola do Estado de São Paulo é formado basicamente por uma grande região espacialmente contígua, que se encontra situada no Planalto Ocidental. Esta região abarca 15 EDRs, quais sejam: São José do Rio Preto, Barretos, General Salgado, Catanduva, Marília, Votuporanga, Tupã, Araçatuba, Bauru, Fernandópolis, Dracena, Lins, Andradina, Presidente Prudente e Jales. Esta região respondia em 1996 por 36.752 ha, participando com 91% da área total plantada no Estado de São Paulo, onde estão 2.300 produtores, ou seja, 93% do total paulista. Apenas os EDRs de São José do Rio Preto, Barretos, General Salgado e Catanduva concentravam 19.708 ha, o que representava 49% da área total cultivada no Estado e 53% do total de produtores paulista (Figura 05).

Observa-se na Tabela 01 que atualmente o Estado de São Paulo responde pela maior parte da área plantada do país, ficando reservado aos antigos produtores amazônicos uma parcela ínfima.

Tabela 01: Área plantada com seringueira no Brasil em 2002 (em ha)		
Unidade da Federação	**Área Plantada**	**%**
São Paulo	32.651	31,7
Bahia	27.275	26,5
Mato Grosso	23.065	22,4
Espírito Santo	5.895	5,7
Pará	3.380	3,3
Minas Gerais	2.103	2,0
Rondônia	2.031	2,0
Goiás	1.938	1,9
Acre	1.388	1,3
Maranhão	1.325	1,3
Tocantins	750	0,7
Mato Grosso do Sul	519	0,5
Pernambuco	436	0,4
Paraná	296	0,3
Amazonas	28	0,0
Rio de Janeiro	20	0,0
Total	103.100	100,0

Fonte: Censo Agropecuário da FIBGE de 2002

Foi assim que o aumento da produção de borracha nacional justificava para o setor pneumático eliminar a Lei de Contingenciamento.

Segundo a Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR), em novembro de 1992, o IBAMA elevou

> [...] de 30 para 36% o percentual do contingenciamento: para cada 100 quilos de borracha adquirida, a indústria pneumática deve comprar 36 quilos da borracha nacional. O produto brasileiro é 35% mais caro que o importado do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia e Tailândia). O contingenciamento é um mecanismo que protege a borracha brasileira. 'Foi uma vitória', disse o presidente da APABOR, referindo-se à elevação do percentual de 30 para 36%. 'É um aumento

> de 500 toneladas mensais de borracha brasileira no consumo das indústrias.' (APABOR, 2001)

O indicador de contingenciamento era ajustado de acordo com a previsão da safra, o que permitia o escoamento de toda a matéria-prima produzida no país antes da importação.

Em janeiro de 1993, o governo aprovou aumento emergencial dos preços da borracha natural em 56,2% e o contingenciamento foi elevado de 36 para 60%, ou seja, a indústria estava obrigada a adquirir 60% do seu consumo de borracha natural no mercado interno. Segundo a APABOR, participaram dos debates para definir essa alíquota o grupo de trabalho interministerial criado em janeiro de 1993 pelo presidente Itamar Franco e setores ligados à produção e consumo de borracha.

Segundo a APABOR

> Produtores, usineiros, consumidores de borracha natural (indústria pneumática e outras) e IBAMA decidem, no dia 11 de Abril [1993], ampliar de 44% para 50% o índice de contingenciamento. O produto nacional é adquirido por US$ 2,10 e o do exterior, por US$ 1,43. A Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha manifesta-se 'inconformada' com este índice.

De acordo com essa mesma associação, o contingenciamento passa de 60 para 43% no período de agosto a dezembro de 1993, tendo como justificativa a queda na produção da borracha nacional, no segundo semestre deste ano. Entretanto, uma reunião realizada no IBAMA no dia 1º de outubro de 1993 decidiu pela manutenção do índice de 50%.

Nesse contexto, permeado por divergências entre industriais do setor pneumático de um lado e, heveicultores e proprietários de agroindústrias processadoras, de outro, o presidente da Associação Nacional da Indústria Pneumático (ANIP), Gerardo Tommasini, propõe ao governo federal a criação de um programa que incentive a expansão da cultura no país. A Anip propunha que houvesse um subsídio governamental, o qual seria concedido por dez anos. Acreditava-se que ao findar esse período o fomento teria possibilitado aos produtores de borracha ajustarem seu nível de produtividade ao do mercado internacional e oferecer o produto a preços competitivos.

O interesse do setor industrial de pneumáticos na subvenção estatal da borracha natural justificava-se pelos benefícios que estes obteriam, pois a produção nacional da matéria-prima é considerada de melhor qualidade que a importada; as empresas não se submeteriam a uma eventual regulação da oferta pelos países do sudeste asiático; e pela possibilidade de pagamento à prazo e devolução, caso o produto se encontrasse fora do padrão de qualidade, o que seria inexeqüível com o produto importado.

Concomitantemente a Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR) reivindicava uma nova política da borracha, sem muito sucesso.

O Diário da Região de Rio Preto divulgou no dia 27 de fevereiro de 1996 que nove agroindústrias de processamento da borracha suspenderiam por tempo indeterminado a compra de coágulo. A vice-presidente da APABOR, Sônia Novaes de Moraes, alertava que seringueiras poderiam virar lenha caso não fossem tomadas providências para permitir o escoamento da produção da borracha no período de safra, além de medidas que compensassem a diferença de custo entre a borracha asiática e a nacional. A asiática custava em fevereiro de 1997 cerca de R$ 1,65/kg e a nacional, R$ 2,50/kg. Enquanto os produtores brasileiros pagavam renda média de US$ 250,00/mês aos parceiros na heveicultura, o asiático recebia US$ 40 por mês, além do produtor brasileiro ter encargos sociais e outros tributos não incidentes sobre os produtores asiáticos (APABOR, 2001).

Segundo a APABOR (2001), o país produziu em 1996, 60 mil toneladas de borracha seca/ano e havia um estoque de 4,2 mil toneladas. Até março de 1997, havia uma previsão para que 18 mil toneladas de borracha natural entrassem no mercado. A entidade alegava dificuldades para comercializar a produção. Para isso foi proposto pela APABOR que o governo brasileiro proibisse a importação de borracha do Sudeste Asiático por alguns meses. Diante da dificuldade de escoamento da produção, assim se manifestava a APABOR:

> No dia 10 de janeiro [1997], a APABOR encaminha ao IBAMA outro relatório sobre as dificuldades do setor da borracha. Reivindica a desburocratização no processo de liberação dos recursos da Tormb (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) pelo Banco do Brasil. A safra está no início e nenhuma empresa beneficiadora dispõe de recursos suficientes para financiar o estoque regulador; que o excedente de borracha natural acumulado nas indústrias beneficiadoras seja comercializado ou adquirido pelo IBAMA como estoque regulador; que o índice de contingenciamento seja flexível, aumentando nos meses de safra e diminuindo nos meses de entressafra. (APABOR, 2001)

Segundo a APABOR (2001), a indústria pneumática reivindicava a liberação das importações de borracha, tendo como justificativa o fato do preço da borracha seca em outubro de 1996 estar em R$ 2,50/kg no mercado nacional e o da borracha importada chegar ao Brasil a R$ 1,40/kg.

Finalmente, depois de insistentes pressões por parte do *lobby* formado pelas empresas de pneumáticos, a lei de Contingenciamento foi revogada e o Presidente Fernando Henrique Cardoso finalmente sancionou no dia 12 de agosto a Lei 9.479 de 1997, que autorizava o Executivo a conceder subvenção econômica (Lei do Subsídio) aos produtores nacionais de borracha natural. A partir de então, tem-se um novo momento para o setor da borracha, com efeitos negativos, sobretudo, para o segmento agrícola.

Visando explicitar os reflexos resultantes da criação desta Lei sobre o setor da borracha natural, buscaremos discutir alguns pontos que nos parecem imprescindíveis para se entender sua verdadeira essência.

3.2 A PROMULGAÇÃO DA LEI DO SUBSÍDIO (LEI 9.479/97): SOCORRO AOS USINEIROS E PRODOTORES DE BORRACHA EM BENEFICIO ÀS INDÚSTRIAS DE PNEUMÁTICAS

A abertura do mercado para a importação da borracha natural do sudeste asiático teve reflexos negativos no setor nacional. A Lei do Subsídio criada para compensar a Lei do Contingenciamento não teve o efeito esperado pelos produtores e agroindústrias processadoras apresentando-se, entretanto, favorável às empresas produtoras de pneumático na medida em que desvalorizou sobremaneira a borracha nacional.

A partir de outubro de 1997, devido às insistentes pressões dos fabricantes de artefatos de borracha e, sobretudo, de pneus, foi revogada a Lei nº 5.459/68. O objetivo deste segmento industrial era obter concessão à importação da matéria-prima, mesmo sem o produto interno ter sido totalmente consumido.

Como medida compensatória, o governo federal promulgou a Lei 9.479/97, a chamada Lei do Subsídio, concedendo subvenção econômica aos produtores e usineiros de borracha por um período de oito anos. Nos quatro primeiros anos (1998-2001) o valor foi integral, findo esse período, o valor sofreu redução de 20% ao ano, de modo que não mais existirá subsídio a partir de 2005.

A subvenção econômica aos produtores e usineiros parecia ser um instrumento plausível que possibilitaria a estes segmentos produtivos competir em condições de igualdade com os maiores produtores mundiais de borracha natural localizados no Sudeste Asiático.

Destaca-se que a tramitação do projeto de lei que concedia subvenção ao setor da borracha foi surpreendentemente rápida. Entretanto, ainda mais rápida foi a crise global que assolou as economias de países emergentes altamente dependentes do capital internacional, inclusive dos países do Sudeste Asiático. Assim, quando entrou em vigor a Lei 9.479/97 (Lei do Subsídio) a cotação do produto no mercado internacional encontrava-se em vertiginosa queda. A título ilustrativo, Sampaio Filho observa (1999), que em janeiro de 1996 a cotação internacional era de US$1.641 ton. caindo para US$1.240 ton. em janeiro de 1997 e para US$701 ton. em janeiro de 1998, sendo que em novembro de 1998 apresentava-se em seu patamar mais baixo, isto é, US$570 ton. Assim, o preço da borracha natural reduziu 57% entre 1996 e 1997.

Tal defasagem se justifica pelo fato da cotação da borracha natural nos três grandes produtores mundiais (Malásia, Indonésia e Tailândia), responsáveis por 90% da produção mundial quando da promulgação da Lei do Subsídio, encontrar-se em seu patamar mais baixo da história. Os fatores responsáveis pelos reduzidos preços no mercado internacional eram, por um lado, a prática do chamado *dumping social*, que é resultado da superexploração

da mão-de-obra nos seringais[23] e, por outro, o *dumping cambial*, que ocorreu com a crise financeira internacional, intrinsecamente ligada à desvalorização das moedas dos países asiáticos no ano de 1997, deixando o preço da borracha natural em baixa. Em suma, foi neste cenário instável que se iniciou a convivência com a política de subsídio aos produtores de borracha natural no país.

Por conseguinte, uma questão que à época vinha acometendo os produtores referia-se ao dilema, sangrar ou não sangrar a seringueira? A questão era mais presente naqueles seringais em que a composição predominante da mão-de-obra era assalariada permanente, pois a rentabilidade mal cobria o custo de produção. Nas propriedades em que a composição da mão-de-obra era predominantemente familiar ou baseada na parceria o problema era menor, pois neste último caso o ônus da produção era dividido entre as partes, ao passo que a Unidades de Produção Agrícolas (UPAs) familiares não apresentam gastos com mão-de-obra.[24] Neste contexto, segundo a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (1998), ocorre também a substituição dos seringais por outras culturas no Estado de São Paulo.

Dessa maneira, a subvenção ao setor que deveria ser um suporte à competitividade, transformou-se em um instrumento que significava a diferença entre existir ou não produção de borracha natural no Brasil. Em outras palavras, passou a significar a sobrevivência dos produtores nacionais (tanto pequenos, como médios e grandes) em um mercado que se apresenta cada vez mais globalizado em função da política neoliberal adotada a partir da década de 1990.

Como é sabido, a liberação do mercado brasileiro de borracha natural está vinculada ao fato do país não suprir a necessidade de consumo da matéria-prima natural no mercado interno, pois as indústrias consumidoras demandaram no ano em que entrou em vigor a referida Lei (1997) um total de 140 mil ton. diante de uma oferta de 60 mil ton., deixando um *déficit* de 80 mil ton. Assim, este foi o principal argumento utilizado por essas empresas para que o governo concedesse a liberação para importação do produto escasso no mercado interno.[25]

Além disso, deve ser levado em consideração o poder de pressão do oligopsônio das empresas do setor pneumático no país junto ao governo brasileiro. No total são 16 fábricas e 12 empresas do setor de pneumáticos, responsáveis por 75% do consumo nacional de

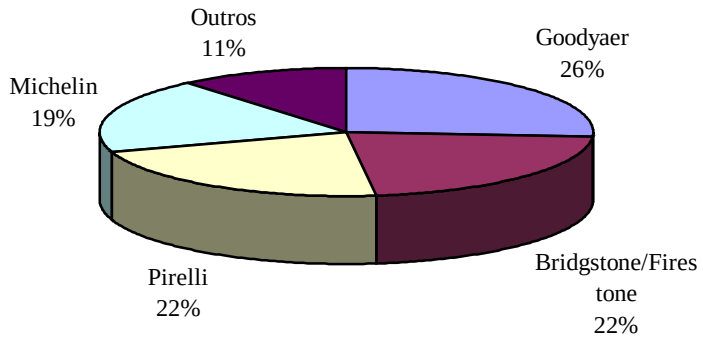
[23] Ressalta-se que a mão-de-obra é o fator de produção com maior peso no custo operacional efetivo da heveicultura, visto que essa cultura não demanda alto custo com insumos, implementos e maquinários em seus tratos.

[24] A parceria normalmente se estabelece com base na mão-de-obra de uma família que pode ou não morar na propriedade rural do parceiro-proprietário do seringal, recebendo em torno de 30% da produção.

[25] Nos últimos 20 anos apenas o consumo de borracha natural das indústrias pneumáticas passou de 68 mil toneladas em 1980 para 165 mil toneladas em 2000. O *déficit* brasileiro de borracha natural no ano de 2000 foi da ordem de 63,5%.

borracha natural. Essa concentração é ainda maior quando é considerado apenas as quatro maiores empresas do setor, as quais respondem por 89% da fabricação de pneumáticos (Figura 06).

Figura 06 : Participação das Quatro Maiores Empresas do Setor Pneumático no Mercado de Pneus Brasileiro



Fonte: FAESP, 1999

Cabe destacar que o controle das importações se faz necessário para que não seja possível a estas empresas constituírem volumosos estoques de matéria-prima visando à desequilibrar a oferta e a demanda interna, com o intuito de puxar o preço do produto para baixo. Entretanto, devido à ineficácia dos instrumentos fiscais oficiais existentes para fiscalizar a atual política setorial, esse fato, ou seja, a formação de volumosos estoques pelas empresas, vem ocorrendo.

Assim sendo, o governo fez mal em suspender integralmente os tributos previstos pela Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB) à importação de borracha natural no país, pois a eliminação do instrumento que garantia a restrição da importação só beneficiava os consumidores de pneus e outros artefatos derivados dessa matéria-prima até certo ponto, a partir do qual, só fazia aumentar a margem de lucro das empresas importadoras, sobretudo das multinacionais do setor de pneumáticos.

Além disso, ressalta-se que o impacto do aumento da tarifa de importação da borracha natural seria muito pequeno. Isso porque, estima-se que o peso da borracha natural na composição do custo final dos pneus de automóveis e caminhões seja de 5% e 10%, respectivamente, de acordo com a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) 1999.

A taxação do produto importado deve ser feita de forma a não penalizar outros setores econômicos e socialmente importantes, como a própria indústria pneumática. Por essa razão,

faz-se importante chegar a um ponto de equilíbrio, diferentemente do que ocorreu com a extinção da política de contingenciamento.

O processo de globalização não deve ser conduzido através da abertura da economia de forma unilateral e sem contrapartida. Isso demonstra insensatez e imprudência, pois revela o caráter clientelista na defesa dos interesses dos detentores do poder econômico, em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade.

Acrescenta-se ainda que, a opção feita pelo governo de estimular a produção nacional de borracha natural através da concessão de subsídio, ao invés de tributar a importação, contempla com recurso público um setor econômico composto predominantemente por capital internacional de caráter monopolista, relegando a segundo plano setores como o saneamento básico, a saúde, a educação, o lazer, etc.

Em suma, a intervenção do Estado através de uma política econômica setorial consistente que visa ao controle das importações, buscando um ponto de equilíbrio, é de fundamental importância, por um lado, para que os artefatos derivados da borracha natural não tenham seus preços elevados no mercado e, por outro, para impedir a livre importação de borracha no país, prejudicando os segmentos produtivos.

Ademais, a Lei do Subsídio (nº 9.479/97) acaba sendo contraditória com que diz ser seu objetivo maior explicitado no Artigo 1º: “Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores nacionais de borracha natural, com o objetivo de incentivar a comercialização da produção nacional.” Isso porque, a ausência de restrições às importações de matéria-prima no país tem como inevitável conseqüência, a desvalorização do produto nacional, que repercute no setor heveícola negativamente, desestimulando os produtores, que por sua vez, eliminam emprego na área de cultivo da borracha, bem como na cidade, onde ela é beneficiada, haja vista que a matéria-prima é importada depois de ter sido submetida ao processamento. Isso tudo acaba por se constituir em empecilhos à ampliação das fronteiras dessa cultura no país e, em particular, aos produtores que possuem essa cultura como complemento da sua renda.

Além do que foi exposto, para se entender melhor como a referida Lei se tornou um instrumento muito mais em beneficio do setor industrial de pneumáticos e de sua inoperância em relação aos benefícios para os segmentos produtivos, faz-se necessário fazer algumas considerações acerca de seu funcionamento.

3.2.1 METODOLOGIA DE CÁLCULO PREVISTO NA LEI DE SUBSÍDIO

Nesta parte do trabalho far-se-á uma explanação do funcionamento da atual política setorial da borracha, para que se possa entender sua essência e de como ela vem sendo burlada pelas empresas de artefatos de borracha e da omissão do Estado na fiscalização da política, redundando em prejuízo aos usineiros e, sobretudo aos produtores brasileiros.

Para a melhor compreensão desse processo, inicialmente cabe explicar que o preço da borracha natural processada paga às agroindústrias, assim como o preço pago aos produtores é formado por duas partes: uma parte referente ao subsídio governamental (Lei 9.479/97) e, a outra, que se convencionou chamar de "Preço de Referência", que serve como indicador para as indústrias de artefatos pagarem pelo quilograma de Granulado Escuro Brasileiro Tipo 1 (GEB –1) às agroindústrias. O cálculo deste último é feito levando-se em conta fatores do mercado (preço internacional da borracha natural, taxa de câmbio, além de custo com transporte, seguro, taxas, despachantes, etc) e, embora seu cálculo seja previsto em lei, esta tem sido burlada. Embora os dois valores sejam calculados separadamente, o valor relativo ao subsídio é diretamente determinado pelo Preço de Referência.

3.2.1.1 CÁLCULO DO SUBSÍDIO

No que se refere ao cálculo do subsídio, a Lei prevê um teto de R$ 0,90 por kg de Granulado Escuro Brasileiro (GEB-1)[26] - borracha seca processada com 100% de DRC[27]. Contudo, o valor de R$0,90/kg de GEB-1 só seria pago integralmente se a parcela relativa ao preço de referência não ultrapassasse R$ 2,58/kg GEB-1, teto estabelecido pela Lei.

Tomando como exemplo o mês de maio de 2001, tem-se que o valor de referência foi de R$ 1,65/kg GEB-1, o qual somado aos R$ 0,90/kg, atinge R$ 2,55/kg, o que ainda está abaixo do teto de R$ 2,58/kg estipulado por Lei. Nesta situação, o máximo de R$ 0,90/kg prevaleceu. Porém, se o valor de referência fosse maior que R$ 1,65/kg, o subsídio de R$ 0,90/kg reduzir-se-ia proporcionalmente.

Para exemplificar essa situação, tomemos como exemplo o mês de junho de 2001: para este mês, o valor de referência foi de R$ 1,73/kg de GEB-1. Assim, esse valor somado aos R$ 0,90/kg ultrapassaria o teto de R$ 2,58/kg, pois atingiria R$ 2,63/kg. Para que esse teto não ultrapasse, a metodologia prevista em Lei determina que ocorra a redução do subsídio. Desse modo, sendo o valor de mercado para o mês de junho de R$ 1,73/kg, o subsídio reduziu-se

[26] O Granulado Escuro Brasileiro é similar ao Standard Malaysian Rubber nº 10 (SMR-10) e é a principal borracha utilizada na fabricação de pneumáticos no Brasil, portanto é tida como referência.
[27] *Dry Rubber Content* (Conteúdo de Borracha Seca no látex).

para R$0,85/kg, que somados atingem o teto de R$2,58/kg. Assim sendo, sempre que o valor de referência de mercado for maior que R$ 1,68/kg, ocorreria redução do subsídio. Isso já vem ocorrendo desde junho de 2001 (Tabela 02). Vale mencionar que o teto de R$ 2,58/kg foi fixado em 1995, sendo que desde então o mesmo não sofreu atualização, apresentando-se, portanto, defasado.

Tabela 02: Parcela dos valores que formam o preço total da borracha seca processada (GEB-1) segundo a metodologia estipulada na Lei do Subsídio

Mês	Valor de Referência (R$/kg GEB)	Subsídio (R$/kg GEB)	Total (R$/kg GEB)
Mai/01	1, 65	0,90	2,58
Jun/01	1,73	0,85	2,58
Jul/01	1,70	0,88	2,58
Ago/01	1,74	0,84	2,58
Set/01	1,83	0,75	2,58

Fonte: APABOR, 2001.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Antes de calcular qual é a parcela do subsídio pertencente ao produtor e ao usineiro, deve-se lembrar que os R$ 0,90/kg de borracha seca são destinados à borracha processada, que contém 100% de DRC (Conteúdo de Borracha Seca). Considerando-se que o produtor entrega o coágulo (borracha bruta) com 53% de DRC, ele receberá o subsídio proporcional a esse percentual de DRC. Além disso, deve-se levar em conta que a Lei determina que o produtor tem direito a 65% sobre os R$ 0,90/kg de subsídio e a agroindústria os 35% restantes.

Para melhor explicar como se dá este cálculo, tomemos o mês de maio de 2001 como exemplo: considerando que para o mês de maio de 2001, o subsídio foi de R$0,90 para 100% de DRC e que o produtor tem assegurado por Lei, 65% desse total, sua parcela ficou em R$ 0,58/kg de borracha com 100% de DRC. Contudo, levando-se em conta que a borracha bruta (coágulo) por ele entregue possui 53% de DRC, sua parcela final fica sendo de R$ 0,31 por quilograma. A Lei estabelece que é de incumbência das agroindústrias repassarem ao produtor a parcela de 65% que lhe cabe.

3.2.1.2 REBATE DO SUBSÍDIO PREVISTO EM LEI

Cabe frisar ainda que, a Lei nº 9.479/97 estabelece redução no valor do subsídio de 20%, 40%, 60% e 80% em 2001, 2002, 2003 e 2004, respectivamente, sendo extinta em 2005. Com a primeira redução de 20% no subsídio a partir de 01 de novembro de 2001, o teto

diminuiu de R$0,90/kg para R$0,72/kg, previsto até dia 31 de outubro de 2002. A título de esclarecimento, o Quadro 01 mostra o calendário do rebate sobre o valor do subsídio.

Quadro 01: Previsão de rebate sobre o valor do subsídio

Período	Valor máximo do subsídio
Nov/97-Out/01	0,90
Nov/01-Out/02	0,72
Nov/02-Out/03	0,54
Nov/03-Out/04	0,36
Nov/04-Out/05	0,18
Após Nov/05	0,00

Fonte: FAESP, 2003.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Considerando que o valor já havia se reduzido desde junho de 2001 em função da elevação dos preços de mercado, o rebate de 20% a partir de novembro de 2001, acelerou ainda mais a retirada do subsídio. A Tabela 03 nos permite observar essa redução.

Tabela 03: Rebate do subsídio

Mês/ano	Preços de Referência (100% DRC)	Teto previsto pela Lei para borracha nacional	Subsídio total R$/kg	65% do subsídio pertencente ao produtor (53% DRC)
Mai/01	1, 65	2,58	0,90	0,31
Jun/01	1,73	2,58	0,85	0,29
Jul/01	1,70	2,58	0,88	0,3
Ago/01	1,74	2,58	0,84	0,31
Set/01	1,83	2,58	0,75	0,26
Out/01	1,83	2,58	0,72	0,24
Nov/01	1,84	2,58	0,72	0,25
Dez/01	1,73	2,58	0,72	0,25

Fonte: FAESP, 2003.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Cabe acrescentar que no ano de 2004 o subsídio concedido à produção de borracha natural continua suspenso devido à elevação de sua cotação no mercado internacional e, consequentemente nacional, que ultrapassou o teto de R$ 2,58 previsto em Lei.

3.2.1.3 CÁLCULO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

Inicialmente, cabe explicitar, de acordo com a FAESP, quais os fatores levados em consideração na metodologia prevista na Lei do Subsídio para se obter o Preço de Referência da borracha natural processada com 100% de borracha seca, ou seja, GEB-1, principal matéria-prima para a fabricação de pneus, importada pelas empresas de artefatos:

- médias mensais (26 de um mês ao dia 25 do mês seguinte) de preço da borracha no mercado internacional - utilizam-se as médias diárias de preço da borracha SMR-10 da Bolsa da Malásia, equivalente ao GEB-1;
- a cotação do Dólar - média mensal (26 de um mês ao dia 25 do mês seguinte), com base no câmbio oficial de Banco Central; e
- outros custos com o processo de importação: transporte, frete, encargos sociais, seguro, taxas, despachantes, armazenamento, etc.

A variável mais difícil de ser levantada refere-se ao item *outros custos com o processo de importação*. De acordo com a FAESP, o valor deste *outros custos* para o ano de 2003 representou 20,35% do produto importado. O resultado desse cálculo permitirá chegar ao preço

que os usineiros deveriam estar recebendo pelo produto caso as empresas importadoras não estivessem manipulando as reais condições de importação, como será mostrado (Tabela 04).

Tabela 04: Preços de Referência para agosto 2003 calculado pela FAESP	
Variáveis	Valor ou Porcentagem
SMR-10*	US$ 946,12/ton.
Câmbio*	R$3,00/US$1,00
Nacionalização (encargos sociais, frete marítimo, etc.)	20,35%
Preço aos usineiros/kg GEB-1	**R$ 3,38**

Fonte: FAESP, 2003
*Período: 28/07 a 25/08
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Outro ponto que merece ser mencionado e que resulta em divergências, refere-se à cotação do Dólar. Diferentemente da FAESP e da APABOR, que utilizam a média mensal, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) utiliza um dia fixo do mês para fazer o cálculo.

Como anteriormente o governo não publicava o Preço de Referência, a APABOR e a FAESP, entidades representativas do setor, calculavam-no, no entanto, gerando valores diferentes, em função das diferentes metodologias adotadas. Na presente pesquisa, se optou por adotar os dados da FAESP em função da sua maior disponibilidade histórica. Ressalta-se que os valores calculados pela APABOR nos permitem constatar também a subestimação dos preços pagos pelas indústrias de pneumáticos. Com relação aos Preços de Referência calculados pelo governo, os valores não foram adotados por se considerar seu método inadequado, visto que, como foi dito, considera um dia fixo do mês para calcular o preço de referência.

3.3 DEFASAGEM DOS PREÇOS PAGOS AOS SEGMENTOS PRODUTIVOS

Feita a explanação sobre a metodologia estabelecida em lei, cumpre tecer algumas considerações de como ela vem sendo burlada pelas empresas de artefatos de borracha e, sobretudo, as pneumáticas, redundando em prejuízo aos usineiros e, principalmente aos produtores brasileiros. As empresas de artefatos ao não cumprirem com o que determina a metodologia da Lei do Subsídio, haja vista que estas pagam às industrias processadoras com base apenas na lei da oferta e procura - embora também a Lei do Subsídio, em certa medida, não fuja às regras do livre mercado - acabam por desvalorizar os preços reais do produto. Os

processadores, por sua vez, repassam estes prejuízos aos produtores rurais que se encontram no extremo da cadeia produtiva. O inverso, ou seja, quando se verifica uma recuperação dos preços, a diferença a mais não é repassada integralmente aos produtores da mesma forma como os prejuízos, sendo esse o aspecto central que será abordado nesta parte do trabalho.

3.3.1 A SUBORDINAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL AO CAPITAL MONOPOLISTA INTERNACIONAL

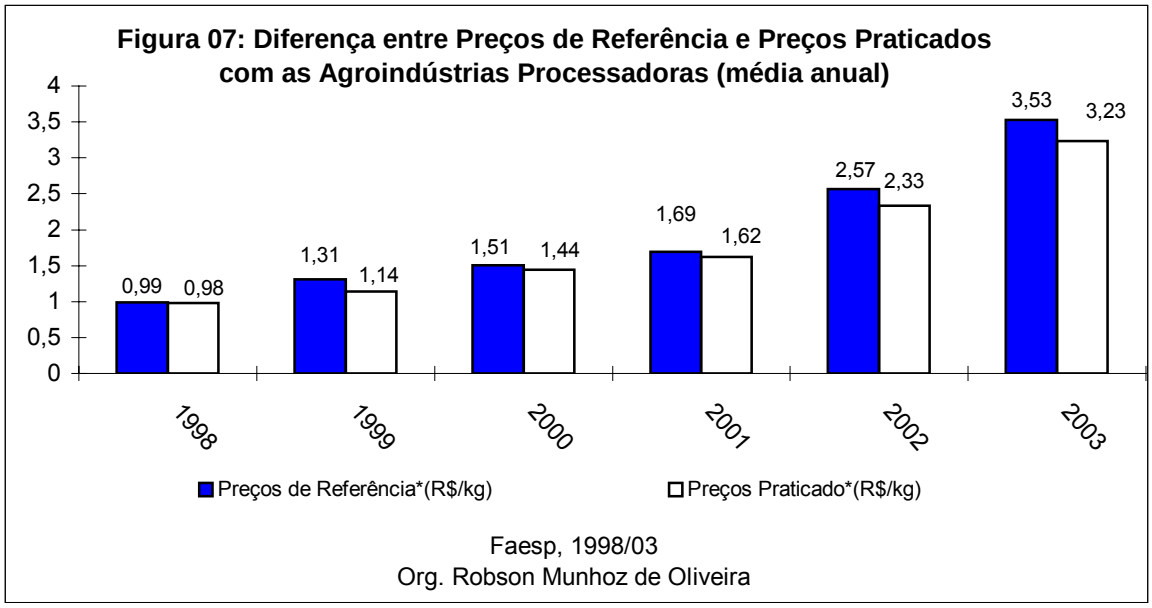
Deve-se mencionar que a atual política de subvenção à produção de borracha natural tem, como objetivo cobrir a diferença entre o preço do produto nacional, mais elevado que o importado, para dessa maneira, permitir que as indústrias consumidoras de borracha (pneumáticos e artefatos em geral) possam adquirir a borracha nacional ao mesmo custo da importada.

Evidentemente que, para que isso ocorresse, seria necessário que o MAA não se omitisse da sua obrigação e viesse estabelecendo um preço de referência desde que a Lei 9.479/97 entrou em vigor. Assim, esse preço seria utilizado como valor de referência para que as indústrias de artefatos, sobretudo a de pneumáticos, responsável por cerca de 90% do consumo da matéria-prima, pagassem aos produtores nacionais o preço estipulado na Lei, ou seja o chamado “Preço de Referência”. Ocorreu, entretanto, que o custo de nacionalização necessário para se criar um preço de referência, não vinha sendo monitorado adequadamente pelo governo federal através do MAA, conforme prevê a legislação que regulamentou essa política (Artigo 2º do Decreto 2.348, de 13/10/1997).

Em face da necessidade de se ter um preço oficial como referência, o MAA decidiu, a partir de abril de 2001, portanto com 4 anos de atraso em relação à aprovação da Lei 9.749/97, adotar os preços de referência divulgados nos boletins informativos do Projeto Borracha Natural da FAESP como preços oficiais. Não obstante o acompanhamento mensal do custo de nacionalização realizado pela FAESP e a divulgação de um preço de referência, os valores não estavam sendo respeitados pelas indústrias de artefatos de borracha. Com base na Portaria Nº 1-17 de 19 de setembro de 2001, o MAA não adota mais o valor de referência publicado pela FAESP, divulgando assim seu próprio preço de referência. Não obstante, as indústrias consumidoras insistem em praticar preços inferiores aos determinados pela legislação que regulamenta a política setorial. Observa-se na, Tabela 05 e Figura 07, que desde que entrou em vigor a referida lei, os preços praticados ficaram abaixo do preços de referência.

Tabela 05: Diferença entre os Preços de Referência e Preços Praticados com as agroindústrias processadoras de jan/98 a ago/03				
Mês/Ano	**Preços de Referência***	**Preços Praticado***	**PR/PP (R$)**	**Perda da agroindústria**
	(R$/kg)	(R$/kg)		%
Média de 1998	0,99	0,98	-0,02	-1,81
Média de 1999	1,31	1,14	-0,17	-15,01
Média de 2000	1,51	1,44	-0,08	-5,16
Média de 2001	1,69	1,62	-0,08	-4,63
Média de 2002	2,57	2,33	-0,24	-9,27
Média de 2003**	3,53	3,23	-0,29	-8,81
Média do período	**1,93**	**1,79**	**-0,15**	**-7,45 %**

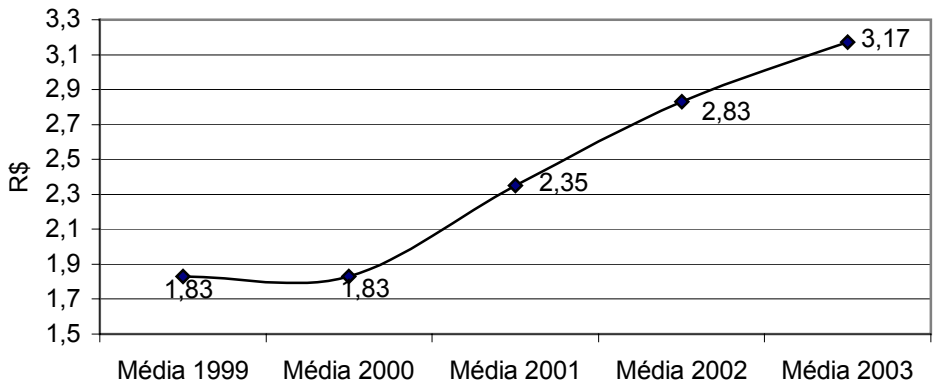
*Excluindo o subsídio. **Até o mês de Agos./2003 .
Fonte: FAESP, 1998/03 Org. Robson Munhoz de Oliveira



A Tabela 05 e a Figura 07 nos permitem constatar que durante o ano de 1998, a defasagem dos preços deu-se de forma pouco significativa. Todavia, com a desvalorização cambial (Figura 08) a partir do início de 1999 e a conseqüente elevação do preço da matéria-prima importada (Figura 09), a defasagem se acirrou, deixando evidente o repasse do maior custo na fabricação dos artefatos de borracha aos segmentos produtores (produtores e usineiros), isso para não falar no repasse ao consumidor final.

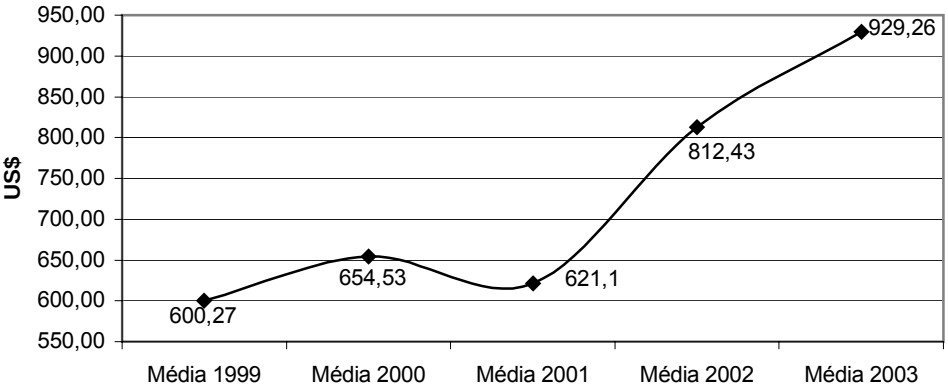
Sendo assim, quem está estabelecendo o custo de nacionalização da borracha importada são as próprias indústrias de artefatos, principalmente as de pneumáticos, as quais depreciam o produto nacional ao subestimar o valor do importado.

Figura 08: Evolução da taxa de câmbio brasileiro no período de 1999 e 2003 (R$/US$)



Fonte: Banco Central, 1999/03

Figura 09: Média Anual do Preço da borracha SMR-10 (Bolsa da Malásia) em US$



Fonte: Faesp, 1999/03

Em 2000, devido a maior estabilidade da taxa de câmbio, a diferença entre os preços de referência e os praticados foi menor, caindo de R$170,00 por ton. em 1999 para R$ 80,00 por ton. em 2000.

No que toca ao ano de 2001, embora as cotações internacionais tenham caindo em relação a 2000, o mesmo não se verificou com o valor de referência. Isso ocorreu porque a partir do início de 2001, houve desvalorização significativa do real, o que mais do que compensou a queda da cotação da borracha no mercado internacional. Nessa conjuntura, a média do preço de referência para o ano de 2001 foi de R$ 1,69, o qual mais um vez não foi cumprido, visto que os preços pagos às agroindústrias ficaram em média em R$ 1,62, portanto com perda de R$ 0,08/kg ou R$ 80,00/ton. para as agroindústrias, repetindo as perdas do ano anterior.

Para 2002, embora os preços em reais da borracha tenham elevado significativamente, por um lado devido à desvalorização da taxa de câmbio e, por outro, em função da elevação dos preços internacionais, o quadro de distanciamento entre os preços de referência e praticados foi ainda mais crítico, pois as agroindústrias tiveram prejuízo médio de R$240,00/ton.

A recuperação dos preços da borracha natural no mercado internacional e, conseqüentemente no nacional, deu-se em virtude da valorização da moeda dos principais países produtores e exportadores mundiais de borracha natural somada à efetivação do acordo International Tripartite Rubber Cooperation (ITRC) entre Tailândia, Malásia e Indonésia, formalizado em agosto de 2002. O objetivo do ITRC é a elevação do preço da borracha, por meio da regulação da oferta.

Ademais, a alta internacional dos preços somada à desvalorização cambial redundou na suspensão total do subsídio, o que se verifica desde julho de 2002, quando o preço da borracha importada superou o patamar de R$ 2,58/kg de GEB-1, valor previsto na Lei como teto para o pagamento da subvenção. Cabe frisar que, com a suspensão do subsídio, o governo ficou desobrigado de publicar o preço de referência com base na metodologia estabelecida na Portaria Nº 1-17 de 19 de setembro de 2001, contudo os agentes do setor continuam a utilizá-lo como sinalização de mercado.

Em 2003, a tendência de alta dos preços da borracha nacional permaneceu em razão dos mesmos fatores que a impulsionaram em 2002. Neste cenário, não obstante as condições gerais de rentabilidade para usineiros e produtores tenham melhorado, a diferença entre preços de referência e preços praticados, ou seja, as perdas foram ainda maiores que os anos precedentes. Isso porque, constatou-se que os preços médios de referência publicados pela FAESP em 2003 atingiram R$ 3,53 (até agosto) ao passo que os preços efetivamente praticados alcançaram em média R$ 3,23 (até agosto), revelando um prejuízo de cerca de R$ 290,00/ton. Assistiu-se, assim, a ampliação das diferenças entre os preços de referência e os praticados.

Conforme se observa na Tabela 05, a perda dos usineiros tem aumentado ao longo do período analisado (1998 a 2003), ficando em média R$ 0,15, isto é, um prejuízo da ordem de R$150,00/ton. de borracha seca.

Em virtude do que foi mencionado, o mais justo seria, a intervenção do Poder Público, solicitando um estudo técnico para apontar os prejuízos e, baseando-se na Lei 9.479/97, determinar o ressarcimento aos segmentos produtivos (produtores e usineiros).

Cabe destacar ainda que a defasagem dos preços para os usineiros se reflete de forma ainda mais intensa no segmento rural. Isso ocorre porque, quando a agroindústria tem seu preço depreciado, ela repassa o prejuízo para os produtores, todavia quanto se verifica a recuperação dos preços, ela não o repassa para os produtores rurais na mesma proporção, como se mostrará a seguir.

3.3.2 A SUBORDINAÇÃO DO SEGMENTO AGRÍCOLA AO CAPITAL INDUSTRIAL

Cabe considerar que, embora como foi mostrado, a agroindústria tenha perdido em todos os momentos para o segmento capitalista mais forte do ponto de vista econômico e melhor representado politicamente, qual seja o setor pneumático, os preços recebidos por estes, entretanto, apresentaram ascensão entre 1998 e 2003. Ao mesmo tempo, constata-se que embora esse aumento tenha-se refletido nos preços pagos aos produtores rurais, isso não tem ocorrido na mesma proporção. Isso porque, a participação do produtor no preço total do GEB-1 tem-se reduzido ao longo dos anos, o que corrobora a afirmativa de que o aumento dos preços às agroindústrias não está sendo repassado integralmente ao produtor (Tabela 06 e Figura 10).

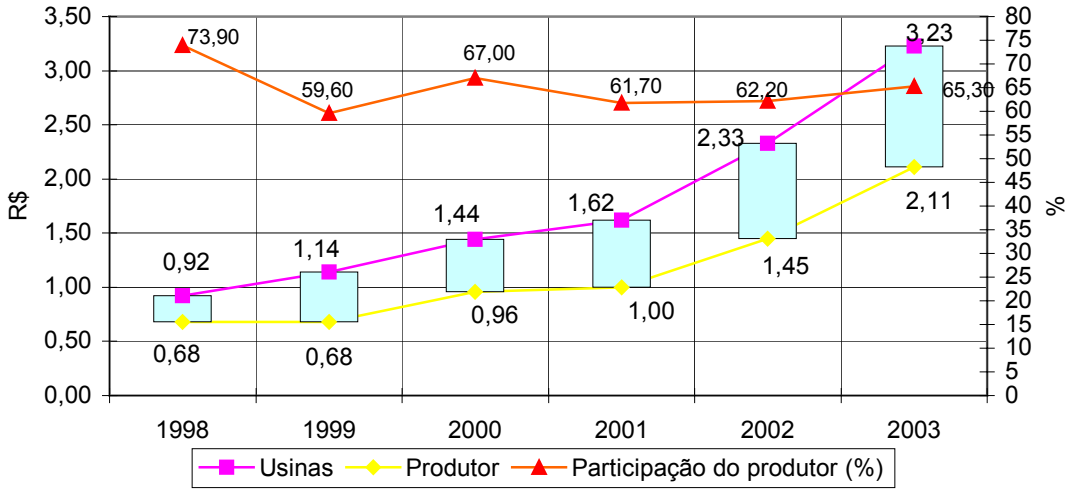
A subestimação dos preços, considerada inferior para o segmento agrícola, se deve não só ao não cumprimento do preço de referência pelas indústrias de artefatos (pneumáticos e outras), o que evidentemente se reflete nos preços aos heveicultores, mas também na subestimação dos preços praticados pelas agroindústrias com os heveicultores, incidindo assim, duplamente sobre o segmento mais frágil da cadeia produtiva da borracha natural.

Constata-se que no período entre 1998 e 2003 houve variação positiva de 251% nos preços pagos às agroindústrias, ao passo que os preços pagos aos produtores tiveram variação positiva de apenas 211%, ou seja, o aumento foi 40% inferior aos das agroindústrias processadoras. Tendo 1998 como base, conclui-se que o percentual de prejuízo do segmento agrícola foi de 8% ao ano, considerando apenas a depreciação por parte dos usineiros (Tabela 06 e Figura 10).

Tabela 06: Diferença de preços efetivamente recebidos pelas agroindústrias e heveicultores no período de 1998/2003* (em reais)			
	Preço recebido pelas Agroindústrias (100% DRC)	Preço recebido pelos Produtores rurais (53% DRC)	Participação do produtor (100% DRC)
Média em 1998	0,92	0,36	73,9 %
Média em 1999	1,14	0,36	59,6 %
Média em 2000	1,44	0,51	67,0 %
Média em 2001	1,62	0,53	61,7 %
Média em 2002	2,33	0,77	62,2 %
Média em 2003**	3,23	1,12	65,3 %
Média do período	1,72	0,61	65,0 %
Variação 1998/03	251%	211%	-8,6 %

Fonte: FAESP, 1998/03
* Sem subsídio **O valor correspondente aos preços pagos até o mês de agos/2003.
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Figura 10: Diferença de preços recebidos pelas agroindústrias e heveicultores no período de 1998/03* (100% DRC)



FAESP, 1998/03 *sem subsídio
Org. Robson Munhoz de Oliveira

Semelhante ao que ocorre no processo de comercialização entre empresas de artefatos e processadoras, porém com mais intensidade, com a elevação do preços no mercado, reduz a participação do produtor no preço final, conforme se vê na Figura 10.

De acordo com a FAESP (1999), o percentual de participação do produtor no preço final da borracha variou entre 68% e 72% ao longo do tempo, o que nos permite afirmar que o percentual de 70% de participação do produtor é considerado o mais adequado. Não obstante, a média do período compreendido entre 1998 e 2003 foi de 65%, (Tabela 06), o que demonstra uma significativa perda dos produtores considerando a média histórica.

Conforme se observa na Tabela 07, se considerado os preços de referência para o GEB-1, a perda dos produtores agrava-se consideravelmente:

Tabela 07: Diferença dos preços pagos ao produtor considerando a participação de 70% e o preço real praticado (R$/kg)*				
Ano	Preços de Referência para a agroindústria (100% DRC)	Participação do produtor rural em 70% (100% DRC)	Preços Reais pagos ao produtor rural (100% DRC)	Perda (R$/kg)
Média de 1998	0,99	0,69	0,68	0,01
Média de 1999	1,31	0,92	0,68	0,24
Média de 2000	1,51	1,06	0,96	0,10
Média de 201	1,69	1,18	1,00	0,18
Média 2002	2,57	1,80	1,45	0,35
Média 2003**	3,53	2,47	2,11	0,36
Média do Período	1,93	1,35	1,15	0,20

Fonte: FAESP (1998/03) Org. Robson Munhoz de Oliveira
* Sem subsídio
**O valor correspondente aos preços pagos até o mês de agos/2003.

De acordo com a Tabela 07, se as agroindústrias mantivessem a participação do produtor em 70% sobre o valor final da borracha, ele receberia em média, nos últimos 6 anos, R$ 0,20/kg a mais para o produto com 100% de borracha seca.

O descompasso entre Preços de Referência e Preços Pagos para as agroindústrias, o qual é agravado para os produtores rurais durante a comercialização de seu produto, tem implicações negativas na medida em que se constitui em um instrumento de transferência da renda gerada no campo para o setor urbano industrial. Outro elemento que permite essa subordinação do campo pelo capital é o atraso no pagamento do subsídio aos produtores e que também afeta as pequenas agroindústrias, como será enfocado no próximo item.

3.3.3 O ATRASO NO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO COMO FATOR DE DUPLA PERDA AOS PRODUTORES E USINEIROS MENOS CAPITALIZADOS

Na relação entre heveicultores e usineiros do setor da borracha há de se considerar o constante atraso por parte do governo federal no pagamento do subsídio às agroindústrias processadoras, as quais, por sua vez, repassam com atraso a parte que cabe ao agricultor. O atraso vem ocorrendo sistematicamente desde 11 de maio de 1998 e já chegou a ser de a nove meses consecutivos**.** Tal fato nos leva a concluir que o setor não vem recebendo a devida atenção do governo. O atraso do subsídio ocorreu em todos os anos desde a vigência da Lei 9.479 de 1997.

Um dos desdobramentos desse atraso refere-se ao adiantamento do por parte das agroindústrias processadora pagamento de parcela do subsídio aos produtores agrícolas, um “acordo” feito entre esses dois segmentos produtor que não estava previsto na Lei 9.479/97.

Tal prática a princípio parece beneficiar os produtores, contudo uma análise mais aprofundada mostra que o não repasse integral da importância que lhes cabem, ou seja, 65% do subsídio previsto na Lei, torna a prática pouco vantajosa para os produtores, porém, em alguns casos, sendo necessária.

Para exemplificar essa situação, tomaremos como exemplo o mês de março de 2000, no qual os preços médios praticados segundo a FAESP ficaram em R$ 0,85, sendo que desse valor R$0,54 foram pagos à vista e os outros R$ 0,31 foram pagos quando do pagamento do subsídio pelo governo federal. No caso de adiantamento da parcela referente ao subsídio, a agroindústria pagou ao produtor no mês de março de 2000, o equivalente a R$0,75 à vista, ou seja, além de ter pago os R$0,54, adiantou o valor referente ao subsídio, entretanto não pagando-o, entretanto, integralmente. Neste caso especificamente, o produtor perdeu R$ 0,10/kg de coágulo.

O atraso no pagamento do subsídio tem ocorrido por longos períodos e, nem todas as agroindústrias conseguem adiantar ao produtor o pagamento do subsídio, mesmo sendo parcial, por tanto tempo, sobretudo por falta de capital de giro. Dessa forma, apenas as grandes agroindústrias conseguem manter esse procedimento, o que lhes confere ainda mais poder de barganha para reduzir os preços pagos aos produtores.

Conforme constata a FAESP (1998), em outubro de 1998 foi identificado empresas pagando ao produtor R$ 0,60 pelo quilo do coágulo, não tendo, contudo, de repassar o montante referente ao subsídio. Tal procedimento contrariava o comportamento da maioria das agroindústrias, que pagou R$ 0,34 pelo quilo do coágulo, atrelando a parcela referente à subvenção no valor de R$0,31, à data do pagamento do governo.

Assim, como foi frisado anteriormente, da mesma forma como o atraso dos recursos vem ocorrendo desde que a Lei entrou em vigor, constatou-se que a referida prática também vem ocorrendo desde o início da implementação dessa legislação. Tanto é que os informes[28] da FAESP passaram a divulgar esses preços chamados de “fora do padrão” mensalmente.

Outra conseqüência possível resultante dessa prática é a migração dos fornecedores das pequenas e médias agroindústrias para as grandes, pois o produtor pode estar precisando de recurso para dar continuidade as suas atividades e/ou para outras necessidades básicas. A migração também pode decorrer da desinformação acerca da obrigatoriedade do pagamento do subsídio pelo governo.

Cumpri destacar que embora a nova legislação tenha sido criada com o pretexto ideológico de resguardar a economia interna da borracha natural, em sua essência, ela cumpriu com um objetivo oculto, não explicitado em seu texto. Vale lembrar que a legislação

[28] Os Informes do Projeto Borracha Natural é uma publicação mensal do Departamento de Economia da FAESP.

foi aprovada devido a pressão feita pela Associação Nacional da Indústria Pneumático (ANIP), embora os segmentos processador e rural apoiassem sua criação e, muito tenha feito para sua concretização através da Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR). Sendo assim, pode-se afirmar que o objetivo oculto dessa legislação é permitir aos produtores de borracha uma lucratividade mínima, necessária para sua simples reprodução.

Em síntese, o que se tem verificado no espaço agrário brasileiro é que o capital apropria-se de extensas áreas de terras em diversos segmentos produtivos do campo, nos quais a renda da terra é alta (Prado Júnior, 1979). Como exemplo, podemos citar o setor sucro-alcoleiro, cítrico, sojífero e tantos outros. Nos segmentos em que a renda da terra é baixa, como é o caso do setor alimentício destinado ao consumo no mercado interno, a exemplo da produção de mandioca, de arroz, de feijão, etc., e, eventualmente, com matérias-primas para a indústria processadora, com é o caso da borracha natural, o capital não se apropria da terra, mas extrai o excedente econômico através principalmente do mecanismo de comercialização. No caso do setor de borracha, embora exista a especificidade da escassez da matéria-prima, deve-se considerar o elevado investimento inicial para a implantação do seringal como um fator que gera desinteresse do setor industrial pela produção direta da matéria-prima.

Assim, a riqueza produzida mormente pelos pequenos heveicultores vai ser realizada nas mãos de outras classes sociais. Neste caso, ela será principalmente materializada nas mãos do capital monopolista internacional do setor pneumático.

Para finalizar cabe acrescentar que a dinâmica do setor da borracha na Região São José do Rio Preto, assim como o espaço agrário de cada região brasileira apresenta particularidades. Sendo assim, constatou-se que o processo de integração intersetorial se expressa pouco intenso para frente, porém para trás existe um certo grau de integração que permite a expropriação da renda da terra pelo capital nacional, no caso das indústrias processadoras e, pelo capital monopolista internacional, no caso dos fabricantes de pneus.

Objetivando explicitar como estes fatores de ordem sócio-política e econômica repercutem em uma dada região, caracterizada pela configuração espacial e por condições pré-existentes singulares, escolhemos a Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, localizada na porção noroeste do Estado de São Paulo, para realizarmos um estudo de caso. Não obstante, antes de procedermos à análise sobre as relações estabelecidas entre os agentes do setor da borracha com agentes exógenos e endógenos àquela região, buscar-se-á fazer uma caracterização geral do setor agropecuário dessa região, buscando elementos que possam subsidiar a análise.

CAPÍTULO IV

DINÂMICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

4. 1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA MRG DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Para uma compreensão mais ampla da atual dinâmica sócio-econômica da região de São José do Rio Preto, faremos um resgate histórico buscando evidenciar como ela foi incorporada à economia do restante do Estado de São Paulo e os fatores que condicionaram sua atual configuração.

Segundo Monbeig (1984, p. 133), os pioneiros que, a partir de 1850, se depararam com os índios durante a ocupação da Região de São José do Rio Preto eram oriundos, quase todos, de Minas Gerais. A crise da mineração afetou profundamente este Estado. Soma-se a isso, a tentativa revolucionária de 1842 e a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), que colocou os mineiros na linha do recrutamento militar, convergindo para que estes partissem para terras que, mais tarde, ficariam conhecidas como a Região da Alta Araraquarense e que, atualmente, coincide com a Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto[29] (Figura 11).

Sobre os primórdios dessa história, assim descreve Ceron (1971, p. 29):

> [...] a região conhecera uma fase de povoamento pré-cafeeira, empreendida por elementos vindos do Estado de Minas Gerais e responsáveis pela fundação de alguns pequenos centros, em redor dos quais se passou à prática da criação de bovinos e porcos, que seriam comercializados em Araraquara e São Carlos. Em 1852 fundaram São José do Rio Preto e vários outros estabelecimentos entre São José dos Dourados e o Turvo, ligado aquela cidade a Porto Taboado [...].

Segundo Monbeig (1984), o Rio Grande tinha toda sua margem direita, compreendendo desde Paulo de Faria ou Olímpia até Franca, habitada por mineiros que viviam nos arrabaldes do Triângulo Mineiro.

[29] O que aqui se denomina de Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto constitui-se na porção leste dessa região que à época ainda não tinha seus contornos bem delimitados. Atualmente essa regionalização estabelecida pelo IBGE compreende 29 municípios: Adolfo, Altair, Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Guapiaçú, Guaraci, Ibirá, Icem, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Nova Aliança, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tanabi, Ubarana, Uchoa e Zacarias.

Em expedição, os mineiros avançaram pelo sertão paulista, galgando montanhas à procura de terras, transpondo rios, riachos e ribeirões, ora utilizando-os como vias, dando-se a reconhecer títulos de vastas glebas do Planalto Ocidental. Assim, muniam-se de títulos que reconheciam seus direitos. Fundavam pequenos vilarejos, levando consigo a pecuária bovina

e, pouco a pouco, desenvolviam estratégias para atrair o povoamento. Situa-se aí o marco histórico do povoamento do sertão paulista.

À época da ocupação da região, a precariedade do transporte somado à distância dos centros urbanos mais povoados, impossibilitava o cultivo do café.

Monbeig (1984, p.136 e 137) destaca que os pioneiros

> [...] Estabeleceram-se nas manchas de campos e nos solos medíocres em Rio Preto e Tanabi. [...]
> [...] Malgrado tudo que distingue esses criadores de gado dos seus sucessores imediatos, os plantadores, aqueles abriram a estes os caminhos, inaugurando os espigões; suas estradas vieram a ser seguida. Os núcleos de povoamento que fundaram serviram de ponto de apoio e a prática da pecuária pioneira jamais desapareceu completamente. Por outro lado, os mineiros deixaram descendência: seus filhos [...] Em fim, os mineiros detinham os títulos de posse do solo. Para tornar-se alguém proprietário, era preciso tratar ou lutar com eles.

Como menciona Monbeig (1984, p.143), referindo-se ao grileiro: *"a colonização era uma questão de segundo plano, vinha antes o desejo de especular."* E foi exatamente o que fizeram.

Concomitantemente ao processo de ocupação, ocorria o avanço do café pelo planalto adentro. Como registrou Monbeig (1984), é bem conhecido o fato de que o caminho pelo qual o café se expandiu da região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro foi o vale do rio Paraíba do sul. Mal cuidado devido à escassez de braços desde a abolição da escravatura, o vale do Paraíba apresentava, desde o início do século XX, baixa produtividade.

Continuando a adentrar no Estado de São Paulo, a segunda região que conheceu a cafeicultura, compreendia um arco de círculo que ia desde Itú, ao sul, até Mococa, ao norte, atravessando por Campinas. Tratava-se do contraforte ocidental da Mantiqueira.

Uma terceira região que conheceu o ímpeto da cafeicultura no Estado de São Paulo foi a depressão periférica, motivado pelos afloramentos de terras roxas. Estava no caminho da marcha do café Limeira, Araras, Rio Claro, Leme, até Pirassununga e Descalvado.

Todavia, conforme ressalta Ceron (1971, p.31), nem sempre as áreas com café eram dominantes na organização das terras produtivas. A importância dos cereais como o arroz, o milho e o feijão não deve se esquecida, já que muitas vezes ocupava áreas maiores que a do próprio café. No município de São José do Rio Preto (cujas terras representavam pouco mais da metade do Setor Norte Ocidental), a área cultivada com cereais correspondia 67%, enquanto que o café respondia por 29% da área total cultivada em 1920[30].

Partindo da depressão periférica, impulsionada pela economia cafeeira, avançava a Frente Pioneira, constituída pelos grandes plantadores em direção ao Planalto Paulista, onde compravas vastas áreas dominadas pelas matas, as quais transformavam-se em cafezais. As

[30] A regionalização utilizada por Ceron (1971) foi denominada de Setor Norte-Ocidental.

frentes pioneiras se sobrepunham à Frente de Expansão (constituídas pelos mineiros). Muitos desses grandes plantadores tornavam-se grandes proprietários de terras, comerciantes, bancários, organizadores de mão-de-obra e homens com grande influência na esfera política.

Assim, não tardou e todo o Estado de São Paulo tornou-se propriedade privada de um número reduzido de homens. Conforme registrou Monbeig (1984, p. 221): *"chegou o tempo que a noção de terra pertencente ao Estado se tornou estranha à mentalidade paulista, a tal ponto que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo."*

O avanço da frente pioneira constituiu-se em uma nova fase do processo de ocupação do oeste paulista. Assim, disseminou-se por todo o município de São José do Rio Preto, a pecuária de corte extensiva e a agricultura, com ênfase na cafeicultura, desenvolvida com base no regime de colonato.

Godoy (1995, p.7-8) observa que a ocupação da região se deu com o avanço da frente pioneira que

> [...] foi um movimento de colonização de base econômica essencialmente agrícola [...] O sentido colonizador da frente pioneira procurou destacar, não só as mudanças nas formas de exploração do solo e de transformação da paisagem, mas também, um sentido civilizatório cujos resultados significavam a expansão da agricultura, divisão das terras, a ampliação das vias de comunicação e o surgimento de núcleos urbanos [...]

Ceron (1971, p.33) destaca que até a década de 1920, o desenvolvimento populacional havia sido considerável:

> [...] Somente no distrito sede de Rio Preto viviam 34.000 habitantes, e, em sua órbita, outros distritos menores, emancipados entre 1920 e 1930, conferiam ao grande município 92.000 habitantes (total: 126.926 habitantes). Eram Ibirá, Inácio Uchoa, Cedral, Potirendaba, José Bonifácio, Nova Granada, Mirassol e, mais para oeste, Monte Aprazível e Tanabi.

Com a crise de 1929, iniciou-se o processo de retalhamento das glebas dessa região em pequenos lotes, transformando-os em equivalente de capital, já que a cotação do café apresentava tendência baixista no mercado internacional, o que intensificou o seu processo de ocupação. Esses pequenos proprietários adotaram como atividade econômica a cafeicultura e o cultivo de gêneros alimentícios.

> Apesar da crise de 1929 ter surpreendido a economia cafeeira em plena expansão no Planalto e da visível queda dos rendimentos na Alta Araraquarense, as áreas cultivadas com café atingiram, em 1938, 485.294 hectares, e a produção fora multiplicada por 9 entre 1920 e 1940." (CERON, 1971, p.33)

Não pode deixar de ser lembrado que a expansão da cultura de café no Estado de São Paulo está intrinsecamente vinculada ao avanço das linhas das estradas de ferro. Em verdade, a estrada de ferro seguiu o caminho feito pelo café, ora a frente, ora atrás. Assim, pode-se dizer que o avanço da frente pioneira no território paulista teve como conseqüência direta a construção das estradas de ferro, que serviam para o escoamento de outros produtos da

agricultura.

Além desse papel, ela articulou as diferentes regiões do Estado.

De acordo com Locatel (2000, p.36):

> [...] O primeiro trecho, de 71km, ligando a estação de Araraquara à Taquaritinga, foi inaugurado em 1901, onde ficou parada até 1908, sem nenhuma interrupção, em 1912 a ferrovia já possuía 230 km e tinha na 'ponta dos trilhos', a cidade de Rio Preto, onde permaneceu parada por muito tempo.
> Em 1919, a Companhia é incorporada pelo Estado. Contudo, ainda permaneceria parada em Rio Preto até a década de 1930, quando sua construção é retomada, estendendo sua linha até Mirassol, onde permaneceu até o início da década de 1940. Finalmente, depois de 1940, inicia-se a última etapa de sua construção, com a inauguração da estação de Jales e, em 1952, ela atinge as margens do rio Paraná que era o objetivo final, completando o traçado da Ferrovia Alta Araraquarense.

Nesse contexto, que a Região de São José do Rio Preto é incorporada pelo capital, pois apesar da crise econômica desencadear a desestruturação do complexo rural, a cafeicultura continuou a disseminar-se na porção oeste do Planalto Paulista.

Paralelamente à expansão do café, crescia a produção de lavouras alimentícias como o arroz, estimulado pela alta dos preços e do aumento do consumo, devido ao grande incremento populacional urbano. Mas, não era só o arroz, a produção de milho também se expandiu e o excedente era comercializado nos centros urbanos mais próximos. O milho, todavia, era quase que integralmente consumido pela suinocultura e bovinocultura na própria região.

O algodão era outro produto comercial importante, que abalava o prestígio econômico do café como organizador das terras de cultivo. Segundo Ceron (1971, p.33 e 34) entre "[...] *os anos de 1920 e 1940, mas particularmente a partir de 1934, a lavoura do algodão se desenvolvera rapidamente, em certas áreas, num ritmo mais acelerado que o do café."* No município de São José do Rio Preto, a posição dos cultivos industriais (algodão e cana) passou de 2,8% para 12,0% entre 1920 e 1938.

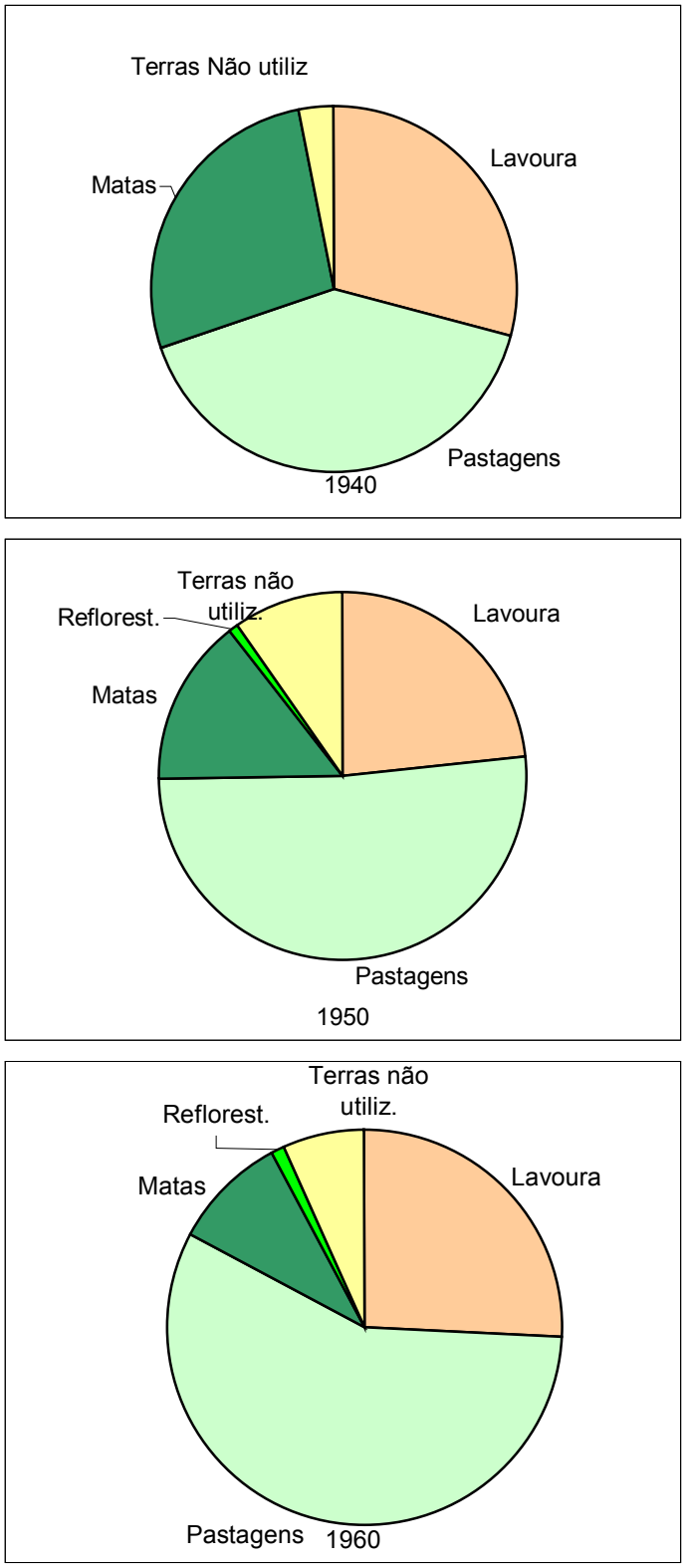
Em termos de utilização das terras no Setor Norte-Ocidental, as pastagens predominavam, ocupando 40,1% da área total, apresentando características nitidamente extensivas. No conjunto da lavoura no Setor Norte-Ocidental, no ano de 1940, predominava os cafezais, representando 42,4% da área total cultivada, seguidos do milho, com 20,1%; do algodão com 16,2%; do arroz com 11,1%; e, finalmente, do feijão, que, somado a outras lavouras de menor relevância, registravam 7,0% (Ceron, 1971).

> A evolução da economia agrícola regional orientou-se no sentido de conquista acelerada das áreas não utilizadas, dos imensos espaços vazios ou extensivamente aproveitados e das áreas de matas para a prática da criação e das lavouras. Contudo, foi somente nos primeiros 40 anos deste século que essa conquista mostrou tendência mais acentuada para a prática das lavouras. Restava ainda [...] imensas áreas de matas e terras não ocupadas, que seriam conquistadas nos anos posteriores mais para a prática da criação. (Ceron, 1971, p.35 e 36).

A Figura 12 nos permite acompanhar a evolução da utilização das terras no Setor Norte-

Ocidental e a tendência da expansão da pecuária extensiva, descrita por Ceron (1971).

Figura 12: Evolução da utilização das terras no Setor Norte-Ocidental entre 1940 e 1960



Fonte: Censos agrícolas da FIBGE de 1940, 1950 e 1960 (extraído de Ceron, 1971, p.37)

Os fatores responsáveis pela expansão da pecuária extensiva na região foram: a crise de 1929, a II Grande Guerra, as facilidades de crédito bancário, a menor necessidade de

utilização de mão-de-obra e os menores riscos climáticos. Mesmo com a expansão do café, a pecuária não se inibiu, desenvolvendo-se para abastecer matadouros e frigoríficos.

4.2 DINÂMICA PRODUTIVA DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

O processo de modernização corrido no campo durante os governos militares; de industrialização-urbanização brasileira intensificada a partir de meados da década de 1950; a crise do café a partir da década de 1980; e, a abertura comercial no período pós-1990, redundaram em grandes transformações na agricultura regional.

Uma da conseqüências mais visíveis desse conjunto de processos foi a marginalização de uma considerável parcela da sociedade brasileira, com a expulsão do campo de grande número de produtores, sobretudo daqueles mais pauperizados, além da descapitalização crescente de outra parcela. Para aqueles que permaneceram no campo, uma das alternativas foi o cultivo de produtos demandados pelos mercados consumidores urbanos nacional e internacional nas décadas de 1970, 1980 e 1990, como a cana-de-açúcar, laranja, soja, borracha natural, milho, entre outras.

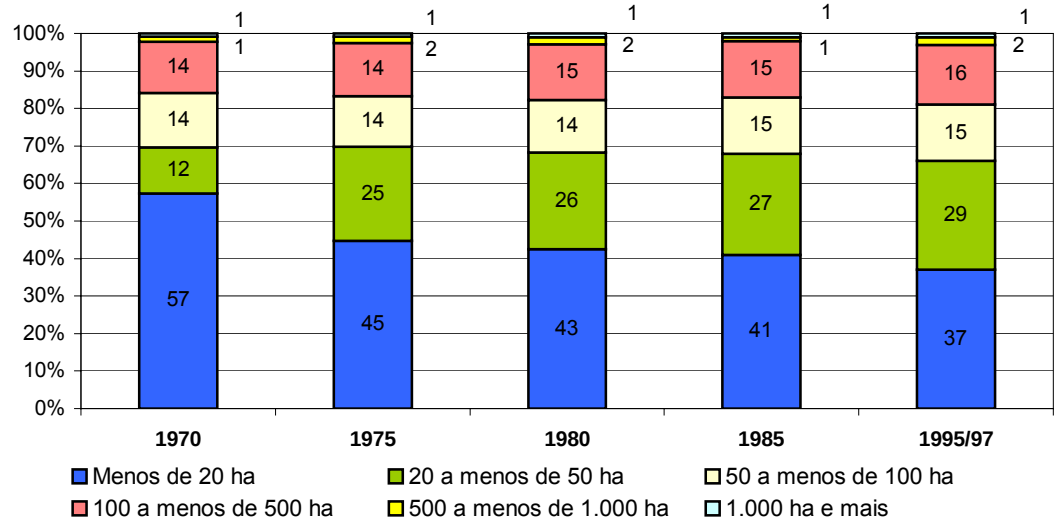
Deste modo, com o intuito de compreender as mudanças sócio-econômicas pelas quais passou a MRG de São José do Rio Preto, procedeu-se à análise da dinâmica produtiva regional, tendo como recorte temporal o período entre 1970 a 2003. Para isso, utilizou-se das informações estatísticas dos Censos Agropecuários; Produção Agrícola Municipal e Produção Pecuária Municipal da FIBGE, os quais nos possibilitaram o estudo da evolução histórica da estrutura fundiária; condição do produtor; utilização das terras; da principais atividades agrícolas e pecuárias; além da composição da força de trabalho.

4.2.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No que se refere à atual estrutura fundiária da área em estudo, pode-se dizer que sua configuração não sofreu nenhuma transformação significativa ao longo do século XX, apresentando assim características bastante semelhantes à paulista e brasileira, ou seja, um modelo de estrutura fundiária herdado do que Prado Júnior (1979) chamou de “complexo latifúndio x minifúndio”.

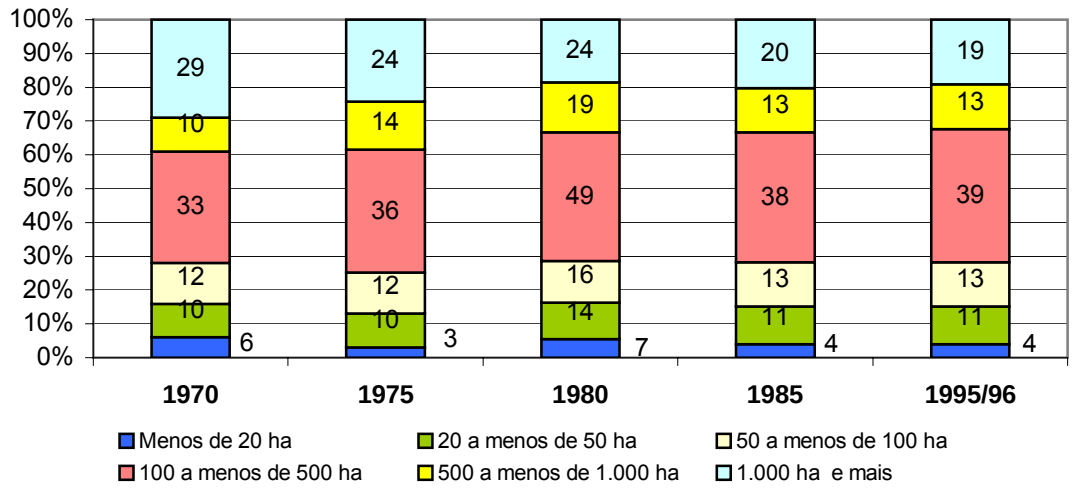
A concentração de terras explícita na estrutura agrária da MRG de São José do Rio Preto é resultado, assim como em outras regiões do estado, do processo histórico de sua ocupação. As Figuras 13 e 14 nos permitem observar essa característica da região.

Figura 13: Número de estabelecimentos por estrato de área entre 1970 e 1995/96 (em %) na MRG de São José do Rio Preto



Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Figura 14: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários por estrato de área entre 1970 e 1995/96 (em %) na MRG de São José do Rio Preto



Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

A Tabela 08 nos permite notar nos dados relativos à malha fundiária da região, que ao longo do período de 1970 e 1995/96, o **número de estabelecimentos** nos estratos de **menos de 100 ha** tiveram uma redução absoluta de 11,3%. Para o estrato de **menos de 20 ha,** a

redução foi ainda maior, isto é, esse estrato registrou queda absoluta de 41,1% e relativa de 20,5%.

Tabela 08: Número de Estabelecimentos agropecuários na MRG de S. J. Rio Preto entre, 1970 e 1995/96

	Menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 ha e mais	100 ha e Mais	Total
1970	6.792	1.458	1.718	9.968	1.630	166	96	1.892	11.860
%	**57,3**	**12,3**	**14,5**	84	**13,7**	**1,4**	**0,8**	16	**100,0**
1975	5.241	2930	1583	9.754	1665	192	101	1.958	11.712
%	**44,7**	**25,0**	**13,5**	83	**14,2**	**1,6**	**0,9**	17	**100,0**
1980	5.088	3.099	1.649	9.836	1.720	196	90	2.006	11.842
%	**43,0**	**26,2**	**13,9**	83	**14,5**	**1,7**	**0,8**	17	**100,0**
1985	4.995	3.267	1.751	10.013	1.774	177	85	2.036	12.049
%	**41,5**	**27,1**	**14,5**	83	**14,7**	**1,5**	**0,7**	17	**100,0**
1995/96	4.003	3.187	1.655	8.845	1785	179	82	2.046	10.891
%	**36,8**	**29,3**	**15,2**	81	**16,4**	**1,6**	**0,8**	19	**100,0**
Variação 1970-95/96	-41,1	118,6	-3,7	-11,3	9,5	7,8	-14,6	8,1	-8,2

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

No que toca à **área ocupada** pelos estabelecimentos com **menos de 100 ha**, observa-se uma redução absoluta de 10,9%, o que é ainda mais intenso para o estrato de menos de 20 ha, isto é, de 35,2% no período de 1970 a 1995/96 (Tabela 09).

Tabela 09: Área do Estabelecimento Agropecuário na MRG de S. J. do Rio Preto entre 1970 e 1995/96

	Menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 ha e mais	100 ha e mais	Total
1970	59.679	104.376	121.374	285.429	333.516	103.254	296.824	733.594	1.019.023
%	**6**	**10**	**12**	28	**33**	**10**	29	72	**100**
1975	30.561	95.064	112.222	237.847	336.851	132.609	228.049	697.509	**935.356**
%	**3**	**10**	**12**	25	**36**	**14**	24	74	**100**
1980	49.459	100.612	117.389	267.460	147.308	136.276	171.945	455.529	722.989
%	**7**	**14**	**16**	37	**20**	**19**	24	63	**100**
1985	37.585	106.693	124.402	268.680	358.080	121.994	184.726	664.800	933.480
%	**4**	**11**	**13**	28	**38**	**13**	20	71	**100**
1995/96	38.659	101.985	113.633	254.277	349.865	115.303	168.616	633.784	888.061
%	**4**	**11**	**13**	28	**39**	**13**	19	71	**100**
Variação 1970-95/96	-35,2	-2,3	-6,4	-10,9	4,9	11,7	-43,2	-13,6	-12,9

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

No que se refere ao **número de estabelecimentos** no estrato de 100 ha e mais, observa-se um acréscimo em termos absolutos de 8,1% entre 1970-1995/96 e, em termos relativos, tendo passado de 16% para 19%, ou seja, de 1.892 para 2.046 estabelecimentos. Em

termos de **área ocupada,** o estrato de 100 ha e mais apresentou redução em termos absolutos de 13,6% e em termos relativos, de 72% para 71%.

No tocante ao **número total de estabelecimentos** no estrato inferior a 100 ha observa-se uma estabilidade entre 1970 e 1980 e um pequeno acréscimo (de 1,7%) entre 1980 e 1985. Não obstante, faz-se digno de nota a redução de 1.168 estabelecimentos ou 11,7% entre 1985-1995/96. Desse total, 1.003 ou 86% foram suprimidos dos estrados de menos de 20 ha. Os grandes estabelecimentos (com área superior a 100 ha), ao contrário, mostraram acréscimo de 10 estabelecimentos.

Conforme se observa na Tabela 10, foram responsáveis pela redução dos pequenos estabelecimentos, os arrendamentos, que diminuíram em número de 41 ou 5,8%; os ocupantes, que reduziram em número de 90 ou 31% e, os parceiros, que reduziram em número de 1.540 ou 87,8%. Constatou-se ainda que os parceiros estavam envolvidos com o cultivo de café, que teve queda de 90,3% na área cultivada entre 1985 e 1996 e que foi a cultura em que mais se estabeleceu esse tipo de relação de trabalho. Ressalta-se que nesse período também apresentaram significativa redução da área cultivada o milho, a soja, o feijão, o arroz, o algodão e o amendoim.

No ano de 1995/96 na MRG de São José do Rio Preto, os estabelecimentos com menos 100 ha perfaziam 81% do total de estabelecimentos, todavia abrangiam apenas 28% da área total. Se considerado os estabelecimentos com menos de 20 ha no ano de 1995/96, nota-se uma disparidade ainda maior: este estrato representava 36,8% do total de estabelecimentos e abrangiam apenas 4% da área total. Essa situação que caracteriza forte concentração fundiária não muda ao longo do período analisado. Por sua vez, em 1995/96, os estabelecimentos com 100 ha e mais, representavam 19% dos estabelecimentos e ocupavam 71% área total, o que demostra explicitamente uma concentração de terras nesse estrato. Contudo, a maior concentração está nos estrato entre 500 a menos de 1.000 ha que em 1995/96 representavam 1,6% dos estabelecimentos e abrangiam 13% da área total e, principalmente, no estrato com 1.000 ha e mais que perfaziam 0,8 dos estabelecimentos e abarcavam 19% da área total. Se considerados esses dois estratos juntos, a concentração fica ainda mais explicita: os estratos acima de 500 ha somam 2% do total de estabelecimentos e 32% área total na MRG de São José do Rio Preto.

Assim, constata-se que os pequenos estabelecimentos diminuíram tanto em termos de área ocupada como em termos de número. Tal processo está vinculado a uma série de fatores, destacando-se: a expropriação dos pequenos agricultores, que ficaram à margem da modernização da agricultura, ocorrido no período pós-1965; a falta de alternativas diante da decadência da cafeicultura regional pós-1985; e, a crise do setor agropecuário, ocorrida a

partir da segunda metade da década de 1980, associada à falta de políticas governamentais direcionadas à agricultura familiar.

4.2.2 CONDIÇÃO DO PRODUTOR

No que concerne à **condição do produtor**, constatou-se que predominou ao longo do período em apreço, a condição de **proprietário**, tendo inclusive sua participação absoluta e relativa ampliada, mesmo tendo ocorrido a redução do número total de estabelecimentos na região (Tabela 10). Essa redução comprova que, na atual conjuntura, a agricultura se tornou uma atividade de risco e, por isso, muitos agricultores que possuem acesso precário a terra, acabam descartando-a como estratégia de reprodução social e migrando para as cidades, no caso da região estudada, sobretudo para São José do Rio Preto.

No que toca aos **arrendatários**, constata-se que sua presença é relativamente pequena tanto em termos de número de estabelecimentos como de área ocupada. Observa-se que, não obstante, no período **entre 1970 e 1985** tenha ocorrido redução de 24% no número de estabelecimentos em que estavam presentes os arrendatários**,** ocorreu um aumento de 55% em termos de área ocupada (Tabela 10). O que nos leva a concluir que aumentou a área média destes estabelecimentos e, portanto, tendo havido mudança no perfil do arrendatário nesse período. Também pode-se afirmar que o aumento da área ocupada pelos arrendatários entre 1970 e 1985 está relacionado à elevação da área ocupada com algumas culturas temporárias como milho, soja, feijão, arroz, algodão, amendoim e cana-de-açúcar, mais adequadas para essa categoria de produtor.

Tabela 10: Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 a 1995/96

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.
1970	63	8.628	7	924	27	3.733	3	378	100	13.663
1975	71	8.368	4	490	21	2.463	3	397	100	11.718
1980	74	8.750	6	660	17	1.981	4	454	100	11.845
1985	77	9.305	6	706	15	1.753	2	291	100	12.055
1995/96	90	9.649	6	665	2	213	2	201	100	10.728
Variação %	**43**	**12**	**-14**	**-28**	**-93**	**-94**	**-33**	**-47**	**0**	**-21**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Tabela 11: Área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 a 1995/96 (em ha)

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área
1970	90	849.067	4	38.115	5	43.386	1,5	14.354	100	944.922

1975	92	891.045	2	19.709	3	32.286	1	13.230	100	956.270
1980	91	861.853	4	35.192	4	35.674	1,9	18.182	100	950.901
1985	89	836.080	6	59.254	4	37.318	0,9	8.871	100	941.523
1995/96	92	821.080	5	46.952	2	15.239	0,5	4.788	100	888.059
Variação %	**2**	**-3**	**25**	**23**	**-60**	**-65**	**-67**	**-67**	**0**	**-6**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Entretanto, no subperíodo entre **1985 e 1995/96**, assistiu-se a uma queda de 21% na área dos estabelecimentos arrendados, reduzindo de 59,2 mil ha para 46,9 mil ha (Tabela 11). Contribuíram para essa redução, o milho que sofreu redução de 30,7 mil ha na área plantada (45%), a soja com 7,3 mil ha (68%), o feijão com 1,4 mil ha (54%), o arroz com 25,1 mil ha (90%), o algodão com 6,8 mil ha (77%) e o amendoim com 14,8 mil ha (83%), tendo apresentado essas 06 lavouras redução média na área cultivada de 70%. Destaca-se que apenas a cana-de-açúcar apresentou aumento na área cultivada de 52,2 mil ha (191%).

Considera-se ainda, que a área dos estabelecimentos arrendados, embora tenha decrescido 21% entre 1985-1995/96, apresentou diminuição abaixo da média das lavouras temporárias, que foi de 70%. Deduz-se que a cana-de-açúcar contribuiu para que não houvesse uma redução maior na área de arrendamento.

É muito comum usinas de processamento de álcool e de açúcar arrendarem terras para o cultivo de cana, inclusive em pequenas propriedades, sendo para estes uma alternativa diante da falta de melhores oportunidades no setor agropecuário. Esse tipo de arrendatário é bastante diferente daquele que arrendava pequenas áreas para o plantio de algodão, milho, feijão, arroz, etc. visando ao mercado e ao auto-consumo, utilizando a mão-de-obra da família. Os arrendatários com este perfil, ou seja, pouco capitalizado, vem encontrando cada vez maiores dificuldades de se reproduzir socialmente, sendo este o tipo mais comum de agricultor que opta pela vida na cidade, abandonando definitivamente o campo.

A Tabela 12 nos permite observar que no ano de 1995/96, 66% da área dos arrendamentos situavam-se nos estratos superiores a 100 ha, ou seja 30.919 ha de um total de 46.953 ha, do quais cerca de metade, ou seja 15.389 ha estavam no estrato entre 100 a menos de 500 ha. Esses grandes arrendamentos foram utilizados para a prática da cultura temporária, responsável por 70% da área total arrendada na região e da pecuária, responsável por 24% (Tabela 13).

Tabela 12: Área dos estabelecimentos segundo o estrato de área na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto – 1995/96 (em ha)

	1 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	Mesno de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 10.000 ha	10.000 ha e mais	Mais de 100 ha	Total	%

Prop.	9.277	25.338	93.981	103.507	232.103	326.045	106.818	156.114	-	588.977	821.080	92,5
Arrend	705	1.914	5.896	7.519	16.034	15.389	5.604	9.926	-	30.919	46.953	5,3
Parc.	362	554	1.378	1.240	3.534	6.250	2.881	2.576	-	11.707	15.240	1,7
Ocup.	215	296	729	1.367	2.607	2.181	-	-	-	2.181	4.789	0,5
Total	10.559	28.101	101.985	113.633	254.278	349.865	115.303	168.616	-	633.784	888.061	100,0
%	1,2	3,2	11,5	12,8	29	39,4	13,0	19,0	-	71	100,0	

Fonte: F.I.B.G.E. - Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Tabela 13: Área dos estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras na MRG de São José do Rio Preto – 1996 (em ha)

	Terras próprias	**Terras arrendadas**	**Terras em Parceria**	**Terras ocupadas**
Lavoura temporária	114.420	38.626	14.772	231
Horticultura e produtos de viveiro	1.564	232	16	33
Lavoura permanente	207.905	1.995	1.767	315
Pecuária	372.033	13.164	1.067	3.985
Produção mista (lavoura e	112.779	1.152	581	602
Silvicultura e exploração florestal	434			
Pesca e aquicultura	316			
Produção de carvão vegetal	75			

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

A relação de **parceria** tornou-se importante na região devido à disseminação da cultura de café após 1950. Isso porque, grande parte dos colonos das fazendas de café se converteu nessa categoria de produtores. Assim, em 1970, embora a parceria representasse parcela significativa dos estabelecimentos agropecuários na região, ela ocupava área reduzida. Entretanto, 1995/96 essa categoria perde importância tanto em termos de número de estabelecimento como de área ocupada (Tabela 11). Desse modo, a parceria passou de 27% do total de estabelecimentos em 1970 para menos de 2% em 1995/96. Em termos de área ocupada, a parceria passou de 5% para 2% no referido período. A maior redução ocorreu entre 1985 e 1995/96, quando o café entrou em franca decadência na região, diminuindo em 90% a área plantada. Neste mesmo período, o número de estabelecimentos onde estavam presentes a parceria reduziu 59% e a área ocupada diminuiu 88%.

Assim, constata-se que desde a década de 1970, a parceria vem declinando na região. No período analisado verificou-se uma redução de 94% em termos de número de estabelecimentos e 65% em termos de área. Também está associada à redução dessa categoria de produtores, assim como de arrendatários, a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1963, o qual estendeu direitos como férias, décimo terceiro, descanso

semanal remunerado, etc., aos trabalhadores do campo. Essa nova legislação deixou apreensivo tanto pequenos como médios e grandes proprietários de terra, que temerosos, optaram por não estabelecer nenhum tipo de relação de trabalho permanete.

É interessante observar na Tabela 12 que, assim como os arrendatários, os parceiros apresentam-se concentrados nos estabelecimentos do estrato superior a 100 ha. Deste modo, 77%, ou seja, 11.717 ha de um total de 15.240 ha estavam no estrato superior a 100 ha, com destaque para o estrato entre 100 e menos de 500 ha, que concentram 41%, ou seja, 6.250 ha. Observa-se que, do total de parceiros na região no ano de 1995/96, 81% estavam envolvidos com as culturas temporárias (Tabela 13).

Em relação à categoria de **ocupantes,** observa-se que ela sempre foi inexpressiva na região, representando, em termos relativos, 3% do número total de estabelecimentos em 1970, passando em 1995/96 a representar 2%, com redução absoluta de 47%. No tocante à área dos estabelecimentos, os ocupantes passaram de 1,5% para 0,5%, com redução absoluta de 67% neste período (Tabela 11). Constata-se também que, tanto em termos de estabelecimentos como de área, ocorreu ascensão até 1980 e redução após esse ano, o que se verifica tanto em termos relativos como absolutos.

4.2.3 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Como pode se observar na Tabela 14, predominou na região, ao longo de quase todo o período de 1970-1995/96, a área com **pastagens**. Assim, no ano de 1970, as pastagens eram responsáveis por 64%, da área dos estabelecimentos agropecuários na região, em 1975 por 72%, em 1980 por 66%, em 1985 por 60% e, em 1995/96, por 60%, ao passo que estavam presentes em 1970 por apenas 32%, em 1975 por 32%, em 1980 por 34%, em 1985 por 34% e 1995/96 por 40%, dos estabelecimentos, respectivamente.

Ao mesmo tempo, as lavouras (permanentes e temporárias) ocupavam 27% da área dos estabelecimentos agropecuários da região em 1970; 22% em 1975; 30% em 1980; 30% em 1985; e, 35% em 1995/96. No que toca ao número de estabelecimentos, predominaram aqueles com lavouras, sobretudo as permanentes. As lavouras estavam presentes em 53% dos estabelecimentos em 1970, 52% em 1975, 51% em 1980, 51% em 1985 e 40% em 1995/96.

Nota-se que houve entre 1970 e 1995/96 uma constante ascensão na área cultivada com lavouras permanentes, a qual representou 208% no período. Tal incremento é inequivocadamente reflexo do aumento da área cultivada com laranja, que evoluiu de cerca de 3 mil ha para cerca de 107 mil, entre 1970 e 1995/96, ou seja, houve acréscimo de 3.467%.

Essa ampliação da área cultivada com laranja acabou, de certa forma, ofuscando, no conjunto da lavoura permanente, a redução da área ocupada com café, ocorrida nesse mesmo período.

Entre 1970 e 1995/96 a área utilizada com **lavouras temporárias** declinou 29%, a área com pastagens 12% e a área com matas e florestas 38%. Apenas a área com culturas permanentes obteve expansão de 208%.

Tabela 14 : Evolução da utilização das terras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (em ha)

	Lavoura				Pastagens				Matas e Florestas				Total	
	Permanentes		Temporárias		Naturais		Plantadas		Naturais		Plantadas			
	Infor.	Área	Infor.	Área	Infor.	Área	Infor.	Área	Infor.	Área	Infor.	Área	Infor.	Área
1970	5.669	51.296	10.830	188.822	4.026	143.867	5.765	431.112	3.037	70.411	1.520	5.679	30.847	891.187
%	**18**	**6**	**35**	**21**	**13**	**16**	**19**	**48**	**10**	**8**	**5**	**0,6**	**100**	**100**
1975	6.808	81.250	8.195	119.876	3.807	157.689	5.562	502.446	2.581	40.030	1.806	6.261	28.759	907.552
%	**24**	**9**	**28**	**13**	**13**	**17**	**19**	**55**	**9**	**4**	**6**	**0,7**	**100,0**	**100,0**
1980	8.656	134.121	6.617	129.982	2.831	99.291	7.230	488.846	2.883	28.064	1.514	1.932	29.731	882.236
%	**29**	**15**	**22**	**15**	**10**	**11**	**24**	**55**	**10**	**3**	**5**	**0,2**	**100**	**100**
1985	7.831	133.098	6.986	179.471	3.645	119.565	6.462	427.298	2.852	37.403	1.515	4.707	29.291	901.542
%	**27**	**15**	**24**	**20**	**12**	**13**	**22**	**47**	**10**	**4**	**5**	**1**	**100**	**100**
1995/96	4.985	158.200	4.650	134.091	3.146	143.214	6.371	360.758	3.538	44.026	1.203	3.287	23.893	843.576
%	**21**	**19**	**19**	**16**	**13**	**17**	**27**	**43**	**15**	**5**	**5**	**0,4**	**100**	**100**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

No que se refere às **lavouras permanentes** observa-se que houve constante aumento entre 1970 e 1995/96, passando de 51,2 mil ha para 158,2 mil há, apresentando elevação de 107 ha. A grande responsável por esse acréscimo foi a cultura de laranja compensando assim a queda da área ocupada com café. Por sua vez, as **lavouras temporárias** apresentaram um quadro mais instável, passando de 1970 para 1975 de 188, 8 mil ha para 119,8 mil ha, apresentando redução de 68,9 mil ha. Entre 1975 e 1985 a lavoura apresentou aumento de 119,8 mil ha para 179,4 mil ha, assim tendo elevação de 59,5 mil ha, plantados ha resultando na elevação da área plantada com cana-de-açúcar, milho, soja e amendoim e, em menor escala, com feijão e algodão. Entre 1985 e 1995/96, os dados mostram novamente diminuição da área cultivada com as lavouras temporárias de 179,4 mil ha para 134 mil ha, com redução de 45,3 mil ha. Tal redução entre 1985 e 1995/96 corresponde à diminuição da área cultivada com milho, arroz e amendoim, principalmente e, em menor escala, pelas culturas de soja, feijão e algodão neste mesmo período.

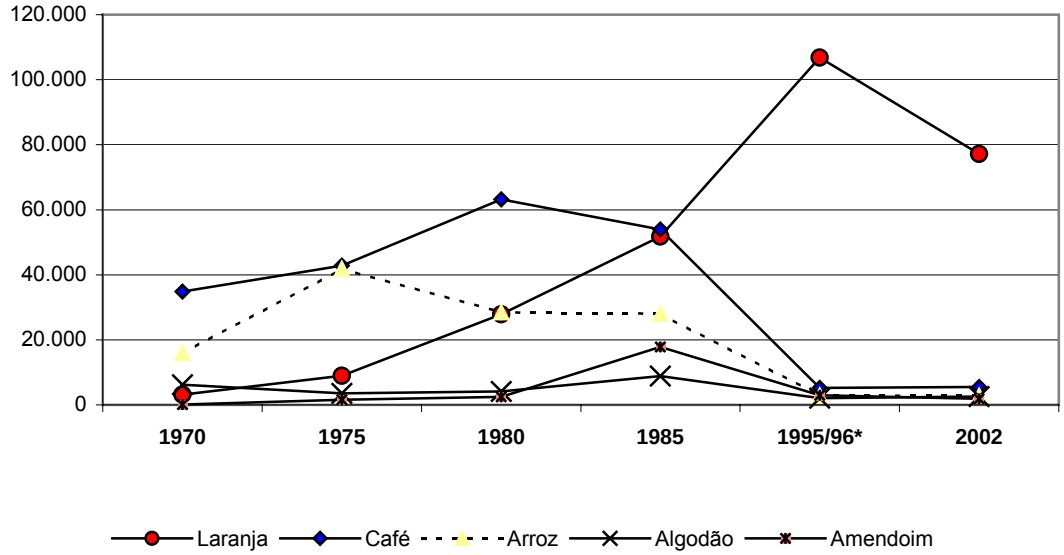
Por seu turno, as **pastagens naturais e plantadas** apresentam elevação de 85,1 mil ha entre 1970 e 1975, passando de 574,9 para 660,1 mil ha. Entre 1975 e 1995/96 apresenta redução de 156,1 mil ha, passando de 660,1 mil ha para 503,9 mil ha, retornando a um patamar inferior ao da década de 1975.

Em suma, constatou-se que as culturas temporárias somadas às permanentes tiveram elevação da área ocupada em 52,1 mil ha, sendo que as pastagens naturais e plantadas tiveram redução de 71 mil ha e as matas e florestas tiveram redução de 28,7 mil ha. entre 1970 e 1995/96. Deste modo, pode se afirmar que as lavouras, em especial a cana-de-açúcar e a laranja, ocuparam a áreas anteriormente ocupadas pelas pastagens, matas e florestas.

4.2.4 PRINCIPAIS CULTURAS

A análise das principais culturas existentes na MRG de São José do Rio Preto nos permite constatar, de um modo geral, algumas tendências no que se refere à evolução da área cultivada. Para se ter uma idéia geral desse processo pelo qual passa a região, reunimos as principais culturas em dois grupos, tendo como critério unicamente a tendência em termos de área ocupada. Deste modo, detectou-se um grupo formado pelas lavouras de laranja, café, arroz, algodão e amendoim que podem ser classificadas como decadentes ou em fase de decadência (veja Figura 15). A cultura da laranja apresenta uma evolução bastante particular visto que se constitui numa das principais culturas da região e, a partir da década de 1990, vem sofrendo constante redução em razão do aparecimento do *Clorose Variegada dos Citros* (CVC), mais conhecido por Amarelinho.

Figura 15: Evolução da área ocupada com as lavouras decadentes na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha)

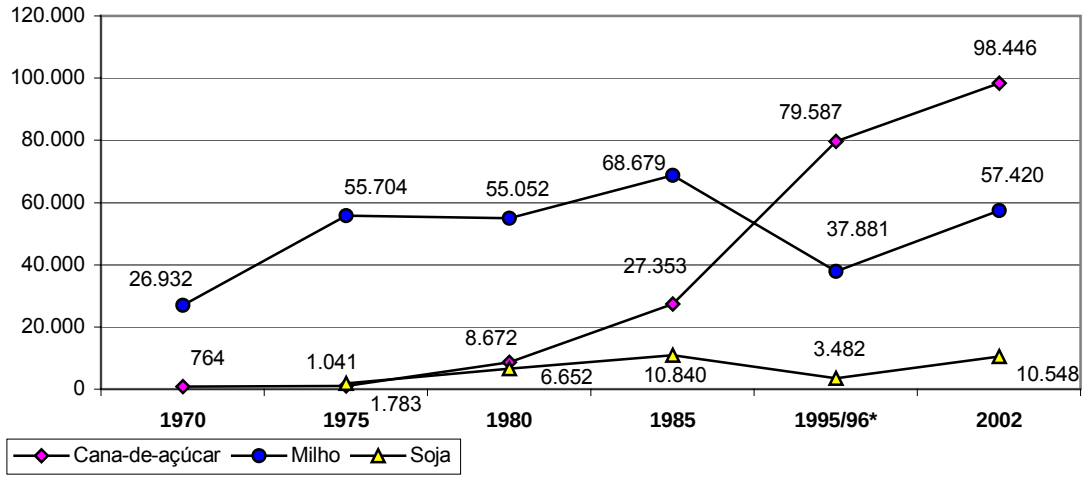


Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Produção Agrícola Municipal de 2002.

O segundo grupo que pode ser visualizado nas Figuras 16 e 17 é formado pela cana-de-açúcar, milho, soja, borracha, manga, limão e feijão, culturas que apresentaram em alguns

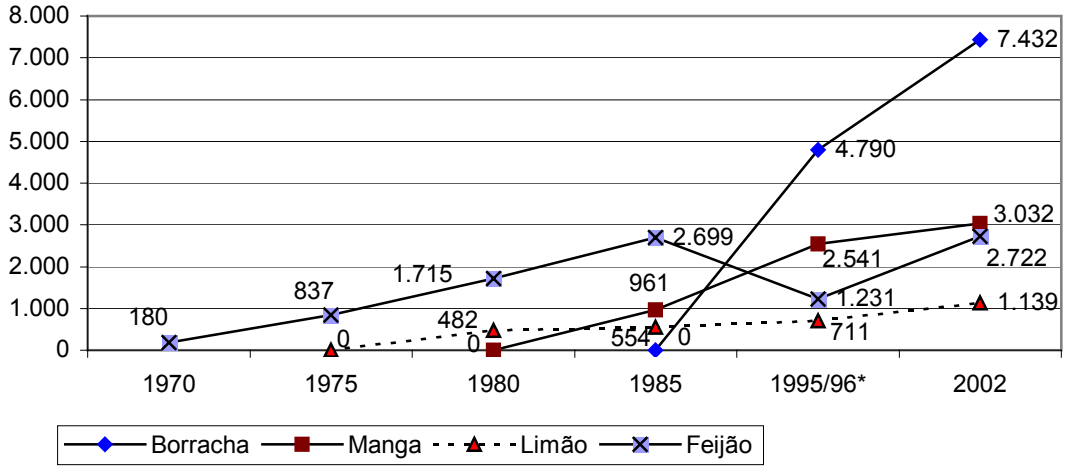
casos tímida, em outros casos, rápida ascensão no que diz respeito à área ocupada. A cana-de-açúcar se constituía em 2002 na principal cultura na Região de São José do Rio Preto em termos de área ocupada, apresentando evolução bastante peculiar devido a sua repentina disseminação.

Figura 16: Evolução da área ocupada com as principais lavouras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha)



Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Produção Agrícola Municipal de 2002.

Figura 17: Evolução da área ocupada com as principais lavouras na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 2002 (em ha)



Fonte: F.I.B.G.E. - Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Produção Agrícola Municipal de 2002.

Para se apreender melhor as transformações que ocorreram nessa região, que se constitui em recorte territorial na presente pesquisa, procedeu-se uma análise por cultura,

buscando entender os fatores responsáveis pela redução ou aumento da área cultivada das principais culturas.

A chegada do **café,** com a frente de expansão, pode ser considerado o momento de integração econômica da Região de São José do Rio Preto, assim como de toda a Alta Araraquarense, ao restante da economia paulista. O café constituiu-se na principal cultura desde o período de ocupação até a década de 1980, quando atingiu seu ápice, passando a partir de então, a sofrer um sistemático e brusco processo de redução em termos de área cultivada (Tabela 15).

Entre 1970 e 1975, a cafeicultura elevou-se de 34,8 mil para 42,8 mil ha plantados, isto é, obteve um acréscimo de 23%. Entre 1975 e 1980 a cultura de café apresentou nova elevação de 42,8 mil para 63,2 mil ha, ou seja um acréscimo de 48%, ao passo que o milho manteve a área cultivada em 55 mil ha.

Assim, constata-se que a geada de 1975 embora tenha queimado milhões de cafeeiros, conforme registra Sant'Ana (2003), não se refletiu significativamente sobre área cultivada com o café. Possivelmente, a geada de 1975 foi amenizada pela política estadual de estímulo a produção de café na década de 1970. Isso ocorreu porque grande parte dos cafeeiros atingidos na região foram apenas podados, voltando a brotar mais tarde, assim não tendo sido preciso erradicá-los.

Entretanto, a partir de 1980, quando atinge seu auge, o café definitivamente teve sua importância em termos de área reduzida, em especial para a cultura de milho, laranja e cana-de-açúcar. Além dessas culturas, a soja, o feijão, o algodão e o amendoim também ganharam espaço na região em função do declínio da cafeicultura.

No que se refere às pastagens, pode se afirmar que está também se constituiu em uma alternativa ao café, entretanto em escala reduzida, tendo em vista que a área com pastagens reduziu-se após 1980.

Nos anos de 1985, 1995/96 e 2002, evidencia-se a decadência da cafeicultura na região, que decresceu, em termos de área cultivada, de 53,9 mil (1985) para 5,2 mil (1995/96) e 5,5 mil (2002)[31].

[31] A área ocupada com café no Estado de São Paulo apresentou evolução bastante similar à da região estudada: No subperíodo de 1970-80, a área cultivada passou de 650,8 mil ha para 821 mil ha, ano em que a cafeicultura atingiu seu ápice. No subperíodo de 1980-1995/96, a cafeicultura teve redução de sua área cultivada de 821 mil ha para 214,7 mil ha.

Cabe destacar que, segundo Sant'Ana (2003) que depois de meados da década de 1980, a ampliação da área infectada com nematóides do solo (praga que ataca as raízes do cafeeiro, especialmente os pés novos e com manejo inadequado) e as recorrentes secas, contribuíram para erradicação maciça dos cafezais cultivados na região.

Todavia, deve ser mencionado como principal fator negativo as condições de mercado, com o declínio do preço do café no mercado internacional e a constituição de estoque do produto. Por conseguinte, a queda dos rendimentos dos cafeicultores resultou em uma descapitalização crescente, de modo que estes diminuíram os investimentos na manutenção da cultura.

Não é demais lembrar que, após a grande depressão econômica de 1929, a cafeicultura continuou expandindo-se para as zonas novas em busca de terras roxas e continuou sendo o sustentáculo da economia nacional.

Contudo, após a crise de 1929, a cafeicultura deixou de ser praticada apenas nas grandes fazendas, pois os pequenos agricultores também passaram a praticá-la, no sistema de policultura, baseado no trabalho familiar.

Desse modo, quando do advento da decadência do café na região de São José do Rio Preto, seu principal produto comercial na década de 1980, assiste-se a uma crise no setor agrícola regional, em especial para os pequenos produtores que tinham na cafeicultura sua principal fonte de sustentação. É neste contexto que a cultura da seringueira vislumbra-se como uma alternativa econômica e social.

Assim, além de migrarem para lavouras ainda não cultivadas na região, como a seringueira, os agricultores adotaram e/ou ampliaram a área com soja, feijão, algodão e, principalmente milho, laranja, cana e amendoim. O arroz foi a única das principais cultura que manteve a área cultivada entre 1980 e 1985.

A região tinha em destaque na década de 1970, além do café, a cultura do **milho em grão,** que ocupava a segunda maior área plantada. A cultura do milho sofreu constantes oscilações no período entre 1970 e 2002. Assim, em 1970, a área abrangida por essa cultura correspondia a 26,9 mil ha, aumentando para 55,7 mil ha em 1975. Em 1980, a área cultivada com milho praticamente se manteve estável na região, ficando em 55 mil ha plantados. A partir desse ano (1980), a área cultivada com milho cresceu notavelmente, atingido seu pico em 1985, com 68,6 mil ha, superando inclusive a área cultivada com café. A partir de então (1985), a área ocupada com milho declinou para 37,8 mil ha em 1995/96, se recuperando em 2002, apresentando 57,4 mil ha plantados.

O milho possui vinculação com a pecuária bovina por servir de complemento na alimentação do gado, especialmente no período em que as pastagens são insuficientes, além de ser destinado à comercialização.

Cabe frisar que, diferentemente de outras regiões do oeste paulista, em que a expansão do milho esteve vinculada sobremaneira à pecuária, na região estudada, a expansão dessa cultura esteve, nos anos mais recentes, vinculada à avicultura. Isso porque, no ano de 2002, haviam 18,2 milhões de cabeças de aves, representando 12,3% do total do Estado de São Paulo.

Além disso, destaca-se a possibilidade de mecanização da lavoura do milho, especialmente nas grandes e médias propriedades, o que permite diminuir a utilização de mão-de-obra, constituindo-se assim em um atrativo.

O **arroz** apresentava-se no ano de 1970 como a terceira maior área de cultivo da região. A rizicultura apresentou desempenho de destaque entre 1970 e 1975, saltando de 15,8 mil ha para 41,8 mil ha (+163%). A partir de 1975, sofreu redução constante na área cultivada, especialmente no período pós-1985. Assim, em 1975 a área cultivada com arroz era de 41,8 mil ha, passando em 1985 para 28 mil ha; em 1995/96 diminuiu para 2,8 mil ha; e, em 2002, para 2,7 mil ha.

A rizicultura está presente na Região de São José do Rio Preto desde o início do seu processo de ocupação, pois se constitui numa lavoura temporária que proporciona renda anual, possibilitando aos ex-colonos saldarem suas dívidas com as empresas colonizadoras que atuavam na região, além de ser adequada para o sistema de arrendamento e servir de subsistência para a família.

Os fatores anteriormente apontados também nos ajudam a entender a presença da cultura de algodão e milho, que, contudo, guardam suas especificidades, como será apontado mais adiante. Fora dessa perspectiva, o *"café sempre serviu como estímulo às famílias, pois se poderia sonhar com uma grande renda, como seus antigos patrões fazendeiros."* (Rosas, 2002, p.134).

A principal explicação para a elevação da área plantada com arroz, entretanto, está na demanda urbana, que se elevou com o processo de urbanização/industrialização ocorrido após os anos de 1970. Por sua vez, o desempenho desfavorável dessa cultura a partir de 1985 explica-se pelos baixos preços alcançados pelo produto no mercado.

A cultura de **algodão** apresenta desempenho negativo ao longo do período entre 1970 e 2002. Assim, em 1970 existiam na região 6,2 mil ha plantados com essa lavoura, passando para 3,5 mil ha em 1975. A partir de 1975, o algodão apresentou recuperação na área cultivada, passando para 4,1 mil ha em 1980 e 8,8 mil em 1985, passando a cair abruptamente

a partir de então, chegando em 1995/96 com 2 mil ha de área cultivada e em 2002 com 2,5 mil ha plantados.

A crise na qual mergulhou a cotonicultura, tendo como reflexo a diminuição da área cultivada com o algodão, está intrinsecamente relacionada a três fatores: a) a disseminação da praga que ficou conhecida como "bicudo"; b) a concorrência da produção em larga escala e mecanizada da Região Centro-Oeste do país; e, c) a conjuntura desfavorável em virtude da reestruturação do setor têxtil nacional a partir de 1989, em virtude da abertura econômica do país. Tal processo de abertura econômica do país implicou numa séria discriminação contra o setor rural, estabelecendo tarifas uniformes de 10% para a maioria dos produtos *in natura*, embora para o feijão e algodão, entre outros, a tarifa tenha sido zerada.

O **feijão** mostrou-se pouco expressivo na região em termos de área cultivada, tendo aumentado de 180 ha em 1970 para 2,6 mil ha em 1985, sofrendo redução para 1,2 mil ha em 1995/96 e, novamente se recuperando em 2002, atingindo 2,7 mil ha plantados. Cabe lembrar que, durante a década de 1970, o mercado interno do feijão teve problemas de abastecimento, em virtude desse produto ter se constituído, juntamente com o arroz, num importante alimento da cesta básica. Seu consumo aumentou com a migração do campo em direção às cidades, processo que adquiriu um ritmo frenético a partir da década de 1960, tendo atingido seu apogeu na década de 1970. Visando superar o *déficit* da produção de feijão no mercado interno, o governo do Estado de São Paulo procurou estimular sua produção, via políticas de preços mínimos e facilidades creditícias, que somado à incorporação de avanços tecnológicos, ampliou a área cultivada durante a década de 1970.

Conforme se verificou no caso da região sob exame, mesmo com os estímulos governamentais, os agricultores não optaram em larga escala pelo cultivo do feijão. Estes preferiram canalizar seus esforços e recursos, sobretudo para a cultura do café e da laranja, que se apresentava mais seguro e proporcionavam-lhes maiores rendas. Também tiveram ampliação da área cultivada, na década de 1970, a cana, o milho e a soja.

Uma outra razão que pode se apontada para explicar a pouca relevância da cultura de feijão foi o fato da região ter ficado de fora do Programa de Feijão Irrigado (PROFEIJÃO) criado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e implantado em 1979. Esse programa constituía-se no segundo projeto do Programa de Desenvolvimento do Oeste Paulista (PROOESTE)[32].

A redução da área plantada com feijão, que se expressa nos dados de 1995/96, está relacionada à reforma tarifária realizada partir de 1990, na qual o feijão teve sua tarifa zerada.

[32] O primeiro foi o Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA) em 1980.

O **amendoim** inicia a década de 1970 com área cultivada de apenas 115 ha, ampliando-se sucessivamente até 1985, quando atingiu 17,7 mil ha plantados. Um significativo incremento pode ser percebido no subperíodo de 1980 e 1985, quando constatou-se acréscimo de 627%. A partir de então verifica-se uma redução, a qual atingiu em 1995/96, 2,9 mil hectares e 1,8 mil ha em 2002. Tem-se assim, entre 1985 e 2002 queda de 83% na área ocupada com amendoin.

O amendoim apresentava, em relação às outras culturas anuais, o fato de possibilitar ao produtor a realização de duas colheitas anuais. Entretanto, o processo de urbanização e com ele a modificação nos hábitos alimentares, elevou o consumo do óleo de soja em substituição ao de amendoim e algodão, visto que o custo de produção daquele é inferior. Assim, muitas empresas reduziram e, até mesmo, deixaram de processar o amendoim, o que provocou a redução sistemática da sua área de cultivo.

Essas mudanças, associadas ao aumento do consumo de carne de frango e bovina pela população urbana e, conseqüentemente, da ampliação na utilização de farelo de soja na avicultura e na pecuária de corte, nos ajuda a entender a expansão da **soja** na região. Seu aumento no decênio que compreende entre 1975 e 1985 foi de 1,7 mil ha para 10,8 mil ha, todavia declinando para 3,4 mil em 1995/96. Em 2002, a área plantada com soja recuperou-se, registrando 10,5 mil ha.

A citricultura com a cultura da **laranja** pode ser considerada na região a principal atividade econômica, pois tem apresentado constante e significativa ampliação da área cultivada desde 1970. Seu *boom* ocorreu no período entre 1985 e 1995/96, tendo sido impulsionada pelos bons preços no mercado internacional.

A laranja foi a principal alternativa encontrada pelos agricultores com a derrocada do café a partir da década de 1980. Sendo assim, em 1970 a laranja englobava 3,1 mil ha, já em 1995/96 perfazia 106,8 mil ha. Simultaneamente o café reduziu-se de 63,2 mil ha em 1980 para 5,2 em 1995/96. Em suma, o café apresentou diminuição na área cultivada de 58 mil ha e a laranja aumento de 103,7 mil ha.

Segundo Negri (1996, p.194)

> [...] Esse aumento esteve totalmente voltado ao atendimento da demanda das unidades processadores de laranja localizadas no interior do estado e quase exclusivamente voltado para o mercado internacional. O setor contou com novas pesquisas agrícolas que introduziram novas variedades e uniformidades na produção, pré-requisito para sua expansão.

Todavia, a área cultivada com laranja apresentou redução após 1995/96, tendo diminuído de 106,8 mil ha para 77,2 mil ha entre 1995/96 e 2002. Uma das causas da redução da área cultiva com laranja foi a disseminação da Clorose Variegada dos Citros (CVC) ou

Amarelinho que aparece na região a partir de 1990, causando a erradicação dos laranjais 5 anos mais tarde[33].

Segundo registra Glugoski, o professor Evaristo Marzabal Neves, especialista em economia agrícola e diretor da Esalq, constatou que

> a citricultura responde por 23% da produção mundial de frutas. A laranja, com produção de 59,7 milhões de toneladas, ou 63,7% do total de citros produzidos em 1996, ocupa o primeiro lugar. A [Organização das Nações Unidas para o Agricultura e Alimentação] FAO cataloga 108 países produtores de laranja, mas 50% da produção está concentrada no Brasil, com 34,8%, e Estados Unidos, com 17,8%. A concentração também ocorre regionalmente: São Paulo detém 83% da produção nacional. E quatro das 14 regiões produtoras do Estado respondem por 323,7 milhões de caixas no ano agrícola de 96/97, ou 85% da produção estadual — Campinas, São Carlos, São José do Rio Preto e Barretos. [...]

Entretanto, nos últimos anos, a laranja vem sendo substituída pela cana-de-açúcar, que obteve aumento ininterrupto, em termos de área cultivada entre 1970 e 2002. No subperíodo entre 1995/96 e 2002, a cana obteve elevação de 18,9 mil ha, enquanto que, a laranja obteve redução de 29,6 mil ha.

A **cana-de-açúcar** foi a única cultura que, presente em todo o período analisado, não apresentou redução na área plantada, ao contrário, disseminou-se muito rapidamente na região. Os dados de 1970 e 2002 corroboram tal afirmativa: a área plantada cresceu de 764 ha para 98,4 mil ha. Alguns acontecimentos nos ajudam a entender tal processo: o primeiro foi o lançamento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975, que oferecia vantagens creditícias e, com isso, conseguiu atrair algumas destilarias para a região oeste do Estado de São Paulo no segundo qüinqüênio da década de 1970 (Figura 18).

O segundo fator a ser apontado foi a criação do Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA) em 1980, que foi o maior responsável pela instalação de destilarias no oeste paulista.

Segundo Hespanhol (1996), o PROCANA abrangia 153 municípios do oeste paulista, distribuídos pelas regiões de Presidente Prudente, Marília, Araçatuba, Bauru e São José do Rio Preto. Observa o referido autor, parafraseando Ceron et al (1983, p. 220), que *"existem muitas áreas aptas ao cultivo de cana-de-açúcar que estão em uso com pecuária extensiva onde se empregam poucos recursos tecnológicos e pouca mão-de-obra."*

---

[33] *"A Clorose Variegada dos Citros (CVC) ou Amarelinho foi identificada oficialmente no Brasil em 1987 em pomares do Triângulo Mineiro e do Norte e Noroeste do Estado de São Paulo. Embora essas sejam as regiões mais afetadas até hoje, ela já está presente em quase todas as áreas citrícolas do país. A CVC é causada pela bactéria Xylella fastidiosa que, restrita ao xilema da planta, provoca o entupimento dos vasos. A produção do pomar afetado pela doença cai rapidamente, seus frutos vão ficando duros e amadurecem precocemente. [...]"* http://www.fundecitrus.com.br/cvc.html

Assim, a região estudada, e em maior escala a Alta Paulista e a Alta Sorocabana, assistiram por um lado, a um grande fluxo de investimentos, redundando na instalação de usinas e destilarias autônomas e, por outro, a formação de áreas canavieiras/alcooleiras em virtude das expansão de grandes propriedades cultivadas com cana-de-açúcar. Desse modo, pode se afirmar que a concessão de crédito oficial em condições favoráveis para a instalação de usinas e destilarias e para o cultivo de cana foi o grande fator impulsionador do setor sucroalcooleiro na região de São José do Rio Preto (Tabela 15).

Salienta-se que no primeiro qüinqüênio da década de 1980 (período da segunda fase do PROÁLCOOL) ocorreu a expansão mais intensa da cana-de-açúcar no oeste paulista, em razão da instituição do PROCANA em 1980, que estimulou a presença na região das destilarias autônomas para a produção de álcool (Figura 19).

No segundo qüinqüênio da década de 1980 ocorreu o enfraquecimento do PROÁLCOOL, o que, no entanto, não teve maiores efeitos sobre a expansão da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, que continuou crescendo embora num ritmo menos acelerado. A Região de São José do Rio Preto não fugiu a regra, pois mesmo com o PROÁLCOOL debilitado, o ocorreu um aumento ainda mais pronunciado da área ocupada com cana. A explicação desse fato reside na ampliação do mercado internacional consumidor de açúcar. Para então suprir a demanda por essa *commoditie*, as destilarias autônomas de álcool adaptaram-se, de forma a deixarem de produzir apenas álcool, passando a produzir também o açúcar.

A **cultura da seringueira,** como pode ser observado na Tabela 15, passou a fazer parte do cenário regional, abrangendo área considerável, em um período relativamente recente, isto é, a partir de meados da década de 1980. Entretanto, constatou-se a partir dos relatos de pesquisa de campo, que a cultura está presente na região desde 1963. Embora a FIBGE não tenha registros da heveicultura antes de 1980, já existia uma quantidade considerada razoável de plantações na região, conforme se constatou na pesquisa de campo. A FIBGE somente apresenta sua ocorrência em 1995/96, com área de 4,7 mil ha, a qual ampliou-se para 7,4 mil ha em 2002. Sabe-se que no período mais recente, sobretudo em 2003, ocorreu um aumento da área ocupada com a seringueira na região, conforme se verificou no trabalho de campo. Tal fato se deve à significativa elevação do preço de mercado da borracha natural, em função da valorização cambial e do aumento do preço no mercado internacional.

A introdução da heveicultura nas propriedades rurais da região se deu, em muitos casos, na área anteriormente ocupada com a cafeicultura, não raro sendo adotada em consórcio com o café, que quando entrava em decadência era erradicado, ficando apenas a seringueira. Sendo assim, essa atividade se vislumbrou como alternativa ao café e, em muitos casos, como estratégia de diversificação agrícola, propiciando aos produtores se inserirem no mercado com mais de um produto comercial.

Se, por um lado, a cafeicultura estava em decadência, por outro, a heveicultura se encontrava em alta por três razões: a) a política de contingenciamento mantinha os preços em patamares elevados; b) a demanda elevava-se ano a ano, devido ao processo de industrialização do país; e c) os choques do petróleo em 1973 e 1979 haviam encarecido o custo de fabricação da borracha sintética.

4.2.5 PECUÁRIA BOVINA

Alguns fatores nos ajudam a entender a expansão da pecuária bovina e, por conseguinte, da área ocupada com pastagens na Região de São José do Rio Preto. A princípio convêm lembrar que ela foi trazida pelos mineiros, portanto esteve presente desde os primórdios da ocupação dessa região.

Os principais fatores responsáveis pela expansão dessa atividade na região foram: a) a ampliação dos mercados consumidores de carne bovina, devido ao grande crescimento populacional dos dois principais centros urbanos, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo[34]; b) não requer alto investimento, principalmente com a manutenção do rebanho; c) estar menos sujeita às oscilações do mercado; d) ser pouca exigente em termos de mão-de-obra para sua manutenção e, no caso dos pequenos produtores familiares, este aspecto é importante devido à escassez de força de trabalho com a migração dos filhos para as cidades; e, e) propiciar liquidez econômica rápida, necessário em caso de doença na família, frustração com a atividade agrícola, etc. Além disso, somam-se os fatores desfavoráveis à agricultura, como a crise do setor agrícola em decorrência dos baixos preços, em especial do café, a queda progressiva da fertilidade dos solos da região, a elevação dos custos de produção imposta pelo movimento modernizante que marcou o campo entre 1965 e 1980, e a ausência de políticas públicas para a agricultura.

[34] Essas cidades situavam-se distantes das regiões criadoras de gado à época, que eram principalmente Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro.

Ademais, deve-se considerar para entender a expansão da pecuária no país a partir dos anos de 1950 e 1960, alguns outros elementos que são destacados por Silva (1978, p83) *Apud* Hespanhol (2000, p.170):

> Primeiramente porque os investimentos em pecuária – especialmente na compra de pastos naturais e no rebanho – asseguram por si mesmos a 'valorização' do capital investido [...]. Em outras palavras, o rebanho e as terras passam a ser reservas de valor, a qualquer momento conversíveis em dinheiro pelo proprietário. Em segundo lugar, a evolução dos preços do boi para corte tem sido altamente favorável e sobretudo constantes. [...] Em terceiro lugar, o caráter extensivo dessa atividade se coaduna perfeitamente com o absenteísmo do grande proprietário. [...] Finalmente, a pecuária de corte praticamente não apresenta grandes riscos, nem exige grandes investimentos em insumos.

Em virtude desses fatores, a pecuária assumiu um caráter predominantemente extensivo, não só na região estudada, como em todo o Estado de São Paulo, o que pode ser atestado pela relação do número de cabeças/hectare apresentada na Tabela 16. O caráter extensivo da atividade pecuária na região está diretamente vinculado à explicita concentração fundiária, resultante da exclusão de uma parcela dos agricultores, mormente os pequenos estabelecimentos menores de 100 ha.

No que se refere ao efetivo bovino na região, constata-se que no período que compreende entre 1970 e 2002 ocorreu um acréscimo de 284,7 mil cabeças, ou seja, houve um aumento de 51,5% no rebanho. Ao passo que o Estado de São Paulo teve um acréscimo também bastante significativo de 50,3% neste mesmo período (Tabela 16).

Tabela 16: Efetivo bovino na MRG de S. J. do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (cabeças)

	MRG S.J.Rio Preto			**Est. de São Paulo**			
	Efetivo Bovino	**Índice**	**Cabeça/ha**	**Efetivo Bovino**	**Índice**	**Cabeça/ha**	**MRG S.J.Rio Preto/Est. de São**
1970	553.386	0	1,0	9.110.663	0	0,8	6,1
1975	773.649	28,5	1,2	11.451.139	20,4	1,0	6,8
1980	721.773	-7,2	1,2	11.685.216	2,0	1,1	6,2
1985	763.756	5,5	2,3	12.210.369	4,3	1,2	6,3
1995/96	725.217	-5,3	1,4	12.306.790	0,8	1,3	5,9
2002	838.169	13,5	Nd	13.700.785	10,2	nd	6,12
Variação 1970/2002	**284.783**	**51,5**		**4.590.122**	**50,4**		

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 e Pesquisa Pecuária Municipal 2002.

Em 1995/96 constatou-se que a área com pastagens naturais e plantadas na Região de São José do Rio Preto somavam 503,9 mil ha, representando 59% da área total dos estabelecimentos. Do total de área com pastagens (503,9 mil ha), 71,5 % (ou 360,3 mil ha)

estavam nos estabelecimentos com mais de 100 ha, sendo que 43% do total concentram-se nos estabelecimentos entre 100 e menos de 500 ha, o que demostra que a pecuária de corte está, sobretudo nos médios estabelecimentos. Isso não indica, no entanto, que os estabelecimentos superiores a 100 ha sejam improdutivos, pois a Tabela 17 no permite constatar que estes estabelecimentos concentraram também 62% das culturas permanentes e 80% das temporárias na Região de São José Rio Preto. Contudo, em muitos destes estabelecimentos, a pecuária está muito mais vinculada à especulação com a terra e com o próprio rebanho, que efetivamente com a produção de carne.

Tabela 17: Utilização das terras por grupos de área total na MRG de S. J. do Rio Preto-SP, 1996 (em ha)

	1 a menos de 10	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100	Menos de 100 ha	100 a menos de 500	500 a menos de 1.000	1.000 a menos de	Mais de 100 ha	Total	%
Lavouras permanentes	2.511	7.282	25.474	25.618	60.885	57.533	18.317	21.464	97.314	158.200	18
%	**2**	**5**	**16**	**16**	**39**	**36**	**12**	**14**	**62**	**100**	
Lavouras temporárias	1.226	2.620	10.415	13.214	27.475	44.242	17.339	45.035	106.616	134.091	16
%	**1**	**2**	**8**	**10**	**21**	**33**	**13**	**34**	**80**	**100**	
Pastagens	5.633	15.564	57.725	64.650	143.572	216.323	66.840	77.235	360.398	503.972	59
%	**1**	**3**	**11**	**13**	**28**	**43**	**13**	**15**	**71**	**100**	
Matas e florestas	195	814	3.274	4.821	9.104	17.400	7.018	13.789	38.207	47.313	6
%	**0**	**2**	**7**	**10**	**19**	**37**	**15**	**29**	**81**	**100**	**100**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1995/96.

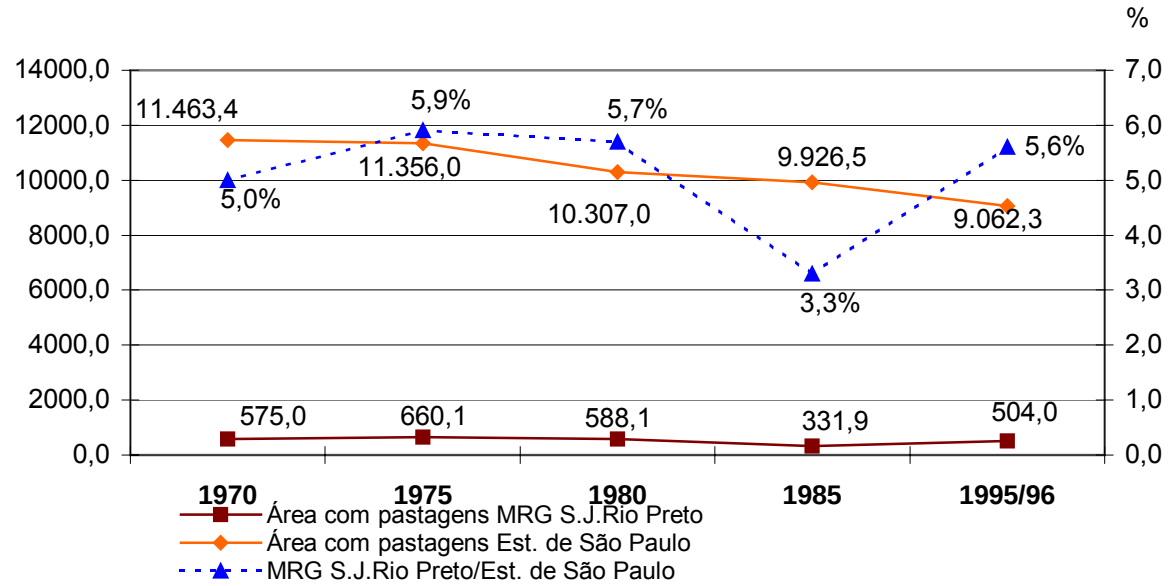
É interessante observar nos dados referentes à área com pastagens (Tabela 18 e Figura 20) que houve uma grande oscilação, a qual, está estritamente relacionado às instabilidades ocorridas na área utilizada com as culturas temporárias. Verificou-se que nos momentos em que havia uma redução na área ocupada com as culturas temporárias ocorria o aumento da área ocupada com pastagens, o que demonstra ser a pecuária uma alternativa aos produtores em época de crise. Todavia, no período analisado, a pecuária bovina não teve ampliada a área, nem o número de cabeças do rebanho na mesma proporção que em outras regiões do oeste paulista.

Observa-se, porém que, o índice da área com pastagens apresentado na Tabela 18 indica uma tendência à redução da área com pastagens na região, que chegou em 1995/96 em 12% negativo, concomitantemente a uma tendência também à redução para o Estado de São Paulo, o qual apresentou índice negativo de 21%.

Tabela 18: Área com pastagens natural e plantada na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 1995/96 (em ha)					
	Área com Pastagens MRG S.J.Rio Preto	**Índice**	**Área com Pastagens Est. de São Paulo**	**Índice**	**MRG S.J.Rio Preto/Est. de São Paulo**
1970	574.979	0	11.463.383	0	5,0
1975	660.135	15	11.355.901	-1	5,9
1980	588.137	-12	10.307.060	-9	5,7
1985	331.867	-44	9.926.490	-4	3,3
1995/96	503.972	52	9.062.254	-9	5,6
Variação	**-71.007**	**-12**	**-2.401.129**	**-21**	**0,6**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Figura 20: Evolução da área com pastagens na MRG de São José do Rio Preto e São Paulo, 1970 - 1995/96 (em mil ha)



Fonte: F.I.B.G.E. - Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Cabe salientar que, segundo Silva (1996, p. 65) nos anos de *1980 "[...] a indústria [paulista] processadora de carne bovina iniciou o fluxo migratório para o Centro-Oeste, seguindo o avanço da atividade agropecuária na região e aproveitando os benefícios e incentivos ficais de programas estaduais."*

Assim, de acordo com Hespanhol (2000), a ocorrência dessas variáveis poderia fazer com a pecuária deixasse de ser uma atividade que proporcionasse baixa rentabilidade, tornando-a numa atividade mais rentável. Convêm lembrar que, no entanto, não é essa característica predominante da pecuária no Brasil.

É importante ressaltar que a pecuária de corte tem significado e importância diferenciada para as pequenas e grandes explorações. A ocorrência da pecuária nos estabelecimentos até 100 ha, constitui-se numa alternativa econômica para diversificar as

atividades da propriedade, já que o cultivo de algumas lavouras, apresenta uma série de inconvenientes. Geralmente, se trata da pecuária de gado misto, isto é, de corte e de leite, realizada em pequena escala, com maior capacidade de absorção de mão-de-obra.

No tocante à pecuária como alternativa à produção familiar, assim se pronuncia Hespanhol (2000, p.174)

> [...] associada à produção agrícola, constituí-se numa atividade complementar, onde em situações excepcionais – como doenças na família, quebra na safra, etc, ou dificuldades econômicas – pode converter-se, rapidamente, por meio da comercialização de algumas cabeças de gado, em dinheiro, garantindo a manutenção da família e o acesso à terra.

Nos grandes estabelecimentos, por sua vez, em muitos casos a adoção da pecuária de corte realizada em caráter eminentemente extensivo, visa à manutenção da propriedade privada da terra, em casos de títulos duvidosos ou irregulares e a apropriação da renda da terra, sem, entretanto, inversões vultuosas de capital e mão-de-obra. Sendo assim, uma das características marcantes da pecuária de corte extensiva é a baixa geração de emprego e renda.

Sobre a natureza especulativa da atividade pecuária, Hespanhol (2000) nos lembra que esta característica também é válida para o Estado de São Paulo e Brasil, onde apresenta baixo nível de integração agroindustrial.

Por fim, convêm frisar que, segundo o relatório da PRODER/SEBRAE (1998), há uma tendência do mercado de carne bovina à estagnação, não só em nível nacional, como mundial, em virtude sobretudo do desempenho relativamente mais eficiente da cadeia produtiva de aves e de suínos.

Uma alternativa possível para o setor de carne bovina seria a elaboração de cortes especiais e alimentos prontos para o consumo e o investimento em marca, acompanhando a tendência mais geral do consumo de alimentos. Nesse contexto tem-se a tendência do crescimento das vendas em supermercados e botiques de carnes em detrimento dos tradicionais açougues.

Segundo o relatório da PRODER/SEBRAE (1998, p.13)

> [...] A estratégia de diferenciação vem sendo reforçada pela portaria nº 304, de abril de 1996, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que prevê que toda carne ‘in natura’ comercializada pelos frigoríficos seja embalada, refrigerada e tenha designação de origem [...]

Tal reestruturação do setor bovino tem levado os frigoríficos a selecionarem seus fornecedores em função da qualidade do produto ofertado, o que certamente vem afetando os produtores menos capitalizados.

Destaca-se ainda, como fator negativo para a bovinocultura nacional, a concorrência da carne proveniente do Uruguai e da Argentina, após acordo firmado por meio do Mercado

Comum do Sul (MERCOSUL), bem como pela redução dos índices inflacionários e a elevação da taxa de juros no plano Real em 1994 (HESPANHOL, 2000).

4.2.6 PECUÁRIA LEITEIRA

No que se refere à pecuária leiteira, observa-se que a MRG de São José do Rio Preto situava-se, em 2002, em segundo lugar no *ranking* do Estado de São Paulo com 7,0% da produção. Todavia, ressalta-se que embora essa atividade seja importante em nível regional, essa região apresenta uma abrangência territorial relativamente extensa, o que contribui para sua boa colocação no *ranking* estadual (Tabela 19).

Com relação à produção de leite na região, observa-se uma evolução quase sempre crescente, com desempenho superior à média do Estado de São Paulo - que foi de 31% - entre 1970 e 1975, apresentando índice de crescimento de 60%. No subperíodo entre 1975 e 1980, o índice de crescimento da região foi semelhante ao do Estado de São Paulo, ficando em 15% e 17%, respectivamente. No subperíodo entre 1980 e 1985 a região registrou desempenho negativo de 2% ao passo que o Estado teve 5% de crescimento. Cabe registrar que o subperíodo entre 1985 e 199596 não é passível de descrição em virtude da diferentes metodologias adotadas para a coleta dos dados[35]. O subperíodo entre 1995 e 2002 observou-se uma tendência negativa na produção de leit,e que teve índice negativos de 4% na região estudada e de 3% no Estado de São Paulo. Observa-se, no que se refere à participação da região no conjunto do Estado que está acompanha tendência semelhante ao longo do período analisado (Tabela 20).

Tabela 19: *Ranking* das 10 principais MRGs produtoras de leite no Estado de São Paulo em 2002 (mil litros)

Colocação	Microrregião Geográfica	Produção (mil litros)	%
1	São João da Boa Vista - SP	130.097	7,4
2	**São José do Rio Preto - SP**	**122.244**	**7,0**
3	Presidente Prudente - SP	81.517	4,7
4	São José dos Campos - SP	69.433	4,0
5	Birigui - SP	67.617	3,9
6	Guaratinguetá - SP	62.070	3,6

[35] Os dados relativos à produção do leite apurados pelo Censo Agropecuário do Estado de São Paulo para o ano agrícola de 1995/96 era de **100.323 milhões** de litros, ao mesmo tempo em que o dados levantados pela Pesquisa Pecuária Municipal levantou para o ano de 1995 foi de 127.460 milhões de litros e para 1996 de 132.970 milhões de litros. Sendo assim, essa diferença de cerca de 30 milhões de litros entre as duas fontes da FIBGE torna a análise inexeqüível. Entretanto, optamos por adotar em 1995 os dados da Pesquisa Pecuária Municipal por permitir uma análise comparativa com os dados de 2002, os quais não foram levantados pelo Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.

7	Fernandópolis - SP	58.433	3,3
8	Jales - SP	57.214	3,3
9	Auriflama - SP	49.153	2,8
10	Franca - SP	46.796	2,7

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2002.

Tabela 20: Evolução da produção de leite na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (Em mil litros)

Anos	MRG de São José do Rio Preto	Índice	Estado de São Paulo	Índice	MRG Rio Preto/ Est. de São Paulo (%)
1970	55.275	0	1.117.143	0	5
1975	88.171	60	1.468.041	31	6
1980	101.513	15	1.723.610	17	6
1985	99.232	-2	1.810.408	5	5
1995	127.460	-	1.810.408	-	7
2002	122.224	-4	1.748.223	-3	7

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e Pesquisa Pecuária Municipal de 1995 e 2002.

Considerando que o crescimento da participação da produção de leite da região no Estado (de 5% para 7%) foi inferior à elevação do número de vacas ordenhadas (7% para 11%), constata-se que o desempenho da produtividade da região foi inferior ao do Estado de São Paulo (Tabela 21 e 22).

A produtividade considerada baixa na região é conseqüência da forte presença da pecuária mista, responsável por 30% da produção leiteira (Tabela 22). A baixa produtividade da pecuária de leite é uma característica nacional, ficando em torno de 2 a 3 litros por dia/vaca e, na região, situa-se em torno de 2 litros por dia/vaca. Essa média está, segundo o relatório da PRODER/SEBRAE (1998), consideravelmente abaixo da produção intensiva de leite como no caso da Argentina e de algumas propriedades brasileiras mais tecnificadas, em que a produtividade situa-se, em média, nos 20 litros por dia/vaca.

Tabela 21: Evolução do nº de vacas ordenhadas na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002

Ano	MRG de São José do Rio Preto	Índice	Estado de São Paulo	Índice	MRG Rio Preto/ Est. de São Paulo (%)
1970	86.492	0	1.218.658	0	7
1975	123.622	43	1.507.412	24	8
1980	108.247	-12	1.355.306	-10	8
1985	100.497	-7	1.396.199	3	7
1995	206.324	105	1.943.536	39	11
2002	168.381	-18	-	-	-

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e Pesquisa Pecuária Municipal de 1995 e de 2002.

Tabela 22: Produção de leite (em 1000 L) por finalidade do rebanho bovino Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto – SP, 1996		
Leite	70.488	70
Corte e leite	9.133	9
Cria	6.096	6
Cria e recria	5.169	5
Cria e engorda	2.899	3
Cria, recria e engorda	2.540	3
Recria	1.936	2
Recria e engorda	1.236	1
Engorda	729	1
Total	**100.328**	**100**

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2002.

O crescimento da pecuária leiteira na região no período entre 1970 e 2002 deveu-se às incertezas inerentes ao setor agrícola. Dessa forma, o fato do leite poder gerar renda mensal, tornou a pecuária leiteira subsidiária das outras atividades realizadas na propriedade agrícola, além de garantir a manutenção da família. Apresentando-se também, como alternativa àquelas famílias cujos filhos migraram para a cidade, ficando assim com um número insuficiente de braços para o cultivo de lavouras.

A liberação dos preços do leite em 1991 e a política de abertura comercial adotada pelo governo federal, que possibilitou a concorrência com os produtos oriundos da Argentina, imprimiu um novo ritmo ao setor lácteo nacional, o qual, para se fortalecer, adotou novos critérios como: a forma discriminatória de pagamento do leite aos produtores, em função da quantidade e da qualidade; a exigência do resfriamento; e o aumento da coleta do leite à granel.

Para muitos dos pequenos produtores de leite é inexeqüível a adoção do resfriador para a coleta à granel. O emprego dessa tecnologia que é uma exigência de muito laticínios, possibilita a coleta do leite com intervalo de dois ou mais dias, o que reduz consideravelmente o custo operacional da coleta para a indústria.

Em face da atual conjuntura para os produtores de leite, cabe colocar algumas questões: em que situação ficarão os produtores familiares com baixa capacidade de se adequar à reestruturação do setor lácteo? Permanecerão na cadeia produtiva ou serão excluídos em benefício das empresas processadoras e dos grandes produtores de leite que, ao se adequarem, geram um adicional na receita? Quais serão as alternativas possíveis de serem colocadas em prática para viabilizarem econômica e socialmente os produtores familiares?

4.2.7 AVICULTURA DE CORTE E DE POSTURA

A **avicultura**, em especial a de corte, se constitui em atividade econômica importante na região. A classificação da avicultura de corte na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto no *ranking* paulista em 2002 revela sua importância (Tabela 23).

Tabela 23: Efetivo dos rebanhos de Galinhas, Galos, Frangas, Frangos e Pintos em 2002 das 14 principais MRGs produtoras do Estado de São Paulo (Cabeças)

	Microrregião Geográfica		%
1	São José do Rio Preto - SP	18.258.405	12,36
2	São Carlos - SP	15.170.791	10,27
3	Tupã - SP	10.703.652	7,24
4	São João da Boa Vista - SP	9.164.780	6,20
5	Ribeirão Preto - SP	8.470.769	5,73
6	Botucatu - SP	6.877.116	4,65
7	Amparo - SP	6.107.150	4,13
8	Campinas - SP	5.856.645	3,96
9	Piracicaba - SP	5.856.074	3,96
10	Tatuí - SP	5.103.192	3,45
11	Rio Claro - SP	3.950.936	2,67
12	Nhandeara - SP	3.582.000	2,42
13	Itapetininga - SP	3.445.310	2,33
14	Presidente Prudente - SP	2.958.860	2,00

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2002.

A avicultura de corte na Região de São José do Rio Preto, particularmente a partir de 1985, demonstrou um crescimento extremamente rápido. Isso porque, o número de cabeças cresceu de 665,5 mil para 18.258, 4 mil entre 1970 e 2002, obtendo um incremento de 2.643%, ao passo que o Estado teve um incremento de 182%. Esse crescimento fez com que a participação regional passasse, nesse mesmo período, de 1,3% para 12,4% do efetivo de galináceos do Estado de São Paulo (Tabela 24).

De acordo com Silva (1996, p.62) *"[...] A avicultura consolidou-se como parte de um importante complexo integrado de granjas, abatedouros, fábricas de ração e pintos de um dia, atividades impulsionadas tanto pelo aumento do consumo interno de carne de franco como pelas exportações.[...]"*

Tabela 24: Evolução de galináceos (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos), 1970 - 2002

Anos	Nº Cabeças S. J.Rio Preto	Nº Cabeças Est. de São Paulo	MRG S.J.Rio Preto/Est. de São Paulo
1970	665.701	52.305.684	1,3
1980	1.582.859		1,6

1985	1.552.993	85.046.056	1,8
1990	4.345.577	93.693.719	4,6
1995	6.475.830	117.065.848	5,5
2002	18.258.405	147.746.756	12,4

Fonte: F.I.B.G.E. - Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1985 e Pesquisa Pecuária Municipal 1990, 1995 e 2002.

O exponencial aumento do efetivo de galináceos é reflexo do aumento da demanda por carne de frango nas grandes cidades - o que foi possibilitada pelo barateamento dos custos de produção em virtude da implementação de técnicas modernas - e pela conquista de uma parcela considerável do mercado externo.

No que toca à **avicultura de postura**, observa-se igualmente um desempenho satisfatório, principalmente a partir de 1995, quando o número de ovos produzidos mais que dobrou até 2002. Constatou-se na região um acréscimo de 888% entre 1970 e 2002, sendo que a produção passou de 1,4 mil dúzias de ovos para 13,8 mil dúzias. A evolução do Estado de São Paulo nesse mesmo período foi menor que a da região estudada, ou seja de 234%, tendo ficado a produção de 1970 em 231,2 mil dúzias e a de 2002 em 771,7 mil dúzias. A participação da região no contexto estadual passou de 0,61% para 1,79%, não acompanhando o crescimento da participação da produção de carne de frango (Tabela 25)

Tabela 25: Evolução da Produção de ovos na MRG de São José do Rio Preto e no Estado de São Paulo, 1970 – 2002 (Mil Dz.)

Anos	MRG de S. J. do Rio Preto	Índice	Est. de São Paulo	Índice	MRG S.J.Rio Preto/Est. de São Paulo
1970	1.400	0	231.227	0	0,61
1975	4.650	232	383.500	66	1,21
1980	3.331	-28	493.234	29	0,68
1985	3.066	-8	506.462	3	0,61
1990	5.052	65	651.284	29	0,78
1995	6.667	32	719.676	11	0,93
2002	13.830	107	771.714	7	1,79

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1995 e 2002.

Um outro elemento que deve ser considerado para se entender a expansão da avicultura de postura, assim como de corte na região, é a facilidade de aquisição do milho, matéria-prima fundamental para sua viabilidade. A significativa presença da produção de milho na região pode ser considerada um fator importante para a expansão da avicultura.

A vinculação entre grãos e frango é muito forte, tanto que a produção de aves está se deslocando para o Centro Oeste do país, acompanhando o processo de expansão da soja naquela região.

Considerando que o processo produtivo demanda, em maior ou menor quantidade, dependendo da atividade, força de trabalho para executar o trabalho propriamente dito, considera-se que abordar a evolução de sua absorção, assim como sua composição, torna-se imprescindível para se entender a dinâmica produtiva de uma região, especialmente quando se tem como objetivo norteador às questões sociais inerentes ao desenvolvimento do setor agropecuário. Para tanto, procedeu-se a elaboração do item que se segue.

4.2.8 COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Na tentativa de entender a evolução da absorção da força de trabalho nos estabelecimentos agropecuários, procedeu-se a algumas considerações que, acredita-se, pode cumprir esse objetivo. Com intuito de fazer uma análise qualitativa a partir dos dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1981, 1985 e 1995/96 abordou-se a absorção da mão-de-obra por composição da força de trabalho e por estrato de área o que nos permitiu constatar uma grande redução dos pequenos estabelecimentos e da categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família.

Cumpri sublinhar que a compreensão dessa variável passa necessariamente pelas mudanças na base técnica produtiva agrícola após 1965. O projeto de modernização da agricultura, consubstanciado no crédito rural subsidiado, apesar de ter sido expressivo, não foi genérico, apresentando-se seletivo do ponto de vista:

- **Espacial:** pois se limitou a abarcar a região Centro–Sul do país e a pequenas porções territoriais de outras regiões, comumente envolvidas com atividades agroindustriais;
- **Sócio-Econômico:** contemplando um número bastante limitado de estabelecimentos agropecuários, que passaram a responder por parcela considerável da produção;
- **Tecnológico:** o investimento de recursos em pesquisas e em inovações tecnológicas restringiu-se inicialmente aos produtos destinados à exportação e às matérias-primas industriais; e,
- **Fases do processo produtivo e relações de trabalho:** concentrou-se principalmente em algumas fases do processo produtivo, demandando força de trabalho assalariada, notadamente sob forma temporária, ao longo do ano agrícola..

Deve-se ressaltar, entretanto, que apesar do caráter parcial do projeto modernizante

implementado pelos governos militares, suas características ficaram impressas sobre todo o agro-nacional, conforme observa Hespanhol (1991, p. 130).

A esse respeito, cabe parafrasear Müller (1989), o qual destaca que: *"[...] a modernização levada a cabo nos últimos vinte anos foi parcial, não há dúvida; mas dizer isso seria muito pouco e enganoso, uma vez que essa parcialidade impôs condições gerais de produção, condições sem as quais torna-se praticamente inviável toda e qualquer linha de produção agrária. [...]".*

Esse elemento, o processo modernizante, pelo qual passou o campo, adicionado à drástica redução da produção de café, arroz, algodão e amendoim, culturas que demandavam mão-de-obra em larga escala, ajuda-nos a entender a violenta redução do pessoal ocupado no meio rural no período em apreço.

Observa-se na Tabela 26 que em 1996 a lavoura temporária era responsável por apenas 16,93% do pessoal ocupado no campo. Nesse ano os grandes absorvedores de mão-de-obra eram a lavouras permanentes, respondendo por 34,24% do pessoal ocupado, e a pecuária, por 34,18%.

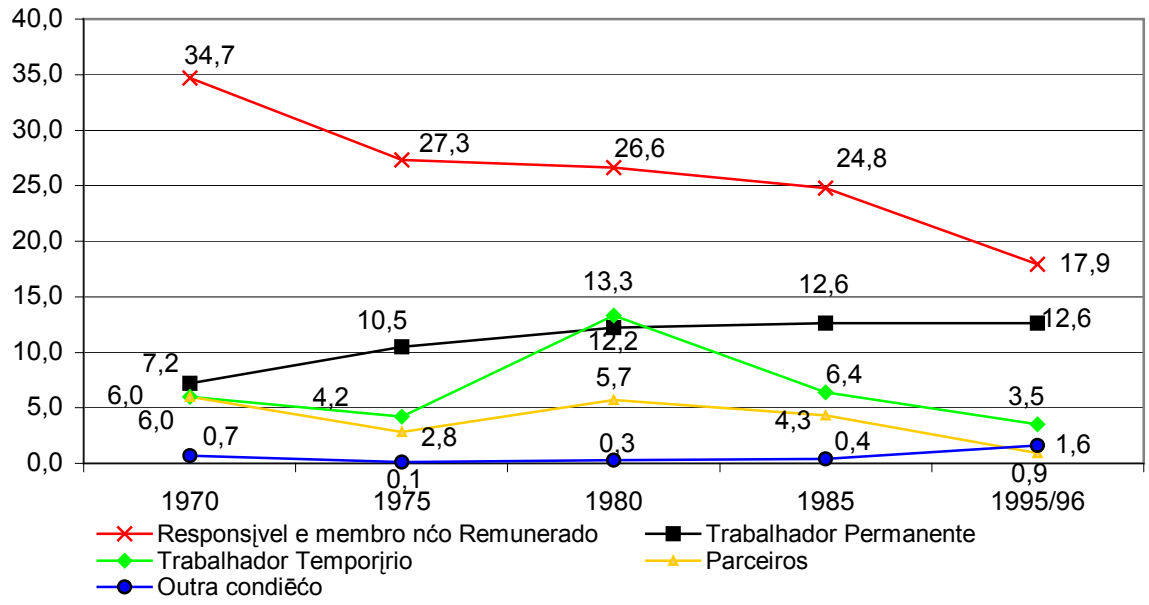
Tabela 26: Pessoal ocupado por grupos de atividades econômicas na MRG de São José do Rio Preto, 1995/96

	Pessoal ocupado (nº de pessoas)	**Pessoal ocupado (%)**
Lavoura permanente	12.501	34,24
Pecuária	12.479	34,18
Lavoura temporária	6.181	16,93
Produção mista (lavoura e pecuária)	4.457	12,21
Horticultura e produtos de viveiro	831	2,28
Silvicultura e exploração florestal	37	0,1
Pesca e aquicultura	20	0,05
Produção de carvão vegetal	4	0,01
Total	36.510	100

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1995/96.

Como pode se verificar na Figura 21 e Tabela 27, os responsáveis e membros não remunerados da família sofreram uma queda absoluta de 51,5% entre 1970 e 1995/96, passando em termos relativos de 64% para 49% do pessoal ocupado. A redução numérica dessa categoria de produtores está relacionada à igualmente drástica diminuição do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e, particularmente dos estratos de menos de 20 ha, os quais reduziram-se entre 1970-1995/96, 11,3% e 41,1%, respectivamente. Não é demais lembrar que estes estratos concentram a maior parcela do pessoal classificado na categoria de responsáveis e membros não remunerados da família.

Figura 21: Evoluēćo do pessoal ocupado na Microrregićo Geogrįfica de Sćo José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (em mil pessoas)



Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuįrios do Estado de Sćo Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Tabela 27: Evolução do pessoal ocupado na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96

	Responsável e membro não Remunerado da família	Trabalhador Permanente	Trabalhador Temporário	Parceiros	Outra condição	Total
1970	34.740	7.219	6.082	5.924	682	54.647
%	**64**	**13**	**11**	**11**	**1,2**	**100**
1975	27.319	10.505	4.225	2.756	146	44.951
%	**61**	**23**	**9**	**6**	**0,3**	**100,0**
1980	26.584	12.202	13.259	5.710	274	58.029
%	**46**	**21**	**23**	**10**	**0,5**	**100**
1985	24.841	12.637	6.414	4.328	370	48.590
%	**51**	**26**	**13**	**9**	**0,8**	**100**
1995/96	17.889	12.580	3.481	941	1.619	36.510
%	**49**	**34**	**10**	**3**	**4,4**	**100**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Salienta-se que essa categoria encontrou uma série de entraves à solicitação do crédito subsidiado, o que os tornou menos competitivos no mercado e, por conseqüência , muitos foram excluídos do meio rural.

É interessante observar que os estratos **inferiores a 20 ha** sofreram as maiores reduções de pessoal ocupado entre 1985 e 1995/96, exatamente quando os estratos **superiores a 100 ha** obtiveram seus maiores adicionais. Desse modo, 29,3 mil pessoas deixaram de ser empregadas no **estrato inferior a 20 ha** entre 1985-95/96, o que representou redução de 87%, com destaque para o estrato **inferior a 5 ha,** que perdeu 18,4 mil pessoas ou seja, 90%, e do estrato maior que **5 ha e menor que 10 ha** que registrou baixa de 10,9 mil pessoas ocupadas,

ou 84%. Entretanto, o estrato **superior a 100 ha** obteve acréscimo de 12,6 mil pessoas, o que representou um adicional de 787%.

Constatou-se que processo semelhante ocorreu no Estado de São Paulo entre 1985-1995/96, quando o pessoal ocupado nos estratos menores de 20 ha apresentou diminuição de 69%, exatamente quando se assistia a um aumento de 133% no estrato superior a 100 ha.

Ainda assim, mesmo com ampla redução do pessoal ocupado, o estrato inferior a 100 ha respondia em 1995/96 pela parcela majoritária da população empregada no campo na Região de São José do Rio Preto, isto, é 61% (Tabela 28 e Figura 22).

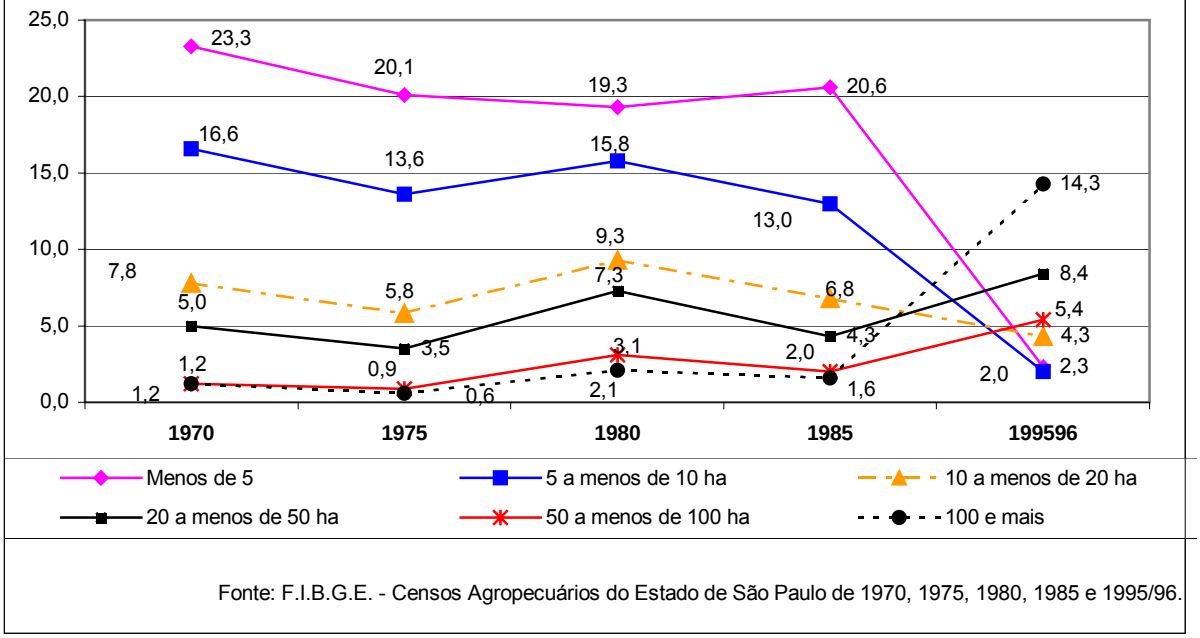
Tabela 28: Evolução do pessoal ocupado por estrato de área na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (em mil pessoas e %)

	Menos de 5	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 e mais	Total
1970	23,3	16,6	7,8	5	1,2	53,9	1,2	55,3
%	**42**	**30**	**14**	**9**	**2**	**97**	**2**	**100**
1975	20,1	13,6	5,8	3,5	0,9	43,9	0,6	44,5
%	**45**	**31**	**13**	**8**	**2**	**99**	**1**	**100**
1980	19,3	15,8	9,3	7,3	3,1	54,8	2,1	57
%	**34**	**28**	**16**	**13**	**5**	**96**	**4**	**100**
1985	20,6	13	6,8	4,3	2	46,7	1,6	48,3
%	**43**	**27**	**14**	**9**	**4**	**97**	**3**	**100**
1995	2,3	2	4,3	8,4	5,4	22,4	14,3	36,5
%	**6**	**5**	**12**	**23**	**15**	**61**	**39**	**100**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Com relação ao **pessoal total ocupado** no campo na Região de São José do Rio Preto, verificou-se redução de 55,3 mil pessoas para 36,5 mil entre 1970 e 1995/96. Observou que os grandes responsáveis por essa queda foram as categorias de parceiros e, sobretudo, os responsáveis e membros não remunerados da família. Assim, ao mesmo tempo em que o pessoal total ocupado na MRG de São José do Rio Preto reduziu 18,1 mil pessoas, representando decréscimo de 33,1% no período, a categoria de responsáveis e membros não remunerados da família reduziu 16,8 mil, ou seja, 48,5%, respondendo pela quase totalidade daquela redução. Por sua vez, a categoria dos parceiros teve redução de 4,9 mil pessoas, representando um decréscimo de 84,1%.

Figura 22: Evolução do pessoal ocupado por estrato de área na MRG de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96 (Em mil pessoas)



Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

A categoria dos trabalhadores permanentes foi a única cuja evolução histórica apresentou aumento, tanto em temos absolutos como relativos. Essa categoria registrou acréscimo de 5,3 mil pessoas entre 1970 e 1995/96, ou seja, de 74%, tendo em termos relativos ampliado sua participação de 13% para 34% (Tabela 29).[36]

Tabela 29: Evolução do pessoal ocupado na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, 1970 – 1995/96

	Responsável e membro não Remunerado da família	Trabalhador Permanente	Trabalhador Temporário	Parceiro	Outra condição	Total
1970	34.740	7.219	6.082	5.924	682	54.647
%	**64**	**13**	**11**	**11**	**1,2**	**100**
1975	27.319	10.505	4.225	2.756	146	44.951
%	**61**	**23**	**9**	**6**	**0,3**	**100,0**
1980	26.584	12.202	13.259	5.710	274	58.029
%	**46**	**21**	**23**	**10**	**0,5**	**100**
1985	24.841	12.637	6.414	4.328	370	48.590
%	**51**	**26**	**13**	**9**	**0,8**	**100**
199596	17.889	12.580	3.481	941	1.619	36.510
%	**49**	**34**	**10**	**3**	**4,4**	**100**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1995/96.

Silva (1996, p.67) analisando as despesas com salários nos estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo, constata que houve aumento desse item em termos relativos no período entre 1985-93, mesmo os salários de todas as categorias de trabalhadores

[36] Hespanhol (2000) destaca que o Censo Agropecuário de 1995/96 pode apresentar alguma distorção em relação aos levantamentos anteriores, em função da metodologia empregada para a coleta dos dados relativos ao pessoal ocupado, bem como pela diferença de período de abrangência, particularmente no que se refere à categoria de trabalhadores permanentes e temporários.

rurais tendo reduzido[37]. Para o autor, isso indica que *"[...] cresceu muito o assalariamento na agricultura paulista, confirmando as mesmas tendências para o Brasil."*

É interessante observar que assim como no Estado de São Paulo, na Região de São José do Rio Preto, os responsáveis e membros não remunerados da família e os parceiros foram os grandes responsáveis pela redução do pessoal total ocupado no campo entre 1970 e 1995/96. No que toca ao total de pessoas ocupadas no Estado de São Paulo, tem-se uma redução de 33%, exatamente o mesmo percentual verificado na região em estudo.

Se pronunciando acerca da redução da categoria de produtores familiares no Estado de São Paulo, Silva (1996, p.68) destaca que:

> Essas mudanças no perfil da população ocupada na agricultura paulista, no período de 1985-93, mostram que está havendo uma redução das unidades "familiares puras" e um forte crescimento de uma categoria híbrida que combina o trabalho familiar com o de assalariados temporários, o nosso *farmes caboclo*, parcialmente mecanizado.

De acordo com a Tabela 30, constata-se que os proprietários eram responsáveis em 1996 pelo emprego de 91,4% da população rural, os arrendatários por 6,1%, os parceiros por 1,5% e os ocupantes por 1% das 36,5 mil pessoas ocupadas na Região de São José do Rio Preto.

Tabela 30: Pessoal ocupado na MRG de São José do Rio Preto - 1996

Categoria	Nº	%
Proprietário	33.367	91,4
Arrendatário	2.220	6,1
Parceiro	551	1,5
Ocupante	372	1,0
Total	**36.510**	**100,0**

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1995/96.

Por fim, para entender a redução de 18,1 mil trabalhadores, isto é, de 33% das pessoas ocupadas no campo entre 1970 e 1995/96 e de 505 mil trabalhadores rurais ou 33% no Estado de São Paulo, é importante levar em consideração, entre outras variáveis conjunturais, a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural em 1962. Com essa legislação, estendia-se ao campo um conjunto de direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos. Para o Partido Comunista, essas leis formariam uma consciência operária no campo, o que possibilitaria posteriormente, revolucionar o campo, secularmente dominado pelas oligarquias agrárias. Essa elite explorava os trabalhadores do campo através de relações de trabalho arcaicas como o arrendamento, a parceria, o trabalho temporário, etc.

Sobre essa questão, assim se manifesta Martins (2000, p.97):

[37] Silva (1996) se vale dos dados da FIBGE, Censo Agropecuário de 1985 e Previsão e Acompanhamento de

> [...] supondo-se que isso transformaria as atrasadas relações de colonato no café, da moradia na cana-de-açúcar, do arrendamento em espécie e em trabalho e da parceria em relações contratuais e assalariadas. [...] Aí se proclamava a suposta superioridade histórica do trabalho assalariado sobre o trabalho camponês e familiar. Foi assim, aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962, durante o governo de João Goulart, que viabilizava a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, embora muitas vezes o fosse, mas como conflitos trabalhistas, embora nem sempre os fossem.

Não obstante as intenções do referido Estatuto, seus efeitos foram, em muitos casos, adversos, já que contribuiu para o esvaziamento do campo. Isso porque, a relação de parceria e os contratos permanentes e temporários de trabalho passaram a significar sérios riscos ao proprietário de terra que temia perder bens/e ou propriedades em disputas judiciais. Tal temor acometia inclusive os pequenos proprietários de terra. Esse fator, somado ao processo de modernização da agricultura brasileira, implementado a partir de meados de 1960, nos ajuda a entender, por um lado, o desemprego no campo e, por outro, a constituição de uma massa de trabalhadores desempregados na cidade em decorrência do êxodo rural.

No que tange às transformações ocorridas na estrutura do setor agropecuário da região, cabe ressaltar que durante as décadas de 1970 e 1980 parte dos produtores conseguiu comprar ou ampliar sua propriedade com o plantio de lavouras anuais como o algodão, o milho, o arroz e o amendoim, etc., cultivadas em área próprias ou arrendadas, além do cultivo de laranja e de café, freqüentemente com base no sistema parceria. Em alguns anos, os altos preços praticados no mercado e a elevada produtividade foram bastante compensadores.

Todavia, as secas, as mesmas que haviam afetado os cafezais após 1985; a queda progressiva da fertilidade dos solos da região; a elevação dos custos de produção, com a exigência modernizante, após a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural; as crescentes instabilidades dos preços dos produtos agrícolas no final da década de 1980 e início dos anos 1990 devido ao processo de abertura do mercado nacional, particularmente desastroso para o algodão; a total falta de apoio governamental e de uma política direcionada para os pequenos produtores rurais, acabaram tornando a agricultura e, em especial, as culturas tradicionalmente cultivadas, uma atividade de alto risco. A decisão de permanecer na atividade ou buscar novas alternativas, adotando outra cultura ou atividade e, até mesmo, migrando para a cidade, como foi o caso de milhares de produtores, significou para muitos a retomada da estabilidade financeira, quando não perderam total ou parcialmente a propriedade rural e/ou outros bens.

Rosas (2002) enfatiza que *"[...] além da mudança de planos e estratégia dos produtores agrícolas entre a décadas de 1960 e 1970, com a modernização no campo, os*

Safras (Prevs) de 1993.

produtos que passaram a ter maior valor no mercado não são mais os mesmos [...]." A partir da década de 1970, os produtos cultivados em bases modernas como a laranja, a cana-de-açúcar, a soja, entre outros, apresentaram aumento na produção, ao mesmo tempo em que os produtos cultivados em bases tradicionais como o arroz, o feijão, o algodão, etc. recuaram. A disseminação dos primeiros cultivos se deu em virtude do aumento das cotações internacionais; do desenvolvimento de pesquisas para esses produtos; tanto particular como oficial; da grande demanda agroindustrial e da canalização de crédito, privilegiando essas culturas no período.

A tendência assumida pela agricultura regional foi semelhante à paulista, conforme nos mostra Silva (1996, p.62)[38]. Segundo esse autor, no Estado de São Paulo, no período que compreende 1983 e 1995,

> [...] as culturas anuais que cederam área para outros cultivos foram algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, mandioca, tomate rasteiro e trigo. Como a área total ocupada por culturas anuais (temporárias) não sofreu mudanças tão drásticas (até aumentou um pouco), algumas culturas compensaram essas perdas, como é o caso, principalmente, da cana-de-açúcar, além de outras de menor escala, como o abacaxi e o tomate envarado. [...]

No que tange às culturas perenes, Silva (1996) menciona que ocorreu uma retração no mesmo período e enfatiza que:

> [...] O principal fator responsável por esta retração nos últimos anos, tem sido uma redução extremamente significativa da área ocupada pela cultura de café, devido a problemas fitossanitários, geadas e queda dos preços internacionais. Também houve redução da área plantada com culturas de goiaba, mamão e tangerina. Em contrapartida, tiveram expansão as áreas de cultivo perene de banana, laranja, limão, manga e seringueira, com maior destaque para a laranja e seringueira, impulsionadas pelo desempenho de suas agroindústrias processadoras.

A semelhança entre a tendência assumida pela agricultura regional e paulista demonstra que os fatores que incidiram sobre o setor, foram muito mais de ordem conjuntural, ora para o país, ora para o Estado de São Paulo, que peculiar à região estudada, conforme foi mostrado.

O autor supra citado destaca ainda que uma característica importante da agricultura paulista e que tem sofrido poucas alterações nas duas últimas décadas é a concentração da área cultivada e da produção em poucas regiões[39]. Este é o caso, por exemplo, das olerícolas nas regiões de Sorocaba e Campinas e da cultura de seringueira na região de São José do Rio Preto. Além dessas, a culturas do chá, abacaxi, banana, goiaba, morango e uva também apresentam um perfil regional muito significativo.

---

[38] O ator utiliza-se de dados extraídos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

[39] Silva (1996) se refere ao período aproximado entre 1975 e 1995.

Uma das implicações dessa concentração produtiva se dá sobre a demanda da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo, de acordo com Silva (1996, p.62). Assim, as regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, São Carlos e Bauru respondiam nos primeiros anos da década de 1990 por cerca de 70% do total de empregos agrícolas, considerando-se as 46 principais culturas[40].

Convêm lembrar ainda que o objetivo mais amplo do PROÁLCOOL, de alcançar a revalorização do Oeste Paulista e do PROCANA, de não apenas orientar a mera expansão da cana-de-açúcar, mas sim de todo o desenvolvimento agrícola que dela poderia advir, não ocorreram. O que continua imperando na região é, de um lado, a pecuária de corte extensiva, caracterizada pela baixa geração de empregos, em muitos casos em grandes propriedades especulativas e, de outro, a pequena produção, descapitalizada na sua maioria, conduzida por agricultores que não tem acesso ao crédito rural.

Para Hespanhol (1996, p.205), o "*Governo do Estado de São Paulo centralizou as suas ações e carreou recursos para os projetos ligados às cidades e à indústria, não intervindo de uma forma efetiva junto à agricultura, em detrimento, principalmente do oeste paulista* [...]"

Assim, para esse mesmo autor, a atuação menos pronunciada do Governo do Estado de São Paulo junto ao setor agropecuário, pode ser entendida, em parte, quando se leva em consideração que o setor agrícola, apesar de importante, não é o principal gerador de divisas, face ao moderno e amplo parque industrial paulista.

Sendo assim, na tentativa de entender essa lógica que prioriza o setor urbano-industrial relegando a segundo plano o setor agropecuário é que nos propomos realizar o presente estudo procurando apreender a dinâmica espacial da heveicultura na MRG de São José do Rio Preto através da realização de uma caracterização analítica do setor buscando compreender suas peculiaridades e as perspectivas dos produtores rurais ligados ao segmento da borracha natural. Ademais, objetiva-se apreender os limites e possibilidades da heveicultura como geradora de renda e empregos.

[40] Os dados utilizados pelo Silva (1996) foram extraídos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de 1995.

CAPÍTULO V

DINÂMICA ESPACIAL DA HEVEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

De acordo com Santos (1986), o espaço deve ser considerado como uma instância da sociedade, da mesma forma que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. O que permite dizer que, como instância, ele contém e é contido pelas demais, da mesma forma como cada uma dessas instâncias o contém e é por ele contida. Isso posto, pode se afirmar que a essência do espaço é social. Nesse sentido, seria uma simplificação entender o espaço apenas formado pelas coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. Assim, para o autor, tem-se, ao mesmo tempo, um conjunto de objetos geográficos distribuído sobre um território, sua configuração geográfica e o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento da história em construção.

Em outras palavras, Santos (1999) define o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos, que o autor entende por instrumentos de trabalho, e de sistema de ações, entendido como as práticas sociais.

Na pesquisa ora apresentada, o espaço entendido como objeto de estudo, se materializa regionalmente, apresentando características peculiares do ponto de vista organizacional, dando origem a uma configuração singular, isto é, própria do espaço agrário regional, tendo em seu âmago uma complexa relação social, que é engendrada por agentes endógenos e exógenos. Tal relação acarreta constantes mutações neste espaço, o que nos permite apreendê-lo apenas para um dado momento da história. Assim, embora inteligível apenas para um dado momento, por sofrer variações em função do contexto conjuntural, procuramos abordar esse objeto levando-se em consideração variáveis estruturais, as quais são menos susceptíveis que as conjunturais, de modo que se possa pensar em alternativas visando à superar alguns entraves para o desenvolvimento do setor da borracha natural, tendo como foco principal o segmento agrícola.

As relações sociais no âmbito do setor de borracha são estabelecidas entre os agentes sociais ligados direto e indiretamente à cadeia produtiva da borracha natural, dentre os quais se destacam heveicultores, usineiros, representantes do capital monopolista internacional e poder público central e local. Convêm enfatizar que estes são agentes antagônicos de um mesmo processo, o qual se pretende apreender com a pesquisa proposta. Acredita-se que o entendimento da natureza das relações estabelecidas entre estes atores sociais nos permitirá fazer um diagnóstico dos pontos de estrangulamento do setor para que a partir dele se reflita possíveis soluções.

Além disso, pretende-se que, a partir dessas reflexões, se possa avaliar em que medida a heveicultura se constitui numa estratégia de reprodução social entre os agricultores da região, sobretudo para aqueles menos capitalizados e, portanto, propensos a abandonar a atividade agropecuária e se tornar reserva da força de trabalho para o capital. Estratégia de reprodução social é entendida como uma ou mais atividades agrícola ou não-agrícola que proporcionam renda complementar, enquadrando-se assim no que Hespanhol (2000) chamou de "estratégia visando à reprodução social", com a diversificação produtiva das explorações, possibilitando a inserção no mercado com mais de um produto comercial.

Outra questão que se coloca, refere-se à viabilidade ou não de expandir a produção regional de borracha natural, com base nas perspectivas de longo e médio prazo para o setor e, em caso afirmativo, quais seriam as condições para propiciá-la.

Nas sociedades capitalistas, o espaço é visto como *locus* de reprodução do capital, pressupondo necessariamente a divisão social e territorial do trabalho para fundamentar o processo ampliado de acumulação. Este processo, por sua vez, pressupõe a apropriação dos meios de produção e do espaço de forma desigual. Assim, é na perspectiva de compreender as relações desiguais e combinadas imanentes ao modo capitalista de produção em âmbito regional, que nos propomos a analisar a dinâmica da heveicultura no contexto agropecuário da Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, no lapso de tempo compreendido entre 1970 e 2003.

Para a consecução desse objetivo, os procedimentos metodológicos adotados implicaram na realização de trabalho de campo, que compreende a elaboração e aplicação de quatro roteiros de entrevistas.

O primeiro roteiro de entrevista foi aplicado junto a 02 dirigentes de usinas processadoras e junto ao proprietário de uma usina. O roteiro de entrevista visava fazer uma caracterização geral acerca da usina, abordando-se aspectos como: histórico da empresa; capacidade produtiva e ociosa; procedência da matéria-prima quanto ao município/estado e quanto ao tamanho das UPAs e dos seringais; perspectivas da empresa acerca do mercado de borracha; a existência de projetos para aumentar ou reduzir a capacidade produtiva; e, participação da usina na Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR). Além disso, objetivava-se entender como se estabelecem as relações entre produtores e usinas processadoras e produtores de pneumáticos e usina processadora (Anexo I).

O segundo roteiro de entrevista foi aplicado junto a 03 engenheiros agrônomos das Casas de Agricultura do municípios de Olímpia, Mirassol e Guapiaçu, como objetivo de obter informações que pudessem subsidiar na caracterização e análise da dinâmica regional e

municipal. Esse roteiro de entrevista foi dividido em duas partes: na primeira, abordou-se aspectos gerais da agricultura regional e municipal, tais como: as políticas federais, estaduais e municipais e suas implicações sobre a dinâmica local; as mudanças vivenciadas pela agropecuária regional e local ao longo das últimas décadas; a existência de projetos dirigidos pela Casa da Agricultura; entre outros. A segunda parte abordava questões direcionadas ao segmento heveícola regional e municipal, além de questões ligadas à política setorial (Anexo II)

O terceiro roteiro de entrevista foi aplicado junto aos presidentes de 03 associações de produtores de borracha, sendo: a APABOR, sediada em São José do Rio Preto; HEVEASSO (Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região), situada em Guapiaçu; e, a Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande, sediada em Olímpia. O intuito de entrevistar os presidentes dessas associações foi identificar o grau de organização dos produtores regionais e a importância e eficácia dessa estratégia como meio de reprodução social dos heveicultores. Abordou-se também questões sobre o histórico das associações; seus objetivos; perfil dos sócios; serviços prestados aos associados; projetos desenvolvidos; perspectivas, etc. (Anexo III).

O quarto roteiro de entrevista foi aplicado junto a 60 produtores rurais distribuídos em 06 municípios pertencentes à MRG de São José do Rio Preto. O objetivo da aplicação desse roteiro de entrevista foi levantar informações que possibilitassem a caracterização geral da organização das UPAs dos produtores de borracha.

O roteiro de entrevista aplicado juntos aos produtores rurais compreendeu duas partes. A primeira parte foi composta por questões de caráter específico, direcionadas à cultura da seringueira, tais como: razões que levou o produtor a adotar a seringueira; área do seringal; tipo de borracha produzida; comercialização da produção; relações de trabalho; consórcio com outras plantas; procedência da renda total familiar; perspectivas com a cultura, dentre outras. A segunda parte foi composta por perguntas de caráter mais geral relacionadas ao nível sócio-econômico e cultural setor agropecuário, abordando aspectos como: escolaridade do membros da família; local de residência; relações de trabalho, etc. Ademais, abordou-se questões relativas à propriedade e as atividades produtivas: tamanho da propriedade; principais atividades agropecuárias desenvolvidas ao longo da vida como agricultor; utilização das terras; destino da produção; problemas enfrentados durante o processo produtivo e a comercialização da produção; meios de produção disponível; estratégias desenvolvidas pelos produtores; perspectivas do produtor rural, entre outras (Anexo IV).

O contato com os produtores rurais foi feito por meio da disponibilização de informações cadastrais dos heveicultores, divulgada pelo *site*[41] da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no ano de 1998, no qual constavam endereço, telefone para contado, área do seringal, usina processadora, entre outras informações.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de novembro de 2003 e abarcou o territorialmente os municípios de Guapiaçu, Mirassol, Olímpia, Bálsamo, Tanabi e Palestina, pertencentes à MRG São José do Rio Preto.

A Figura 23 nos permite visualizar a espacialização da área plantada com seringueira na MRG de São José do Rio Preto e sua concentração nos municípios pesquisados entre 1990 e 2002.

Como pode se observar na referida Figura 23, o município de Guapiaçú não se destaca no que se refere a área plantada, nem em temos do número de produtores. Assim, o interesse em investigar este município se justifica pela existência de uma associação de produtores de borracha. Além dos municípios pesquisados, também se destacam, em termos de área plantada, Guaraci, Nova Granada, Plananto, José Bonifácio e Adolfo, todavia não se destacavam em relação ao número de produtores, o que nos levou a concluir que a dinâmica desses municípios era comandada por grande produtores, os quais não se constitua em foco prioritário na presente análise.

Os 06 municípios selecionados, apresentaram uma grande concentração de heveicultores, ou seja, 276 produtores, equivalentes a 61% do total regional. Os 173 produtores de borracha restantes, equivalentes a 39%, estão distribuídos entre os 18 municípios pertencentes à MRG de São José do Rio Preto e que apresentavam área de cultivo de seringueira (FIBGE, 1996).

De acordo com a FIBGE (2002), esses 06 municípios pesquisados foram responsáveis em 2002, por 50,5% da área plantada, ao passo que os demais 20 municípios foram responsáveis pelos demais 49,5%. A produção dos 06 municípios pesquisados correspondeu em 2002 por 51,1% da produção regional. No que toca ao valor da produção, os 06 municípios pesquisados, foram responsáveis por 51,9%, sendo que os demais 20 municípios, foram responsáveis por 48,1% do valor da produção[42].

[41] www.conab.gov.br

[42] Cabe ressaltar que dos 29 municípios pertencentes a MRG de São José do Rio Preto, 03 não possuíam área plantada com seringueira em 2002.

A partir dos dados da FIBGE (1996), verificou-se que os 60 produtores rurais entrevistados representam 13% do total de 449 produtores de borracha da região.

Tendo em vista o objetivo mais amplo da pesquisa, isto é, analisar a dinâmica da cadeia agroindustrial da borracha natural na MRG de São José do Rio Preto, esse foi o critério adotado que melhor se coaduna com a proposta da pesquisa.

Para a consecução do objetivo proposto, procurar-se-á nesta parte do trabalho, realizar uma caracterização da organização da Unidade Produtiva Agrícola (UPA), das estratégias assumidas pelos produtores e suas relações com variáveis externas, em nível regional, nacional e internacional, dando-se ênfase à cadeia agroindustrial da borracha. Objetiva-se apreender também os elementos que estimularam a disseminação da cultura de seringueira, suas potencialidades, assim como as variáveis que se colocam como entraves ao maior desenvolvimento desse segmento produtivo.

5.1 TIPOLOGIA DAS UPAS PRODUTORAS DE BORRACHA NATURAL

Proceder-se-á, inicialmente, propondo uma tipologia dos produtores de borracha entrevistados, procurando enquadrá-los como: familiar puro, empresa familiar e patronal[43]. Acredita-se que esse procedimento seja importante não só para o melhor entendimento da dinâmica do setor, como para subsidiar a elaboração de políticas públicas dirigidas à cadeia agroindustrial da borracha natural. A elaboração da tipologia se justifica pelas mudanças ocorridas no campo brasileiro, especialmente após 1965, com a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que desencadeou um intenso processo de diferenciação social e, por conseguinte, engendrou uma grande diversidade de unidades produtivas no meio rural.

Deve-se destacar de antemão que os produtores foram sendo analisados sob o prisma do parceiro-proprietário do seringal e não do parceiro-sangrador, o qual é incumbido da

[43] A tipologia proposta para os produtores de borracha natural se baseia na tipologia de unicades produtivas para agricultura brasileria elaborada por Kageyama; Bergamasco (1990), a qual tem como principal critério para diferenciar as UPAs a composicão da força de trabalho e, secundariamente, o tamanho da unidade prudutiva. Ressalta-se que, no entanto, algumas adequações foram necessárias em função das especificidades do segmento

realização da sangria e manutenção do seringal. Entre estes últimos, muitos trabalham com a mão-de-obra familiar, geralmente constituída de um casal residente na propriedade.

Para proceder à classificação dos produtores de borracha, ou seja, dos proprietários do seringais, elegeu-se como primeira variável a composição da força de trabalho utilizada nas UPAs. Acredita-se que a classificação das UPAs segundo essa variável reflita, de um modo

geral, as diferentes formas de organização da produção, possibilitando traçar o perfil dos heveicultores e as potencialidades e limites dessa atividade como estratégia de diversificação para reprodução social.

Para tanto, inicialmente far-se-á a distinção das UPAs a partir da importância do trabalho do responsável e membros não remunerados da família; do trabalho contratado permanente; e, do trabalho temporário. Considerou-se que esta última forma de contratação não tem peso importante no caso sob exame[44].

As UPAs que produzem exclusivamente borracha e que se utilizam unicamente do trabalho do parceiro, serão consideradas como patronal. Isso porque, embora o proprietário não estabeleça com o parceiro a mesma relação que teria com um empregado permanente, a parceria estabelecida na heveicultura se justifica pelos maiores benefícios dessa relação para o parceiro-proprietário. Segundo os proprietários dos seringais entrevistados, a parceria é estabelecida por não acarretar ônus trabalhista, tais como o pagamento do 13º salários, férias remuneradas, isentar o proprietário de disputa judicial, entre outras vantagens.

Outro aspecto considerado e que corrobora a proximidade da parceria na heveicultura com a categoria do empregado permanente, refere-se ao fato do parceiro dispor apenas da força de trabalho, cabendo ao proprietário do seringal o ônus com o custo de implantação e manutenção do seringal. Ressalta-se que os meios de produção utilizado para a manutenção do seringal são fatores considerados de baixo custo na heveicultura. Assim, a forma como é estabelecida a parceria na atividade heveícola reserva ao parceiro-proprietário do seringal o direito de tomar todas e quaisquer decisões sobre a condução do processo produtivo, privando o parceiro-sangrador de qualquer tomada de decisão. Em suma, pode-se afirmar que a relação que caracteriza a parceria entre o proprietário do seringal e o sangrador, esconde um *assalariamento disfarçado.*

Além disso, muitos proprietários entrevistados ressaltaram o fato do parceiro ter uma maior preocupação com a produtividade do seringal, uma vez que seu rendimento é

---

estudado.

[44] O trabalho temporário pode ajudar a compreender as diferenças internas das UPAs, tanto familiar como patronal, onde a contratação ou não dessa categoria de trabalhador pode significar uma produção intensiva ou extensiva. Ressalta-se, porém, que no caso estudado a não ocorrência de empregados temporários nas propriedades familiares pura e a baixa utilização na demais propriedades não permitiu essa distinção.

proporcional à produção, tendo, em caso de frustração na remuneração do produto, de compartilhar os prejuízos com o parceiros sangrador na medida em que este tem seus rendimentos reduzidos. Por seu turno, o parceiro-sangrador

vê mais vantagens nesta condição que como empregado permanente, em função da sua maior remuneração.

Ressalta-se ainda, que o não estabelecimento da parceria demandaria do proprietário do seringal a contratação de um ou mais empregados permanentes devido à necessidade de manutenção diária da cultura para a extração da borracha no período que se estende por 9 ou 10 meses do ano.

Como é sabido, o grupo do produtor patronal, assim como do produtor familiar esconde uma heterogeneidade muito grande de subcategorias, a qual não é possível aqui identificar com um certo grau de precisão, visto o caráter relativamente restrito da amostragem, ou seja, de 60 produtores rurais.

Assim, seria errôneo afirmar que todos os produtores que adotam o sistema de parceria podem ser classificados indistintamente como patronal, embora estes exerçam o papel de patrão na medida em que não executam diretamente a função de agricultor. Para tanto, optou-se por fazer um recorte por estrato de área, o que nos ajudou a refinar a primeira classificação por composição da mão-de-obra, visto que as UPAs com área inferior a 50 ha não apresentavam características de uma UPA patronal. Isto porque, em muitos casos, eram dirigidas por aposentados e pequenos agricultores descapitalizados, cujos filhos estavam morando na cidade e, para suprimir a demanda por braços no seringal, estabeleceram a parceria ou a contratação de empregados permanentes. Por outro lado, esse grupo de produtores, não pode ser enquadrado em outra categoria quando considerado a composição da força de trabalho, de modo que foi considerado um resquício do grupo das UPAs patronais.

Do mesmo modo, incorreríamos em um equívoco se afirmássemos que a categoria de produtor familiar também é homogênea. Para tanto, partindo do primeiro critério adotado, qual seja, o da composição da força de trabalho, identificou-se casos em que o trabalho dos membros da família era complementado por empregados permanentes, parceiros e/ou empregados temporários, o que levou-nos a denominar um grupo de UPAs de *empresa familiar* para diferir da categoria *familiar puro*, notabilizada pelo emprego da força de trabalho exclusivamente da família. No caso desta última, não foi necessário adotar o segundo critério de classificação, qual seja, por estrato de área, dada sua relativa homogeneidade

interna no que toca a estes aspecto. Já no caso da categoria de empresa familiar, o baixo percentual de ocorrências não suportaria a adoção do critério por estrato de área, embora tenha nos parecido necessário dado à grande variabilidade interna, mesmo para os casos estudados na presente pesquisa.

5.1.1 UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR PURA

O grupo de produtores familiar puro notabilizam-se por utilizar apenas membros não remunerados da família na exploração da propriedade e por ser dirigido pelo produtor "chefe" da família.

Foram identificados no universo de produtores entrevistados 13,3% de UPAs conduzidas com base no trabalho *familiar puro*, categoria caracterizada pela total ausência de trabalho externo à família, tanto de caráter temporário como permanente. Ressalta-se, que o trabalho familiar encontrado nas UPAs de produtores de borracha é, em 83% dos casos, constituído pelo trabalho do "chefe" da família envolvido diretamente no processo produtivo somado ao da esposa, que geralmente fica encarregada dos afazeres domésticos, apenas eventualmente auxiliando o esposo no processo produtivo. Dentre estes, apenas um não possui filho, ao passo que todos os demais têm filhos trabalhando ou estudando na cidade.

No caso dos produtores familiares puros, não houve uma grande heterogeneidade, diferentemente do que ocorreu com outras categorias. Desta forma, constatou-se que estes produtores possuíam pequenas propriedades, com área que variou entre 12 e 72 ha, apresentando média de 29,8 ha. Os seringais nestas propriedades apresentaram área que variou entre 1 e 5,6 ha, com área média de 3,26 ha. Entre estes estavam 33% do total dos produtores entrevistados com ensino fundamental incompleto e 100% dos produtores com ensino fundamental completo, caracterizando um baixo nível de escolaridade.

5.1.2 UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA EMPRESA FAMILIAR

Aqueles produtores que se enquadravam na categoria *empresa familiar*, por sua vez, representaram 8,3% dos produtores entrevistados. Apesar da baixa ocorrência de UPAs classificadas nesta categoria, enfatizaremos que existem alguns aspectos que lhes dão uniformidade interna e outros que lhes diferenciam entre si. Dentre os aspectos que nos permitem classificá-las como um grupo está no fato de 100% destes adotarem o sistema de parceria na condução do seringal; 80% utilizarem o empregado permanente; e, 80% o

empregado temporário. A diferença em relação ao grupo de familiar puro é evidente, pois este tem 100% da força de trabalho oriunda dos responsáveis e membros não remunerados da família.

Considerada a importância relativa da força de trabalho utilizada nesta categoria, verificou-se que 65% era representada pelo trabalho permanente e parceria e 35% pela força de trabalho familiar (Tabela 31). O trabalho temporário não foi considerado devido à dificuldade de quantificá-lo. Todavia, pode-se afirmar que ele é importante na composição do trabalho nas UPAs classificadas como empresa familiar, o que reforça a sua dependência do trabalho externo à família.

A área dessas propriedades apresentou variação entre 86,4 e 686,4 ha ocupadas, com área média de 308,4 ha, portanto bastante acima da área média dos familiares puros que era de 29,8 ha. A área do seringal nestas propriedades também ficou significativamente acima dos familiares puros, isto é, variou entre 8 e 36 ha, com área média plantada de 22,1 ha.

Situados entre estes, estavam 33% do total dos produtores entrevistados com ensino fundamental incompletos e 33% dos produtores com ensino médio incompleto.

Tabela 31: Composição da força de trabalho, tamanho médio da propriedade e tamanho médio do seringal nas UPAs pesquisadas

	% segundo a composição da força de trabalho por estrado de área	Parceria+ Permanente	Trabalho Familiar	Tamanho médio da Propriedade (ha)	Tamanho médio do Seringal (ha)
Puramente Familiar	13,3%	0,0%	100,0%	29,8	3,3
Empresa Familiar	8,3%	65,0%	35,0%	308,4	22,1
Resquício de Patronal	20,0%	65,8%	34,2%	22,6	11,5
Patronal	58,3%	77,4%	22,6%	243,3	30,6

Fonte: Pesquisa de campo, Nov. de 2003.

É interessante observar que esta categoria se assemelha mais, tanto do ponto de vista da composição da mão-de-obra, como da área dos estabelecimentos, às UPAs patronais. Não obstante, com foi mencionado, essa categoria de produtores não é uniforme, pois existem UPAs com maior ou menor dependência da força de trabalho externa à família, sendo esta a principal característica que a diferencia internamente. Deste modo, tem-se que a mesma característica que a distingue das UPAs familiar puro e patronal, dá-lhe uma certa heterogeneidade interna.

Sendo assim, neste grupo embora todos utilizem membros não remunerados da família para a condução do processo produtivo, verificou-se que existiam UPAs com 1, 2 e até 8 parceiros. Ademais, ao mesmo tempo em que existiam UPAs que não utilizam empregados permanentes, existiam UPAs com 1 e até 2 empregados permanentes. Estes possuíam outras atividades agrícolas na propriedade, que demandavam mais braços para o trabalho que não apenas os do "chefe" da família, geralmente ajudado por um filho.

Além disso, observou-se ampla diferença no tamanho da área das UPAs classificadas como empresa familiar, pois existiam propriedade com 86,4 há e com 686,4 há. O mesmo ocorre para o tamanho do seringal, que apresenta variação entre 8 e 36 ha.

Outro aspecto observado nesta categoria e que reforça sua semelhança com os patronais refere-se ao fato de nestas UPAs, os membro da família não executar o trabalho direto na propriedade rural, especialmente naquelas com maior número de empregados permanentes, mas apenas cuidar da administração da propriedade, tendo como função a comprar de insumos; levar maquinários e outros implementos para o conserto; efetuar os trabalhos de banco, dentre outras funções, passando grande parte da semana fora da propriedade rural.

5.1.3 UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PATRONAL

O grupo de UPAs *patronal* apresenta um resquício constituído por aqueles produtores que, simplesmente por não possuírem membros não remunerados da família envolvido no processo produtivo, se enquadram nesta categoria. Esse grupo de produtores tem sua demanda por força de trabalho suprida por braços externos à família, sobretudo pelo estabelecimento de parcerias. A necessidade do estabelecimento da relação de parceria se explica pela saída dos filhos da propriedade para estudar e/ou trabalhar na cidade.

Sendo assim, esta parcela de produtores que representam 20% do total de entrevistados e 34,2% do total das UPAs patronais, será analisada separadamente, embora esteja enquadrada na categoria patronal. A opção de analisar separadamente esse grupo de produtores se deu porque seu peso é significativo no universo de produtores entrevistado e certamente causaria distorção nos resultados obtidos para a categoria de patronal. Além disso, também porque as UPAs que integram este grupo não se constituem efetivamente em

propriedades rurais capitalistas, embora seus proprietários se enquadrem na categoria patronal.

Neste grupo de UPAs identificou-se que a demanda por força de trabalho era suprida predominantemente pelo trabalho externo à família, de modo que 65,8% era composta por empregados temporários e parceiros - com uma única exceção onde se adotava apenas o trabalho permanente - e, 34,2% era suprida pelo trabalho familiar, que se refere ao trabalho apenas do “chefe da família”.

Deste modo, pode se afirmar que do ponto de vista da composição da mão-de-obra, este resquício se assemelha bastante à categoria empresa familiar. Todavia do ponto de vista do tamanho da área dos estabelecimentos ele se aproxima mais dos familiares puros, pois se observou que a área dessas propriedades varia entre 9,6 a 43,2 ha, apresentando área média de 22,6 ha, ao passo que os familiares puros apresentaram média de 29,8 ha na área da propriedade.

No que toca a área do seringal, observou-se que havia uma variação entre 7 e 27,8 ha, apresentando média de 11,5 ha, portanto se aproximando mais da área média dos seringais da categoria puramente familiar que era de 3,3 ha.

Por fim, cabe ressaltar que esta parcela de UPAs possui grande heterogeneidade interna, ora se assemelhando a categoria familiar puros, ora a empresa familiar, dependendo das variáveis que se adotem.

No que se concerne à categoria de *patronal*, verificou-se que este é o grupo mais expressivo entre os heveicultores entrevistados, representando 58,3% do total de UPAs, a qual se distingue claramente das demais categoria pela composição da força de trabalho utilizada, assim como pelo tamanho da área das propriedades, dos seringais e pelo grau de escolaridades dos seus proprietários.

Esse grupo de UPAs caracteriza-se por ser administrado por terceiros ou pelo “chefe” da família, sem a ajuda de membros não remunerados da família, apenas com a contratação de empregados permanentes, temporários e parceiros. Assim, averiguou-se que nestas propriedades a composição da força de trabalho é constituída em 77,4% por parceiros+empregados permanentes e 22,6% por trabalho da família, sendo que este se refere unicamente a mão-de-obra do “chefe” da família. Esta variável demonstra que esta categoria tem como peculiaridade o fato de depender mais da mão-de-obra externa à família.

No que concerne ao tamanho da área das propriedades verificou-se uma variação de 48 a 1.452 ha, com área média de 243,3 ha, portanto ficando bastante acima das demais categorias. No caso da área abarcada pelos seringais, constatou-se que também a área média fica bastante acima das demais categorias, visto que esta variou de 4 a 172,8 ha, com área

média de 30,6 ha. Nesta categoria estavam 90,9% dos produtores com curso superior completo, mostrando que o elevado nível de escolaridade possui uma relação direta com esse perfil de produtor.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

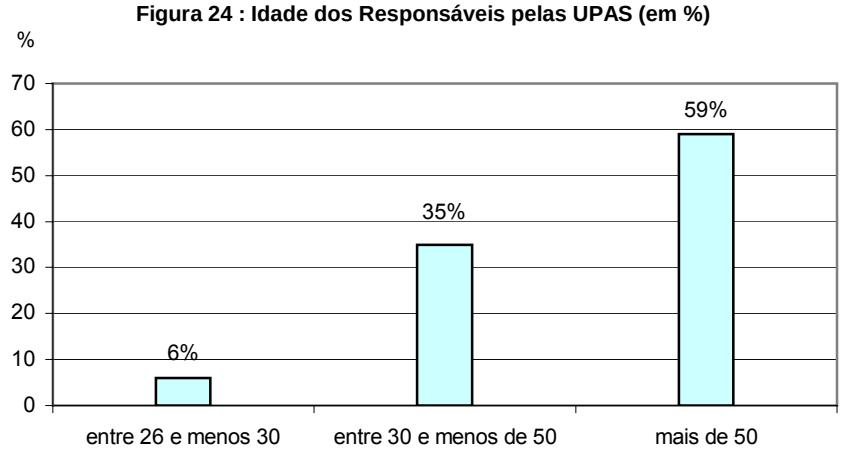
Nesta parte do trabalho far-se-á uma caracterização das famílias entrevistadas, haja vista a importância que elas assumem na gestão e na organização do processo produtivo. Essa caracterização objetivou delinear o perfil das famílias, considerando aspectos como: local de residência, idade, nível de escolaridade, etc., uma vez que ele ajuda-nos a entender as estratégias e perspectivas dessas famílias entrevistadas (Anexo 04).

No que se refere à idade dos responsáveis pelas UPAs, constatou-se que ocorre um processo de envelhecimento no meio rural, pois apenas 6% dos entrevistados tinham entre 26 e menos de 30 anos, ao mesmo tempo em que 59% possuíam mais de 50 anos, conforme se observa na Figura 24.

O processo de envelhecimento dos produtores que nos referimos, pode ser identificado pelo fato de que os mais jovens não estão dando continuidade ao trabalho no campo, pois estão migrando para a cidade para trabalharem como assalariados. Corrobora essa afirmativa, o fato de a quase totalidade dos produtores entrevistados, ou seja 93%, possuírem filhos, embora muitos destes, conforme relatado pelos seus pais ou pelos próprios filhos, não pretendem continuar trabalhando no setor agropecuário, pois buscam outros meios de reprodução social.

O fenômeno de envelhecimento dos produtores rurais no Brasil se intensificou a partir da década de 1960, com o processo migratório dos mais jovens para as cidades, que atingiu seu apogeu na década de 1970.

Figura 24 : Idade dos Responsáveis pelas UPAS (em %)



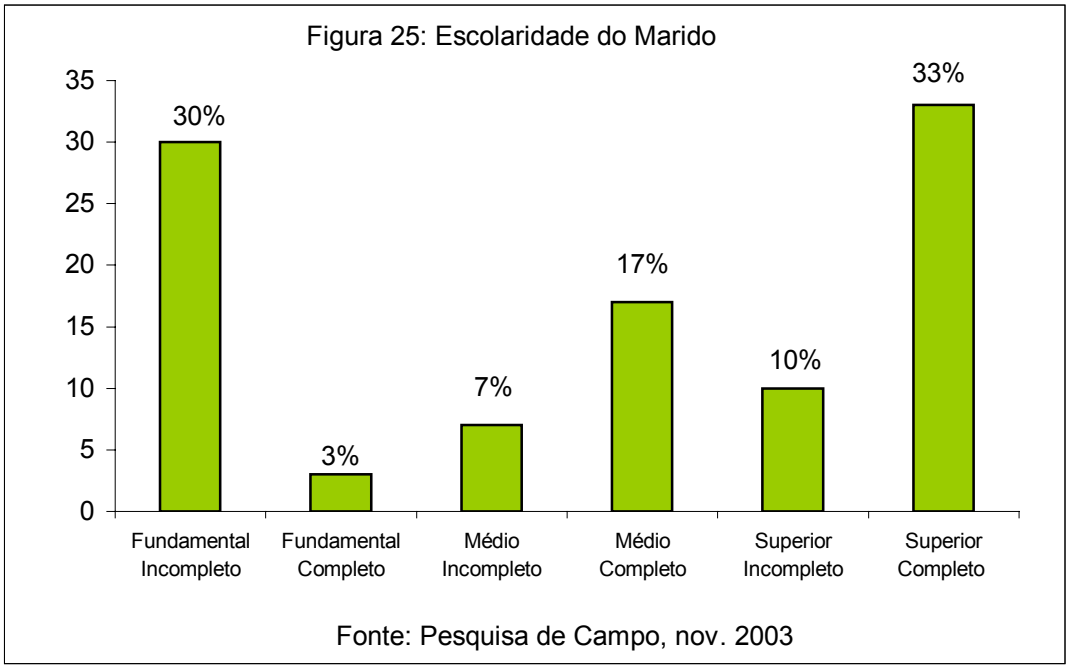
Fonte: Pesquisa de Campo, nov.2003

Tal processo nos parece preocupante se refletirmos no sentido de que o suprimento de alguns produtos primários estão sendo conseguidos devido à união da ciência e da técnica,

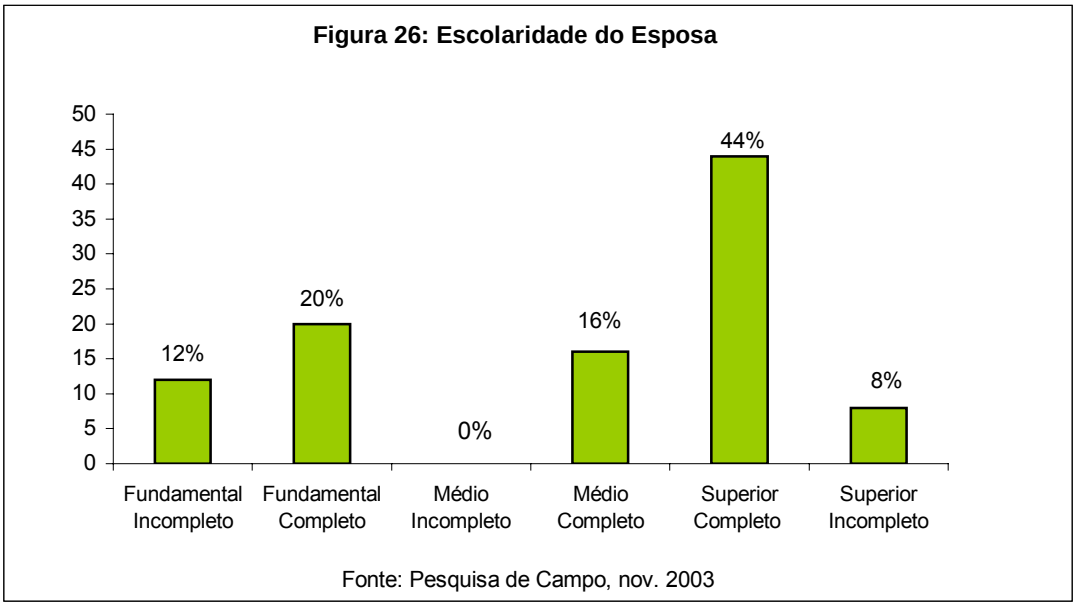
que possibilita índices de produtividade bastantes elevados, o que compensa a saída do pessoal do campo. O caminho em direção às cidade é de difícil retorno, ficando aqueles que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, relegados à situação marginal. Além disso, outro processo que vem ocorrendo para compensar a saída do pessoal do campo é a substituição deste pelos pessoal agrícola, ou seja, que mora na cidade, porém trabalha no campo na situação de assalariado permanente, mas principalmente temporário.

No início do século XXI, observa-se a associação desses dois processos no meio rural – a modernização agrícola e a contratação da força de trabalho nas cidades para trabalhar no campo – o qual ocorre de forma desenfreada e, por conseguinte, degradante do ponto de vista social. Isso porque, se por um lado, a mecanização supri em parte a demanda por braços e o investimento em pesquisa na área da engenharia genética possibilita o desenvolvimento de espécies mais produtivas e com maior valor nutricional, por outro, o Estado não atende aos reclames básicos da sociedade urbana, em que a questão da falta de moradia, assistência médica, lazer, trabalho, etc., se agravam dia após dia. A história nos mostra que o crescimento populacional urbano não é acompanhado nem de longe pela infra-estrutura necessária para proporcionar o mínimo de qualidade de vida a esses ex-trabalhadores rurais/agricultores.

No que se refere à escolaridade dos responsáveis pelas UPAs, destaca-se o elevado índice de produtores com curso superior completo, que é de 33%. Os dados da pesquisa de campo nos permitem constatar que também há um elevado índice de esposas dos responsáveis pelas UPAs com curso superior completo, ou seja, 44% to total de entrevistados (Figuras 24 e 25).



Constatou-se ainda que, embora existam pequenos produtores (com área inferior a 100 ha) e médios produtores (com área entre 100 e 500 ha) com curso superior, são principalmente os grandes proprietários (com área acima de 500) que possuem esse perfil. Esses indicadores nos permitem afirmar que o perfil destes produtores de borracha está bastante acima da média da escolaridade no meio rural brasileiro.



O nível de escolaridade dos responsáveis pelas UPAs e de suas esposas (assim como a de seus filhos, como se verá posteriormente) pode ser tomado como indicativo para se pensar a posição dessas famílias na sociedade. Esse elemento nos permite constatar que o perfil dos produtores caracteriza-se por apresentar nível de renda acima da média brasileira.

Os indicadores de escolaridade nos levaram à seguinte indagação: porque os produtores de borracha apresentam perfil diferenciado do conjunto do pessoal vinculado às atividades rurais? Como se verá posteriormente com mais detalhes, essa relação está ligada com os pré-requisitos para o produtor rural adotar a seringueira, uma cultura de longo prazo de retorno e de custo relativamente alto para implantação. Porém, se por um lado, a cultura da seringueira demanda investimento relativamente alto, portanto podendo ser adotada principalmente por produtores capitalizados como era o casos do produtores identificados na tipologia proposta como patronais, de elevados níveis de escolaridade, por outro, diversos produtores relataram que a cultura foi importante fonte de renda para modernização e ampliação da propriedade e para garantir o estudo dos filhos.

Deve-se ressaltar também o elevado número de responsáveis pelas UPAs com ensino fundamental incompleto, representando 30% do total de entrevistados. Esse elevado percentual se explica em virtude da: a) dificuldade de acesso à escola em razão da carência de transportes e/ou pela distância da escola; b) necessidade de utilização da mão-de-obra dos filhos nas atividades agrícolas, muito mais imprescindível outrora que atualmente, em função da mecanização e da pecuarização; e, c) não importância dada pelos pais desses produtores à escolaridade dos filhos, visão diferente da atual. No que concerne ao último item, corrobora a afirmativa o fato de que 42% dos filhos dos produtores terem cursado o ensino superior e 8% estarem cursando no momento da pesquisa. Entre os filhos que não estão estudando, apenas 1% declarou ter estudado até o ensino fundamental e 1% o ensino médio incompleto.

No que toca ao local de residência das famílias entrevistadas, observou-se um grande índice de residentes na área urbana, ou seja, 71% da famílias moram integralmente nas cidades, contra apenas 13% residindo no campo. Esse índice corrobora a tendência mais geral das mudanças pelas quais vem passando o campo, em especial a partir de meados da década de 1960, em decorrência, por um lado, do processo de industrialização/urbanização e, por outro, da modernização da agricultura.

A grande quantidade de famílias residindo na cidade revela a forte presença do absenteísmo, sistema no qual parcela da riqueza gerada no campo é carreada para as cidades, sendo que no caso da MRG de São José do Rio Preto, isso ocorre principalmente em relação à cidade de São José do Rio Preto. Constatou-se ainda que são residentes nas cidades, principalmente os grandes e médios proprietários de terra mais capitalizados, embora não exclusivamente.

Alguns fatores nos ajudam a entender a preferência desses produtores pela cidade, dentre os quais se destaca a facilidade de acesso aos equipamentos e serviços, tanto particular

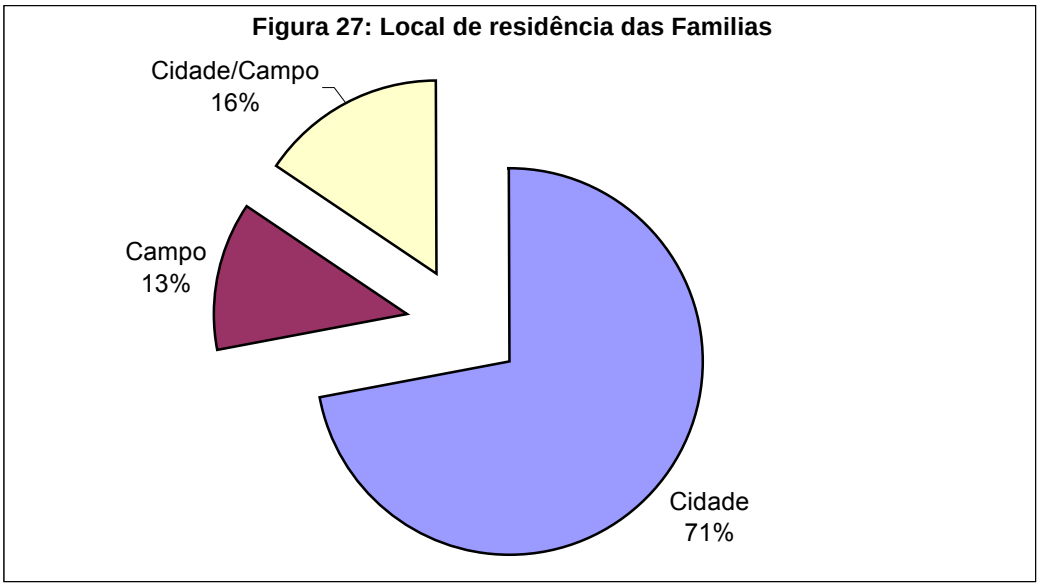
como públicos, como as escolas, faculdades, hospitais, agências bancárias, estabelecimentos comerciais, etc.

Além disso, 37% produtores exercem atividades remuneradas na cidade como empregado e, principalmente, como profissional liberal, ou possuem outras fontes de renda advindas de atividades comerciais ou por se constituírem como pequenos empresários. Não deve ser desprezada também a ideologia da modernidade citadina como fator de atração dessas famílias. A ideologia da cidade como o lugar moderno, espaço que sedia os ostentosos aparatos do capitalismo, em contraposição ao estereótipo do campo, como o lugar do atraso, onde quem reside é o caipira, o jacu, o jeca tatu, reforçando a necessidade, principalmente dos mais jovens, de morarem na cidade.

Ressalta-se, porém, que entre aqueles produtores que anteriormente moravam no campo e mudaram-se para a cidade, a principal justificativa foi viabilizar o acesso dos filhos ao ensino, seja ele fundamental, médio e/ou superior.

Constata-se também a existência de famílias em que parte dos membros reside no campo e a outra parte na cidade, sendo que estes últimos, geralmente são filhos que se mudaram definitivamente ou provisoriamente para trabalhar e/ou estudar. Esta situação compareceu em 16% das famílias entrevistadas (Figura 27).

Figura 27: Local de residência das Familias



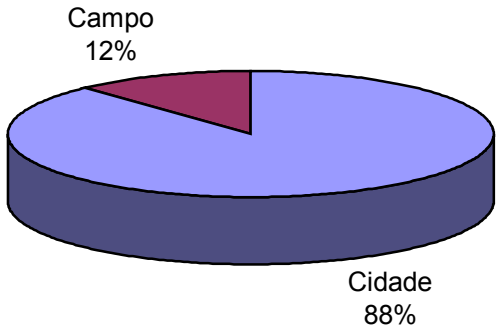
Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

É interessante observar no que concerne ao local de residência dos filhos dos produtores, que o índice de residentes na cidade é ainda maior que para o conjunto das famílias entrevistadas, o que ratifica que são, sobretudo os mais jovens, que se encontram morando nos centros urbanos (Figura 28).

Observou-se ainda, que são principalmente os jovens com idade inferior a 15 anos que permanecem morando no campo, possivelmente por não possuírem idade para conseguir emprego na cidade ou ainda por não terem atingido a maioridade e, por isso, não conseguem a permissão dos pais para morarem sozinhos (Figura 29). Cabe destacar ainda, que dentre os filhos de produtores que residem no campo, 50% deles possuem algum vínculo com a cidade, seja por meio dos estudos ou de trabalho. Dentre aqueles com mais de 18 anos, que representa 68% dos filhos dos produtores entrevistados, apenas 02 moravam no campo, sendo que um trabalhava na cidade.

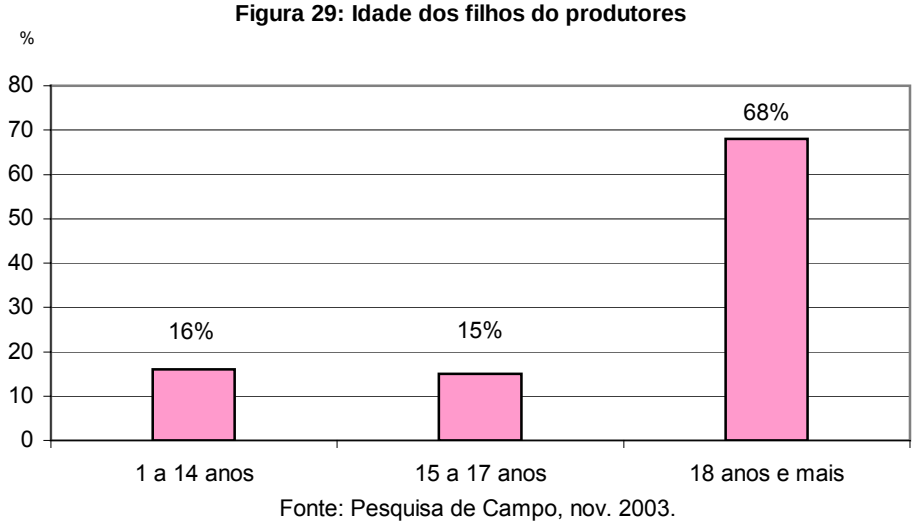
A saída de muitos destes jovens para as cidades justifica-se pela busca de melhores condições de vida, sendo estes atraídos pela ideologia da modernidade citadina. A expectativa dos filhos desses produtores é um futuro profissional mais promissor ou menos árduo e susceptível que aquele propiciado pela agricultura. Assim, em outros termos, os produtores não apenas são atraídos pelas cidades, mas principalmente são expulsos do campo, pela falta de oportunidades de emprego. Tal processo engendra o crescimento demográfico das cidades em detrimento do campo, fenômeno já bastante conhecido na realidade brasileira.

Figura 28: Local de residência dos filhos dos produtores



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Figura 29: Idade dos filhos do produtores



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Inicialmente cabe esclarecer que procedeu-se à análise do dados sobre a escolaridade dos filhos discriminando aqueles que não mais se encontram estudando e os que continuam. Optou-se por proceder dessa forma haja visto que os filhos que se encontram estudando ainda podem atingir graus de escolaridade acima da que se encontravam no momento da pesquisa de campo.

A Figura 30, refere-se às informações dos filhos que não mais estão estudando escola, a qual nos permite observar o elevado índice de filhos de produtores que concluiu o curso superior, ou seja, 66,7%. Tal percentual pode ser considerado elevado tendo em vista que está bastante acima da média nacional. Soma-se a isso, o fato de que 23,1% dos **filhos que ainda estão estudando,** estarem cursando o ensino superior; 34,6% o ensino médio; e, 42,3% o ensino fundamental. Convêm sublinhar que os filhos cursando o ensino fundamental e médio ainda têm possibilidade de cursarem o curso superior (Figura 31).

Tais dados podem ser tomados como indicativo do elevado nível de renda dos produtores de borracha, tendo em diversos casos a heveicultura como sua principal fonte de renda, como se verá mais detalhadamente.

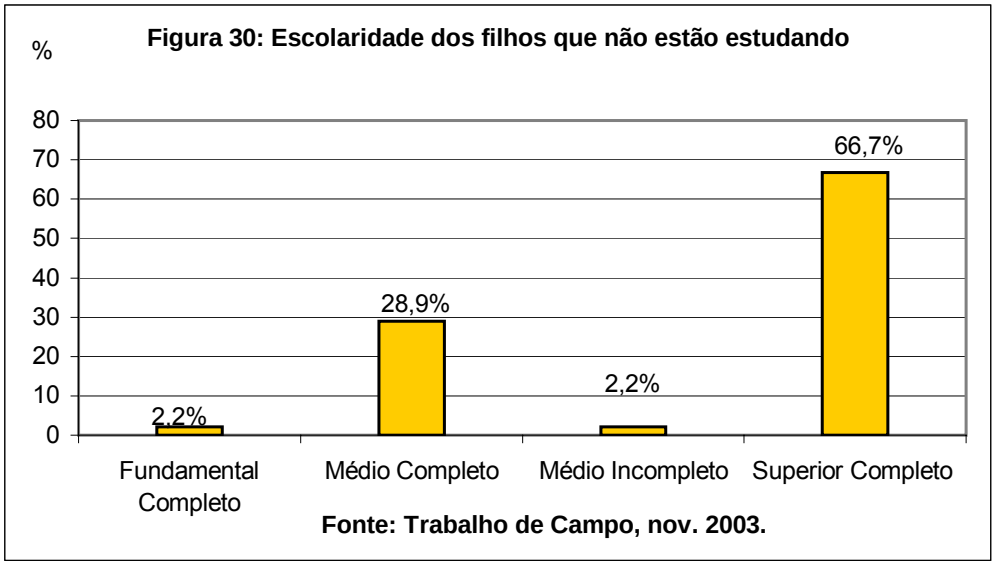


Figura 30: Escolaridade dos filhos que não estão estudando

Fonte: Trabalho de Campo, nov. 2003.

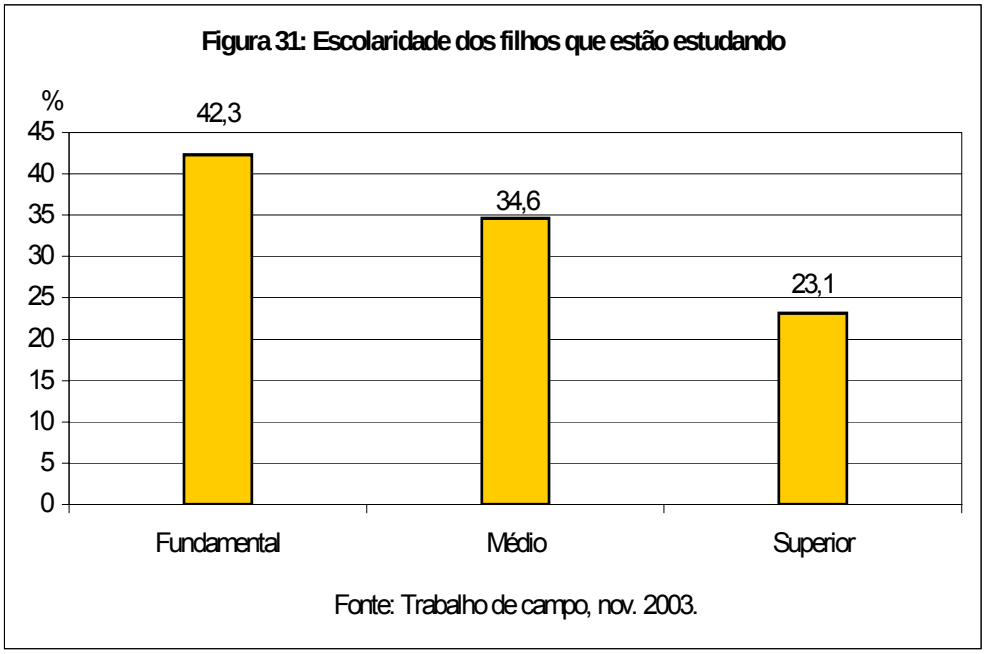
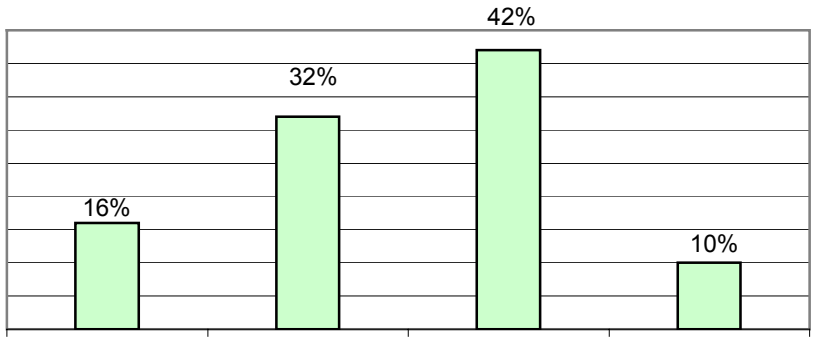


Figura 31: Escolaridade dos filhos que estão estudando

Fonte: Trabalho de campo, nov. 2003.

Outro aspecto observado e, que acompanha a conjuntura mais recente das transformações entre os produtores residentes ou não no meio rural, é a redução do número de filhos por família. A Figura 32 nos permite constatar que nenhuma das famílias entrevistadas possuía mais de 04 filhos. Observa-se que apenas 10% das famílias possuem 04 filhos, 42% possuem 03 filhos, 32% possuem até 2 filhos e 16% possuem apenas 01 filho. Essa característica é diferente da observada outrora nas famílias rurais, que necessitavam de muitos braços para os tratos culturais. O aumento da área com pastagens e a mecanização da agricultura contribuíram para uma menor demanda por braços, o que ocorria principalmente entre os agricultores familiares.

Figura 32: Número de filhos por família



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Nos ajuda a entender essa característica também o fato de muitos desses produtores residirem na área urbana, onde não se necessita de muitos filhos para o trabalho como antigamente no campo. Ao contrário, quanto maior a prole, mais o orçamento familiar se comprime. Além disso, os jovens em idade economicamente ativa vêm encontrando dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, sobretudo urbano.

5.3 CARACTERÍSTICAS DA UPAS PESQUISADAS

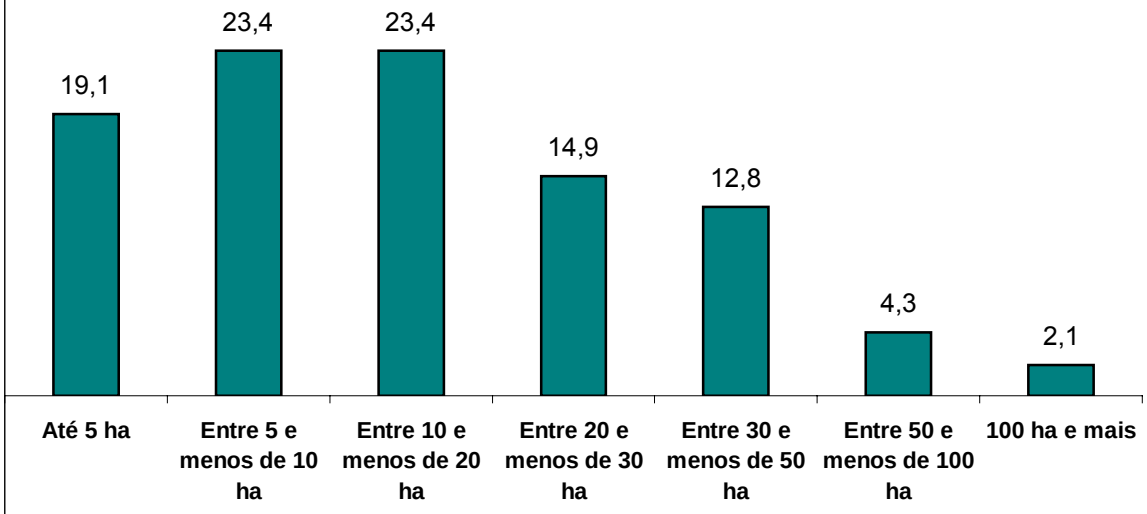
A caracterização das UPAs torna-se imprescindível na medida em que nos ajuda a delinear o perfil do produtor de borracha natural na Região de São José do Rio Preto, pois acredita-se que a cultura de seringueira esteja imbricada de especificidades subjacentes à capacidade desses produtores de adotá-la. Em face disso, foram analisados as seguintes variáveis: tamanho dos seringais e das propriedades; nível de capitalização; utilização das terras; e, constituição da renda familiar, de modo que estes aspectos estavam muito mais ligados às características gerais das unidades produtivas do que específicas à heveicultura.

5.3.1 TAMANHO DOS SERINGAIS E DAS PROPRIEDADES

Se considerado os seringais com menos 10 ha de área plantada como pequeno, com área entre 10 ha e menos de 50 ha como médio e com 50 ha e mais como grande, pode-se afirmar que predominam entre os heveicultores entrevistados os pequenos e médios seringais, perfazendo 93,6% do total de produtores, sendo que apenas 6,4% são grandes produtores. Do

total de 93,6% de produtores com pequenos e médios seringais, 42,6% são pequenos produtores e 51,1% médios produtores (Figura 33).

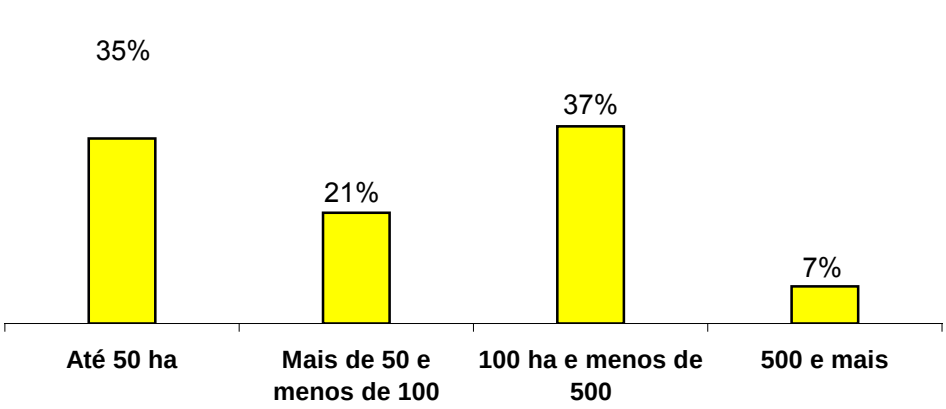
Figura 33: Área cultivada por estrado de área



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

No que toca ao tamanho da propriedade, verificou-se que 56% dos produtores possuíam propriedades com área até 100 ha; 37% com área entre 100 e menor de 500 ha; e, 7% com área com 500 ha e mais, como se observa na Figura 34.

Figura 34: Tamanho da propriedade por estrado de área (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Como foi mostrado, 71% dos membros das famílias entrevistadas residem nas cidades, dentre os quais muitos perderam por completo os vínculos com a atividade agropecuária, com

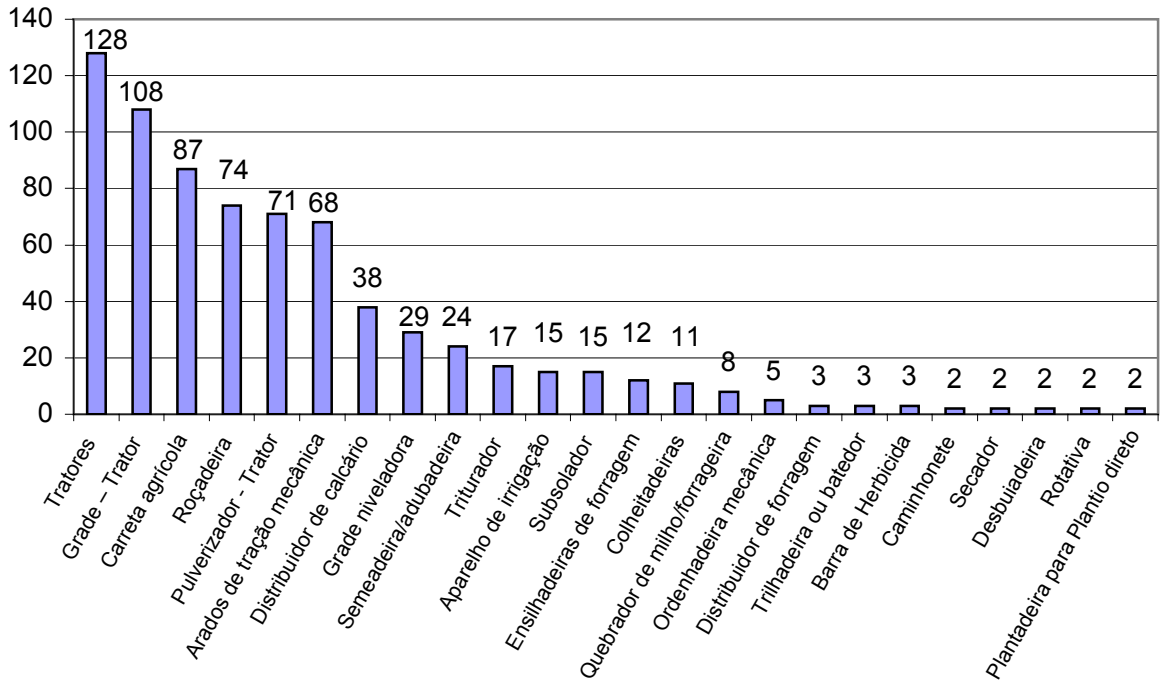
apenas 05 exceções entre os filhos que ajudavam os pais no processo administrativo da propriedade ou diretamente envolvido com a atividade agropecuária. Dentre as 71% das famílias residentes na cidade, apenas os responsáveis pelas UPAs mantêm relação direta com a atividade agropecuária, exercendo apenas o papel de administrador do empreendimento.

5.3.2 NÍVEL DE CAPITALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Uma característica que revela o grau de capitalização de parcela dos produtores de borracha, refere-se à elevada média de tratores e implementos agrícolas entre as UPAs pesquisadas. No caso dos tratores, a média era de 2,13/UPA; de grade de tração mecânica era de 1,80/UPA; de carreta agrícola era de 1,45/UPA; de roçadeira era de 1,23/UPA; de pulverizador de tração mecânica era de 1,18/UPA (Figura 35).

Cabe ressaltar ainda, que 07 produtores, o equivalente a 11,7% do total pesquisados, não possuíam outras atividades agropecuárias e, portanto, tinham a renda integralmente advinda da produção de borracha, cultura que se caracteriza pela baixa ou nenhuma utilização de maquinários e implementos agrícolas.

Figura 35: Número total dos meios de produção disponíveis nas UPAs pesquisadas



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

No que se refere à utilização das terras nas UPAs pesquisadas, constatou-se que a maior parte desses produtores diversifica suas atividades agropecuárias. Contudo, observa-se que além da seringueira, as principais atividades agropecuárias encontradas nas UPAs pesquisadas foram a pecuária de corte, a laranja e, em menor escala, a cana-de-açúcar. A diversificação produtiva é uma importante estratégia adotada entre os produtores rurais, em especial pelos produtores familiares, para que estes não se submetam às condições de mercado com a comercialização de apenas uma cultura. Assim, se o preço de um determinado produto está mal cotado no mercado, restam-lhes outros para serem comercializados e, desta forma, compensarem as perdas da atividade agropecuária principal.

Constatou-se que predominavam as áreas destinadas à pecuária de corte, ocupando 61% da área total das UPAs pesquisadas; seguida pela seringueira, com 14,46%; e a laranja, com 11,20%, ocupando o terceiro lugar. Ainda mostrava-se importante a área ocupada com cana-de-açúcar, com 5,71% e o milho, perfazendo 4,30%, em quarto e quinto lugar, respectivamente (Tabela 32). As áreas com as demais culturas, inclusive com o cultivo de café, representavam parcelas poucos significativas, mostrando que essa lavoura faz parte da história passada da região.

Tabela 32: Utilização das terras nas UPAs visitadas

Pecuária	61,00%
Seringueira	14,46%
Laranja	11,20%
Cana-de-açúcar	5,71%
Milho	4,30%
Café	1,61%
Terras não utilizadas	0,83%
Floresta	0,45%
Tangerina	0,10%
Palmito	0,07%
Viveiro de Seringueira	0,07%
Coco	0,07%
Lichia	0,03%
Manga	0,03%
Banana	0,03%
Limão	0,02%
Eucalipto	0,02%
Horta	0,01%
	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

A amostragem da pesquisa refletiu os dados coletados no Censo Agropecuário de 1995/96 que, por sua vez, se assemelha aos da Produção Agrícola Municipal de 2002 da

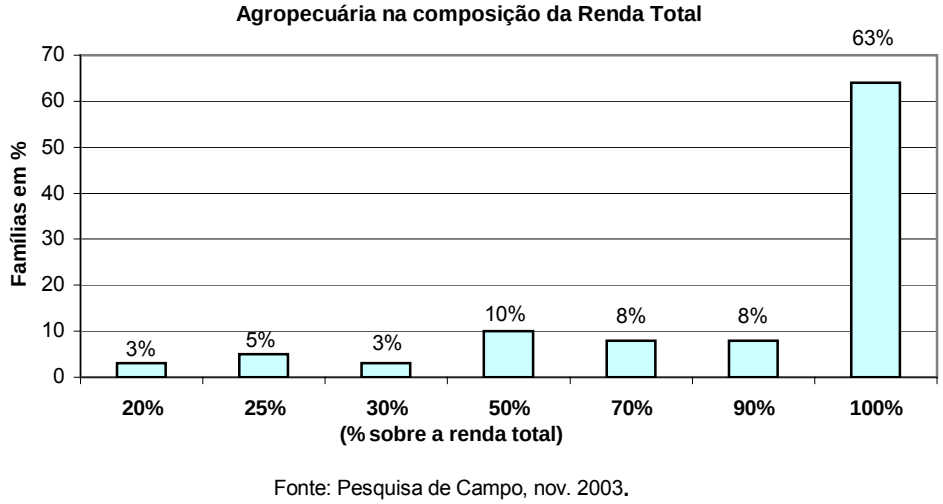
FIBGE, no que se refere à ordem de importância da área abrangida pelas culturas na região. Assim, verifica-se que os maquinários e implementos agrícolas declarados pelos produtores de borracha são utilizados para realizar os tratos nessas outras atividades agropecuárias.

5.4 CONSTITUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

No que concerne à constituição da renda familiar, verificou-se que 63% das famílias tinham a renda advinda integralmente da agropecuária; 8% das famílias tinham 90% da renda advinda da agropecuária; 8% tinha 70% da renda oriunda da agropecuária; 10% das famílias tinham a renda dividida entre as atividades agropecuárias e não-agropecuárias; e, 11% tinham como principal fonte de renda, atividades não ligadas ao setor agropecuário, dentre os quais, destacavam-se os produtores fortemente capitalizados. Em resumo, 63% das famílias tinham a renda oriunda exclusivamente da agropecuária e 37% das famílias possuíam a renda oriunda da combinação de atividades agropecuárias e não-agropecuárias (Figura 36).

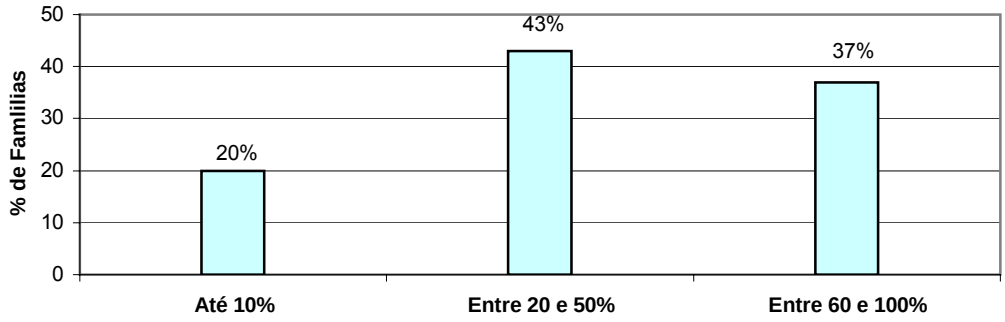
O percentual de 37% dos entrevistados que possuem renda oriunda de atividades agropecuárias e não-agropecuárias combinada, se referem às famílias, cujos membros que participavam do orçamento, além da atividade agropecuária, eram aposentados, comerciantes, pequenos empresários do processamento de borracha, profissionais liberais ou ainda funcionários públicos. Cabe destacar que a seringueira por ser uma atividade que demora em torno de 07 anos para começar a produzir, pressupõe a existência de uma outra fonte de renda estável. A inexistência de uma renda estável e o longo período de maturação constituem-se nas principais explicações para a pouca adoção da cultura entre os produtores familiares na região estudada.

Figura 36: Distribuição de Famílias segundo a Importância da Renda Agropecuária na composição da Renda Total



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Figura 37: Participação da Renda obtida com a atividade heveícola na Renda Agropecuária*



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003
*não existiam participação de renda entre 11% e 19% e entre 51% e 59%.

A participação da renda obtida com a comercialização da borracha no total da renda agropecuária nos dá uma indicação da importância dessa cultura para os produtores que a possuem. Isto porque, 37% dos produtores declararam que a renda obtida com a seringueira corresponde entre 60% e 100% da renda agropecuária total; 43% dos entrevistados afirmaram que a renda obtida com a produção de borracha compõe entre 20% e 50% da renda agropecuária total e 20% afirmaram que a seringueira respondia por menos de 10% da renda total obtida com a agropecuária (Figura 37).

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a heveicultura apresenta-se relevante do ponto de vista da renda gerada entre os produtores que a adotaram, uma vez que para 80% destes, ela representa mais de 20% da renda total familiar, percentual considerado alto quando comparado com a área ocupada na propriedade. Isso porque, foi identificado entre os produtores entrevistados, área média de 21,9 ha cultivada com a seringueira.

Foi observado na pesquisa de campo que 58% dos produtores entrevistados pretendem aumentar a área cultivada com lavouras e/ou com atividades criatórias. Desse total, 60% pretendem aumentar a área cultivada com seringueira.

Os dados relativos ao perfil dos produtores nos permitiu fazer algumas constatações. Dentre elas se destacam: a) a pequena área média dos seringais concentrada em propriedades de pequeno e médio porte, permitindo a exploração intensiva da terra; b) mesmo em pequenas áreas, o percentual da renda gerada com o cultivo da seringueira é importante sobre o total da renda familiar; e, c) a existência de uma relação entre adoção da cultura da seringueira e a existencia de outra atividade, devido ao longo prazo de maturação da seringueira.

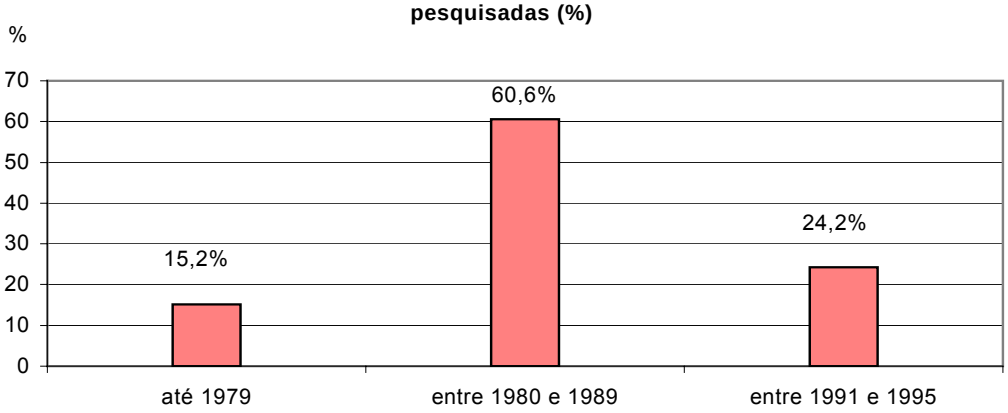
5.5 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL

5.5.1 PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DOS SERINGAIS, CULTURAS SUBSTITUÍDAS PELA SERINGUEIRA E ORIGEM DAS MUDAS

Cabe destacar que embora a FIBGE registre a ocorrência da seringueira na MRG de São José do Rio Preto apenas a partir do ano agrícola de 1995/96, constatou-se sua ocorrência entre os produtores entrevistados desde 1963 no município de Olímpia, conforme pode se observar na Figura 38.

Assim, entre os produtores entrevistados, 15,2% implantaram seus seringuais até 1979; 60,6% entre 1980 e 1989; e, 24,2% entre 1991 e 1995. Salienta-se que o período entre 1980 e 1985, no qual ocorreu a grande expansão da cultura na região, assim como em outras regiões do Estado de São Paulo, coincide com o início da fase de decadência de café, sendo que na região essa lavoura teve área reduzida de 63,2 mil ha para 53,9 mil ha, apresentando diminuição de 34%. Em 1995/96 o café apresentava área cultivada de apenas 5,2 mil ha.

Figura 38 : Período de implantação dos seringais em produção nas UPAs pesquisadas (%)



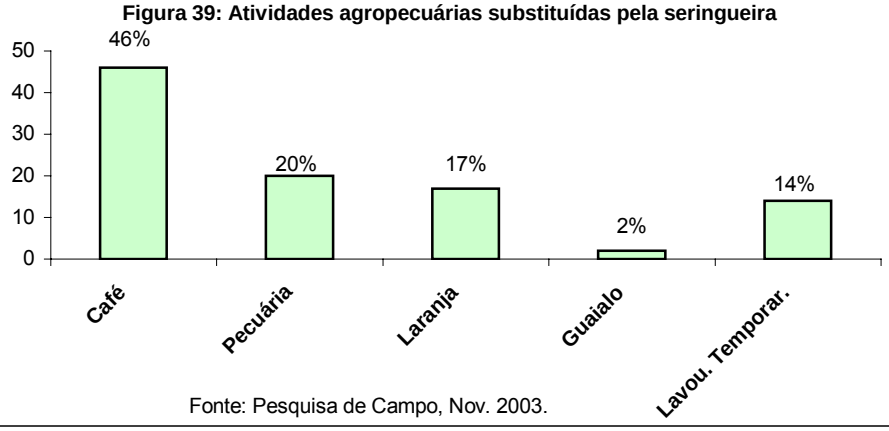
Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003

A Figura 39 nos permite observar que o café foi a cultura que mais cedeu lugar ao cultivo da seringueira, fato ocorrido em 46% das propriedades visitadas. Como pode ser visto

no Quadro 02, a baixa rentabilidade proporcionada pela cafeicultura foi a principal razão de sua substituição, segundo os produtores entrevistados.

A pastagem foi a segunda atividade que mais cedeu lugar à cultura da seringueira, tendo sido responsável por 20% das substituições, sendo que nestes casos, a principal razão apontada foi a opção dos produtores pela diversificação das atividades (ver Quadro 02).

Figura 39: Atividades agropecuárias substituídas pela seringueira



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

Quadro 02: Fatores que explicam a inserção da cultura de seringueira e a retirada da antiga cultura*

Razões pelas quais a cultura da seringueira foi adotada	%	Razões pelas quais as culturas foram substituídas pela seringueira	%
Diversificação	27,5	Decadência do café	25,8
Euforia	10	Alto dispêndio de trabalho (tempo) para a manutenção do café	6,5
Baixo custo de manutenção	10	Alto custo de manutenção do café	9,7
Pouca utilização de mão-de-obra	5	Prejuízo econômico com o café	3,2
Baixo dispêndio de trabalho	2,5	Em razão de geadas que afetaram o cafezal	3,2
Pouca utilização de máquinas e implementos	2,5	Decadência da laranja	12,9
Não demandar gasto anualmente com o preparo do solo	2,5	Cartel existente no setor da laranja	3,2
Bons preços da borracha	10	Baixos preços da laranja	6,5
Incentivo da Casa Agricultura	5	Alto custo com a manutenção da laranja	12,9
Incentivo da S.A.A.	5	Infestação de praga na laranja	6,5
Por se uma lavoura permanente	5	Falta de chuva para a cultura da laranja	3,2
Mais adequada para pequena propriedade	5	Alto custo de preparo do solo das culturas temporárias	3,2
A rentabilidade com a cultura equivale a	2,5	Crise da cana-de-açúcar	3,2

uma aposentadoria no futuro			
Investimento futuro	2,5		
Incentivado pelo proprietário da Globor	2,5		
Reflorestamento obrigatório	2,5		

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

*No caso das repostas relativas às perguntas que deram origem a esse quadro, optou-se por reproduzi-las fielmente, ao invés de agrupá-las quando estavam relacionadas entre si. Tal procedimento, a nosso ver, garante a maior fidelidade e melhor interpretação das informações obtidas em campo.

A laranja ocupa o terceiro lugar no *ranking* das culturas que foi substituída pela seringueira, com 17% do total. No caso da laranja, a substituição se deu em período mais recente, sendo que em 100% dos casos ocorreu após o ano de 1993, em função do alto custo de manutenção da lavoura e dos baixos preços que a cultura vinha atingindo, fatores estes que estão intrinsecamente relacionados com a disseminação da Clorose Variegada dos Citros (CVC) ou Amarelinho.

No Quadro 02, é interessante observar que os fatores responsáveis pela retirada da antiga cultura estão relacionados entre si. O mesmo pode ser observado no que tange aos fatores que explicam a adoção da cultura de seringueira. Deste modo tem-se que quanto era respondido que a cultura tinha *baixo custo de manutenção*, o produtor tinha como razão *a pouca utilização de mão-de-obra; o baixo dispêndio de trabalho; a pouca utilização de máquinas e implementos; o fato de não demandar gastos anualmente com o preparo do solo; e, os bons preços da borracha.*

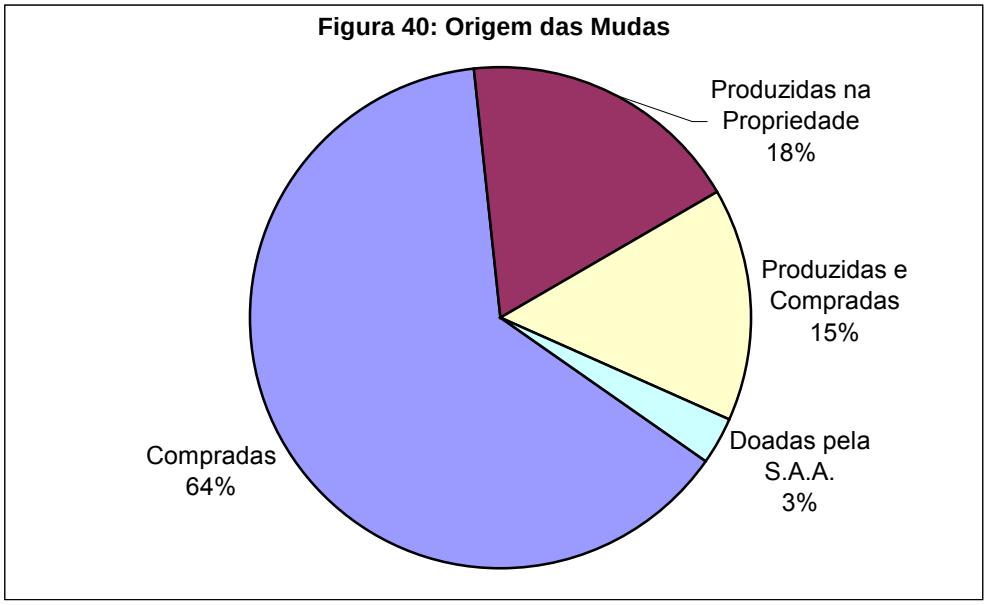
Essa constatação serve também para os fatores explicativos para a substituição da antigas lavouras pela seringueira. Desse modo, quando se tinha a resposta de que o fator que motivou a retirada da antiga lavou foi a *decadência do café;* a essa resposta estava relacionada o argumento: *alto dispêndio de trabalho (tempo) para a manutenção do café; alto custo de manutenção do café; prejuízo econômico com o café*; e, *em razão de geadas que afetaram o café.*

A mesma afirmativa pode ser feita para a resposta: d*ecadência da laranja; cartel existente no setor de laranja; baixos preços da laranja; alto custo com a manutenção da laranja*, e, *infestação de praga na laranja.* No caso da laranja, embora não tenha sido mencionado, averiguou-se que o aparecimento do amarelinho (Clorose Variegada dos Citros-CVC) tem grande relação com a elevação do custo de manutenção da cultura e, por conseguinte, da redução da renda proporcionada pela cultura.

No que se refere à origem das mudas utilizadas nos seringais visitados, verificou-se que a parcela majoritária das propriedades, ou seja, 64% compraram de viveiristas da própria região ou de regiões circunvizinhas. Outro aspecto a ser ressaltado é a produção da mudas na própria Unidade Produtiva. Deste modo, identificou-se que 15% das propriedades produziram

uma parte das mudas cultivadas e compraram a outra parte, enquanto que 18% das propriedades produziram todas as mudas utilizadas no plantio (Figura 40).

Figura 40: Origem das Mudas



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

Constatou-se, ainda, que não há relação entre o tamanho do seringal ou da propriedade com a origem das mudas. A produção própria de mudas é uma alternativa ao elevado custo de implantação do seringal, sendo uma saída interessante ao pequeno produtor descapitalizado. Todavia, a compra das mudas de viveristas da região, implica em redução de 02 anos no tempo em que a planta leva para entrar em produção.

5.5.2 O SISTEMA DE PARCERIA

Constatou-se na pesquisa de campo que não é o trabalho assalariado que predomina nas propriedades que cultivam a seringueira, mas sim a relação de parceria, presente em 82% das propriedades visitadas. O trabalho assalariado é utilizado principalmente para a realização de outras tarefas ligadas à pecuária e/ou ao cultivo de lavouras de laranja, cana-de-açúcar, milho, etc. Em seis propriedades, ou seja, 10% dos casos estudados, esse trabalhador assalariado também exercia o papel de sangrador.

Duas foram as principais justificativas para a adoção do sistema de parceria: a primeira se refere ao fato do parceiro receber uma porcentagem sobre a produção, sendo por isso, mais dedicado ao trabalho de extração da borracha e, especialmente, nos cuidados com a árvore, aspecto de fundamental importância para a longevidade, qualidade e produtividade das seringueiras; e, a segunda, se deve ao fato do sistema de parceria não se caracterizar como vínculo empregatício, o que representa para o proprietário menor compromisso com o

sangrador caso deseje desfazer a parceria. Apenas em uma propriedade visitada não houve a adoção do sistema de parceria sob a alegação de que o parceiro não acata as ordens do proprietário.

O sistema de parceria é utilizado nas UPAs desde quando o seringal entrou em produção, portanto não sendo uma tendência recente no caso da região estudada. Alguns produtores, com pequeno número de árvores, tiveram que começar a atividade pagando aos sangradores por dia, em razão da menor produção atingida pelo seringal no início do seu ciclo produtivo, ou seja, entre o 7º e 10º ano depois do plantio.

Em verdade, o seringal somente entra em plena produção a partir do 10º ano, sendo biologicamente, a planta começa produzindo menos e vai gradativamente aumentando a produção. Para que isso ocorra, as árvores devem atingir 45 cm de diâmetro, o que ocorre geralmente após 07 anos do plantio, circunferência mínima para que comece a ser sangrada. Destaca-se também o tratamento que o seringal recebeu durante a fase de formação, principalmente no que se refere à troca das plantas que não se desenvolveram ou que foram danificadas pela ação da natureza, principalmente pelo vento.

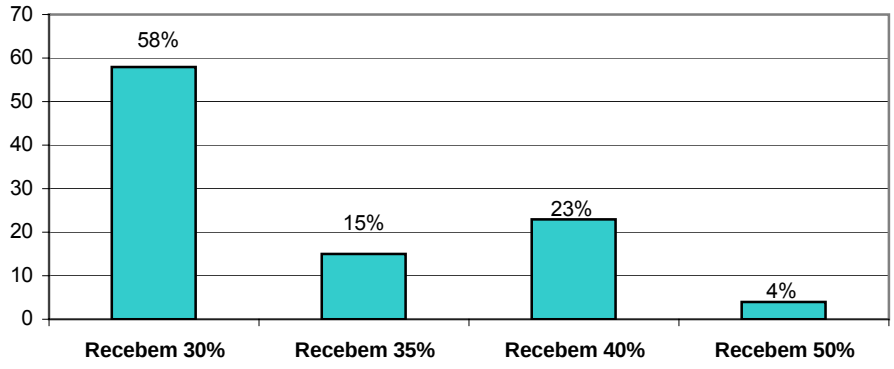
O percentual recebido pelos parceiros varia de propriedade para propriedade, sendo que o mais comum é 30% sobre o valor da produção, percentual encontrado em 58% das propriedades onde se faziam presentes esta relação de trabalho (Figura 41).

A variação para mais, isto é, 35%, 40% e 50%, presentes em 15%, 23% e 4% da propriedades, respectivamente, ocorrem em virtude da menor produção do seringal, o que por sua vez pode estar relacionado com o tipo de clone cultivado ou com o fato do seringal estar no início de sua da vida produtiva, ou seja, com menos de 10 anos.

A parcela dos rendimentos pertencente ao parceiro é depositada diretamente em sua conta pela usina processadora, assim como é efetuado o pagamento ao proprietário do seringal. Cabe destacar que em 100% dos casos analisados na pesquisa, os parceiros entravam apenas com a mão-de-obra, ficando o custo operacional do seringal por conta do seu proprietário[45].

[45] Isso implica basicamente na compra de bicas, canecas, facas para a sangria, pedras para amolar, estimulante químico (Ethrel), fungicida usado no painel da planta, herbicidas, etc.. Muito desses materiais e produtos são fornecidos pelas empresas processadoras para serem pagos com a produção de borracha. Ressalta-se que a cultura de seringueira se destaca em relação às outras lavouras pelo baixo custo operacional.

Figura 41: Percentual do valor da produção recebido pelos parceiros na heveicultura



Fonte: Tabalho de Campo, nov. de 2003.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, refere-se ao local de moradia dos parceiros, pois se verificou que 99% do total de parceiros das UPAs pesquisadas moravam no local de trabalho. Em 85% dos casos, os parceiros tratavam-se de casais que, com ou sem a ajuda dos filhos, sangravam as árvores, recebendo renda considerada satisfatória pelos mesmos. Durante o período em que foi realizada a pesquisa de campo (mês de novembro), o preço da borracha encontrava-se entre R$ 1,05 e R$ 1,50, patamar considerado elevado, o que proporcionava aos parceiros renda muito acima do salário médio recebido pelos empregados permanentes, o qual está entorno de R$ 240,00, ou seja, 1 salário mínimo. Presenciou-se em diversas ocasiões, parceiros e assalariados engajados em outras atividades, relatarem que o trabalho no seringal, além ser menos árduo, por ser realizado na sombra, não ser pesado ou perigoso, remunera melhor que muitas outras atividades no campo.

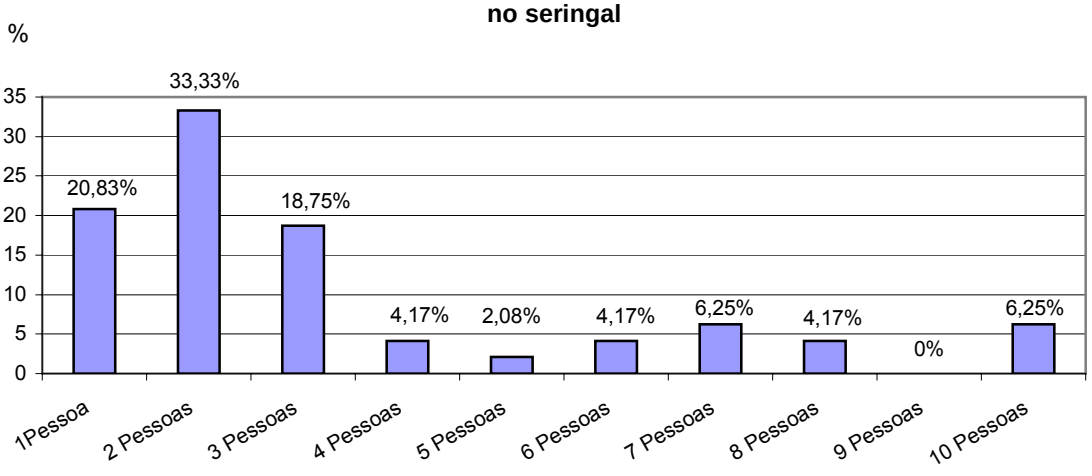
Verificou-se ainda que o trabalho no seringal transcorre no período da manhã, restando o período da tarde para o parceiro realizar “bicos” na propriedade ou em propriedades vizinhas. Observou-se ainda a existência de 04 famílias de parceiros que além da renda obtida com a seringueira, recebiam um pedaço de terra para realizar pequena roça tanto para a subsistência como para a comercialização.

Como pode ser visualizado na Figura 42, 72,91% das propriedades visitadas ocupam até 03 pessoas no processo de extração, coleta e tratos culturais no seringal. Esse elevado índice de propriedades ocupando até 03 pessoas se explica pelo significativo número de pequenos seringais (com até 10 ha plantados), os quais perfazem 42% do total de produtores.

Por sua vez, as propriedades que ocupam entre 4 e 10 pessoas nos seringais somam 27,09% do total de propriedades. Dentre estas, verifica-se uma grande variação do número de pessoas ocupadas nos seringais, o que reflete os diferentes tamanhos dos seringais.

Em síntese, verificou-se que a heveicultura era a principal geradora de emprego nas propriedades visitadas, embora não fosse a maior em termos de área ocupada, podendo, portanto, ser considerada importante na geração de emprego e renda, além de fixar o homem no campo, já que é explorada durante 9 ou 10 meses no ano, sendo que, em algumas propriedades pode chegar a ser explorada durante os 12 meses.[46]

Figura 42: Percentual de propriedades por número de pessoas ocupadas no seringal



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003

Os dados da Fundação SEADE de 1995, sistematizados por Silva (1996), mostram que a cultura de seringueira apresentou aumento na demanda da força de trabalho de 172,24% entre 1990 e 1995, ao mesmo tempo em que o aumento da área ocupada pela cultura foi menor, isto é, de 28,57%. Além disso, chama a atenção o fato da área ocupada com a cultura representar 0,44% da área total ocupada com as 46 principais culturas do Estado de São Paulo e responder por 0,82% da demanda por força de trabalho nessas lavouras. Cabe acrescentar que a atividade no seringal prolonga-se por 10 meses no ano.

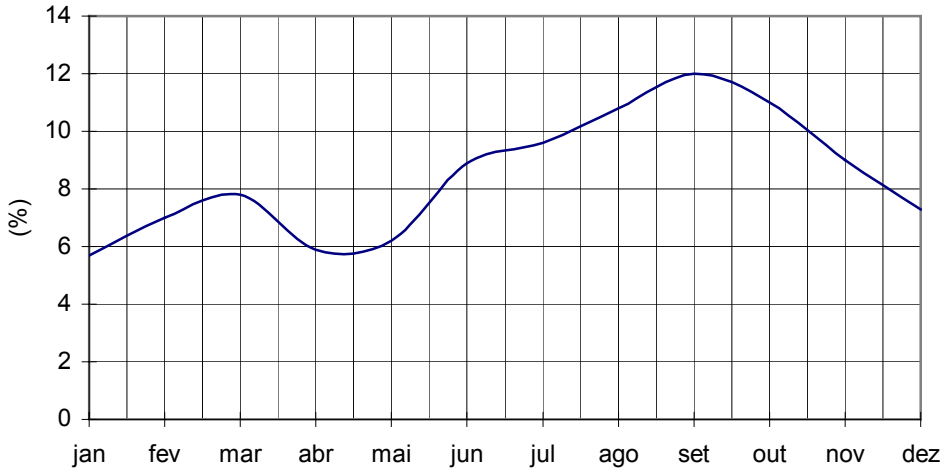
Cabe ressaltar que a cana-de-açúcar, o café, a laranja, o algodão, o eucalipto, o feijão, a olerícolas, o milho, a banana e a uva são grandes absorvedores de mão-de-obra no setor agrícola, respondendo por 80% da 46 culturas pesquisadas por Silva (1996) no Estado de São Paulo.

Constata-se ainda, a partir dos dados da Fundação SEADE de 1995, que a demanda da força de trabalho agrícola no Estado São Paulo intensifica-se a partir de junho, tendo seu pico em agosto, setembro e outubro. Vale lembrar que a concentração da demanda por força de

[46] O sistema de exploração mais comum durante a safra é o D4, no qual o sangrador passa na mesma árvore de 04 em 04 dias. No período de entressafra, por ocasião da troca de folhas das árvores, ocorrido entre os meses de agosto e novembro, dependendo dos índices pluviométicos, alguns produtores optam por continuar a extração da seiva, sendo, contudo recomendado a mudança do sistema de sangria do D4 para o D7.

trabalho nos meses de agosto, setembro e outubro ocorreu em 1993 e 1995 segundo a Fundação SEADE (Figura 43).

Figura 43: Sazonalidade da Demanda da Força de Trabalho Agrícola no Estado de São Paulo em 1995



Fonte: Fundação Seada 1995.

Silva (1996, p.69) registra que:

> Esse padrão de sazonalidade, com pico da demanda no segundo semestre, é muito influenciado pelas culturas da cana-de-açúcar, café e laranja, que apresentam maior necessidade de mão-de-obra nesse período [...] [e que] têm um peso significativo na demanda total da força de trabalho no estado.

É interessante observar que esse pico na demanda por força de trabalho coincide com o período de entre-safra da seringueira, quando os parceiros são liberados para realizar "bicos" para complementar a renda nestes meses de baixa remuneração. Soma-se a isso, o fato da Região de São José Rio Preto ser grande produtora de cana-de-açúcar e laranja, culturas altamente absorvedoras de mão-de-obra neste período.

5.5.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A CULTURA DE SERINGUEIRA E AS PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO AO PRODUTOR SOBRE A DINÂMICA DO SETOR DA BORRACHA

A seringueira é uma planta que não apresenta problemas fitossanitários graves, sendo que a maior dificuldade enfrentanda pelos produtores se constitui no "fungo de painel" e na "mosca-de-renda", os quais são de fácil e baixo custo, quando diagnosticados precocemente.

Convêm destacar que a principal informação demandada pelos produtores são de natureza fitosanitária. Desta forma, 55% dos produtores entrevistados afirmaram obter informações principalmente com o técnico das usinas que compram a borracha, 35% responderam que resolvem sozinhos os problemas e 10% têm como principal fonte de informação a Casa da Agricultura do município. Também foi mencionado como fonte de informação complementar por 20% dos produtores, o Informativo APABOR[47]; por 2% dos produtores, os jornais de circulação na região; e, por 10%, as palestra e reuniões promovidas pela HEVEASSO (Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região).

A APABOR possui um *site* contendo informações gerais sobre o setor, contudo não foi identificado nenhum produtor entrevistado que obtivesse informações por esse meio[48]. É importante ressaltar que o fato de nenhum produtor ter apontado esse meio de informação, pode-se afirma um total desconhecimento dessa possibilidade, à falta de habilidade com a informática, ou o não acesso à *Internet.* Diante disso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e das Casas de Agricultura, deveriam exercer o papel de difusores desse meio de informação.

Vale lembrar que as usinas não cobram dos produtores pelo serviço de assistência técnicas prestado, sendo que é de seu interesse que o seringal seja bem conduzido, basicamente por duas razões: pela qualidade da borracha e pela produtividade do seringal. Este último item se justifica pela carência da matéria-prima no mercado. Como será mostrado mais adiante, há uma forte concorrência entre as usinas em nível nacional pelo suprimento da borracha natural.

No que se refere às condições de mercado, particularmente em relação à comercialização, averiguou-se que informações mais detalhadas sobre os preços não são fornecidas pelas usinas processadoras compradoras da borracha, visto que produtores e beneficiadores são agentes antagônicos de uma mesma cadeia produtiva, embora isso nem sempre se apresente dessa forma aos olhos dos produtores menos informados.

No que tange à assistência técnica e informações prestadas pelas Casas da Agricultura dos municípios, foi identificado uma variação da qualidade do serviço prestado. Observou-se que esta variação estava relacionada à linha de atuação da Casa de Agricultura com a atividade agrícola. Assim, apenas no município de Guapiaçu, todos os produtores entrevistados mencionaram que o serviço de assistência técnica prestada à heveicultura era satisfatório. Sublinha-se ainda que a Casa de Agricultura de Guapiaçu promoveu ainda no ano

[47] O Informativo da APABOR é de circulação bimestral, eventualmente de publicação trimestral, enviada aos sócios e agentes do setor. Tal Informativo foi classificado pelos produtores que o recebem como bom, pois traziam informações que contemplavam suas necessidades.
[48] www.apabor.org.br

de 2003 duas palestras com agentes do setor visando à informar os produtores rurais sobre a atual conjuntura de mercado. Tal iniciativa comprova o compromisso dessa Casa da Agricultura com a cultura da seringueira, dado a sua importância para o desenvolvimento rural do município e para a fixação do homem no campo.

No que se refere à satisfação dos produtores com os serviços prestados pela Casa da Agricultura nos 6 municípios pesquisados, constatou-se que 90% dos entrevistados considerou-os ruim. Todavia, os próprios produtores reconhecem a precariedade das condições de que dispõe o corpo de técnicos e funcionários da Casa da Agricultura.

Outro aspecto que reflete a importância da assistência técnica é a qualidade da borracha produzida. Esta deve estar livre de impurezas para gerar um produto final de boa qualidade[49].

Conforme pode ser observado na Figura 44, a borracha do tipo Coágulo, também bastante conhecida por outras denominações[50] é a mais comum, sendo produzida por 81% produtores entrevistados. Como a própria denominação diz, esse tipo de borracha é coagulada no próprio campo sem o uso de estimulação química. Este tipo de borracha é a mais comum por duas razões: têm maior demanda pelas usinas por ser utilizada na fabricação de pneus, artefato responsável por 80 a 85% do consumo mundial de borracha (inclusive no Brasil); e, por ser relativamente simples seu processo de extração e tratamento no campo. Este tipo de borracha contém geralmente 53% de Conteúdo de Borracha Seca no látex (DRC) e dá origem a outros dois tipos de borracha beneficiada: o Granulado Escuro Brasileiro e o Crepe Escuro Brasileiro.

A borracha líquida ou látex é o segundo tipo mais comum, representando 11% entre os produtores entrevistados. Como o próprio nome diz, a borracha conserva-se em estado líquido. O látex pode gerar vários tipos de produtos finais de acordo com o tipo de preservação e de processamento adotado. Seu processo de extração é relativamente mais complexo do que o da borracha escura por necessitar que o sangrador passe em todas as canecas pingando amônia ou sulfato de sódio para que não ocorra a coagulação natural da borracha, o que faz com que ele retenha um maior teor de umidade, ficando comumente com 31% de DRC[51].

---

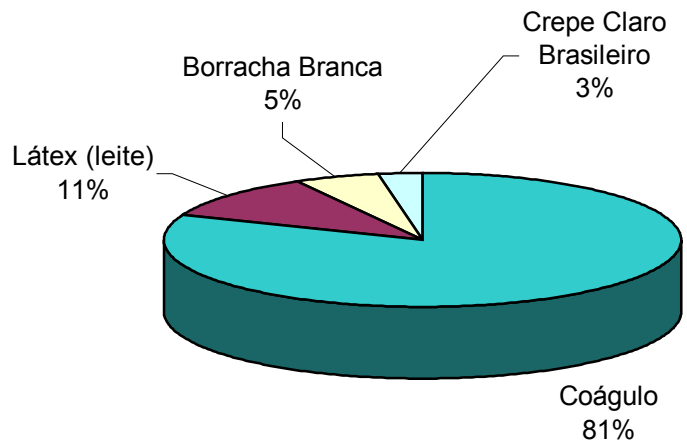
[49] Existem diversos tipos de produtos finais elaborados a partir da borracha natural, as quais tem aplicações diferenciadas na indústria. Dentre estes destacam-se: o Granulado Escuro Brasileiro, Crepe Escuro Brasileiro, Granulado Claro Brasileiro, Folha Clara Brasileira, Folha Fumada Brasileira, Látex Centrifugado, etc.

[50] Borracha Escura, Cernambi Virgem à Granel, Cernambi Virgem Prensado, Placa Bruta Defumada, Bola ou Pela, Cernambi Fundo Tigela, Coágulo Fresco, Folha Seca ou Ar, etc. Na região de São José do Rio Preto esse tipo de borracha é conhecida genericamente por Coágulo e com menor freqüência por Cernambi e Borracha Escura.

[51] Sobre "*A borracha bruta como matéria prima para a usina de beneficiamento" ver* Maia (1999).

A borracha líquida, também conhecida por “leite” entre os produtores, tem preços ligeiramente superiores ao dos demais tipos de borracha. Esse tipo de borracha é utilizado em produtos que necessitam de maior qualidade, como é o caso do preservativo, adesivo, luva e outros materiais cirúrgicos, por isso exige maior atenção na sua manipulação afim de evitar a contaminação do produto. Neste caso, a coagulação da borracha é realizada na própria indústria processadora, o que garante uma maior qualidade ao produto final oriundo desse tipo de matéria-prima.

Figura 44: Tipo de Borracha Produzida nas Propriedades Rurais



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

Outro tipo de borracha identificado entre os produtores entrevistados foi a borracha branca, correspondendo a 5% do total de entrevistados. Este tipo de borracha é utilizado em produtos que necessitam de um aspecto esbranquiçado, sendo usado principalmente em solado de tênis e sapatos. A vantagem de seu tratamento é o preço mais elevado que atinge no mercado. Este tipo de matéria-prima não pode ficar esperando por muito tempo na roça para não sofre o ataque de fungos e perder suas propriedades, o que faz com que ele escureça.

Outro tipo de borracha produzida em 3% das UPAs visitadas é o Crepe Claro Brasileiro (CCB). Essa borracha já processada é comercializado com a usina processadora por R$4,36/kg, e revende para a empresas pneumáticas. Esse tipo de borracha origina-se do processamento do látex. O processamento é viável para aqueles produtores que produzem uma quantidade relativamente elevada de matéria-prima natural. No caso de dois produtores

entrevistados na pesquisa de campo que produzem o CCB, as áreas cultivadas eram de 85 ha e 52 ha, respectivamente.

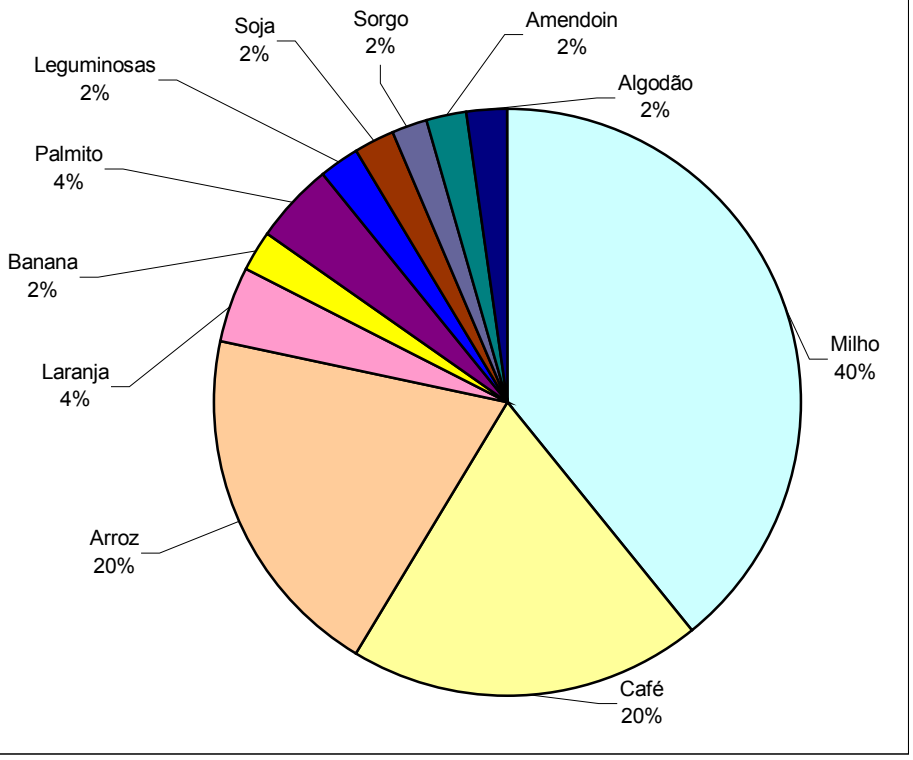
5.5.4 CONSÓRCIO DA CULTURA DE SERINGUEIRA COM OUTRAS LAVOURAS

A associação da seringueira com outras culturas, segundo a recomendação técnica, pode ser feita durante os quatro primeiros anos de cultivo, até que a árvore cresça e feche a copa, pois a sombra não permite que haja outro tipo de planta ao redor, a menos que seja própria para as condições, como por exemplo, o palmito. Assim, a associação da seringueira com outras lavouras foi uma alternativa adotada por 63% dos produtores entrevistados.

O consórcio geralmente ocorre durante os três primeiros anos do plantio, sendo que, em 06 casos, foi identificado durante 04 e em 01 caso até os 05 anos. Neste último caso se tratava da intercalação com a laranja. Segundo relato do produtor, tanto a laranja como a seringueira vinham se desenvolvendo satisfatoriamente.

Foi constatada a realização do consórcio com diversas plantas, dentre as quais o milho se destacava, tendo sido consorciado em 40% dos casos. Em segundo lugar está a cultura de café, consorciado em 20% dos casos analisados e a do arroz, também em 20% do casos (Figura 45).

Figura 45: Culturas Utilizadas no Sistema de Consórcio com a Seringueira



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

O consórcio com o café e com a laranja apresenta uma especificidade: em muitos casos, a seringueira foi intercalada ao café ou a laranja no período em que os produtos destas lavouras registravam baixos preços no mercado e, quando entravam em decadência do ponto de vista produtivo, eram erradicadas, ficando apenas a seringueira.

Dentre os 37% dos produtores que não se utilizaram dessa estratégia de consorcio da seringueira com outras lavouras, a principal justificativa foi a disponibilidade de outras áreas para o plantio. Estes produtores relataram que a cultura consorciada concorre com seringueira, ao passo que outros argumentaram, colocando em dúvida, a viabilidade econômica do consórcio. Entre eles, estão principalmente os grandes proprietários de terras.

O consórcio se apresenta como alternativa ao produtores que possuem pequenas propriedades nos quatro primeiros anos de vida da árvore amenizando assim o longo período de maturação da seringueira.

5.6 PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA BORRACHA NATURAL

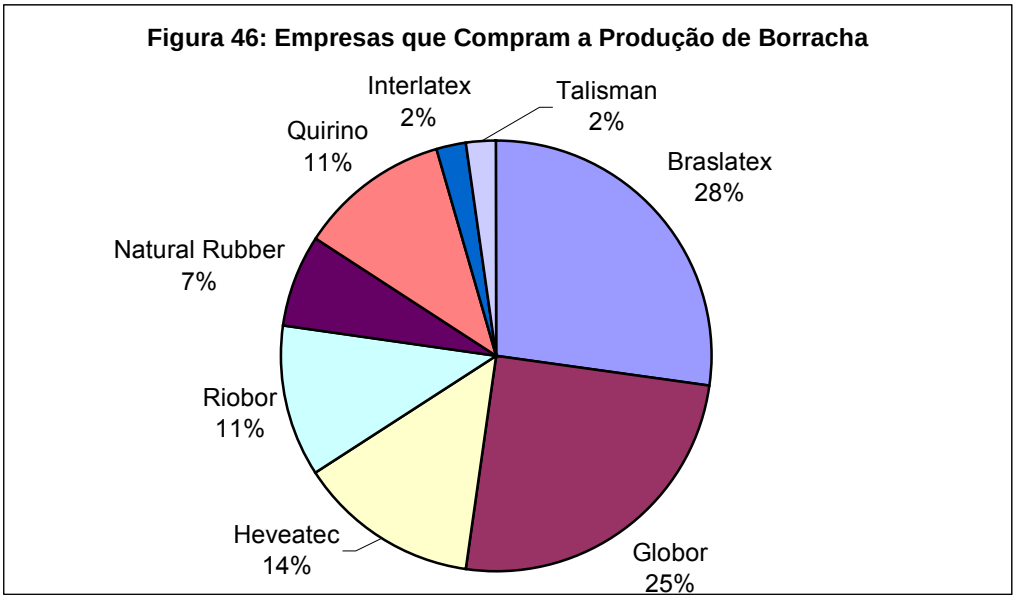
5.6.1 A DIFERENÇA DE PREÇO PAGA AOS PRODUTORES PELA MATÉRIA-PRIMA

Constatou-se, na pesquisa de campo, que atuam na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, nove usinas processadoras, sendo que, 04 delas estão sediadas na própria região, estes são: Braslatex, sediada em Bálsamo; Globor, sediada Guapiaçu; e, Natural Rubber e Riobor, sediadas em Mirassol.

Desse total de nove usinas, oito comercializavam a produção com os produtores entrevistados[52]. A Figura 46 permite observar que a Braslatex é a principal usina compradora de borracha entre os produtores entrevistados, abarcando 28% destes; em segundo lugar aparece a Globor com 25%, sendo que 11% é comprado diretamente dos produtores e 14% através da Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região (HEVEASSO).

Por sua vez, a Heveatec compra a produção de 14% dos produtores entrevistados, a Riobor 11%, a Quirono 11%, a Natural Rubber 7%, a Intelatex 2% e a Talisman 2%.

Figura 46: Empresas que Compram a Produção de Borracha



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

[52] A Noroeste Paulista, localizada em Penápolis, embora atue na região estudada, não comprava, no momento da pesquisa de campo, a produção dos produtores entrevistados.

Ressalta-se, entretanto, que a amostragem utilizada na pesquisa não permite identificar a verdadeira abrangência de atuação das processadoras na região, portanto não sendo uma variável plausível de ser generalizada para toda a região. Isso porque, verificou-se que algumas usinas atuavam mais ativamente em determinados municípios em virtude da proximidade, como era o caso da Braslatex e da Globor, sediadas em Bálsamo e Guapiaçu, respectivamente.

Tendo em vista que o coágulo (borracha escura) é a principal borracha consumida pelas indústrias pneumáticas, principais empresas consumidoras de borracha no Brasil e que esse tipo de borracha é a mais produzida nos seringais brasileiros, assim como nos casos pesquisados, optou-se por discutir as variações de seu preço, suas causas e conseqüências.

Não é demais lembrar que os preços da borracha natural está sendo pago integralmente pelas agroindústrias processadoras dado, que o subsídio foi retirado devido à elevação da sua cotação.

No que se refere aos preços recebidos pelos produtores, constatou-se que existe uma grande variação, em virtude de três fatores: o primeiro é que as usinas pagam preços diferenciados aos produtores em virtude da forte concorrência existente entre elas, não só em nível regional, como estadual e nacional. Isso porque, as usinas que atuam na Região de São José do Rio Preto também atuam em outras regiões do Estado de São Paulo e do país, assim como usinas de outras regiões e estados atuam nesta. Identificou-se, assim, uma forte concorrência entre estas usinas na tentativa de garantir o fornecimento da matéria-prima, aspecto extremamente favorável aos produtores rurais.

Dessa forma, as usinas processadoras utilizam como estratégica para cativar o produtor, o oferecimento de diversas vantagens em relação aos concorrentes, como o fornecimento de canecas, bicas, facas e outros materiais empregados no processo de extração da borracha; treinamento de pessoal para a sangria; assistência técnica; menor prazo no pagamento da borracha; palestras com agentes do setor; adiantamento parcial ou integral do subsídio[53], além de melhores preços; do fornecimento de mudas de seringueira para serem pagas com a produção da borracha. (Figura 47). Como foi visto, atualmente o Brasil possui um *déficit* de 57% na oferta da borracha natural, lacuna suprida através da importação dos países do Sudeste Asiático.

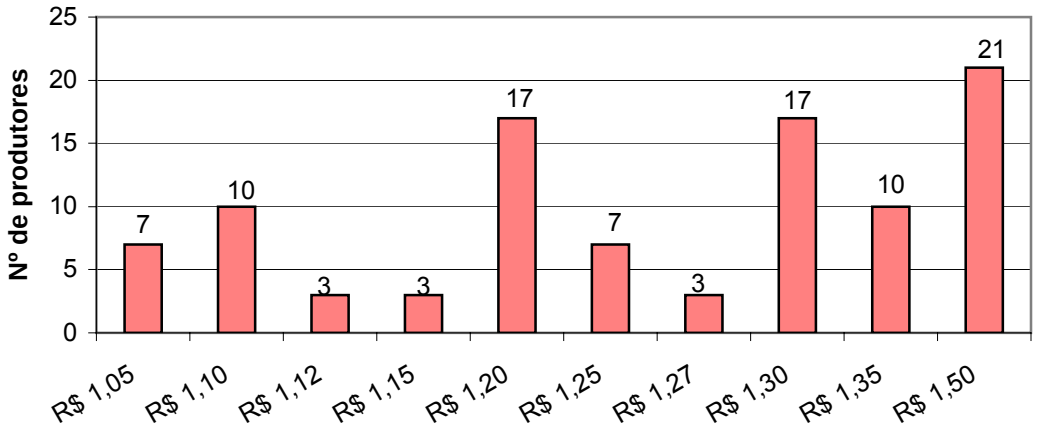
O segundo fator que nos permite entender a diferenciação de preços pagos aos produtores está associado ao volume de produção dos heveicultores. Assim, quanto maior o

[53] De acordo com a Lei 9.479 a usina processadora recebe o subsídio e o repassa ao produtor. Entretanto, desde que entrou em vigor a referida Lei, o governo esta atrasando o pagamento para a usina que, por sua vez, deveria repassar com atraso ao produtor. No entanto, algumas agroindústrias, visando cativar o produtor, não atrelam o repassa do subsídio ao pagamento do governo federal, pagando o mesmo na data do pagamento da borracha comercializada.

volume da produção de borracha, tanto maior é o interesse das usinas de ter esse produtor como fornecedor e, para isso, elas pagam preços maiores pela sua produção. Sendo assim, foi identificado no caso de todas as usinas processadoras que atuavam na região, estes dois tipos de estratégias.

O terceiro fator responsável pela diferenciação de preços existente entre os produtores entrevistados, faz parte não da estratégia assumida pelos usineiros, mas pelos produtores da região. Estes vêm se organizando por meio de associações, como é o caso da Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região (HEVEASSO) e da Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande.[54] Os produtores filiados à HEVEASSO eram os que estavam recebendo o melhor preço pela borracha, em função do interesse da usina compradora pelo volume de matéria-prima ofertado.

Figura 47: Preços recebidos pelos produtores por quilograma do coágulo



Fonte: Trabalho de Campo, nov. 2003.

Conforme foi mostrado, embora ocorra uma subordinação, principalmente dos produtores mais desinformados e desorganizados às usinas processadoras, esta não se verifica na mesma intensidade que em outras cadeias agroindustriais. Ressalta-se, entretanto, que os preços são considerados baixos, o que decorre do poder das usinas diante de um setor ainda pouco organizado, principalmente no que se refere às reivindicações de preços mais justos.

5.6.2 AVALIAÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE A RELAÇÃO COM A USINA PROCESSADORA

[54] Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR) não possui em sua pauta de reivindicações a melhoria de preços aos produtores rurais, como será mostrado oportunamente.

É interessante observar no Quadro 03, que 42,5% dos produtores rurais, quando questionados acerca dos principais problemas enfrentados com a indústria processadora, responderam que estes não existiam. Tal resposta denota a situação peculiar do setor em virtude, por um lado, da escassez de matéria-prima em face da elevada demanda e, por outro, da desinformação por parte destes produtores acerca da subestimação dos preços pagos pelas agroindústrias processadoras.

Em razão das vantagens oferecidas pelas usinas e, principalmente, dos preços ofertados, os produtores têm migrado com freqüência de uma processadora para outra, sendo que 92% dos entrevistados já entregaram a borracha para mais de uma usina, sendo comum casos em que estes mudaram até cinco vezes de agroindústria. Assim, quanto mais bem informado acerca dos preços correntes e maior for à produção do heveicultor, tanto maior será a facilidade de trocar de comprador.

A segunda resposta mais comum mencionada por 21,4% dos produtores entrevistados refere-se à inadimplência por parte de uma usina processadora de borracha, a Acreana/O&C, que abriu falência há cerca de dois anos e ainda não fez o acerto com nenhum produtor. Em situação semelhante se encontrava a Globor na ocasião da pesquisa de campo, a qual atrasou em até oito meses o pagamento para seus fornecedores. Contudo, diferentemente da Acreana/O&C, a Globor vem pagando em parcelas alguns produtores. O caso da Globor levou 2,4% dos produtores a apontarem o atraso do pagamento como principal problema com a indústria.[55]

O terceiro item destacado se refere ao preço da borracha, que embora se encontre num patamar relativamente elevado, foi considerado baixo por 9,5% dos produtores entrevistados.

Quadro 03: Problemas identificados pelos produtores na comercialização da borracha com a agroindústria processadora	
Não existe problema	42,7%
Inadimplência pela usina processadora ACREANA/O&C	21,4%
Preço	9,5%
Atraso do subsídio pelo governo*	4,8%
Atraso do pagamento pela usina processadora Globor	2,4%
Cartel constituído pelas usinas processadoras	2,4%
Não repasse pelas usinas do aumento de mercado	2,4%
Atraso pelas usinas do repasse do aumento de mercado	2,4%
Assistência técnica	2,4%
Fornecimento de materiais para a extração da borracha	2,4%
Prazo para pagamento	2,4%

[55] Embora tenha sido realizada uma entrevista com um dirigente da Globor, empresa que ainda atua comprando matéria-prima na região e no Mato Grosso, não mencionou nada acerca do problema financeiro enfrentado pela empresa e também não foi questionado nada a esse respeito, porque o fato ainda era desconhecido.

Falta de padronização do DRC do coágulo**	2,4%
Variação de preço	2,4%

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003. 100,0%

* Os produtores entrevistados se reportaram aos constantes atrasos do subsídio se referindo ao período que ele ainda estava sendo pago, um vez que à época do trabalho de campo o subsídio já não estava mais sendo pago.

** Falta de padronização no DRC do coágulo, apontada por 2% dos produtores, refere-se ao fato da usina identificar diferentes índices de umidade no produto entregue pelo mesmo produtor.

O não repasse integral ao heveicultores do aumento da borracha pelos usineiros foi apontada por apenas 2,4% dos produtores. O baixo conhecimento dessa questão revela a falta de informação dos produtores, o que poderia ser suprido através da integração deste em organizações coletivas específicas de produtores de borracha. Em verdade, elas já existem na região, todavia é muito exíguo o número de produtores associados.

5.6.3 A RELAÇÃO AGRICULTURA-INDÚSTRIA

No que se refere ao processo produtivo no setor da borracha natural, pode-se afirmar que este não sofreu alterações significativas. É inegável que, nas últimas décadas, novas técnicas foram introduzidas no processo produtivo, entretanto, nada que pudesse causar mudanças importantes no setor a ponto de qualquer categoria de produtor, grande ou pequeno, capitalizado ou não, ficar marginalizado do ponto de vista da produtividade ou mesmo ser definitivamente excluído enquanto produtor de borracha, a exemplo do que ocorre em outras cadeias produtivas.

Do ponto de vista da qualidade da matéria-prima, diversas inovações foram desenvolvidas, nenhuma porém que pudesse causar uma forte diferenciação entre os produtores capitalizados e descapitalizados. Em entrevistas realizadas com técnicos do setor foi questionado acerca da diferenciação quanto à produtividade e qualidade da borracha em razão do nível de tecnificação dos produtores e sobre a existência de ganho de escala no processo produtivo. Foi argumentado que estes dois primeiros aspectos estão pouco presentes e que não estão relacionadas ao perfil do produtor (capitalizado ou não-capitalizado), ao passo que o ganho de escala não existe no processo produtivo na heveicultura. Como já foi relatado, embora haja diferença de preços pago pelas agroindústrias aos produtores de maior porte produtivo, esta não chega a ser significativa a ponto de torná-la economicamente inviável ao produtor de menor porte.

Alguns elementos nos ajudam a entender a reduzida importância que a base técnica produtiva tem sobre a diferenciação entre heveicultores, estes são: a pouca exigência em

investimentos para a manutenção do seringal em função dos reduzidos problemas fitossanitários; a reduzida necessidade de fertilização e correção do solo; e, sobretudo, a pequena exigência em implementos e maquinários. Essas características da heveicultura não permitem que haja uma forte integração técnica agricultura-indústria à montante na cadeia agroindustrial da borracha.

A integração técnica agricultura-indústria resulta, na ótica de Delgado (1985, p.229), das

> [...] mudanças na base de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos, sementes melhoradas, combustíveis líquidos etc.) e máquinas industriais (tratores, colhedeiras, implementos, equipamentos de irrigação e outros). [...]

Sendo assim, como foi argumentado, esse tipo de integração não comparece no setor agroindustrial da borracha natural. Segundo Delgado (1985, p.229): *"O cerne da mudança na base técnica da produção rural identifica-se pela disseminação das relações interindustriais a montante, pois são essas que efetivamente modificam o processo produtivo."*

Tratando da gênese da integração agricultura-industria no Brasil, Kageyama et al (1990, p.176) destacam que estes são

> [...] capitais industriais, muitos deles transnacionais que aproveitando-se das políticas estabelecidas pelo Estado, buscam integração com a agricultura e até mesmo com a produção de bens de capitais e insumos com o objetivo de se valorizar. Dentro desta nova articulação a agroindústria passa a colocar, de forma sistemática, novas demandas sobre a agricultura - tais como tipo de produto, especificações sanitárias, prazos de entrega etc. - que modificam e condicionam a própria forma de produzir.

A Cadeia Agroindustrial da Borracha, pode se afirmar, escapa, em certa medida, dessa lógica de que fala Kageyama (1990), possuindo maior autonomia no que diz respeito à qualidade do produto, prazos e empresa de entrega da borracha, entre outras exigências feita normalmente pelo capital industrial quando reina soberano em um dado setor.

Embora não se reflita na cadeia agroindustrial da borracha a ponto de causar a marginalização ou exclusão daqueles produtores que não puderam incorporar a sua forma de organizar a produção à nova base técnica produtiva, mudanças vêm ocorrendo no setor e estas são induzidas pela relação intersetorial à jusante.

Delgado (1985, p.229) afirma que *"[...] algumas relações interindustriais à jusante também induzem a mudanças nas técnicas de produção agrícolas (exigências sanitárias, padrões comerciais de sabor, formato e coloração e outros caracteres dos produtos agrícolas), são variáveis de produto a produto [...]"*

A pouca ou quase inexistência de exigências impostas pelas agroindustrias processadoras aos heveicultores se deve, à baixa utilização de meios técnicos no processo produtivo da borracha natural, tornando-a menos dependente do setor à montante e, em parte,

pela carência de matéria-prima disponível no mercado, levando os produtores da cadeia agroindustrial da borracha a uma subordinação menos intensa do que a observada em outras cadeias. Sendo assim, embora as agroindústrias processadoras sejam as únicas compradoras da matéria-prima, a inexistência de um cartel e a carência da matéria-prima no mercado constituiem-se em fatores decisivos para que a renda gerada pelo segmento agrícola do setor da borracha, não seja fortemente carreado para o setor urbano-industrial.

A respeito da expropriação dos pequenos produtores e da suas possibilidades de reprodução social, Delgado (1985, p. 181) menciona que alguns autores interpretam que *"[...] o complexo agroindustrial expropriá-lhe renda da terra e lucros, mediante a imposição de condições de monopólio na determinação de preços industriais que terminam por deteriorar os termos de troca da agricultura."*

E continua:

> Do meu ponto de vista, creio que esse segmento de pequenos produtores tecnificados, com alto coeficiente técnico a jusante e a montante da indústria, terá de alguma forma de lograr algum benefício para manter-se e reproduzir-se com o mínimo de eficiência produtiva. Nesse sentido, a menos que a estratégia seguida pela indústria seja a de substituir rapidamente a atividade produtiva direta exercida por esta categoria de produtores por produção própria, haverá alguma margem de lucratividade que a indústria tornará acessível. [...]

No caso do setor da borracha, apesar das vantagens já apontadas, em especial acerca da rentabilidade considerada satisfatória, ocorre uma subordinação ao capital à medida em que o produtor tem sua lucratividade à mercê das estratégias assumidas pelas agroindústrias processadoras (como por exemplo para cativar o produtor), elemento este que justamente permite a lucratividade mínima ao produtor, referida pelo autor.

Segundo Delgado (1985, p. 181)

> [...] Ademais, há mecanismos financeiros indiretos de acesso ao crédito subsidiado, garantia de preços, favorecimento fiscal etc., que, eventualmente, podem e efetivamente são mobilizados politicamente para permitir a expansão dessa categoria de produtores tecnificados, propiciando-lhes lucratividade mínima compatível com uma pequena acumulação de capital.

Não é demais lembrar que, outrora, somava-se à renda do produtor os recursos que estes recebiam referente ao subsídio governamental, instrumento pelo qual o Estado politizava as relações com o grande capital monopolista internacional, materializado nos pneumáticos e com o capital nacional, materializada nas processadoras de borracha e, através dela, regulava a margem de lucro privada.

Nas palavras de Delgado (195, p.190):

> [...] Essa politização das relações econômicas se expressa de maneira explícita na forma discriminatória com que o Estado realiza administrativa e financeiramente a regulação das margens privadas de lucro [...]. Mas é também esse mesmo processo

> de politização das relações econômicas do Estado com o grande capital no campo que, por intermédio da política agrária em geral e, especialmente, de sua política de terras, viabiliza a exclusão dos pequenos produtores não associados [ao capital industrial], da apropriação do mínimo compatível com sua sobrevivência humana.

Cumpri lembrar que o pretexto ideológico de resguardar a economia interna da borracha natural através de uma nova legislação guardava em sua essência um objetivo oculto que era o de permitir aos produtores de borrachas uma lucratividade mínima, necessária para sua reprodução simples.

Em síntese, o autor destaca que o processo de integração de capitais ocorrido no campo, com o apoio do Estado brasileiro, engendrou um projeto de desenvolvimento econômico que marginaliza uma enorme massa de produtores.

Cabe argumentar com Kageyama et al (1990, p.185) que, apesar do processo de modernização e industrialização da agricultura no Brasil *"[...] tenham sido intensos e dominantes nas últimas décadas, isto não significa a homogeneização das formas de produzir na agricultura e nem a integração intersetorial completa em todos os tipos de atividades."*

Assim, buscando corroborar sua afirmativa, esses autores propõem uma tipologia, tendo como critério a forma de inserção das diversas atividades agropecuárias ao novo padrão de desenvolvimento brasileiro no campo. Para isso privilegiam o grau de relações intersetoriais à montante e à jusante, pois acreditam ser esse elemento imprescindível na determinação da dinâmica da produção agrícola.

"Assim, essa tipologia se pretende que seja não apenas descritiva mas que sirva como ponto de partida para um novo esquema analítico da dinâmica da agricultura." (Kageyama et al,1990 p.185)

Kageyama et al (1990, p.185 e 186) ressaltam que nesse novo padrão que

> [...] emergiu em fins da década de 60 a dinâmica agrícola não pode mais se explicada pela segmentação 'mercado interno x mercado externo' [...] [mas sim através dos] complexos agroindustriais e com eles às garantias de mercado para as indústrias de máquinas e insumos agrícolas, à exportação de produtos agrícolas processados industrialmente, à fusão e incorporação de capitais sob o domínio do capital financeiro.
>
> Estes são fenômenos novos e importantes, [...] e que têm influências específicas nas dinâmicas dos diferentes segmentos que compõem a agricultura brasileira a partir dos anos 70.

Assim, esses autores identificaram 4 segmentos diferenciados na agricultura brasileira: o primeiro seria o segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos. Estes seriam caracterizados pelos complexos com três "pés" tendo como exemplos o avícola (milho-rações-aves-frigorificos) e de açúcar e álcool (implementos agrícolas e carregadeiras mecânicas-cana-usinas e destilaria),

como os mais típicos. Também fariam parte deste grupo: as carnes, a soja e o trigo, o milho híbrido e o arroz irrigado, a produção de ovos.

Nestes casos, o conjunto integrado de atividades tem um ritmo próprio e estratégias de crescimento combinados, isso porque há soldagens específicas da atividade agrícola “para frente” e “para trás”.

Um segundo segmento identificado é assim caracterizado pelos autores: um segmento plenamente integrado à frente, isso é, às agroindústrias processadoras e que, embora altamente tecnificado, não mantém vínculos específicos com as indústrias à montante. Esse segmento talvez seja um dos grandes responsáveis pela demanda de máquinas e insumos agrícolas em geral, mas sem integrar-se verticalmente com essas indústrias. Aqui estão, por exemplo, as fibras (algodão), as frutas (laranja para suco), os laticínios, parte dos grãos (milho) e oleaginosas (amendoim), legumes (tomate, ervilha).

> A diferença com o segmento anterior é que neste segundo caso à indústria a montante não se encontra especificamente ligada num tripé, como fornecedora de um mercado delimitado e específico, mas funciona como setor genérico de oferta de equipamentos e insumos agrícolas. A idéia de “complexo” fica aqui restrita às interrelações agricultura-agroindústria de processamento, aí sim havendo uma dinâmica integrada. Pode se dizer que aqui se encontram os CAIs ‘incompletos’ isto é, com soldagens específicas ‘para frente’, porém sem soldagens específicas ‘para trás’, embora as ligações intersetoriais (mesmo para trás) sejam mais ou menos fortes e irreversíveis.

Um terceiro segmento se caracteriza por um conjunto de atividades modernas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, porém não estabelecendo soldagens específicas “para frente” e “para trás”. , Dessa forma não toma a forma de complexos propriamente dito. Faria parte desse grupo o feijão em São Paulo, o arroz no Centro-Oeste, a cebola, hortaliças e frutas de mesa. Os autores destacam que as atividades de classificação e embalagem passam a desempenhar papel semelhante ao da agroindústria, portanto devem ser levados em consideração.

E, finalmente um quarto segmento constituído por um conjunto de atividades agrícolas onde ainda prevalece a produção em bases quase que artesanais. Esta seria o “resto” da agricultura, ainda não modernizado sem ligações intersetoriais fortes. Se enquadram neste perfil os “produtos de pobre” da agricultura, como mandioca e banana e, nas regiões menos dinâmicas como o nordeste, por exemplo os alimentos básicos como arroz de sequeiro, milho e feijão.

No caso do setor sob exame, ouse já o da borracha, pode-se afirmar que este se enquadra no conjunto de CAIs denominados pelos autores de “CAIs incompletos”, sem soldagens específicas “para trás”, mas com forte soldagem específica “para frente”. Ressalta-se, no entanto, que o segmento produtor de borracha se diferencia por não ser fortemente

tecnificado, embora também possua ligação com empresas à montante irreversíveis, como no caso do consumo de estimulante químico e fungicida.

Em resumo, constatou-se que a cadeia agroindustrial da borracha é um exemplo de que a relação agricultura-indústria no campo brasileiro é multifacetária demandando investigações específicas.

5.7 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CULTURA DE SERINGUEIRA

A forma encontrada para não se refletir a conjuntura do setor no momento da realização da pesquisa de campo, que se apresentava favorável devido à elevada cotação da borracha natural, foi inserir uma pergunta no questionário que contemplasse a ótica dos produtores acerca das vantagens e desvantagens da seringueira ao longo do período em que ele cultiva a seringueira. Além disso, pretendia-se constatar a importância da heveicultura em relação às demais atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores entrevistados.

Observou-se que, apesar dos problemas enfrentados pelos produtores de borracha, identificados a partir da literatura sobre o tema, em especial aqueles referentes ao prolongado período de crise que o setor vivenciou após a abertura comercial em 1997, o qual se tornou mais notável entre 1999 a 2002, do não repasse do aumento do preço de mercado ao segmento agrícola e do atraso do repasse do subsídio, os produtores entrevistados foram unânimes em afirmar que não tiveram prejuízo com a cultura e nunca paralisaram a exploração do seringal, em função desses eventos. Assim, a partir do trabalho de campo, constatou-se que estes problemas não tornaram a cultura de seringueira inviável economicamente, embora com poucas vantagens em alguns momentos de crise do setor. Os entrevistados argumentaram que a cultura sempre foi um bom investimento, como se verifica no Quadro 04.

Quadro 04: Vantagens e desvantagens da cultura de seringueira apontadas pelos heveicultores*

Vantagens		**Desvantagens**	
22,7%	Baixo custo de manutenção	53,5%	Não existe
17,0%	Boa rentabilidade proporcionada	9,3%	Tempo de retorno
9,1%	Proporciona renda mensal	4,7%	Alto custo para implantação do seringal
8,0%	Não demanda tratos intensivos	4,7%	Redução da produção com estiagem
6,8%	Possibilidade de parar de explorar em períodos de crise	2,3%	Política setorial
4,5%	Possibilidade de parceria	2,3%	*Lobby* da industrias pneumáticas
3,4%	Baixa ou não utilização de máquinas e implementos	2,3%	Pragas
3,4%	Baixa demanda de mão-de-obra	2,3%	Trabalho domingos e Feriados
2,3%	Ser uma cultura perene	2,3%	Não pode ser mecanizado
2,3%	O Trabalho ser realizado na sombra	2,3%	Susceptível a geadas
2,3%	Independe de intempérie	2,3%	Susceptível ao fogo
1,1%	Possibilidade de poder estocar	2,3%	Susceptível Chuva de Granizo

1,1%	Longevidade da cultura	2,3%	Sazonalidade
1,1%	Produzir o ano inteiro (9 a 10 meses)	2,3%	Preços
1,1%	Baixo risco de investimento	2,3%	Manipulação do Ethel (estimulante químico)
1,1%	Baixa incidência de pragas e doenças	2,3%	Períodos de crise excessivamente longos
1,1%	Área verde na propriedade		
1,1%	Não trabalha o dia todo		
1,1%	Bom para pequenas propriedades		
1,1%	Facilidade de manejo		
1,1%	Baixa oferta no mercado		
1,1%	Concorrência entre as usinas		
1,1%	Nunca ter dado prejuízo		
1,1%	Facilidade para receber o pagamento pela produção (o pagamento é efetuado diretamente na conta do produtor e do parceiro pela usina)		
1,1%	Boa aposentadoria		
1,1%	Utilização intensiva da mão-de-obra		
1,1%	Diversificação produtiva		

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

*A maior parte dos produtores respondeu mais de uma alternativa.

Constatou-se que entre os produtores entrevistados, 53,5% consideram que a cultura da seringueira não apresenta desvantagens; 22,7% destacaram sua maior rentabilidade em relação às demais atividades agropecuárias; 17% a boa rentabilidade proporcionar; 9,1% por proporcionar renda mensal; 8,0% por não demandar tratos intensivos; 6,8% pela possibilidade de parar a exploração em período de crise, sem prejuízos para a cultura e sem custo operacional; 4,5% pela possibilidade de parceria; 3,4% pela baixa ou não utilização de maquinários e implementos agrícolas; 3,4% pela pequena demanda de mão-de-obra. Além dos fatores mencionados, outros benefícios foram apontados pelos produtores como pode ser visto no Quadro 04.

Merece destaque o fato de que 53,5% dos produtores entrevistados, quando questionados acerca das desvantagens da cultura de seringueira, terem respondido que esta não apresenta desvantagens.

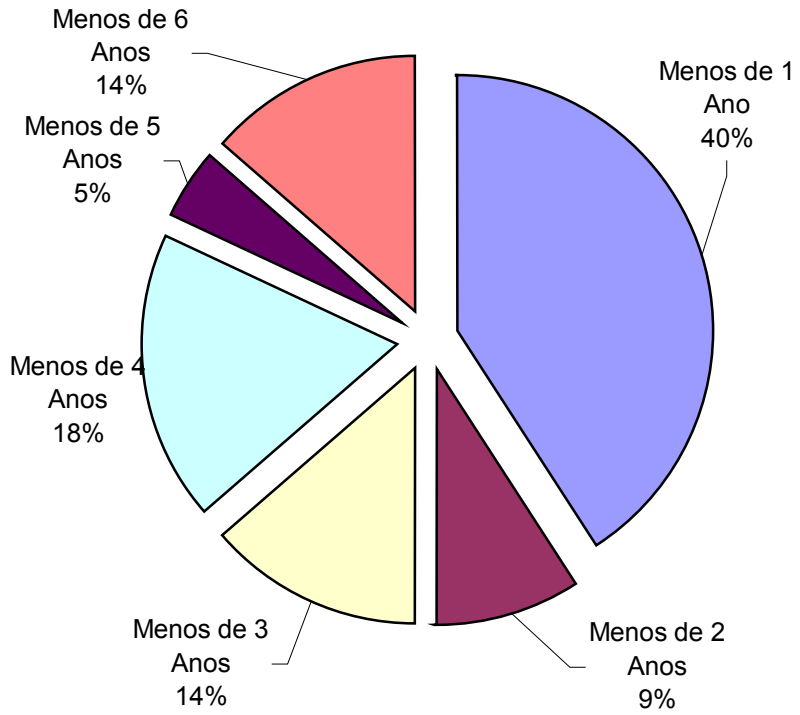
Não obstante todos os benefícios apontados, 9,3% dos produtores destacaram o tempo que a seringueira demora para começar a produzir como principal desvantagem, sendo que esta somada ao alto custo de implantação do seringal, segunda maior desvantagem lembrada por 4,7% dos produtores, são as principais desvantagens que explicam a pequena disseminação da heveicultura na região, mormente entre os produtores familiares.

5.8 EXPANSÃO RECENTE DA CULTURA DE SERINGUEIRA COMO REFLEXO DAS PERSPECTIVAS FAVORÁVEIS AO SETOR

Desde o início de 2002 e, principalmente a partir do final do ano de 2003, a cotação da borracha está se mostrando atraente aos investidores, resultando em um maior dinamismo no setor. Os dados da pesquisa de campo ratificam essa euforia entre os produtores, demonstrando que 40% dos novos seringais foram implantados no final de 2002.

Não menos significativo é o fato de que, mesmo durante os anos de crise do setor (1998 e 1999), haviam produtores ampliando a área de cultivo, como mostra a Figura 48. Tal fato pode ser explicado, tanto pelo preço menor das mudas nesse período como pelas vantagens apresentadas anteriormente pela cultura.

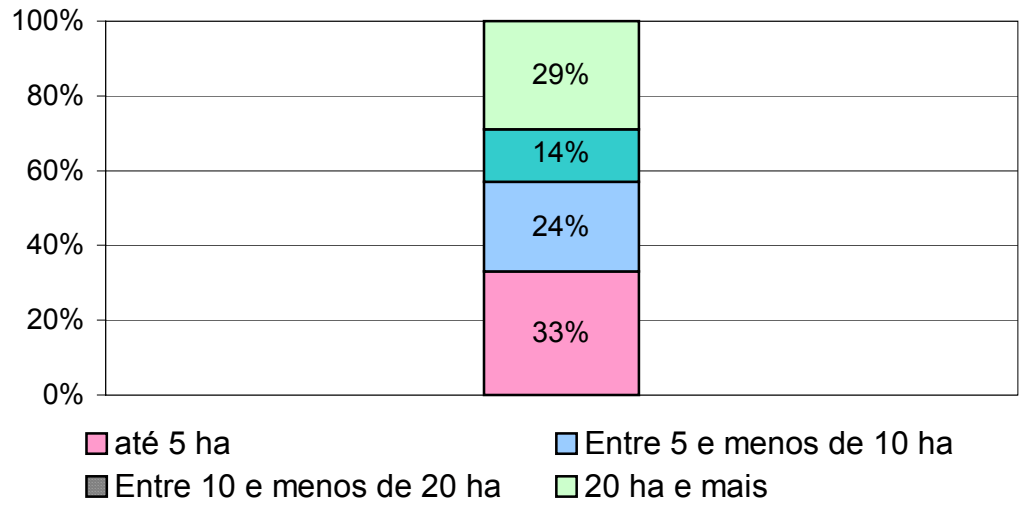
Figura 48: Tempo de plantio dos novos seringais



Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2003.

Observa-se na Figura 49 que são pequenas as áreas cultivadas com novos seringais. Deste modo, tem-se que os seringais novos, com menos de 10 ha perfazem 57% do total .

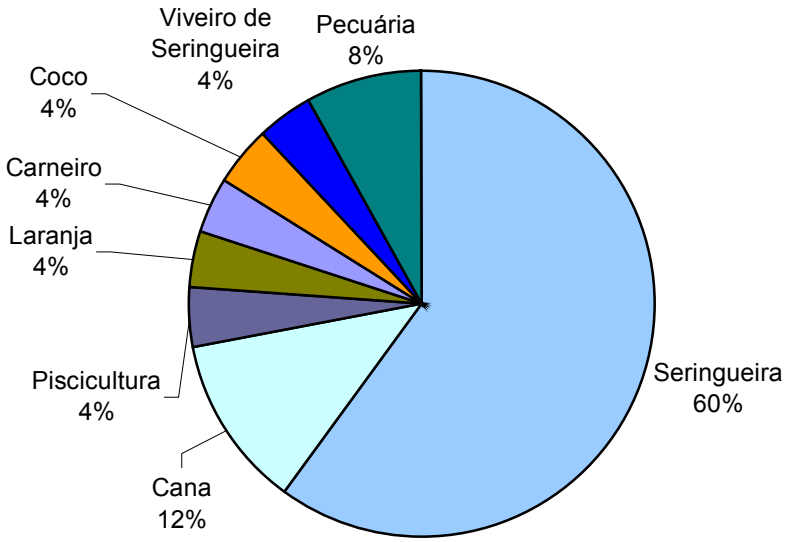
Figura 49: Estrato de área dos novos seringais



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Os produtores ao serem questionados sobre a intenção de aumentar a área cultivada com lavouras ou com atividades criatórias, atestaram a perspectiva positiva concernente à heveicultura. Isso porque, dentre os 58% que pretendem ampliar a área cultivada com alguma cultura ou com atividade criatória, 60% pretenderem faze-la com a cultura da seringueira; 8% pretendem aumentar a área utilizada com pecuária; 4% com viveiro de seringueira; 4% com coco; 4% com caprinos; 4% com laranja; 4% com piscicultura; 12% com a cana-de-açúcar (Figura 50).

Figura 50: Cultura e atividade criatória que os produtores pretendem adotar ou aumentar a área utilizada



Fonte: Pesquisa de Campo, nov. 2003.

Tendo em vista que compreender a dinâmica do setor da borracha na região de São José do Rio Preto implica considerar uma gama complexa de variáveis intrinsecamente relacionadas, evidentemente tomando-se o cuidado para eleger as mais significativas, optamos por fazer uma análise das organizações coletivas, elemento importante na dinâmica regional do setor.

5.9 ANALISE DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS PRODUTORES E BENEFICIADORES DE BORRACHA NA MRG DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Em face da realidade encontrada na MRG de São José do Rio Preto, na qual identificou-se a presença de três associações de produtores de borracha, faz-se necessário proceder a uma análise buscando apreender os fatores que explicam a criação e o papel exercido por estas organizações. Ademais, julgou-se necessário compreender o contexto em que elas surgiram; identificar suas peculiaridades; a importância destas para os produtores rurais; entre outros aspectos. Uma atenção especial foi despendida para a compreensão da APABOR dada sua importância nas discussões de cunho político no âmbito do setor da borracha e pelo fato desta associação representar produtores e processadores de borracha natural, agentes com interesses antagônicos em alguns aspectos.

Visando atingir tais objetivos, aplicou-se roteiros de entrevista junto aos diretores e produtores filiados à estas três associações.

5.9.1 A CRIAÇÃO DA APABOR NO CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL[56]

Em 1951 o Brasil fez sua primeira importação de borracha natural das antigas colônias inglesas na Ásia. Em decorrência dos altos preços do produto natural, cresceu o emprego da borracha sintética pelas empresas fabricantes de artefatos de borracha. À época, a cidade de São Paulo já havia se tornado um pólo automobilístico e, por conseguinte, grande demandante de pneus.

Objetivando suprir a lacuna de borracha natural, em 1957 foram instalados 40 campos de cooperação para a produção de mudas de seringueira no litoral paulista e viveiros nos municípios de Tabapuã e Planalto no Estado de São Paulo. Na década de 1960, os primeiros seringais despontavam na Região de São José do Rio Preto. Sete anos mais tarde, em 1967, algumas mini-usinas processavam a borracha nos seringais de Bálsamo, Colina, Estrela D'Oeste, Tabapuã, Oriente, Tupã, Pindamonhangaba, Registro e Jacupiranga.

[56] Para comemorar os 10 anos de existência, em novembro de 2001, a Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR), disponibilizou em sua *home-page*, informações a respeito de sua história. Dessa forma, nos utilizamos dessas informações juntamente com as obtidas a partir de uma entrevista realizada com o atual presidente da APABOR, para discutir o seu papel e as ações realizadas junto aos heveicultores do Estado e, em particular, na Região.

As fortes geadas ocorridas em 1975 dizimaram milhares de pés de café no Estado de São Paulo, o que levou muitos desse ex-cafeicultores a adotarem a cultura da seringueira. Em 1976, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) incentivava a formação de campos de cooperação de mudas de seringueira. A ex-Divisão Regional Agrícola (DIRA) de São José do Rio Preto foi a única que adotou a idéia, tendo instalado 05 campos com 200 mil mudas.

Em 1978, a CATI e a Embrater firmaram convênio objetivando dinamizar a assistência técnica do programa da seringueira, ano em que ocorreu o plantio de 95 mil mudas na Região de São José do Rio Preto. Dois anos mais tarde, iniciou-se a grande expansão da heveicultura na região Noroeste do Estado de São Paulo, tendo sido registrado o plantio de 240 mil mudas em 1980; 450 mil, em 1982; e de 670 mil em 1983.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o qual assumiu as atribuições da SUDHEVEA[57] e do Conselho Nacional da Borracha (CNB). O IBAMA firmou convênios com cooperativas agrícolas paulistas para estimular a heveicultura, sendo que uma delas, a Cooperativa Agropecuária Mista e Cafeicultores (CAFEALTA), era de São José do Rio Preto.

O Noroeste Paulista concentrava em 1991 cerca de 60% dos 11 milhões de seringueiras do Estado de São Paulo, sendo que 1,5 milhão desse total encontram-se produzindo. Não obstante, o setor encontrava-se desestimulado com os baixos preços alcançados pela borracha no mercado nacional; com a inexistência da garantia de escoamento de produção e com a falta de atenção do governo pela heveicultura.

Nesse contexto, se justificava na Região de São José do Rio Preto, a criação de uma forma de organização coletiva entre os produtores e usineiros do setor da borracha. Assim, foi que em novembro de 1992 foi criada a APABOR (Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha), sediada na cidade de São José do Rio Preto, tendo como seu primeiro presidente o Sr. Percy Putz (1992-1994)[58].

Dentre os objetivos da APABOR estavam: a melhoria e garantia de preços; unir produtores e beneficiadores de borracha, defendendo seus interesses; divulgar técnicas atualizadas da cultura; aumentar a produtividade do seringal; propor uma nova política para o setor da borracha; sistematizar e atualizar os dados sobre a cultura; e expandir o seu cultivo no Estado de São Paulo. Segundo o seu Presidente, a APABOR não tem o objetivo de comercializar a produção dos associados.

---

[57] Extinta em 1988.

[58] O produtor Percy Putz foi eleito presidente da APABOR, tendo como vice-presidente, José Wellington Camargo Soares; como diretor-técnico, Jayme Vazquez Cortez; como diretor-tesoureiro, Milton Jorge Miranda Hage; como diretor-secretário, Roberto Lucato Hansen; como diretor de divulgação, Elivair Ferreira Marques. O mandato era de três anos. A APABOR ocupa um prédio à rua Boa Vista, 885, São José do Rio Preto.

A entidade recebeu apenas o apoio de produtores e usineiros para sua criação. Depois de consolidada, a entidade procurou respaldo junto a algumas prefeituras da região, todavia não recebeu a devida atenção, embora tenha mostrado que a cultura pode ser promissora do ponto de vista sócio-econômico, conforme relatou o atual presidente da associação, Sr. Wanderley Sant'Anna.

Atualmente, segundo o Presidente da associação, existem no Estado de São Paulo 1.300 heveicultores filiados e 08 usinas processadoras[59].

É importante lembrar a importância da atuação da APABOR, desde sua criação, visto que, já em novembro de 1992 participava de reuniões realizadas em Brasília, discutindo o reajuste mensal dos preços da borracha.

Em maio de 1993, o presidente Percy Putz comunicou ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo a intenção da indústria pneumática e de artefatos de borracha de revogar a Lei do Contingenciamento.

Segundo Percy Putz, citado no *site* da APABOR:

> [...] em 1992, ao ser criada a APABOR, a situação da borracha estava desorganizada, os preços não eram compensadores, nem havia normas para o contingenciamento. 'Hoje, a APABOR está fortalecida, faz parte dos grupos de trabalho criados no IBAMA e no Ministério da Indústria e Comércio, temos correção mensal dos preços pela variação cambial e o contingenciamento da produção nacional', assinala, ao fazer relato do segundo ano de existência da associação.

No dia 14 de fevereiro de 1994, o Assessor Técnico da APABOR, Cláudio Richter, que viajou ao Sudeste Asiático para participar do Encontro da Comissão Técnica da Seringueira, apresentou relatório na Estação Experimental de Pindorama, sobre sua visita aos países produtores do Sudeste Asiático.

No dia 24 de março de 1994 foi eleita a nova diretoria da APABOR para o triênio 1995/1997[60]. O diretor-presidente Percy Putz é reeleito.

Tendo em vista que continua a disputa entre representantes do setor produtivo e consumidor da borracha natural, a APABOR se mostrou presente nas reuniões para ajudar a definir o índice de contingenciamento, sendo que em 5 de abril de 1995 este foi definido em 44%.

Ainda em 1995, a APABOR anunciava estar organizando sua biblioteca com publicações técnicas sobre a seringueira.

---

[59] Estão filiadas à APABOR: a Braslatex de Bálsamo; Heveatec de Jaci; Riobor de Mirassol; Globor de Guapiaçú; Quirinos de Cedral; Interlatex de Barretos; Noroeste Paulista de Penápolis; e, a Casulbor de Parapuã.

[60] A diretoria da APABOR na gestão de 1995/97 foi constituída por: 1º vice-presidente, Manoel Jorge Medeiros; 2º vice-presidente, Sônia Novaes Moraes; diretor-tesoureiro, Ismael Quirino; suplente de tesoureiro, Márcio Anísio Haddad; diretor-técnico, José Fernando Canuto Benesi; suplente de diretor técnico, Luciano Costa Della Nina; diretor-secretário, Mário Valadão Furquim; suplente de diretor-secretário, Durvalino Magrini; diretor de divulgação, Clineu Di Pietro; suplente de diretor de divulgação, Milton J. Miranda Hage.

Em função de ações fraudulentas ocorridas no setor, o governo determinou que houvesse o cadastramento de todos os produtores e usinas do setor. A APABOR, em convênio com o IBAMA, participou desse processo, juntamente com a Secretaria da Agricultura e o Instituto de Economia Agrícola.

Também deve ser considerado importante a ação da associação ao defender, através do encaminhamento de ofícios ao IBAMA e ao Ministério da Agricultura, que a seringueira fosse considerada espécie propícia para o reflorestamento.

Em 08 de janeiro de 1997, a APABOR denunciou ao IBAMA que empresas de produtos químicos estavam comercializando borracha natural nacional e importada, contrariando a Lei. Isso porque, somente as indústrias de pneumáticos e de artefatos de borracha poderiam importar o produto, sempre respeitando o contingenciamento.

Em 10 de janeiro de 1997 a APABOR encaminha ao IBAMA um relatório reivindicando a desburocratização no processo de liberação dos recursos da TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha).

Nesse contexto de divergência entre as empresas produtores de artefato de borracha e produtores no que concerne a definição do índice de contingenciamento a Anip, sugere ao governo federal a criação de um programa de incentivo aos produtores de borracha.

Depois de insistentes pressões por parte de *lobby* formado pelas indústrias de pneumáticos, a Lei de Contingenciamento foi revogada e criada a Lei do Subsídio.

O papel da APABOR foi importante para a criação da Lei Subsídio, que ampara os produtores e beneficiadores diante da inexistência do contingenciamento das importações. Em verdade, o caráter dessa nova política, beneficiando simultaneamente os dois segmentos produtivos, reflete a característica da própria associação. A postura neoliberal que o governo FHC assumiu, não permitiu mais o sistema de proteção da borracha por meio do contingenciamento, instrumento considerado imprescindível ao desenvolvimento do setor.

Para o triênio 1998-2001, a APABOR elegeu Wanderley Sant'Anna para presidir a associação em sucessão à Percy Putz[61].

Em face da nova realidade que vivenciava o setor, a APABOR iniciou em janeiro de 1998 uma nova campanha solicitando a liberação dos recursos do subsídio da borracha que começa a atrasar demasiadamente.

[61] A nova diretoria da APABOR para o triênio 1998/2001 foi composta pelos seguintes membros: Presidente, Wanderley Sant'Anna; 1o vice-presidente, Marcio Anísio Haddad; 2o vice-presidente, Antonio Felix Domingues; diretor-tesoureiro, Mário Valadão Furquim; suplente de diretor-tesoureiro, Carlos Augusto Ribeiro; diretor-técnico, José Fernando Canuto Benesi; suplente de diretor-técnico, Luciano Costa Della Nina; diretor-secretário, Sergio Serrano Nunes; suplente de diretor-secretário, José Alécio; diretor de divulgação, Durvalino Magrini; suplente de diretor de divulgação, Milton Jorge de Miranda Hage.

Em 1998 foi promovido pela APABOR o I Ciclo de Palestras sobre a Heveicultura Paulista, realizado em novembro na cidade de Barretos. Entre os assuntos debatidos, destacavam-se: os atrasos na liberação dos subsídios aos produtores, o futuro da borracha, técnicas de sangria e controle de pragas e doenças.

Durante o II Ciclo de Palestras sobre a Heveicultura Paulista, ocorrido em 2000 na cidade de S. José do Rio Preto, a APABOR propôs a criação de uma linha de crédito oficial para a expansão da cultura. A proposta de expansão da seringueira foi entregue ao Secretário da Agricultura, João Carlos de Souza Meirelles, no encerramento do Ciclo de Palestras. A Secretaria da Agricultura e a APABOR fiscalizariam os viveiros que seriam instalados para atender à demanda de mudas. O programa de incentivo incluia assistência técnica aos produtores.

A proposta de expansão da seringueira indicava que a região do Planalto Paulista possui 14 milhões de hectares aptos à heveicultura. Poderiam se ocupar das áreas abandonadas pelos cafezais e outras culturas ou pastos decadentes. Aquele pólo heveícola do Estado paulista abrangia as regiões de São José do Rio Preto, Barretos, Votuporanga, Jales, Fernandópolis, General Salgado, Andradina, Araçatuba, Lins, Catanduva, Dracena, Tupã e Marília.

Em 2001, Wanderley Cassiano Sant'Anna, produtor e agrônomo foi reeleito presidente da APABOR.

Foram registrados pela associação como seus principais objetivos a serem alcançados na gestão 2001-2004: expandir a cultura de seringueira no Estado de São Paulo; estimular pesquisas sobre o "seqüestro" de carbono[62], sobre o melhoramento genético de clones de seringueira e a produção de mudas por viveiristas; e, por fim, superar o problema de quantidade e qualidade da mão-de-obra para a extração do látex. Até o presente momento, a associação encontrou como dificuldade para a consecução de seus objetivos, a falta de recursos e o monopólio do setor pneumático, o que, entretanto, não tem inviabilizado o trabalho da associação conforme relata Sant'Anna.

No que se refere à assistência técnica aos associados, como esta é realizada pelas usinas, a APABOR acredita que não há necessidade de interferência na associação.

Desde sua criação, a associação esteve presente em diversas lutas estabelecidas entre os segmentos produtores (heveicultores e usineiros) e os produtores de pneumáticos e outros artefatos de borracha. Contudo, na disputa pela influência da esfera pública, na maioria das vezes, sucumbiu a estes primeiros.

---

[62] A seringueira estava sendo cogitada a entrar na lista de lavouras com grande potencial de "seqüestro" de carbono, o que possibilitará a abertura de uma linha de crédito por entidades internacionais.

A associação promoveu novas reuniões técnicas em vários municípios paulistas divulgando as técnicas para a melhoria da produtividade do seringal e procurando estimular a expansão da heveicultura.

A nova diretoria continuava a reivindicar recursos necessários para o pagamento do subsídio ao produtor de borracha; que a borracha fizesse parte do programa de preços mínimos do governo federal; e, que a indústria pneumática pagasse preços mais justos para as usinas e, conseqüentemente, para os produtores. A associação continua a trabalhando pela criação de taxas de importação da borracha para proteger o mercado interno.

A APABOR começou a realizar reuniões periódicas em diferentes cidades para manter os produtores informados sobre o mercado de borracha, novas tecnologias e outros assuntos de interesse do setor produtivo.

Em julho de 2001, a APABOR criou o concurso: *Os melhores da heveicultura paulista,* para apontar os melhores produtores, parceiros e sangradores do Estado de São Paulo.

A APABOR também promoveu debates sobre a expansão da cultura de borracha; valorização da seringueira como planta florestal; melhoria do relacionamento entre usinas e produtores; integração com associações agrícolas e instituições de pesquisa; aumento da produtividade da seringueira; treinamento de pessoal para sangria da árvore; e, comercialização da borracha.

O presidente da APABOR, Wanderley Sant'Anna encaminhou à Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura no dia 28 de dezembro 2001, documento pedindo à reestruturação e aprimoramento da política setorial.

Na impossibilidade de aprimorar a política de subsídios, a APABOR solicitou ao Ministério da Agricultura estudo para substituí-la por uma política de mercado mais convencional, que seria o aumento do imposto de importação da borracha natural para 35% ou a criação de uma taxa como a que é utilizada pelos Estados Unidos e Comunidade Européia.

No inicio de 2002 foi inaugurado o site www.apabor.org.br e, em fevereiro, a APABOR promoveu duas reuniões nas quais foram discutidos a inclusão dos viveiristas como associados; o plano de expansão da seringueira; o gerenciamento do seringal; e, os preços da borracha.

Como pode se observar, a APABOR exerceu, ao longo da sua primeira década de existência, importante papel na defesa dos interesses dos segmentos produtivos. Contudo, cabe-nos fazer uma reflexão acerca das peculiaridades de uma associação que congrega interesses de distintos segmentos de uma mesma cadeia produtiva, convergentes em alguns aspectos, divergentes em outros.

A APABOR reuniu numa mesma esfera de interesses, de uma lado, produtores de borracha que comercializam seu produto visando à obtenção da maior renda possível, buscando para isso comercializar sua produção com as empresas que melhores lhes remunerem e/ou lhe ofereça maiores vantagens, tais como: menor prazo no pagamento da produção; assistência técnica; etc. e, de outro, e usineiros, que ao seguirem a lógica de mercado, orientam suas estratégias de forma a obter a maior margem de lucro. Este segmento, na maioria das vezes, comprime os preços pagos aos produtores para compensar as perdas decorrentes do poder de manipulação das condições de mercado pelo monopólio do setor pneumático.

Todavia, esses segmentos não possuem apenas interesses conflitantes, mas também que convergem entre eles. Desse modo, produtores e usineiros convergem no que diz respeito à necessidade de borracha de qualidade. A união soma forças para a formação de mão-de-obra qualificada, desenvolvimento de técnicas, elaboração de planos de expansão da cultura, reivindicação de linhas de crédito, etc.

Além desses elementos que dizem respeito a produtores e processadores e são de interesse comum a ambos, a forma como se dá à configuração dos preços da borracha, também nos ajuda a entender a existência dessa associação. Assim, no que se refere ao Lei do Subsídio, o fato desta contemplar por um mesmo instrumento esses dois segmentos, dá-lhe um caráter de unicidade. Entetanto, os preços referentes à parte formada pelo mercado, que trás algumas divergências a estes segmentos, também apresenta uma característica comum para eles, na medida em que o não cumprimento da lei pelas empresas importadoras afetam usineiros e produtores, prejudicando, entretanto, mais intensamente estes últimos.

Ao ser colocado o contexto, no qual se formou a associação, à primeira vista tendo em seu cerne interesses convergentes, cabe destacar que muitos problemas foram superados. Os

dois segmentos, como já foi mostrado, foram agentes importantes na criação da Lei do Subsídio, que em parte, compensava a abertura do mercado interno da borracha natural.

A APABOR fornece informações sobre o mercado, política setorial, manutenção do seringal, divulgação de experiências vivenciadas por outros produtores, etc. por meio do seu "Informe APABOR", enviado bimestral ou trimestralmente ao associados. Constatou-se na pesquisa de campo que 18% dos produtores associados que recebem os referidos Informes não os lêem, sendo que entre aqueles que os lêem, todos classificaram-nos como bom pelas informações trazidas. Como já foi mostrado, o *site* da APABOR não é utilizado como meio de obtenção de informações por nenhum entrevistado, sendo que todos os entrevistados desconhecem sua existência.

Outro mérito da entidade foi a tentativa de reduzir a divergência entre produtores e usineiros no que se refere à participação do heveicultor no produto final. A forma encontrada pela associação foi estabelecer a margem de 5% para o repasse de queda ou aumento de preços da usina ao produtor. Conforme a explicação descrita no Informe de outubro de 2001 dessa entidade, considerando um valor base de R$ 1,68 do GEB, se o valor cair até R$ 1,60, as usinas não repassariam a queda aos produtores, mantendo o mesmo preço para o coágulo. Até o valor de R$ 1,76, as usinas também não pagarão mais pelo coágulo. Fora dessa faixa, a queda ou o aumento será repassado aos produtores.

Ressalta-se, entretanto, que o referido acordo, efetuado no âmbito da APABOR, não vem sendo cumprido e a entidade não tem se manifestado acerca de tal questão. Este é um ponto muito importante e premente que seja resolvido, pois o descontentamento de uma das partes, poderá enfraquecer a entidade, afetando especialmente pequenos produtores e pequenos usineiros. Diante do que atualmente a APABOR representa, enfraqueceria a associação e, certamente prejudicaria à heveicultura paulista.

Cabe destacar ainda, que a APABOR, por congregar produtores e beneficiadores não se constitui numa instância de reivindicações por melhores preços aos heveicultores, assunto que não aparece na pauta de reivindicações da associação. Mesmo que o acordo de repasse de queda ou aumento de preços das usinas para o segmento agrícola sejam cumpridos, isso não contempla o aumento de preço aos produtos, tendo sido este um ponto destacado por alguns produtores entrevistados.

Foi relatado em entrevista pelo presidente da associação que não há interesse por parte da APABOR de comercializar a produção, o que é perfeitamente compreensivo em razão de que isso iria se chocar com os interesse das usinas.

A estratégia adotada pela associação para convidar os produtores para a integrá-la foi através das agroindustrias processadoras filiadas, as quais levaram o convite aos produtores

no ato do recolhimento da borracha. Observou-se na pesquisa de campo que alguns produtores optaram por não se associar à APABOR, por achar que o interesse das usinas acabariam por imperar, o que, como foi demonstrado, de fato vem ocorrendo.

Outro aspecto interessante de ser destacado é o fato de que muitos produtores não participam das reuniões mensais, embora elas sejam divulgadas por meio do Informe APABOR. Talvez uma das dificuldades para a realização de reuniões com maior número de produtores está no fato dessa associação abarcar todo o Estado e estes encontros serem realizados em diferentes cidades, muitas das quais fora da Região de São José do Rio Preto. Este se constitui, por seu turno, em um dos pontos fracos da associação, sobretudo no que se refere à oportunidade dos pequenos produtores menos capitalizados defenderem seus interesses.

5.9.2 A Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região e sua atuação

A Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçu e Região (HEVEASSO) foi criada por iniciativa de um grupo de heveicultores em 1999, num contexto de dificuldades enfrentadas por estes na comercialização do seu produto no mercado, em virtude dos preços poucos remuneradores[63]. Também foi apontado pelo Tesoureiro dessa associação, como fator que motivou a criação da HEVEASSO, a importância de um espaço coletivo para a troca de experiências entre os produtores.

O Tesoureiro da HEVEASSO entrevistado, quando questionado sobre o apoio dado pela prefeitura ou a realização de parcerias com a mesma, declarou que a associação prefere não ter envolvimento político, para não correr o risco de desgastar sua imagem.

No total, a entidade possui, entre proprietários de seringais e parceiros, 17 filiados, sendo que destes: 04 são classificados pela associação como pequenos heveicultores (menos de 20 ha de área plantada), 03 como médios heveicultores (entre 20 e 100 ha de área plantada) e 10 como grandes (com mais de 100 ha de área plantada).

Entre os associados, constatou-se que todos são pequenos e médios proprietários de terras, com área até 100 ha e entre 100 e 500 ha, respectivamente. O único critério estabelecido pela associação para que um agricultor se filie é ser produtor de borracha. Estes filiados pagam R$0,02/kg de borracha comercializada através da associação, sendo essa a única fonte de recursos para a entidade.

Embora essa associação tenha uma atuação menos pronunciada que a APABOR do ponto de vista de sua pauta de reivindicações e de sua atuação ser de âmbito local, tem obtido resultados bastante eficazes no que se refere à comercialização da borracha no mercado. Os resultados obtidos com a comercialização da borracha tem agradado os produtores entrevistados filiados a essa associação.

O preço obtido pelos produtores associados na safra 2002/03 foi o mais alto no universo de produtores entrevistados, tendo a matéria-prima sido comercializada a R$ 1,50/kg. Á época da oferta do produto da associação no mercado, apareceram 06 usinas interessadas em adquiri-la, sendo que todas ofereceram gratuitamente o ácido usado na coagulação do látex e a caixa para uso na coleta da borracha no campo, mas a venda foi efetuada com a que ofereceu o melhor preço e assistência técnica. Na safra 2001/02 foi comercializada a produção com o Grupo Ovídio Miranda Brito (OMB) que possui uma unidade de processamento de borracha natural no Mato Grosso e outra no Espírito Santo. A associação também já comercializou a produção com a Boribor e outras usinas.

Foi relatado por um dos filiados que no período anterior à formação da associação, os heveicultores que produziam um pequeno volume de borracha, recebiam preços menores, o que não ocorre mais com a comercialização coletiva da borracha. Além disso, foi relatado pelos filiados entrevistados, a quebra do monopólio das usinas que compravam diretamente do produtor a matéria-prima, determinando o preço e escolhendo o fornecedor.

Todas as decisões são tomadas em assembléia e estas têm uma freqüência de cerca de 50% dos filiados.

Além de atuar na comercialização da borracha de seus associados, a HEVEASSO cuida também da parte burocrática relacionado aos parceiros; realiza serviços bancários e de escritório, entre outros.

Fazem parte dos planos futuros da HEVEASSO, adquirir insumos em maior escala para reduzir o custo e aumentar o número de associados. Todavia, com relação a esse último objetivo, foi relatado pelo Diretor Tesoureiro da HEVEASSO, que há uma grande dificuldade para se aproximar dos produtores rurais em virtude da desconfiança que estes têm da associação por acharem que ela possui cunho político-eleitoreiro ou de alguma outra natureza que não traga beneficios ao produtor, mas, ao contrário, prejuízo. Muitos se baseiam em experiências frustrantes vivenciadas no passado. Contudo, os bons resultados apresentados pela associação até o presente momento vem ajudando a associação a superar esse problema.

O Diretor Tesoureiro informou que os seringais dos associados recebem um bom atendimento técnico devido ao serviço prestado pela usina compradora de matéria-prima e,

---

[63] Juridicamente a associação existe desde Setembro de 2003.

por isso, os seringais vêm se desenvolvendo dentro do padrão considerado satisfatório, no que toca à idade média para entrar em produção (7º ano) e que a produtividade não se difere entre pequenos, médios e grandes produtores.

Constatou-se que é significativo o número de produtores do município de Guapiaçu que integram a associação, sendo que os entrevistados mostraram-se bastante animados com os resultados obtidos até o momento de realização da pesquisa de campo.

5.9.3 A Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande e sua atuação

A Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande está localizada no Município de Olímpia e foi fundada 2001 por iniciativa de produtores de borracha que consideravam que o segmento estava desorganizado. A formação da associação recebeu o incentivo do Sindicado Rural Patronal, do Sistema Agroindustrial Integrado (SAI) e do SEBRAE.

São objetivos primordiais da associação: agregar valor ao produto; ter acesso às tecnologias mais modernas do setor; realizar cursos de capacitação para os parceiros; comprar insumos em maior escala; e, comercializar coletivamente a produção, aumentando assim o poder de barganha dos produtores frente às usinas. Segundo o consultor do SEBRAE que acompanhou a constituição dessa associação, esses objetivos foram parcialmente atingidos. O projeto para compra coletiva de insumos, constitui-se no próximo objetivo a ser perseguido pela associação.

Essa associação recebe de seus filiados o valor de R$ 10,00 por mês, sendo essa a sua única fonte de renda.

A associação tem 41 associados, sendo que, segundo o consultor do SEBRAE, cerca de 4% são considerados como pequenos produtores (com até 16 ha de área plantada de seringueira), 30% são de médios produtores (com mais de 16 ha e menos de 100 ha de área plantados) e 66% são grandes produtores (com mais de 100 ha plantados). Entre os associados, cerca de 95% são pequenos proprietários de terras (com até 100 ha) e 5%, aproximadamente, são médios proprietários, com área entre 100 e 500 ha.

No que se refere às principais dificuldades enfrentadas pela associação, se destaca o individualismo por parte de alguns associados e a subestimação dos preços pelas empresas do setor de pneumáticos. No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos produtores, foi apontada à inadimplência por parte da Globor e da ACREANA/O&C.

A associação aponta como favorável o potencial da região para absorver a produção, pois as usinas possuem carência de matéria-prima.

No que toca aos planos da associação para ampliar o número de associados, esta vem fazendo divulgação e convidando os heveicultores para participarem, conforme destacou o assessor do SEBRAE.

Constatou-se ainda, que os seringais de alguns dos associados não estão recebendo adequada assistência técnica, isso porque sua produção é menor e as usinas priorizam os grandes produtores de borracha.

Atualmente os usineiros se propõem a discutir os preços com os produtores, o que não ocorria anteriormente quando estes se encontravam dispersos, pois eram obrigados a aceitarem os preços de mercado.

A estratégia de constituição da associação, no entanto, não tem sido suficientemente eficaz conforme se constatou através da entrevista com associados e membros da diretoria da associação. Assim, conforme o relato de um dos membros da diretoria, a associação tem sido muito mais importante como espaço para a divulgação de informações entre seus membros, do que pela obtenção de melhores preços através da comercialização coletiva. Não obstante o fortalecimento dos produtores pela formação da entidade, há dificuldade entre seus membros de acordarem alguns pontos relativos a ação da mesma, o que se mostrado como um obstáculo de difícil transposição.

Constatou-se como resultado da desarticulação da associação, o grande número de associados descontentes com os resultados obtidos com a organização coletiva, expressa principalmente por não haver a venda conjunta da borracha, sendo que cada associado comercializa sua produção com a usina que melhor lhe convier.

Entretanto, segundo relato de um associado, existe um grupo de 06 produtores comercializando conjuntamente sua produção, independente da associação, cujo resultado tem sido satisfatório, pois os preços alcançados têm sido acima da média de mercado. Este associado ressalta que outros produtores estão interessados em ingressar no grupo. O entrevistado, ressalta, porém, que o número deve ser limitado, de forma a não ocorrer muitas divergências internas, o que dificultaria a constituição de uma decisão comum, a exemplo do que ocorre na associação. Além desses, outros produtores foram identificados tentando constituir um grupo para comercializar a produção.

Esse tipo de organização também foi identificado entre alguns produtores de laranja da região, sendo conhecido por *pool*. A finalidade do grupo, assim como no caso da borracha, é estritamente a comercialização da produção. Acredita-se que esse tipo de organização seja uma alternativa interessante aos produtores, visto que tanto o grupo que se organiza para a

comercialização da borracha como os grupos para a comercialização da laranja, consideram que o sistema proporciona boa remuneração à produção. Ademais, esse tipo de organização pode ser o embrião de uma associação no futuro, dependendo de alguns fatores como a existência de um líder; do sucesso obtido pelos mesmos, etc.

Todavia, cabe lembrar que para o caso do Município de Olímpia, onde já existe a Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande, a constituição de grupos como estes, fatalmente resultaria na desagregação da associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate histórico realizado no presente trabalho, considerando o período entre o início do século XX e a década de 1980, nos induziu à formulação da hipótese de que em função do processo de industrialização ocorrido a partir da implementação do Plano de Metas em meados da década de 1950 e das políticas adotadas durante o Regime Militar e, por conseguinte, do papel protagonista assumido pelas multinacionais do setor pneumático, o setor da borracha natural fora da Região Amazônica, recebeu uma atenção especial, isto é, diferenciada da produção extrativista e do conjunto do setor agropecuário, constituindo-se no único setor a receber subsídio direto.

Objetivando comprovar tal hipótese, mostrou-se como a elite extrativista amazônica até o meados da década de 1980, não perdeu seu poder de influência política, tendo ao longo do processo de industrialização do país, conseguido aprovar diversas políticas direcionadas ao setor extrativista, apesar dessa atividade se mostrar inviável do ponto de vista econômico e de seus interesses se contraporem aos da indústria de pneumáticos. Todavia, após a década de 1950, o setor de pneumáticos teve paralelamente seus interesses defendidos. Isso ocorreu em virtude do aumento do peso político deste setor possibilitado, pelo fato da industrialização ter se fundamentado fortemente no setor automobilístico (com destaque para as multinacionais norte-americanas) durante o governo de JK.

Outro fator que teve de ser levado em consideração para se entender o movimento que redundou nessas *novas articulações políticas* após a década de 1990 foram os choques provocados pelas crises do petróleo em 1973 e 1979, que encareceu o custo da borracha sintética, a qual até então se apresentava mais viável economicamente e, portanto, vinha substituindo a borracha natural. Com o encarecimento da borracha sintética, que tinha o petróleo como matéria-prima após 1973, a borracha natural começou a ser largamente consumida, tendo assim seu preço elevado.

Assim, a maior demanda pelo produto natural redundou inevitavelmente na expansão da heveicultura, especialmente na Região Noroeste do Estado de São Paulo. Soma-se a isso, o fato da cotação de borracha natural apresentar-se, no mercado nacional, muito superior a da borracha importada devido à política de preço (Lei de Contingenciamento) estabelecida pelo governo brasileiro em favor do extrativismo. Posteriormente, a política econômica adotada durante o regime militar, reforçou ainda mais os laços com o capital norte-americano e foi decisiva para que as políticas direcionadas ao setor da borracha natural beneficiassem o capital monopolista internacional.

Com o aumento da produção nacional de borracha natural, a Lei de Contingenciamento (Lei nº 5.459/68) tornou-se um entrave ao capital industrial pneumático. Este, por meio de *lobbies*, conseguiu sua revogação no ano de 1997. Como uma forma de compensação à revogação da Lei de Contingenciamento, implementou-se a Lei de Subsídio neste mesmo ano, a qual apenas parcialmente compensou os produtores de borracha.

Neste contexto, emergiu no Estado de São Paulo em 1992 um grupo de produtores, que se organizou em torno da APABOR, para fazer frente ao capital industrial ligado ao setor pneumático, fortemente representado na esfera política. Dessa forma, dissipou-se o eixo de conflito existente entre a elite extrativista do norte e do sudeste industrial, configurando-se a partir de então, numa disputa intra-regional, centrada no Estado de São Paulo, tendo como atores, de um lado, o capital nacional (representados pelos processadores de borracha) e heveicultores e, do outro, as empresas pneumáticas.

Em síntese, pode-se afirmar que do ponto de vista do consumo da borracha sintética importada e do incremento da produção nacional dessa matéria-prima, a situação passou a ser favorável ao setor pneumático desde a década de 1950. No entanto, do ponto de vista do consumo da borracha natural importada, o favorecimento a esse setor começa a dar sinais a partir da década de 1990, com a redução do percentual do contingenciamento. Todavia, a consolidação da liberalização do setor para o produtor natural importado definitivamente só vai ocorrer em 1997.

Deve-se acrescentar que os interesses da elite do norte foi mantido até meados da década de 1980 com o PROBOR III, visto que o Brasil a parti da década de 1950 já havia assumido uma tendência no sentido da industrialização. Isso somente foi possível em virtude da pouca expressividade da produção nacional de borracha natural e da possibilidade de substituição pelo sintético. Esse mesmos fatores nos ajudam a entender como, apesar da clara tendência neoliberal da política econômica brasileira desde o início da década de 1990, o setor somente foi aberto em 1997. Em razão disso, pode se dizer que o setor teve uma trajetória bastante peculiar.

No que se refere à representatividade política da APABOR, pode-se afirmar que ela não vem gerando resultados compensadores para os produtores agrícolas, no que se refere à formação de melhores preços. Constatou-se que esse ponto não tem se apresentado como reivindicação dessa entidade pelo fato dela congregar interesses, ora convergentes, ora divergentes entre seus atores constituintes. Deve-se destacar, todavia, o importante papel assumido pela referida associação no apoio à criação de uma legislação que ameniza a abertura do mercado e, especialmente, na luta pelo cumprimento dessa legislação pelas empresas produtoras de artefatos, principalmente de pneumáticos.

É momento aqui de registar que essa nova legislação foi criada com o pretexto ideológico de resguardar a economia interna da borracha natural, tendo em sua âmago, o objetivo de permitir aos produtores de borracha uma lucratividade mínima, necessária para sua mera reprodução. A Lei do Subsídio apenas fez desonerar o custo de produção de cofres privados e repassá-los aos cofres públicos.

Diante disso, o grande desafio da APABOR, entretanto, será colocar em pauta a discussão referente à participação do produtor rural no preço final da GEB-1. Isso porque, verificou-se que, historicamente os prejuízos são repassados aos produtores pelas agroindústrias processadoras, ao passo que os ganhos são repassados apenas parcialmente a estes. Até o presente momento constatou-se que esta não se constitui numa prioridade para a associação, o que pode se constituir no futuro, em grande impasse, na medida em que se crie internamente um espaço conflituoso, tendendo a torná-la nula enquanto instância de diálogo e de decisão.

Foi identificado na região estudada, a existência de outras duas associações, as quais apresentam resultados diferentes em função de suas peculiaridades. A Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande tem como principal característica o não atendimento dos anseios dos seus associados pela dificuldade de acordo entre os mesmos. A inexistência de uma liderança forte constitui-se numa hipótese para explicar essa desagregação.

Por seu turno, a Associação dos Produtores de Borracha de Guapiaçú e Região vem obtendo resultados bastantes satisfatórios, principalmente no que se refere à constituição de um espaço de diálogo entre os produtores para a troca de experiência; para a consecução de melhores serviços de assistência técnica prestados pelas empresas, com as quais são comercializadas a produção e, principalmente, para a barganha na comercialização da produção.

Constatou-se que a cultura da seringueira sempre se apresentou vantajosa ao produtor, independentemente das dificuldades enfrentadas pelo setor, sobretudo pelo seu baixo custo de manutenção e pela sua menor susceptibilidade ao prejuízo.

Diante da segurança proporcionada pela atividade, uma questão vem à tona: por que existiriam três associações de produtores na Região de São José do Rio Preto? Uma possível resposta seria o elevado nível de escolaridade identificado entre os produtores e o fato da seringueira ser uma cultura perene, o que não leva os produtores à simples erradição da cultura em período de crise. Reforça nossa afirmativa o fato da Associação dos Produtores de Borracha do Vale do Rio Grande ter sido criada em 1999 e a Associação dos Produtores de

Borracha de Guapiaçú e Região ter sido criada em 2001, período em que o setor passava por sérias dificuldades.

Outra constatação a partir dos resultados da presente pesquisa refere-se à situação favorável em que se encontram os produtores de borracha, sobretudo os grandes, em virtude da escassez de matéria-prima no mercado nacional, o que se acirrou na atual conjuntura devido à alta dos preços no mercado internacional. Assim, constatou-se que esse fator, somado à baixa dependência do segmento agrícola a insumos e maquinários agrícolas na manutenção da cultura proporciona ao setor agroindustrial de borracha peculiaridades, entre as quais destaca-se a menor subordinação do segmento agrícola ao capital industrial, tanto à montante como à jusante, e a menor diferenciação entre pequenos e grandes produtores no que se refere à produtividade e à qualidade da matéria-prima.

Em suma, diante do que foi exposto, apesar das dificuldades que vivência o setor, podemos afirmar que essa atividade pode se constituir numa estratégia de reprodução social para os agricultores daquela região, considerada que: a borracha natural esta escassa no mercado nacional; não demandar tratos culturais de elevado custo; ser um trabalho realizado em condições amenas, já que o sangrador não fica exposto ao sol; o trabalho não ser pesado nem perigoso, como muitas atividades rurais. Além disso, demandar pouco tempo para seu tratos culturais, permitindo aos agricultores o desenvolvimento de outras atividades.

Todavia, algumas ressalvas devem ser feitas, quando se propõe que esta atividade pode se constituir numa alternativa de geração de renda entre os agricultores familiares. A primeira se refere ao custo relativamente elevado de implantação de um seringal e, a segunda ao longo período de retorno do seringal, sendo esta a principal explicação para o fato desta atividade ser pouco adotada para diversificar as atividade nas pequenas propriedades familiares.

No caso da região estudada foi constatado apenas 13,3% das UPAs conduzidas com base no trabalho familiar exclusivo. Tendo em vista que este segmento é o mais propenso a deixar o campo para viver na cidade em razão das dificuldades que encontram para continuar praticando a agricultura, cabe ao poder público, tanto local como estadual e federal, o incentivo a essa categoria visando à estimular a adoção da heveicultura. A possibilidade de um efetivo alargamento das fronteiras dessa cultura na região, entretanto, somente ocorrerá em médio prazo se for estabelecida a cobrança de impostos que onerem a importação.

Acrescido a isso, será necessário que o governo envolva todos os segmentos dessa cadeia agroindustrial e formule uma política setorial que viabilize preços estáveis e satisfatórios para a borracha natural, compatível com as necessidades dos produtores e a competitividade das indústrias nacionais, sem prejuízo, no entanto, aos cofres públicos, como vem ocorrendo com a atual política.

Contudo, todos os esforços podem ser muito mais promissores se as diferentes instâncias (governo federal, estadual e municipal) unirem forças para dinamizar o setor, o que poderia ser feito através da produção e distribuição de mudas aos produtores por meio das Casas de Agricultura, especialmente contemplando os pequenos agricultores familiares. No que se tange à redução do tempo para a árvore entrar em produção, parece que pouca coisa pode ser feita, todavia pesquisas buscando estudar o consórcio da seringueira com outras plantas se constitui numa saída para os produtores familiares.

No que se refere especificamente ao plano regional e municipal, cabe a participação efetiva do poder público local, por exemplo, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, identificando interesses ao nível dos produtores, tendo em vista a permanência das atuais tendências no âmbito institucional, no que concerne à prioridade das organizações coletivas de produtores, tais como associações e cooperativas. Assim, ressalta-se a importância fundamental da mobilização e participação ativa dos agricultores organizados, objetivando solucionar os problemas como: falta de linhas de crédito rural; alto custo de produção; falta de incentivo à pesquisas e extensão rural; a presença da intermediação comercial; entre outros.

Esta parece ser mais uma alternativa viável para que os agricultores da região consigam competir num mercado que se apresenta fortemente integrado com o avanço dos meios de transporte e comunicação (leia-se globalizado).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[64]

1. APABOR, Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha, *A história da APABOR: da fundação em 1992 a dezembro de 2001*.<www.apabor.org.br> (agosto de 2003)

2. ARRUDA, Silvia Toledo. *Análise econômica da produção de borracha no Estado de São Paulo*, Piracicaba, ESALQ/USP, 1986. 114 p. (Dissertação de mestrado).

3. ARRUDA, Silvia Toledo; MARTIN, Nelson B. A. Rentabilidade da cultura de seringueira. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 22, n.7, p. 37 – 65, jul. 1992.

4. BAHIANA, S. Brasil: g*eografia da região norte*. FIBGE, Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro, 1989. 3v, p. 15-23.

5. BATISTA, Edjane de Araújo, 2000 *Ilhas de alta produtividade: alternativa de desenvolvimento sustentável para a população extrativista*. Universidade Federal do Acre (Departamento de Economia) < http://www.ufac.br/dep/dec/edjane>

6. BERNARDES, M. S. et al. *B*eneficiamento, mercado e política da borracha natural. In: SIMPÓSIO SOBRE A CULTURA DA SERINGUEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 1986, Piracicaba, *Anais*... Piracicaba: ESALQ/USP, 1986. p. 317-332.

7. DELGADO, Nelson Giordano Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Leite, Sérgio Pereira (Org.) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: ed. UFRGS, p. 15-51 2001.

8. DELGADO, Guilherme da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. ÍCONE/ UNICAMP, 1985.

9. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto borracha natural*. Comissão Técnica de Heveicultura e Cacau Departamento Econômico, 1998.

10. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto borracha natural*. Comissão Técnica de Heveicultura e Cacau Departamento Econômico, 1999.

[64] De acordo com as normas da ABNT/NBR-6023/2000.

11. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto borracha natural.* Comissão Técnica de Heveicultura e Cacau Departamento Econômico, 2000.

12. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto borracha natural.* Comissão Técnica de Heveicultura e Cacau Departamento Econômico, 2001.

13. GLUGOSKI, Miguel *Genoma-FAPESP: Projeto é a esperança dos citricultores* <http://watson.fapesp.br/imprensa/usp02.htm> (julho/2004)

14. GODOY, Paulo R.T. *A expansão da fronteira agrícola na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960).*1995. Dissertação (Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exata, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

15. HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. *Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 38-49, 1997.

16. _____*Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da Região de Andradina – SP*. 1996, 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

17. HESPANHOL, Rosângela A. M. *O Tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente.* 1991. 146 f. Dissertação (Mestrado em.Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

18. _____. *Produção familiar: perspectiva de análise e inserção na Microrregião de Presidente Prudente.* 2000, 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
19.

20. KAGEYAMA, Angela et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.* In: DELGADO, G. da Costa et al. (Org.) *Agricultura e políticas públicas brasileiras. Campinas: IPEA*, Cap. II, p. 113-221, 1990. (Série IPEA, 127)

21. MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de B.A; SILVA, Pedro L.B. *Desequilíbrios regionais e desenvolvimento.* SP, FUNDAP: Editora da UNESP, 1995 (Federalismo no Brasil).

22. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da terra.* São Paulo: Hucitec, 1979, 157 p.

23. MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede.* São Paulo: Ed. UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP)

24. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. 392 p.

25. MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária.* São Paulo: HUCTEC/EDUC, 1989.

26. PAULILLO, L. F; ALVES, F. Crise agrícola e políticas públicas: novos fundos para discussão. *Rev. agricultura em São Paulo*. São Paulo. v. 45. Tomo 2. p. 17-38, 1998.

27. PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal.* São Paulo: Hucitec. Conserlho Regional de Economia, E&P, 1984, 168 p.

28. ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca *A Cafeicultura no Contexto da Agropecuária no Extremo Noroeste Paulista.* 2002, 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

29. SANT'ANA, Antonio Lázaro, *Raízes na terra: as estratégia dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (*SP). 2003, 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

30. SILVA, José G. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária hoje.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, p. 137-143, 1994.

31. _____. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, 1996. 217 p.

32. SORJ Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira.* 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

1. DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo histórico ecológico.* [tradução. Eduardo Brandão]-SP: Nobel, 1989, 296p.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

1. ABROMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.* <http://www.itesp.org. gov> Acessado em: 1998, 23 p.

2. ARANA, Alba Regina Azevedo. Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso da Coperguaçu Descalvado – SP. In: *Terra livre: geografia, movimentos sociais e teoria*. São Paulo, AGB, ano 18, n. 19, p. 147-161, 2002.

3. ARRUDA, Silvia Toledo. *A cultura de seringueira em São Paulo: viabilidade econômica*. São Paulo: IEA, 1985, 33p. (Relatório de Pesquisa, 6/85).

4. ARRUDA, Silvia Toledo; MARTIN, Nelson B. A. A produção brasileira de borracha natural: situação atual e perspectivas. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 23, n 9, p. 9 – 55, 1993.

5. BERGAMASCO, Sônia, M. P.; KAGEYAMA, Angela. A estrutura da produção no campo em 1980 . *Perspectivas,* São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/90.

6. CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Diretrizes de políticas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,1999, Foz, *Anais...* Foz*: SOBER.*, 1999 p. 1 –27.

7. CAPELATO, et al. *A borracha na econômica brasileira da primeira republica.* In: FAUSTO, B. (Org.) *O Brasil republicano.* São Paulo, DIFEL. 1984, Cap. III, p. 287-307.

8. CAVALCANTE, Eloiza G. S. *A seringueira no Estado de São Paulo - A Região heveícola de Araçatuba* (SP), São Paulo, 1992.

9. CASUL. Ano I, nº 1-12 BOLETIM INFORMATIVO DA COOPERATIVA AGRARIA DE CAFEICULTORES DO SUL DE SÃO PAULO, 2000/2001.

10. CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G; STOLCKE, V. (Org.) *A questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, p. 132-163, 1981.

11. CONJUNTURA PRUDENTE. Presidente Prudente, 1993.

12. CONJUNTURA PRUDENTE. Presidente Prudente, 1997.

13. CORRÊA, Roberto L. Espaço um conceito-chave em Geografia. In: ___. (Org.) *Geografia conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

14. CORTEZ, Jayme V. A evolução da cultura de seringueira no Estado de São Paulo - Brasil. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE A HEVEICULTURA PAULISTA, 1., 1998, Barretos. *Anais*... Barretos: SAA e APABOR, p. 61-92, 1999.

15. CORTEZ, Jayme Vazquez; MARTIN, Nelson B. A. *A sazonalidade da produção da seringueira e a política de contingenciamento da importação de borracha natural.* Informações Econômicas, São Paulo, v. 26, n7, p. 45 – 54, 1996.

16. CORTEZ, Jayme Vazquez et al. *Heveicultura no Estado de São Paulo, 1995-96.* Informações Econômicas, São Paulo, v.30, n.8, ago. 2000.

17. ENGELS, Fredrich; MARX, Kal. *Manifesto del partido comunista.* Santiago: Centro Gráfico,[19--].

18. FERNANDES, Bernardo M. Que reforma agrário?. In: *GeoUERJ*, UERJ, n.6, p. 7-15, 1999.

19. _____M.S.T.: *Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em São Paulo.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 258p. (1ª ed. 1996)

20. FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexão sobre a formação do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, 116p.

21. _____*Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

22. GASQUEZ, José Garcia; VERDE Carlos Monteiro V. *Financiamento da agricultura: outras alternativas.* SOBER – FOZ, p. 53 - 60

23. GONÇALVES, José Sidnei et al. A performance da agricultura do Estado de São Paulo e das suas regiões agrícolas no pós 70. *Agricultura em São Paulo,* São Paulo, v. 39, n.1 p. 97 – 131, 1992.

24. GONÇALVES, José Sidnei; SOUZA, Sueli Alves M. Modernização da produção agropecuária e velho dilema da superação da agricultura itinerante. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 28, n. 4, p. 7 – 17, abr. 1998.

25. GEORGE, Pierre. *A geografia rural.* Trad. de Elza Trassi Marriano. São Paulo: DIFEL, 1982, 266p.

26. GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia no Brasil: crítica da moderna agricultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense. 1982, 154p.

27. HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. *Caderno Prudentino de Geografia.*Presidente Prudente, n. 22, p. 7–40, 2000.

28. _____Atuação do estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETE JÚNIOR, Messias; Alves Neri. (Org) *FCT 40 anos: perfil científico – educacional.* Presidente Prudente: UNESP/FCT, p. 21-41, 1999.

29. HESPANHOL, Rosângela A. de M. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. *Caderno prudentino de geografia.* Presidente Prudente, n. 22, p. 41-73, 2000b, p. 41-73.

30. KAUTSKY, Kal. *A questão agrária.* 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 329p.

31. LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema.* São Paulo: Hucitec, 1998.

32. LOCATEL, Celso D. *O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na Região d Jales – SP.* UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2000, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humanas) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

33. SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Levantamento censitário de unidade de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA.* São Paulo: SAA/IEA/CATI, 1997. v 4 .

34. MAIA, Fabio Z. A borracha bruta como matéria-prima para a usina de beneficiamento. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE A HEVEICULTURA PAULISTA, 1., 1998, Barretos. *Anais*... Barretos: SAA e APABOR, 1999. p. 201-224.

35. MARCATTO, Celso. Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios. <http://www.cnpqbibliotecavirtual.com.br> Acessado em: 1999, 17 p.

36. MARTIN, Nelson B. O poder local e o desenvolvimento rural. *Rev. Informações Econômicas.* São Paulo, n. 12, v. 23, 1993. São Paulo: IEA, p. 27-35, 1993.

37. MARTINS, José de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: *Revista de Sociologia*, USP, São Paulo, 11 (2), 1999, p. 97-128.

38. MEIRELLES João Carlos de Souza, Palestra proferida pelos secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE A HEVEICULTURA PAULISTA, 1., 1998, Barretos. *Anais*... Barretos: SAA e APABOR, 1999. p. 1-15.

39. MELBY, J.F. Rio da borracha: um relato do surgimento e do colapso do surto Amazônico. In: *Boletim de Geografia.* v.1, p.27-35, 1943.

40. MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “Hobbesianismo Muncipal” efeitos perversos da descentralização? In*: São Paulo em perspectivas*, 10 (3) p. 11 – 39, 1996.

41. NEVES, Carlos Alves. *Contribuição para um novo projeto de heveicultura.* São Paulo: DEDALU – FFLCH- GE, 34 p. 1978.

42. NEVES, Evaristo M. *Análise econômica do investimento em condições de risco na cultura de borracha.*1984. 171 f. Tese (Livre-Docênte), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

43. IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

44. OLIVEIRA, Adriano. R. *A Estrutura da produção agrícola do município de Anhumas – SP* . 2000, 53 f. Relatório de Pesquisa-Fapesp (Iniciação Científica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

45. OLIVEIRA, Antonio C. M. *Matérias-primas: situação atual e perspectivas.* CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INSUSTRIA. Departamento Econômico Divisão de estudos Industriais: CNI, Rio de Janeiro, v. 1, p. 72 – 86, 1975.

46. OLIVEIRA, Ariovaldo. U. *Modo capitalista de produção e agricultura.* São Paulo: Ática, 1986. 88 p. (Princípios, 68).

47. OLIVEIRA, Robson Munhoz. *A seringueira no sudoeste paulista: o caso do município de Indiana-SP*. 1999, 66 f. Relatório de Pesquisa-CNPq (Iniciação Científica) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

48. OLIVEIRA, Robson Munhoz. Dinâmica e Perspectiva da cultura de seringueira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP. 2001, 150 f. (Relatório de Monografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

49. ORTOLANI. A. A. Agroclimatologia e o cultivo da seringueira. In: SIMPÓSIO SOBRE A CULTURA DE SERINGUEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 1986, Piracicaba, *Anais*... Piracicaba: ESALQ/USP, 1986. p. 11-23.

50. PIVA, Ruy Miller. *Uma característica da agricultura em São Paulo.* Agricultura em São Paulo, São Paulo, n. 43, v. 3, p. 175 – 180, 1996.

51. PRADO JÚNIOR, *Caio. A questão agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978, 188p.

52. _____. *Formação do Brasil contemporâneo.* 19. ed. Brasiliense, 1986 (1. edição 1942).

53. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e os seringueiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953, 149p.

54. ROCHA, Marina B. Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90. *Rev. agricultura em São Paulo*. São Paulo, v. 44, Tomo 1, p. 27-50, São Paulo: IEA, 1997.

55. SALADO, Silvia Regina C. Experiências e desenvolvimento local. *São Paulo em perspectivas*, v.10 n. 3, p. 48 – 52, 1996.

56. SALATI, Eneas. et al. *Amazônia*: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo, Brasiliense: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, p.217-250.

57. SAMPAIO FILHO, J. A. Aspectos econômicos da cultura de seringueira. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE A HEVEICULTURA PAULISTA, 1., 1998, Barretos. *Anais*... Barretos: SAA e APABOR, 1999. p. 1-18.

58. SANTOS. Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção.* 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, 293 p.

59. _____. Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p.

60. _____. *Metamorfoses do espaço habitado.* 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

61. _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Rio de Janeiro. *Rev. território.* Rio de Janeiro, Ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

62. SANTOS, Roberto A. *História econômica da Amazônia (1800-1920),* São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, 358 p.

63. SÃO PAULO (Estado), *Diagnóstico da situação agropecuária na Região de Presidente Prudente, S.AA* 1997, p. 23. (Relatório de Pesquisa)

64. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* 1. ed. São Paulo, 1986.

65. SILVEIRA, Fátima Rotundo da. *A recriação capitalista do campesinato: um estudo sobre o campesinato na Região de Presidente Prudente.*1990. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

66. SORJ, Bernardo. *A reforma agrária em tempos de democracia e globalização.* P. 23-40, Mar. de 1999.

67. SZMRECSÁNYI, Tamás. O Desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: Fausto, B. (Org.) *O Brasil republicano.* São Paulo: DIFEL, Cap. III, p. 107-207, 1984.

68. _____. Pequena história da agricultura no Brasil. Contexto, 1990.

69. TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. O município e o desenvolvimento rural. *Rev. CEPAM.* São Paulo: CEPAM. Ano I, n. 3, p. 19-24, 1990.

70. TOMMASINI, Geraldo, Indústria pneumática: aspectos estruturais e conjunturais. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE A HEVEICULTURA PAULISTA, 2., 1998, São José do Rio Preto. *Anais*... São José do Rio Preto: SAA e APABOR, 2000. p. 17-24.

71. VALVERDE, Orlando. *Estudos da geografia agrária brasileira.* Petrólis: Vozes, 1985, 266 p.

72. VIRGENS FILHO, Adonias de Castro. Borracha Natural. *Tecnologia Treinamento*. Miçosa, Ano III, n. 10, p. 8, 1999

REVISTAS CONSULTADAS

1. ATUALIDADE DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *Borracha sintética: a história de uma indústria*, v.5, n. 39, p.23-8, 1974.

2. ATUALIDADE DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *Borracha: esperança na reconquista do mercado mundial*, v.10, n. 60, p. 92-3, 1978.

3. GLOBO RURAL. *Borracha estica a renda da fazenda*. p.16, 1990.

4. GLOBO RURAL. *A hora da borracha.* p. 12, 1992.

5. GLOBO RURAL. *Extrativismo.* p. 30-9, 1992.

6. GLOBO RURAL. *Disputa esticada: produtores e indústria reclamam do governo*. p.101, 1993.

7. GLOBO RURAL. E*sticada no plantio*. p. 120, 1995.

8. GLOBO RURAL. *Banho de Borracha*. p. 86-93, 1998.

9. REVISTA: Petrobrás. *Borracha.* p. 22-27, 1973.

10. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *As chances de recuperação da heveacultura nacional.* v.07, p.47-53, 1980.

11. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Meta: auto suficiência.* v.12, p.22-4, 1988.

JORNAIS CONSULTADOS

1. Folha de São Paulo. S*eringueira passa borracha no pasto do boi.* São Paulo, 8 ago. 1989, Ilustrada p.8 (Agrofolha).

2. Folha de São Paulo. *Fazenda troca boi por borracha*. São Paulo, 25 jan. 1994, Ilustrada p.1 (Agrofolha).

3. Folha de São Paulo. *Subsídio para borracha terá novas regras*. São Paulo, 6 fev. 1999, Ilustrada, p.7 (Economia).

4. Folha de São Paulo. P*rodutores reclamam do atraso do subsídio*. São Paulo, 7 abr. 1999, Ilustrada p.2 (Economia).

5. Imparcial. *Produtor troca boi por seringueira*. Presidente Prudente, 19 jan. 1999, p.3.3 (Agroeste).

6. Imparcial. *Retorno financeiro é garantido*. Presidente Prudente, 23 abr. 1996, Ilustrada p.3.3 (Agroeste).

7. Estado de São Paulo. *Conab libera pagamento de subsídio para produtores de borracha natural.* São Paulo, 25 de maio. 1999, Ilustrada p.3 (Agroindústria).

SITES

1. http://www.apabor.org.br
2. http://www.borrachanatural.com.br
3. http://www.cati.sp.gov.br
4. http://www.cnpqbibliotecavirtual.com.br
5. http://www.conab.gov.br
6. http://www.faespsenar.com.br
7. http://www.fundecitrus.com.br
8. http://www.ibge.gov.br
9. http://www.itesp.org.gov
10. http://www.ufac.br/dep/dec/edjane
11. http://watson.fapesp.br/imprensa/usp02.htm

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AS AGROINDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE BORRACHA - SAFRA 2002/2003

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: .....Função/Formação.....

Nome da Empresa: .....Fone:.....

Município onde esta localizada:.....-SP. Município onde esta sediada.....UF.....

HISTÓRICO DA EMPRESA

Ano de Fundação:.....

Atuam em outros setores? Quais?

Quais os fatores que motivaram a instalação da processadora no município?

A Empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município? De que tipo?

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Capacidade de processamento: .....ton./ .

Quantidade Média efetivamente processada .....ton./ .

A empresa opera com capacidade ociosa? Por que?

PROCEDÊNCIA DO MATÉRIA-PRIMA:

Noroeste paulista ....%

Estado de São Paulo.....%

De outros Estados? ....% Quais?

Acre.....% Bahia.....% Mato Grosso.....% Espírito Santo.....% Minas Gerais.....% Amazonas .....% Pará.....% Rondônia .....% Pernambuco .....% Tocantins .....% Maranhão .....% Outros

Procedência da matéria-prima quanto ao **Tamanho** da **Propriedade**?

Pequenos: até 100 ha .....%

Médio: entre 100 e 500 ha .....%

Grande: mais de 500 ha .....%

Procedência da matéria-prima quanto ao **Tamanho** do **Seringal**?

Escolha a unidade de medida ( ) hectare ( ) alqueire

Recorte quanto ao tamanho do seringal:

Pequeno: até .....**Médio**: entre .....a.....**Grande:** Mais de .....

Pequenos .....%

Médio .....%

Grande .....%

Possui plantação ( ) própria ( ) ou arrendada? Se sim, quanto procede desse (s) seringal (is)?.....%

Qual é a área plantada?

Por que a usina optou por produzir a matéria-prima?

O arrendamento é por que não possui terras próprias?

Qual é a vantagem do arrendamento ao invés de produzir na própria propriedade ou comprar de terceiros?

RELAÇÃO INDUSTRIA X FORNECEDORES

A Empresa tem incentivado a expansão e a melhoria da produção de borracha? Se sim, de que forma?

A Empresa oferece aos produtores assistência técnica gratuita?

Existe um contrato de comercialização como o produtor? Se sim, através dele a Empresa impõe algum tipo de exigência? Por que?

Qual é o prazo de pagamento ao produtor?

Outras empresas vem praticando o mesmo prazo?

Quais os principais problemas enfrentados com os produtores rurais?

Os produtores costumam ser muito voláteis quanto a empresa que entrega a matéria prima ou são fiéis, por que?

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Tipo de borracha que a Empresa compra? Látex ( ) Coágulo ( ) Outras, quais?

Porque a preferência por esse tipo de matéria-prima?

A empresas tem feito negócios com adiantamento do subsídio? ( ) Sim ( ) não Por que?

Com a retirada do subsídio, como ficou a rentabilidade da empresa? Melhorou ou piorou?

Qual é o prazo de pagamento da empresas consumidoras finais?

Com a revogação da Lei do Contingenciamento, qual a garantia de consumo da matéria-prima produzida internamente?

Por que as indústrias pneumáticas preferem a matéria-prima nacional?

A Empresa enfrenta problemas na comercialização da produção? Se sim, quais?

O que pode ser feito para amenizar estes problemas?

Já existe alguma coisa sendo feita?

Mercado interno:.....%

Exportação .....% Países:.....

Número de Funcionários:.....

A Empresa é associada a APABOR (Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha)?

Se sim, desde quando e quais as vantagens oferecidas pela Associação?

Qual é a estratégia que a APABOR adota para congregar produtores e beneficiadores visto que estes possuem, em alguns aspectos, interesses conflitantes?

PERSPECTIVAS DA EMPRESA

A empresa possui projetos para ampliar a capacidade de processamento de borracha?

Como a empresa avalia o potencial do mercado?

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS ENGENHEIROS AGRÍCOLAS

Data: ...../...../2003 Nº..... Município:.....

Nome:.....

Função/formação:...../.....

HEVEICULTURA

Qual (is) foi o (s) fator (es) que favoreceu (ram) a expansão da heveicultura na região?

A Casa da Agricultura contribuiu de alguma forma para a adoção do cultivo de seringueira?

( ) Não, porquê?

( ) Sim. Por que e de que forma?

Na opinião do Senhor, o cultivo de seringueira apresenta-se como alternativa econômica aos agricultores familiares? Por quê?

Existe Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural? Se sim, quais são suas ações junto aos produtores rurais?

Quem são os membros da sociedade que o compõe? Representam alguma entidade?

Existe algum projeto destinado ao desenvolvimento rural, sendo colocado em prática?

Qual projeto e quais seu objetivos?

Têm se verificado resultados positivos? Se sim, quais?

Existe algum projeto visando agregar valor aos produtos agrícolas?

Existe algum projeto visando atrair agroindústrias para o município? (beneficiamento/processamento, frigoríficos, laticínios, etc.)?

Para qual atividade a Casa da Agricultura centraliza, com maior intensidade, suas ações? Por quê?

Quais são os produtores em termo de atividade desenvolvida que mais solicitam os serviços prestados pelo Casa da Agricultura?

( ) Pequenos (até 100 ha)

( ) Médios (de 100 a 500 ha)

( ) Grandes (mais de 500 ha)

O número e a especialidade dos profissionais existentes na Casa da Agricultura para dar assistência técnica aos agricultores é suficiente?

As condições materiais (aparelhos, transporte, etc....) oferecidas pela Casa da Agricultura são satisfatórias para que o trabalho também o seja?

A Casa da Agricultura tem conseguido atender as solicitações satisfatoriamente?

Qual é sua avaliação sobre o processo de municipalização da Casa da Agricultura? O que melhorou? O que piorou? Por que?

Quais são os maiores problemas da agropecuária regional?

E, em particular, no que se refere aos pequenos produtores familiares?

Existe na região uma tendência à especialização ou diversificação da produção?

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTOS – SAFRA 2002/2003

Data: ...../...../2003 Nº.....

Nome do entrevistado: .....Cargo:.....

Nome da Associação:.....

Município Sede:.....UF.....Fone:.....

Em que ano a Associação foi fundada?

Quais os fatores que motivaram a criação da Associação?

Que tipo de contribuição a Associação recebeu para ser criada?

A Associação recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura ou de algum outro órgão público?

Se sim, qual e de que tipo? Qual é a região de abrangência da Associação?

Quais são os objetivos da Associação?.....Quais os critérios estabelecidos pela Associação para filiar um produtor?

Nº total de associados:..... Grandes.....Médios:.....Pequenos.....

Qual o critério utilizado para classifica-los?

Quantos Associados possuem com propriedades que somam área até:

até 100 ha .....%

entre 100 e 500 ha .....%

mais de 500 ha .....%

E quanto ao **Tamanho** do **Seringal**?

Escolha a unidade de medida ( ) hectare ( ) alqueire

Recorte quanto ao tamanho do seringal:

Pequeno: até....**Médio**: entre .....a.....**Grande:** Mais de .....

Pequenos .....%

Médio .....%

Grande .....%

Quais são os principais produtos com que a Associação opera?

A Associação possui alguma unidade agroindustrial? ( ) não.

( ) sim, localizada em que município ou Estado?

Se sim, processa quais produtos?

Capacidade de processamento dia?.....ton.

Qual a quantidade comercializada por safra?

SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

Qual foi o fator que propiciou a expansão da heveicultura na região? A partir de que ano isso ocorreu?

O poder público incentivou de alguma forma? ( ) Municipal; ( ) Estadual ou ( ) Federal Qual forma?

Atualmente as prefeituras da região têm apoiado a Associação? De que forma?

Assistência técnica ( ) Sim ( ) Não. Se sim, Nº de agrônomos:.....Nº de técnicos agrícolas:.....

Divulgação de resultados de Pesquisas ( ) Sim ( ) Não

Treinamento de mão-de-obra ( ) Sim ( ) Não

Comercialização da produção ( ) Sim ( ) Não

Venda de insumo ( ) Sim ( ) Não

Venda de mudas e sementes ( ) Sim ( ) Não

Venda de implementos agrícolas ( ) Sim ( ) Não

Assistência médica ( ) Sim ( ) Não

Assistência odontologia ( ) ( ) Não

Supermercado ( ) Sim ( ) Não

Financiamento ( ) Sim ( ) Não. Quais os juros cobrado?.....% Qual é o valor máximo do empréstimo concedido.....Quais são as condições de pagamento?

Outros ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais?

PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação tem algum projeto em andamento ou a ser implementado para a sua melhoria?

Se sim, quais são os objetivos e quais são os resultados obtidos até o momento?

Como fica a situação da heveicultura com o fim da Política de Subsídios em 2005 caso o setor passe por uma nova crise como a que o abateu nos anos após 1997 com a crise asiática desvalorização do Real? O que pode ou está sendo feito?

Como a Associação avalia o potencial da região para a atividade?

Existe plano para aumentar o número de Associados?

Qual?

Quais são as dificuldades enfrentadas pela Associação?

O que poderia ou está sendo feito para superar ou amenizar estas dificuldades?

Quais são os principais problemas enfrentados pelos produtores familiares no município e na região?

A Associação tem incentivado a expansão e a melhoria da produção de borracha? Se sim, de que forma?

O Senhor considera que os seringais da região recebem a assistência técnica adequada para o seu bom desenvolvimento?

Os seringais da região vêm se desenvolvendo dentro do padrão considerado satisfatório, no que toca à idade média para entrar produção (7º anos) ?

E quanto à produtividade, existe uma diferença entre Pequenos, Médios e Grandes produtores? Se sim, a que se deve essa diferença?

E quanto ao número de pés por há?

A associação incentiva o consórcio da heveicultura com outras atividades ou culturas? Se sim, de que forma? Tem obtido êxito?

A associação incentiva o aproveitamento da madeira do seringal? Se sim de que forma? Tem obtido êxito?

Como fica o pagamento pela produção visto que o **subsídio** foi retirado? Melhorou ou piorou? Porque?

Quais as formas que a associação tem para angariar fundos?

O que a Associação vem fazendo para que as industrias paguem ao produtor o preços melhores?

Esta forma de organização coletiva têm possibilitado poder de barganha aos agricultores, em particular aos pequenos produtores?

Quais são os principais problemas enfrentados com os produtores rurais?

Na opinião do Senhor, o cultivo de seringueira pode ser uma alternativa econômica para o pequeno produtor, mesmo com os problemas que o setor vem enfrentado. Sim ( ) Não ( ) Por que?

DIRETORIA GESTÃO ATUAL TRIÊNIO 2001 2004

-Presidente: -Vice-Presidente:

-Diretor-Tesoureiro: -Suplente de Diretor-Tesoureiro:

-Diretor-Secretário: - Suplente de Diretor-Secretário:

- Outros cargos:.....

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS - SAFRA 2002/2003

Data:...../...../..... Nº .....

Nome:.....Idade:.....Fone:.....

Rua:.....Nº.....Bairro:.....Município.....

ATIVIDADE HVEICOLA

Desde que ano o Senhor adotou a heveicultura?

A seringueira entrou no lugar de alguma outra cultura?

Por quê ela foi substituída pela seringueira?

O que levou o Senhor a adotar a cultura da seringueira?

Qual é o nº **total** de plantas?

Qual nº de plantas que não atingiram a idade produtiva?

Com quantos anos o Senhor iniciou a sangria?

De onde vieram as **mudas**?

Que tipo de borracha o Senhor produz?

( ) Coágulo

( ) Látex

( ) Outra, qual?

Quantas **pessoas** estão envolvidas diretamente na **manutenção** do plantio?

( ) Parceiros %

Há quanto tempo adora o sistema de parceria?

Por que adotou a parceria?

Com qual **beneficiadora** o Senhor comercializa a produção?

Quanto a indústria **paga** pelo **quilo** da borracha? R$

ASSOCIAÇÃO

O Senhor é filiado a alguma associação? E a **APABOR?**. ( ) Há quantos anos?

O Senhor tem participado das reuniões da Associação? Se Sim, o que tem achado?

A Associação tem sido importante para o produtor?

O Senhor tinha conhecimento de como era feito o **cálculo** para saber qual é a parcela do **subsídio** que pertence ao produtor? Se sim, **como** obteve essa informação?

O Senhor recebe o **jornalzinho** da APABOR? Se sim, as informações contidas nele tem sido úteis? Como?

O Senhor obtêm informações pelo ***site*** da Associação? Se sim, de onde acessa o *site*?

Como fica o pagamento pela produção, visto que o subsídio foi retirado? **Melhorou** ou **piorou**? Por que?

Quais são os principais **problemas** enfrentados com a **indústria** processadora?

Quais vantagens **o Senhor destacaria da** heveicultura **em relação às demais culturas?**

E as desvantagens**?**

Já levou prejuízo com a seringueira? Se sim, em que ano?.....Por quê?

O Senhor cultiva ou cultivou a seringueira **consorciada** com outras plantas? Qual? Em que **período**?

O Senhor possui alguma fonte de renda que não seja a agropecuária? Qual?

Quanto representa a renda obtida com a agropecuária em relação a **renda total**? %

Quanto representa a renda obtida com a seringueira em relação a **renda** agropecuária **total**? %

Na opinião do Senhor, o cultivo de seringueira pode ser uma alternativa econômica **aos pequenos proprietários?**

O Senhor pretende aumentar a área com alguma cultura ou atividade criatória? Por quê?

DADOS GERAIS

Escolaridade do marido:.....Escolaridade da esposa: .....

Número de pessoas da família que residem na *propriedade rural*: .....*na cidade*: .....

O Senhor têm **filhos**? Quantos?

Idades dos filhos: 1º..... 2º..... 3º .....4º..... 5º..... 6º..... 7º.....

Local de residência do filhos:

1º ( ) Sítio ( ) Cidade

2º ( ) Sítio ( ) Cidade

3º ( ) Sítio ( ) Cidade

4º ( ) Sítio ( ) Cidade

5º ( ) Sítio ( ) Cidade

6º ( ) Sítio ( ) Cidade

7º ( ) Sítio ( ) Cidade

Grau de escolaridade dos filhos:

1º.....2º.....3º.....4º.....5º.....6º.....7º.....

DADOS REFERENTES À PROPRIEDADE

Quantas propriedades rurais o Senhor possui?.....

Tamanho das propriedades: 1º 2º 3º

Como o Senhor adquiriu a propriedade? Compra ( ) .....ha/Al Herança ( ) .....ha/Al

Há quanto tempo trabalha na agricultura?

Há quanto tempo o Senhor e a esposa moram na cidade?.....Porque foi morar na cidade?

O Senhor já trabalhou na terra diretamente com a família?

Os **filhos** do Senhor **auxilia** nas atividades?

Existe algum filho que mora com o Senhor e **trabalha fixo fora** da propriedade?

Em que tipo de ocupação?1º .....2º .....3º..... 4º.....5º .....6º.....7º

Porque o Senhor não foi morar na cidade com seus filhos?

Na propriedade existe alguma atividade destinada exclusivamente ao consumo da família? Quais?

Criação de galinha ( )

Outras aves, quais

Porcos ( )Banha ( ) Sabão ( )Carne ( )Leite

( )Horta ( )Cultivo de café ( )Feijão( )Arroz

( )Mandioca ( )Milho ( )Frutas ( )Outras culturas, quais?

Quais os principais produtos que o Senhor já cultivou?

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - SAFRA 2002/2003

	ha/alq			
Lavouras permanentes				
Lavouras temporárias				
Pastagens				
Terras em descanso				
Área reflorestada e de vegetação nativa				
Não utilizada (construção, etc.) Incluir granjas				
Outros Quais				

ATIVIDADES PECUÁRIAS - SAFRA 2002/2003

	% em relação a renda total
Bovinos de corte ( ) misto ( ) nelore	
Bovino de Leite	
Outros	

Por quê o Senhor tem a pecuária de corte (cria e recria)?Ela oferece alguma vantagem?

Por quê o Senhor não ocupa essa área com alguma atividade mais rentável?

O Senhor exerce **outra atividade** dentro da propriedade que **não** seja a **agricultura**? Qual?

DESTINO DA PRODUÇÃO (EM TONELADAS/SACAS/ARROBAS/LITROS) SAFRA 2002/2003

Cultura (Especificar a unidade de medida)	Venda para Agroindúst.	Venda para Cooperativas	Venda para Cerealistas	Outros
Borracha				
Leite (litros)				

Quais os principais **problemas** enfrentados na **comercialização** da produção agrícola?

UTILIZAÇÃO DE INSUMOS - SAFRA 2002/2003

	Em que atividade	Custo: Alto/Médio/Baixo
Adubo	/ / /	
Calcário	/ / /	
Ração	/ / /	
Defensivos para a lavoura	/ / /	
Defensivos para animais	/ / /	
Outros	/ / /	
	Sering./ / /	

Assistência técnica:
Casa da Agricultura ( )
Cooperativa ( )
Associação ( )
Agroindústria ( )
Particular ( )
Outras ( ).....
Como o Senhor avalia o serviço da Cada da Agricultura? Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Por quê? Se não por que?

MEIOS DE PRODUÇÃO DISPONÍVEIS NA SAFRA 2002/2003

	Quant.		Quant.
Tratores		Grade niveladora	
Colheitadeiras		Roçadeira	
Arados de tração mecânica		Quebrador de milho/forrageira	
Carreta agrícola		Colhedeira de forragem	
Grade – Trator			
Pulverizador - Trator		Carroça irrigação	
Distribuidor de calcário		Saraqua/matraca	

Aparelho de irrigação		Distribuidor de esterco Líquido	
Ordenhadeira mecânica		Plantadeira para plantio direto	
Semeadeira/adubadeira		Arados de tração animal	
Subsolador		Grade de tração animal	
Distribuidor de forragens		Pulverizador costal	
Trilhadeira ou batedor		Outros, Quais?	
Ensilhadeira de forragem			
Triturador			
Caminhonete			

O Senhor costuma solicitar **financiamento**? Para que fim?

( ) Governo ( ) Banco ( ) Intermediários ( ) Outro:..... Taxa de Juros %.....

Quais é a garantia dada para a obtenção do crédito?

O utilizou ante? Se sim, foi vantajoso?

Quais são as razões porque não obtêm crédito nem para financiamento nem para custeio?

O Senhor emprega trabalhadores assalariados **permanentes**? Quantos?

Que atividades exercem? Quanto recebem por **mês**?

O Senhor emprega trabalhadores **temporários**? Quantos?

Quais problemas o Senhor apontaria como principais obstáculos que os agricultores vêm enfrentando atualmente com relação à agricultura de uma forma geral?

Ao longo do tempo quais decisões que o senhor/família teve de tomar e que foram importantes para a suas vidas e trabalho? As decisões forma acertadas? Quais conseqüências tiveram?

Gostaria que algum filho se tornasse agricultor como o Senhor? Por quê?

Quais os planos do Senhor faz para com a terra no futuro?

ANEXO V

Tabela: Produção, importação e exportação de borracha, Brasil, 1935-1986 (em ton.)*								
	Produção				Exportações		Importações	
Ano	Total	Borracha Plantada	Borracha Nativa	Borracha Sintética	Borracha Nativa	Borracha Sintética	Borracha Nativa	Borracha Sintética
1935	11.285	564	10.721	-	9.108	-	-	-
1936	12.185	609	11.576	-	9.753	-	-	-
1937	13.847	694	13.153	-	10.891	-	-	-
1938	11.905	595	11.310	-	8.882	-	-	-
1939	13.788	695	13.093	-	8.732	-	-	-
1940	13.364	571	12.793	-	8.713	-	-	-
1941	15.480	837	14.643	-	7.903	-	-	-
1942	18.846	1.159	17.687	-	9.458	-	-	-
1943	21.457	1.278	20.179	-	10.931	-	-	-
1944	21.357	1.172	20.185	-	11.973	-	-	-
1945	25.051	1.368	23.683	-	12.522	-	-	-
1946	22.080	1.246e	20.834	-	7.365	-	-	-
1947	24.678	1.408e	23.270	-	7.076	-	-	-
1948	20.000	1.206e	18.794	-	-	-	-	-
1949	21.300	1.303	19.997	-	-	-	-	-
1950	18.619	1.256e	17.363	-	1	-	-	-
1951	21.411	1.340	20.071	-	-	-	5.400	-
1952	26.666	1.604	25.062	-	-	-	10.800	-
1953	25.500	1.575	23.925	-	-	-	400	-
1954	22.500	1.471	21.029	-	-	-	15.900	-
1955	21.911	1.551	20.360	-	--	-	21.633	446
1956	24.224	1.677	22.547	-	-	-	5.331	580
1957	24.462	1.704	22.758	-	-	-	14.063	1.963
1958	21.135	1.538	19.597	-	-	-	19.784	2.158
1959	21.738	1.653	20.085	-	--	-	29.100	10.344
1960	23.462	1.738	21.724	-	-	-	24.331	17.417
1961	22.736	1.529	21.207	-	-	-	20.039	23.436
1962	21.741	nd	nd	15.990	-	-	19.603	17.654
1963	20.205	nd	nd	29.959	-	1.454	20.979	9.215
1964	28.323	nd	nd	32.496	-	5.101	10.028	14.048
1965	29.290	nd	nd	38.691	-	7.049	1.854	9.747
1966	24.347	nd	nd	54.216	110	10.945	11.595	11.275
1967	21.494	nd	nd	51.541	400	6.093	4.763	11.210
1968	22.958	nd	nd	58.856	-	1.317	12.891	17.933
1969	23.950	nd	nd	61.670	-	2.621	10.231	14.137
1970	24.976	nd	nd	75.459	-	-	11.224	15.644
1971	24.231	nd	nd.	78.174	-	33	22.139	27.558
1972	25.818	3.658	22.160	94.581	-	462	18.422	28.775
1973	23.402	4.496	18.906	125.620	-	848	36.595	51.266
1974	18.606	3.123	15.483	155.161	-	1.102	36.527	40.337
1975	19.348	3.771	15.577	128.848	-	2.119	42.240	26.863
1976	20.298	4.104	16.194	164.384	-	963	50.481	22.650
1977	22.560	4.148	18.412	188.148	-	309	47.495	25.279
1978	23.708	4.672	19.036	206.073	-	6.725	56.244	31.716

1979	24.959	5.258	19.701	223.797	-	13.679	51.654	34.116
1980	27.813	5.600e	22.213	249.116	-	13.434	56.200	46.054
1981	30.257	7.000e	23.257	222.871	-	28.227	44.464	24.838
1982	32.795	7.500e	25.295	228.142	-	46.224	38.099	34.749
1983	35.220	8.000e	27.220	220.920	-	40.050	35.194	34.560
1984	36.006	9.781	26.225	258.392	-	53.227	59.233	33.974
1985	40.371	9.705	30.666	265.940	-	41.656	60.224	38.995
1986	37.402	10.383	27.019	270.810	-	40.700	82.500	45.100
1987	27.000	10.000e	17.000	250.000	-	nd	93.000	66.000
1988	30.00	11.000e	19.000	258.00e	-	nd	90.000e	60.000e
1989	30.585	13.684	16.901	-	-	-	-	-
1990	30.393	16.205	14.188	-	-	-	-	-
1991	29.578	16.764	12.814	-	-	-	-	-
1992	30.712	24.585	6.127	-	-	-	-	-
1993	40.663	33.407	7.256	-	-	-	-	-
1994	44.617	41.625	2.992	-	-	-	-	-
1995	44.297	40.956	3.341	-	-	-	-	-
1996	53.438	48.100	5.338	-	-	-	-	-

*Entre 1935 e 1988 os dados foram extraídos de Dean (1989) e entre 1989 e 1996 de Cortez (1999).

ANEXO VI

A borracha líquida ou látex também é bastante conhecida por leite pela sua semelhança.

Em primeiro plano o plantio de um novo seringal e ao fundo um seringal adulto.

Em primeiro plano observa-se um canteiro de mudas para venda, em segundo plano se vê o plantio de um seringal. O viveirista também é produtor de borracha.

O produtor rural opto por produzir as mudas na própria propriedades para reduzir o custo de implantação do seringal.

PAULO
MAGALHÃES